

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**A FRESTA DO ESTADO E O BRINQUEDO PARA OS  
POPULARES**  
**Histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana**  
**(1935-1949)**

**Francisco Mateus Carvalho Vidal**

**RECIFE**

**2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**A FRESTA DO ESTADO E O BRINQUEDO PARA OS  
POPULARES**

**Histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana  
(1935-1949)**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção de título de Mestre em História Regional do Brasil na Linha Cultura e Memória, sob orientação da Professora Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

RECIFE

2010

**Vidal, Francisco Mateus Carvalho**

**A festa do Estado e o brinquedo para os populares : histórias da federação carnavalesca pernambucana (1935-1949) / Francisco Mateus Carvalho Vidal. – Recife: O Autor, 2010.  
208 folhas.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.**

**Inclui: bibliografia.**

**1. História. 2. Carnaval. 3. Carnavalescos. Estado Novo(1935-1949. I. Título.**

**981.34  
981**

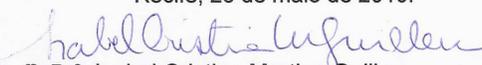
**CDU (2. ed.)  
CDD (22. ed.)**

**UFPE  
BCFCH2010/82**



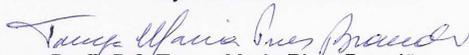
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO FRANCISCO MATEUS CARVALHO VIDAL.**  
Às 14:00h do dia 26 (vinte e seis) de maio de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno, **Francisco Mateus Carvalho Vidal**, intitulada “**A Festa do Estado e o Brinquedo para os Populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)**” em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Isabel Cristina Martins Guillen (orientadora), Antonio Torres Montenegro e Sylvia Costa Couceiro. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da Resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Coordenadora, Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de maio de 2010.

  
Profª. Drª. Isabel Cristina Martins Guillen.

  
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

  
Profª. Drª. Sylvia Costa Couceiro.

  
Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.

  
Sandra Regina Albuquerque.

Dedico este trabalho, especialmente, à minha mãe, mulher e amiga.

Dedico aos meus irmãos, Tiago, Juliana, Baby (em memória) e Mimi (em memória).

Dedico aos meus amados avôs, Maria José, Antônio Gomes (em memória), Ednir Vidal e a meu avô Pedro (em memória).

Dedico a Paulo Roberto da Silva Lucena Patriota pelo carinho e amizade.

## AGRADECIMENTOS

Se eu fosse pedir para que alguém lesse meu trabalho, esta seria, certamente, a primeira e única parte que aconselharia de ser lida. Não quero com isso fazer com que meu trabalho acadêmico seja pouco importante. Não! As páginas que se seguem são o reflexo de muitos dias e noites de trabalho, com uma disciplina e auto-gestão que me fizeram, por muitas vezes, duvidar sobre se seriam esses os passos que eu queria trilhar. Contudo, os agradecimentos é o espaço, em que se congratula honestamente a todos que colaboraram na formação de um indivíduo para que ele chegasse aonde pretendia.

Agradeço, antes de tudo, a DEUS, porque assim deve ser.

Agradeço, especialmente, à minha mãe que, durante anos, ensinou-me a importância da educação, realçando sempre que possível a primazia da humildade sobre a arrogância; da honestidade em prejuízo da ganância e do respeito e amizade em detrimento da competitividade. A ela meus sinceros agradecimentos.

Ao meu irmão, Tiago Carvalho Vidal, pela paciência velada com meus estresses, minhas noites mal dormidas e pelas importantes palavras e ações que se expressaram em anos de convivências e distâncias.

À minha irmã, Juliana Vidal pelo seu carinho e amizade.

A André Souto pela amizade, bons conselhos, carinho e compreensão com minha mãe, comigo e toda família.

Agradeço a Baby e Mimi que me ensinaram o valor de amar a natureza e me deram a sensibilidade para tornar-me melhor como homem em face do ambiente.

Ao meu pai pela luta para se manter bem diante de tanta adversidade.

Aos meus amados amigos, cuja lista é interminável, porque todos contribuíram de certa forma para redação final deste trabalho, fosse lendo essas páginas, ou me estimulando a continuar sempre estudando, a fim de que um dia pudesse colher os resultados. Agradeço pelas conversas ao telefone, pelos cartões de aniversário, pelos carnavais, pelas noites de cachaças e farras, pelos bons e maus momentos, por tudo. Agradeço e lembro, especialmente, de alguns de vocês: Carolina da Fonte e família, Zazo e família, Camila Vieira e família, ao Professor Pedro Paulo, Bruna Serra e família, Musa Melinni e família, Lívia e família, Rêmulo Caminha, Olga, Bruno Leonardo, Paulo Roberto – Amaral, Larissa Verena (a quem aprendi a amar de todas as formas) e família, que é minha também, ao Professor Márcio Gomes, que me ensinou a fazer meu primeiro trabalho de Feira de Ciências vitorioso na vida,

e a equipe que compunha aquela empreitada, a Lula, Salsicha, Túlio e toda turma do Chavaska Nigth Clube, à Luciana Dantas e família, à Daniela Menezes e família, à Mariana Lima e família, por todos os pratos congelados que desfrutei em anos de amizade, aos Power Rangers, (Ubyratan José, Cyntia Monalisa, Tiago Bione, Keila Tenório, Ricardo Adamastor e Henrique Monstro – vocês e nossas histórias são para sempre), a Dona Lia pelas bacias de cuscuz com carne de charque, que me alimentaram várias noites, aos amigos distantes de Fortaleza e da Bahia, à Dona Carmem e seu filho Rodrigo de Salvador (pessoas que há tão pouco conheço, mas que já tanto estimo), a Adriano Nogueira (porque me ensinou mais sobre mim do que pensava poder aprender), a João Miranda e família, a Jorge (amigo que mal vejo, mas que tanto carinho tenho), aos meus amigos que todos os finais de semana me suportam e dos quais não abro mão: Bruno Leite – Nuno (a graça da minha vida), Bruno Mendes (a cumplicidade), Fábio (pelo exemplo), Erivelton Pereira (pelos braços sempre abertos), Peh (pelas idas à praia), Lucinha Junqueira (pelos bolos de aniversário), e as suas respectivas famílias que sempre me acolheram como parte dela; a Tiago Durães, Marquinhos, Carol, Geane, Ervilha, pelo passado e futuro de amizades que ainda podem se restabelecer; a Eduardo – mestrando – por sempre ter me permitido ouvir parte do seu conhecimento e crítica sobre a vida; Dígilla e Bruna, “infernos”, que quase nunca vejo, mas que amo substancialmente; Agradeço, porque se um dia vocês estiveram presentes na minha e, hoje, já não nos entendemos mais, ou estamos distantes, foi menos por escolha do que por falta de tato de saber lidar com as nossas diferenças. Mas, amo a cada um de vocês e a todos por razões distintas. SAUDADES!

Agradeço a minha Tia Ana pelas conversas em noites inteiras, quando grande parte das minhas idéias eram lapidadas. Agradeço a ela e a toda sua família por tudo.

Agradeço aos meus primos pelo carinho, pela amizade e por terem me mantido criança por mais tempo.

Agradeço a Michelzinho Vidal Freire pelo meu caderno de pesquisas do Wolverine, com o qual trabalhei durante todo o mestrado e pela amizade futura, cujos vínculos serão estreitados sempre.

Agradeço aos meus tios Marcondes, Regina, João Bosco, porque nunca me deixaram na mão, bem como aos meus primos Bruno, Davi, Lucas e Raquel, cujas férias no Morro Branco, e nossos shows de natal, motivaram parte do meu espírito criativo.

Agradeço a minha avó Bilila pelos bolos de chocolate e aos meus avós Antônio e Mazé pelo amor de pai e mãe que sempre me tiveram. Foram tantas as coisas feitas por mim que se fosse escrever daria outra dissertação. AMO-OS.

Agradeço aos amigos da faculdade de História que fazem parte da minha vida, porque são gordos e precisam sempre de uma plástica: Priscila Vieira, Natália, Raquel, Dani, Rebeca, Gênova, Alexandra, ao amado casal Rodrigo e Gaga – vulgo Marcela – Valéria, Ísis, Pollyana (com quem tanto eu tenho faltado), Janaína, Paulo Cadena.

Agradeço aos amigos da minha turma do mestrado pelas ricas contribuições ao meu trabalho e pelos momentos de desespero, quando pensávamos que não chegaríamos ao fim desta jornada.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação pelo carinho, empenho e amizade, especialmente, à Sandra Regina, Carmen e João.

Agradeço aos amigos do curso de Direito pela amizade conquistada tão rapidamente: Kanon, Lula, Suyanne, Anaky, Dani, Révilla, Rafael e outros tantos que têm me acompanhado por esses dias.

Agradeço especialmente à Sylvia Costa Couceiro – Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, minha orientadora desde a graduação, e pessoa por quem cultivo grande carinho e admiração por seu trabalho e fé no melhor das pessoas.

Agradeço aos professores Marcus Carvalho, Severino Vicente e Antônio Paulo Rezende pela amizade e pela possibilidade de me permitirem ver o mundo acadêmico de forma diferenciada.

Agradeço a todos os professores que tive na vida, pelo trabalho realizado até hoje, desde as primeiras letras, até o término deste texto, na pessoa da minha orientadora, Isabel Cristina Martins Guillen, com quem construí uma relação que foi amadurecendo e se tornando, a cada dia, mais proveitosa, enriquecedora e de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigado Professora pelo carinho, pela paciência e por todas as broncas que me foram dadas na hora certa.

Agradeço ao Programa de Estágio da Fundação Joaquim Nabuco, que me proporcionou a chance de integrar a equipe de pesquisa do projeto: “No ressoar dos tambores: Práticas e representações dos Maracatus-nação nos jornais do Recife (1920-1960)”, quando tive a oportunidade de dar os primeiros passos na vida acadêmica.

Agradeço aos integrantes do projeto - “No ressoar dos tambores: Práticas e representações dos Maracatus-nação nos jornais do Recife (1920-1960)” – por terem me permitido utilizar o material coletado, durante dois anos, para realização deste trabalho.

Agradeço a todos os servidores da Fundação Joaquim Nabuco, onde pesquisei a maior parte do material utilizado para realização deste trabalho, registrando a competência, presteza e carinho de todos os funcionários no atendimento dos pesquisadores, que procuram a instituição.

Agradeço a todos os bibliotecários e equipes de arquivo que me atenderam na minha jornada de pesquisa nas pessoas dos bibliotecários do Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, onde foi produzido todo este texto que ora apresento. Agradeço a paciência, o carinho e o interesse pelo desenvolvimento de minha vida acadêmica e profissional.

Agradeço ao CNPQ por ter incentivado este trabalho, fomentando-o financeiramente com a concessão de bolsa para que me mantivesse durante alguns meses de minha pesquisa. Agradeço, mas deixo registrado que é preciso mais investimento na área de ciências humanas, disponibilizando mais bolsas e incentivos para os estudantes desta área, que é ainda tão carente de reconhecimento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História por ter me aceitado como parte do seu corpo discente. Espero ter feito jus à aprovação no programa desta casa.

Agradeço a Paulo Roberto da Silva Lucena Patriota por ter sido meu amigo, meu irmão e, em tendo estado do meu lado, por ter reforçado minha fé e minha certeza de que tudo era possível, inclusive, este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho pretende estudar as práticas e as representações dos populares recifenses, acerca das manifestações de carnaval, em alguns dos principais periódicos da cidade do Recife, entre os anos de 1935 a 1949. Neste sentido, identificou-se que, em muitos momentos, os interesses políticos e econômicos ligados ao carnaval fizeram com que este se tornasse um instrumento de consolidação das diretrizes políticas do Estado, através da elaboração de projetos de identidade para a população.

Esse processo de integração das manifestações populares aos projetos de governos políticos locais, que se sucederam no poder, foi encampado por instituições mediadoras, que atuaram no sentido de coadunar os interesses dos grupos ordinários aos interesses dos grupos políticos e sociais dominantes.

Nesta dissertação, nos ocuparemos, principalmente, das histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana, instituição, que se tornou de utilidade Pública em 1936, passando a promover o carnaval oficial de Recife, até os anos posteriores ao fim do Estado Novo, período no qual as autoridades estatais tentaram controlar as camadas populares, mediante a elaboração de ações vigilantes, catalogando os sujeitos sociais envolvidos nas práticas culturais dos grupos populares.

É bom salientar que este trabalho não irá tratar somente das estratégias de controle dos grupos dominantes. Outrossim, serão apresentados indícios da insurgência das camadas populares aos projetos higienizadores do Estado Novo, bem como de suas instituições mediadoras, voltadas, neste caso, para promoção do carnaval. As manifestações populares, contra o ordenamento vigente, constituíram-se, no campo do carnaval, em táticas, que, muitas vezes, organizadas, foram percebidas como estratégias pelos grupos políticos no poder, suscitando movimentos repressivos do Estado em face dos grupos populares insurgentes.

**Palavras chave:** Carnaval, Estado Novo, Federação Carnavalesca Pernambucana.

## **ABSTRACT**

This work aims to study the practices and representations of the ordinary people of Recife, about the manifestations of Carnival, in some major journals in Recife, between the years 1935 to 1949. In this sense, it was found that in many moments, the political and economic interests linked to the carnival caused it to become an instrument of consolidation of political directives of the State, through the drafting of identity for the population.

This process of integration of the popular manifestations to the local governors' project, that succeeded each other in power, was embraced by mediating institutions, which acted in order to link the interests of ordinary groups to the interests of the dominant political and social groups.

In this dissertation, we will deal mainly with the stories of the Federação Carnavalesca Pernambucana, institution that became public utility in 1936 and began to promote the official carnival of Recife, even years after the end of the Estado Novo, during which the state authorities acted to control the lower classes by developing vigilant actions, cataloging the social subjects involved in the cultural practices of popular groups.

It is significant that this work will approach not only the control strategies of the dominant groups. Furthermore, will be presented evidence of insurgency from lower classes against Estado Novo's hygienist projects its mediators institutions, aimed, in this case, to promotion the carnival. The popular manifestations, against the vigent order, were constituted, in the field of carnival, in tactics, which often organized, were perceived as strategies by the political groups in power, raising repressive movements by the state in the face of insurgents popular groups.

**Keywords:** Carnival, Estado Novo, Federação Carnavalesca Pernambucana.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
Cap. 1 Estratégias de controle do carnaval do século XX:.....	17
1.1. Do entrudo ao carnaval.....	19
1.2. Façam o passo e vejam que no mundo não há carnaval como o daqui.....	30
1.3. E, abre-se uma fresta para o Estado. ....	42
1.4. Carnaval: uma utilidade pública?.....	59
Cap. 2 Viva o frevo original: O ideal é sorrir e ao passo da Federação aderir .....	71
2.1 O Bloco do Estado Novo está na Rua e quase toda cidade o acompanhou... ..	73
2.3 E, em saudação à Chiquinha Gonzaga, ô abre alas que eu quero passar: .....	91
2.4 E, se aqui estamos cantando esta canção, viemos defender a nossa tradição: Propostas de uma identidade a partir do carnaval. ....	105
2.4.1 O corso, o escape livre e os clubes alegóricos.....	113
2.4.2 As Fantasias .....	118
2.4.3 Músicas de carnaval, rádio e concursos .....	125
2.4.4 Carnaval dos clubes x carnavais de rua: o mito da democracia .....	139
Cap. 3 Carnavais: Fresta do Estado e brinquedo do povo .....	145
3.1 E quem me chamou paraquedista: quando a imprensa fez o carnaval.....	145
3.2 Nunca tristeza irá te encontrar, porque a vida é folia sem fim: Carnavais da escassez. ....	153
3.3 Eu acho é pouco, eu quero é mais - os carnavais sem guerra .....	164
3.4 Com vontade de chorar, o rio passa levando a barcaça - o último suspiro da Federação .....	183
4. Adeus, adeus, minha gente.....	191
Fontes e Bibliografia .....	193

## INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho surgiu durante a graduação em História na Universidade Federal de Pernambuco, quando tive a oportunidade de integrar, por 02 anos - enquanto pesquisador estagiário da Fundação Joaquim Nabuco - o projeto de pesquisas interinstitucional, resultado da colaboração entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco, sob orientação das professoras Dra. Isabel Cristina Martins Guillen e Dra. Sylvia Costa Couceiro. O objetivo deste trabalho era entender como foram elaboradas as práticas e as representações dos maracatus-nação, nos periódicos recifenses entre os anos de 1920-1960.<sup>1</sup>

Na ocasião, realizei uma pesquisa cuidadosa nos principais jornais da cidade do período em questão, localizados no Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), na Fundação Joaquim Nabuco, sob financiamento do CNPQ e da FACEPE.

Entre o silêncio dos jornais da cidade, fui, paulatinamente, sendo atraído para o universo das práticas culturais representadas nos jornais.<sup>2</sup> Quando, pelo próprio deslinde da pesquisa, o grupo de pesquisas retrocitado optou por focar a leitura dos jornais por amostragem, mas lendo na íntegra os meses de Janeiro, Fevereiro e Março - meses em que os maracatus, aparentemente, tinham suas práticas culturais mais comentados nos periódicos - fui envolvido por notícias que aguçaram a minha curiosidade de jovem pesquisador, sobre a relevância que as manifestações culturais, principalmente o carnaval, tinham nos grupos sociais que as (re) vivem.

O registro das possibilidades históricas do fenômeno social pesquisado era apresentado a cada notícia copiada, a cada fotografia, ou a cada importante documento que, por vezes, pareceu portador de um sentido homogêneo.

Aos poucos, a atividade de pesquisa foi aguçando meu gosto pela temática das práticas culturais da população recifense, e fui criando uma vontade de saber mais sobre como o carnaval de rua modificava a rotina da cidade, os hábitos individuais, o comércio e a vida urbana.

---

<sup>1</sup> O projeto, “Práticas e Representações dos maracatus-nação nos periódicos do Recife (1920-1960)”, foi realizado com a colaboração das orientadoras, do pesquisador Ivaldo Marciano de França Lima, que atuou como colaborador voluntário e das pesquisadoras, bolsistas como eu, Polyana Maria, Natália Vila Nova, Bartira e Débora Callender.

<sup>2</sup> Na ocasião, tive a oportunidade de trabalhar com o Jornal do Recife, Jornal Pequeno, Folha da Manhã e Diário de Pernambuco. Ambos foram de suma relevância para assanhar a minha curiosidade acerca da temática abordada nesta dissertação.

Enquanto a cidade era agitada pelos últimos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais da década de 30, notas sobre como o carnaval deveria ser organizado tornaram-se recorrentes, suscitando dúvidas sobre os interesses e as forças envolvidas nas disputas pelo domínio do campo do carnaval naquela conjuntura.

Para responder a essas inquietações e dirimir minhas dúvidas, resolvi estudar as Histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana, em Recife, entre os anos de 1935 e 1949.<sup>3</sup> A idéia inicial era estudar o aspecto aparentemente político que o carnaval adquiriu em Recife, nos anos compreendidos entre a criação da FCP (1935) e o momento em que sua representatividade, como entidade promotora, única e oficial, do carnaval recifense foi contestada. Mas, o próprio deslinde da atividade de pesquisa realçou a necessidade de ampliar a exploração temática, indo além dos aspectos eminentemente políticos.

Definido o tema, restou-me saber como eu faria o trabalho: que orientação metodológica deveria ser seguida? Como historicizar o carnaval como um problema?

Nesse sentido, Michel de Certeau em seu livro, *A Escrita da História*, trouxe contribuições que eu considere - e ainda considero - de suma relevância para aqueles que, como eu, quiserem se aventurar nos domínios da História.<sup>4</sup>

De acordo com Certeau, a diferença entre um trabalho historiográfico e a atividade intelectual de outras ciências estava menos na forma como se pode representar o que se está estudando, adotada por cada estilo, do que pelo método utilizado na construção do conhecimento. Neste diapasão, o autor destacou três prerrogativas essenciais para definir aquilo que ele chamou de operação historiográfica, quais sejam: o lugar, a prática e a escrita.

O lugar de onde se fala é definitivo para elaboração de um trabalho histórico. É ele que define o que pode ou não ser feito e pesquisado pelos historiadores, de modo a legitimar ou não determinadas práticas, como aduz o autor mencionado:

De toda maneira, a pesquisa historiográfica está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível. Encarando-a apenas como um dizer, acabar-se-ia por reintroduzir na História a lenda, quer dizer a substituição de um não-lugar ou de um lugar imaginário pela articulação do discurso com um lugar social. Pelo contrário, a História se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo social e, portanto, também pela relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto do outro do que se fala.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Nos periódicos pesquisados, o nome da Federação Carnavalesca Pernambucana aparece de várias formas, a saber: Federação Carnavalesca de Pernambuco, Federação, Federação de carnaval e pela sigla FCP.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>5</sup> idem. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

A História, para este autor, não é uma questão meramente epistemológica; é também uma prática. Uma prática que se modifica de acordo com o lugar, com o grupo social e o contexto em que se insere o pesquisador. Na prática de historiador, este traduz produções sociais em objetos da História. Este trabalho começa da classificação das fontes utilizadas pelo pesquisador, o que, muitas vezes, decorre menos de uma vontade do que de uma imposição dada pelas próprias limitações de fontes sobre o tema pesquisado. No caso deste trabalho, por exemplo, muito pouco se tem registrado sobre as Histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana no período em questão.

Durante meses, estive em arquivos da cidade; busquei encontrar pessoas especializadas no tema; tratei com alguns líderes de grupos carnavalescos; e tive a oportunidade de conversar com pessoas que, hoje, organizam o carnaval do Recife. Em quase todas as minhas incursões da prática de pesquisa, evidenciou-se a pouca quantidade de fontes que não os jornais, o Anuário do carnaval pernambucano da Federação Carnavalesca e leis esparsas, para a realização desta dissertação.

Não existem mais as atas das reuniões da Federação Carnavalesca, que pressuponho terem sido feitas nos encontros da comissão promotora do carnaval daquela instituição; não existem mais os balanços contábeis da instituição, os quais poderiam ser confrontados com as receitas veiculadas nos jornais sobre a entrada e saída dos donativos aos cofres da FCP; nem tampouco tive acesso às disposições internas, de ordem administrativa daquela entidade. Se essas informações existiram e existem, não as encontrei - seja pelo descaso das autoridades políticas com a conservação da memória do Estado no período em estudo, seja porque esta documentação não foi considerada relevante pelos agentes políticos que, na época, selecionaram o que deveria ou não ser guardado para posteridade.

Diante das limitações das fontes, elegi os periódicos como meio para realização deste trabalho. Não todos os jornais, mas aqueles cujo debate pudesse ser mais enriquecedor: Folha da Manhã, Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno e Jornal do Recife; cada um deles foi pesquisado na íntegra, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. A seleção dos meses decorreu da constatação de que nos meses anterior, posterior e no próprio mês da festa Carnavalesca, os debates sobre o evento tornavam-se mais evidentes e indiciários<sup>6</sup>.

A opção por esses veículos da imprensa são justificadas no desenvolvimento do texto, conforme veremos, mas é bom dizer que os periódicos pesquisados tiveram suas atividades adstritas à rede de constrictão atuante sobre os meios de comunicação durante o Estado Novo.

---

<sup>6</sup>CARLO GINZBURG. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Falar bem de como o Estado atuava, fosse como fosse, legitimava o veículo de comunicação diante do Poder Central; deixar de falar não trazia ônus nem bônus; mas, falar mal, abrir espaço para críticas incisivas colocava o jornal sob a mira do poder de polícia.

Destarte, a análise do tema, a partir das representações dos periódicos, exigiu a consideração de outras perspectivas de leitura das fontes, que possibilitassem enriquecer as discussões além daquilo que estava objetivado nos jornais.<sup>7</sup> Foi preciso que eu buscasse entender o próprio grupo redator dos folhetins escolhidos, o lugar de onde eles falavam, porque o que se representou na imprensa sobre o tema esteve associado a grupos políticos, cujos interesses pareceram-me ficar menos obscuros nas entrelinhas do que foi produzido.

Neste ínterim, os jornais pesquisados representaram práticas culturais de uma sociedade; ou melhor, de um grupo social que, no violento campo de superação de uma representação por outra, esta, aquela que está representada nos jornais escolhidos, para esta pesquisa, saiu vitoriosa, tornando-se “a representação da própria sociedade”.

Nas notícias pesquisadas, vi representações forjadas pelos interesses de diversos grupos sociais, em que foi impensável não admitir a impossibilidade de alcançar a verdade, a essência das coisas pelo que estava representado, já que uma representação é somente uma das possíveis leituras dos fenômenos sociais, uma das apropriações possíveis de serem feitas por uma pessoa, ou um grupo delas, no intuito de dar sentido ao seu mundo. A cada jornal pesquisado, um novo indício. Não houve, nos momentos de leitura das fontes, como não me recordar da proposição metodológica do paradigma indiciário desenvolvida pelo italiano Carlo Ginzburg, para quem cada detalhe - por mais ínfimo que fosse - podia tornar-se um novelo para novas descobertas. A cada fio de linha repuxado, algo novo apareceu e aos fatos, à constrição da redação.

Em se tratando da escrita, Certeau diz que a passagem da prática de pesquisa à escrita, da redução a termo daquilo que foi pesquisado, é bastante estranha e opressora, porque prescinde que seja feita uma prática cujas brechas sejam mínimas, dando a idéia de que o tema do trabalho esteja esgotado, quando se sabe nunca o estará. Por isso, para muitos historiadores, a atividade da escrita é mais dolorosa do que qualquer outra, porque busca dar sentido lógico as idéias e, ainda por cima, fazê-las compreensíveis nos contextos de interpretações diversos de uma sociedade é mais complicado do que pode parecer aos leitores.

A consideração do lugar, da prática e da escrita, como elementos da operação historiográfica integrou este trabalho, a todo o momento, porque o diálogo com a

---

<sup>7</sup>BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1: Magia e técnica, arte e política.

historiografia foi de suma relevância para a representação construída nessas páginas, uma vez que os métodos de pesquisa utilizados basearam-se em experiências apreendidas durante o tempo em que fui pesquisador estagiário da Fundação Joaquim Nabuco, no curso da minha graduação em história, e pelo diálogo com outras experiências de mestres, doutores e outros teóricos. Já a escrita, esta foi, com certeza, a minha maior dificuldade; pois meus pensamentos e minha ansiedade quase nunca acompanharam os signos que iam surgindo no papel; mas eis que o trabalho ficou pronto, mas não acabado.

O presente texto está organizado em três capítulos. No primeiro tratamos de introduzir o leitor junto às representações sobre os carnavais anteriores a 1935, realçando o controle exercido sobre as manifestações culturais, pela polícia e pela sociedade civil recifense. Naquele contexto, o carnaval era uma prática cultural temida pelas elites econômicas da sociedade, porque representava a constante possibilidade de subversão da ordem. Daí, a justificativa para ostensiva presença policial nas ruas, nos dias de carnaval. Outrossim, será o espaço para conversar com o leitor sobre como as propostas de carnaval foram elaboradas no período, no intuito de adequar o folguedo aos parâmetros de uma cidade adaptada aos padrões estéticos mais modernos, em que novos hábitos foram incorporados. Neste sentido, a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana se sobressaiu como mecanismo de criar representações para suscitar práticas conformadas com a ideologia política vigente.

No segundo capítulo, faremos um estudo sobre as estratégias de controle utilizadas pela FCP, como forma de tentar controlar as atividades dos grupos de carnaval em Recife durante o Estado Novo. Veremos que, a partir da apropriação dos movimentos culturais dos grupos populares<sup>8</sup>, o Estado Novo criou redes de controle, que possibilitaram a tentativa de impor modelos culturais aos populares, a fim de conter possíveis movimentos de contestação da ordem.

---

<sup>8</sup>Uma das grandes preocupações que tive, ao iniciar este trabalho, esteve relacionada à categorização dos sujeitos sociais envolvidos nas manifestações carnavalescas. Neste sentido, esforcei-me ao máximo para identificar os sujeitos sociais relacionados com as práticas de carnaval. Todavia, quando se fala de carnaval é muito difícil precisar quem são os sujeitos sociais que tomam parte das práticas carnavalescas, uma vez que as representações das mesmas tendem a homogeneizar os diversos grupos envolvidos no carnaval. Todavia, apesar da dificuldade em identificar os sujeitos sociais, optei pela utilização do termo populares, mesmo ciente de todas as problemáticas decorrentes de seu uso. Meu objetivo foi o de colocar em discussão nessas páginas, o homem comum, ordinário, pobre e sem instrução, bem como suas manifestações culturais, a exemplo do que se podia verificar nas ruas do Recife, nos anos estudados. Esses grupos populares, certamente, partilharam valores, expectativas e espaços sociais, em um momento da história política do país, em que as autoridades públicas elaboraram um plano de civilização dos populares. Todavia, importa salientar que os grupos populares referidos neste trabalho não foram passivos diante da tentativa do Estado de controlar e higienizar suas práticas culturais, mas sujeitos ativos, que souberam ora negociar com as autoridades públicas a reconfiguração de seu espaço social, ora resistir às tentativas de controle, atualizando suas práticas culturais.

Nessa fenda, a ação de instituições mediadoras - a exemplo da Federação Carnavalesca Pernambucana - foi destacada como meio de assegurar a administração de interesses diversos, para construção de um projeto político de identidade associado aos novos rumos dos políticos e econômicos do país. Todavia, os modelos culturais impostos pelo Estado aos populares estiveram sujeitos, quase sempre, a movimentos e táticas de resistências dos populares.

Por fim, no terceiro capítulo, chamamos a atenção do leitor sobre a relação do carnaval com as instituições policiais do Estado Novo e seus agentes culturais, como a imprensa, destacando a promoção do carnaval, nos anos de guerra, e como os movimentos de contestação do modelo de carnaval da FCP foi sendo gestado. Esse movimento ficou mais evidente com o fim político do Estado Novo, quando surgiram críticas diretas à instituição e contrapropostas arrazoadas por grupos políticos divergentes ao modelo de Estado precário.

Sejam todos bem vindos, portanto, ao Sábado **GORDO!**

## Cap. 1 Estratégias de controle do carnaval do século XX:

Atualmente, ao se pensar em cultura pernambucana, quase de modo instantâneo o carnaval surge como um de seus ícones de maior destaque. No entanto, essa imagem não pode ser percebida de forma tão naturalizada quanto pretenderam fazer parecer os atuais órgãos promotores do carnaval pernambucano, ao difundirem a representação de que aqui se pode brincar o carnaval “multicultural”, no qual todas as tendências têm espaço e vez para se manifestarem. A associação entre o carnaval e as propostas de identidade do “povo” pernambucano estabeleceu-se através de processos de assimilação e transformação da festa que, aos poucos, mostrou-se menos uma manifestação espontânea do que um elemento de controle dos grupos políticos no poder.<sup>9</sup>

Durante o curso da História da República brasileira, o festejo carnavalesco ora foi visto como prática a ser reprimida, ora como prática a ser legitimada no discurso difundido pelo regime republicano, o qual pareceu querer associar o carnaval e sua suposta democracia ao novo modelo político adotado pelo Brasil. Em Pernambuco, esse movimento de apropriação da festa momesca pelos grupos letrados, pelos empresários da cidade e pelos políticos da hora evidenciou-se com mais força durante o Estado Novo, quando as práticas dos grupos populares passaram a ser representadas de forma distinta do que era apresentado nos jornais da cidade do início do século como veremos.<sup>10</sup>

Esse movimento dos grupos políticos no poder, de tentar atrair para sua proposta de governo elementos e práticas associadas ao cotidiano dos populares, pareceu ligado a uma preocupação de legitimar um novo governo amparado por uma “nova” identidade local/nacional. Como bem lembrou Renato Ortiz, o crescimento das discussões sobre a formação cultural brasileira esteve associado ao desenvolvimento das ações políticas de governo.<sup>11</sup>

Contudo, importa frisar que - apesar das inúmeras tentativas de os grupos políticos detentores do poder legal tentarem exercer controle não só sobre o disciplinamento do carnaval, bem como sobre a forma como o evento era recepcionado e significado pelos populares - o mesmo não se fez de todo possível. Isso, porque os espaços de controle regidos

---

<sup>9</sup> De acordo com Stuart Hall, a questão de identidade, na pós-modernidade, tem se tornado, a cada dia, mais fluída. Cada vez menos, fala-se na possibilidade da concepção de uma identidade única, mas de múltiplas identidades.

<sup>10</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996.

<sup>11</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo. Brasiliense, 2001.

por estratégias bem definidas, nas quais as diversas esferas do poder parecem ter colaborado para o exercício da dominação de um grupo sobre outro, não se deu de forma linear, como se o carnaval fosse a expressão da síntese sócio-cultural dos diversos grupos sociais existentes no Recife, nos anos estudados. Mais que isso, o carnaval parece ter sido a oportunidade para (des) encontros, através dos quais as diferenças e semelhanças dos vários modelos culturais em circulação puderam se complementar, dialogar, travando uma verdadeira guerra entre sistemas simbólicos distintos, na qual uma proposta de brinquedo tentava sobrepujar-se à outra.

Assim, o carnaval também foi espaço de resistência, e não só elemento sujeito à dominação de uns poucos, como se pode depreender por uma leitura primeira das fontes. Ainda que estratégias de controle sobre a forma como os populares se apropriavam da festa de carnaval estivessem sendo elaboradas, os grupos populares encontraram espaço para (re) elaborar suas práticas, criando identidades próprias em meio às fissuras de uma identidade pretensamente oficial. A (re) invenção das representações, divulgadas nos periódicos pelos foliões recifenses, decorreu da forma como os signos associados aos modelos estatais do brinquedo foram interpretados, apropriados, em diálogo com o que se viu na prática cotidiana de um grupo popular.

Sobre apropriação, insta observar duas concepções diferenciadas que motivam o debate historiográfico sobre este conceito na atualidade. A primeira diz respeito às idéias desenvolvidas por Michel Foucault, para quem “apropriação dos discursos” é um procedimento através do qual os mesmos são confiscados e determinados por instituições e indivíduos detentores do poder/saber.<sup>12</sup>

Parece ser a partir deste referencial que os grupos no poder referidos acima, tentaram criar mecanismos para orientar a forma como o carnaval e seus símbolos eram recepcionados pela população recifense, de forma coadunada aos seus interesses. Por outro lado, para enriquecer o debate historiográfico sobre a questão, Roger Chartier propõe que a apropriação não é determinada como defendeu Foucault, mas historicamente construída a partir da interação social entre os sujeitos históricos.<sup>13</sup>

Daí a asserção pertinente à nova história cultural de que pode até existir uma tentativa de representação homogênea, desde que se considere a possibilidade de haver recepção

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

variada dos agentes históricos. Dessas múltiplas recepções, surgiram nos jornais diversas representações sobre os mesmos fatos. Cada uma delas contava a sua versão dos fatos, sob um ponto de vista específico.

Assim, o leitor, ao ler as próximas páginas, precisa observar duas coisas sobre as quais estarei constantemente tentando chamar atenção: a primeira é que os grupos políticos no poder impuseram ou tentaram impor, no campo do carnaval, um modelo de brinquedo estratégico, que pela força sobressaiu-se como representação oficial da festa em “Pernambuco”. Todavia, nem por isso pode-se deixar de considerar as diversas táticas elaboradas pelos populares discordantes das propostas institucionalizadas do brinquedo, para driblar a normatização do carnaval - o que quase nunca, sem exageros, foi possível de ser lido nas fontes, mas se pôde verificar pelos indícios de uma leitura atenta.

O segundo aspecto é que o carnaval também não foi somente o que estava exposto nas fontes pesquisadas, mas, outrossim, aquilo que eu - enquanto leitor - pude significar a partir daquelas fontes; porque o sentido das histórias contadas e representadas nas páginas dos jornais, e que aqui foram estudadas, é tão somente a minha significação.

Então, partindo das considerações supracitadas feitas por Roger Chartier, e entendendo que as representações apresentadas neste trabalho não pretendem atribuir um significado único ao material estudado, passemos a tentar entender como se deram os processos de consolidação, negociação, disputa pelo poder simbólico do carnaval no Recife nos anos estudados.

### **1.1. Do entrudo ao carnaval**

A passagem do entrudo para o carnaval, entre o final do século XIX e início do século XX, em Pernambuco, acompanhou a própria mudança do regime político adotado no país. Apesar de alguns autores considerarem que ambas as manifestações são expressões culturais sinônimas, a verificação dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e ideológicos, que motivaram as práticas relacionadas às terminologias retrocitadas, bem como a forma como eram brincados, realçaram as diferenças históricas entre uma e outra prática.<sup>14</sup>

O entrudo era uma brincadeira associada ao Império, ao passado do país, em que os jogos de arremessar limas de cheiro, laranjas, limões, polvilho, barro e água suja não podiam estar vinculados aos novos rumos do país. Sua manifestação era, em meados do século XIX,

---

<sup>14</sup> ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: EDUFRRN, 1998.

acusada de “fomentar práticas e sentimentos indecentes, excessivos e próprios da loucura. Não bastasse tudo isso, criticava-o por promover desordens e crimes de toda sorte e por resultar em despesa inútil e ridícula.”<sup>15</sup>

Esse pensamento era uma das tendências de época e pretendeu trazer aos dias que antecediam a quaresma um modelo de brinquedo civilizado, respaldado nas festas européias de Nice e Veneza, lugares onde o Festejo momesco encontrou nas ruas a ordem reinante dos lares das “pessoas ditas de bem”. Parecia ser o carnaval europeu o melhor modelo, para que a prática do entrudo fosse adaptada ao novo momento histórico, no qual a abolição da escravidão e o planejamento de um Estado Moderno não podiam mais dar espaço para uma festa marcada por agitações e banhos de água e pó.

O século XX nasceu com um carnaval animado pela batalha das flores, confetes, serpentinas e lança-perfume em oposição ao entrudo de água e pó. O “entrudo civilizado” representou a expressão de um modelo burguês, sendo o carnaval associado ao que existia de mais nobre e avançado na sociedade. Tal manifestação era puxada pela fina flor da sociedade pernambucana, que convidou a todos uma nova forma de brincar, sob alegação de que a festa de carnaval em Pernambuco deveria dar “[...] o tom álcere e festivo às folias de Momo, mas de um modo aristocrático e decente, de um modo compatível com os nossos foros de povo civilizado.”<sup>16</sup>

Nas ruas, as brincadeiras eram promovidas pelos variados grupos diversionais, constituídos por pessoas da sociedade civil, como as associações recreativas, musicais e carnavalescas, que juntas partilharam o espaço público da sociedade. Os bairros realizavam seu festejo sem contar com orçamento público, recorrendo ao comércio e aos moradores da localidade, a fim de realizar a brincadeira momesca.

Aos poucos, o carnaval foi se tornando a festa do espaço público por excelência, principalmente pela iniciativa de formação de clubes carnavalescos pedestres, como nos chama à atenção Raimundo Arrais em “Culturas e Confrontos”, o que não quer dizer que o carnaval deixou de ser menos freqüentado nos espaços privados dos clubes de distinção da sociedade à época.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup>ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 169.

<sup>16</sup> Jornal do Recife, 11 de Fevereiro de 1900. (Título da Matéria encontra-se ilegível no original).

<sup>17</sup> Os clubes pedestres eram formados, majoritariamente, por pessoas oriundas da classe trabalhadora urbana e pobre. Sua efetiva participação no carnaval recifense é remontada ao ano de 1880, de acordo com a pesquisadora Rita de Cássia. Nota-se um aumento do número desse tipo de clube, quando da abolição da escravidão e, posteriormente, com a proclamação da República, observação já feita pela pesquisadora anteriormente citada. Sem maiores exageros, pode-se dizer que foram os clubes pedestres um dos principais elementos difusores do

A convivência entre a manifestação Carnavalesca em dois espaços diferentes deu a idéia, durante muito tempo, da existência de dois carnavais separados distintamente em razão das classes sociais. Entretanto, a leitura crítica dos jornais e documentos denotou que a questão é bem mais complexa do que era representado, não existindo práticas que fossem, exclusivamente, reservadas a este ou àquele espaço. Essa questão será levantada adiante noutra oportunidade, mas, a princípio, basta dizer que existiu entre os dois espaços movimentos de (re) apropriação e (re) significação da forma como era brincado o carnaval na rua ou nos clubes. Tal inferência é possível de ser feita pela análise indireta das fontes, através das quais podemos depreender os movimentos de circularidade<sup>18</sup> existentes entre uma manifestação e outra, de modo a podermos afirmar que as práticas culturais de um espaço e outro não eram tão definidas e definitivas.<sup>19</sup>

Não obstante à criação de uma nova forma de brincar proposta pela elite burguesa à moda de Paris, Veneza e Nice, o carnaval das classes abastadas não encontrou nas ruas a ressonância esperada, sendo inclusive preconizada a morte do tríduo momesco, caso a festa continuasse sendo brincada como a estava sendo.

Diversos fatores foram apontados, no período, como razão para o insucesso daquele modelo de carnaval, destacando-se: a não adesão dos comerciantes - verdadeiros mecenas do tríduo - à nova proposta e a perseguição policial ostensiva aos inimigos do regime republicano, cujas amarguras eram divulgadas através de práticas brincantes.

Desta forma, o “fracasso” da proposta das elites pernambucanas foi notório, e o espaço destinado ao brinquedo da burguesia deu lugar ao “desorganizado” carnaval popular. Naquele momento, a desorganização esteve associada à forma como os clubes carnavalescos pedestres assaltaram as ruas e exibiam seu passo no meio da área destinada ao carnaval burguês. Ao

---

carnaval popular, em detrimento do carnaval da elite, no início do século. Esses clubes misturavam elementos das corporações militares, das corporações civis e religiosas, mantendo de cada um desses grupos características que, conjuntamente, deram a configuração do carnaval pernambucano, de modo a dar-lhe um aspecto “peculiar”. As bandas e marchas das corporações militares agregaram-se à idéia de procissão, em que os populares seguiam pelas ruas atrás de estandarte e símbolos, agraciados com intensidade pelos populares.

<sup>18</sup>GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>19</sup>A imprensa e o governo tentaram imprimir ao carnaval de rua deste período um espírito democrático, contudo existiam espaços de distinção. Rita de Cássia, ao tratar sobre as modalidades de sociedades e clubes carnavalescos existentes em Pernambuco, no início do século, destacou que existiram, no período em questão, três categorias de brinquedos: os maracatus, cortejos reais de reis e rainhas - oriundos de tradições religiosas negras, sendo formados por pessoas, em geral, de baixa renda; os clubes pedestres, formados por pessoas oriundas das classes populares e os clubes de alegorias e críticas, formados por membros da classe média.

passo que o carnaval tomou as ruas nos anos iniciais da república, intensificou-se a presença de trabalhadores nas cenas urbanas.<sup>20</sup>

A invasão das ruas pelo povo, pelo mísero habitante dos mangues e das marés, era vista com apreensão pelos membros das camadas dominantes. Intimidava-os, amedrotava-os e levava-os a abandonarem os espaços públicos ou a refugiarem-se no interior de carros e automóveis, divertindo-se no corso, entre famílias.<sup>21</sup>

Esse carnaval popular foi veementemente combatido pelas elites pernambucanas. Tratou-se de uma manifestação vista como necessária à repressão, porque comprometia a ordem interna e a imagem do Estado “moderno”, diante de outros grupos considerados civilizados e avançados em torno do mundo. Para tanto, a fim de que a imagem da sociedade pernambucana não fosse maculada coube à polícia intervir, porque era a única força legítima para conter os conflitos sociais e culturais ocorridos durante o carnaval. Além da polícia, outros mecanismos de controle foram utilizados para tentar conter os ânimos populares, nos dias de carnaval, conforme será analisado a seguir.

Em 15 de Novembro de 1910, data que não foi escolhida aleatoriamente - já que se pretendia associar à imagem da República o ideal de democracia social vinculado ao carnaval, como mecanismo de construção de uma identidade para o novo regime político adotado pelo Brasil - ocorreu uma reunião de setores da sociedade interessados na promoção do carnaval, que constituiu o Primeiro Congresso Carnavalesco. A idéia inicial do poder público era reunir a corporação policial, representantes da imprensa e clubes carnavalescos, no intuito de promover uma festa de paz.<sup>22</sup> Não existia naquele período, aparentemente, outro interesse que não esse. O referido evento foi presidido por Oswaldo de Almeida, redator da coluna “Carnaval” do *Jornal Pequeno* e arbitrado pelo chefe de polícia, Dr. Ulysses Costa.

O Congresso parecia ser o melhor meio de se chegar às camadas populares e de se intervir nas manifestações do povo, dando aos clubes pedestres a idéia de que estavam participando de um movimento maior em torno da construção de um novo país, quando se sabe que o poder final de decisão estava a cargo dos grupos elitistas, como tinha sido até então.

---

<sup>20</sup>Este carnaval popular era puxado por associações carnavalescas constituídas, em sua maioria, pelas camadas populares, que eram formadas por assalariados, trabalhadores ocupados de atividades mecânicas e manuais, além daqueles que não tinham um trabalho fixo, sobrevivendo de “bicos”.

<sup>21</sup>ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 302.

<sup>22</sup>PERNAMBUCO, João de (pseud. De Leonardo Dantas). **Pequena História Social do Carnaval do Recife**. Recife: Ed. Do Autor, 1998.

O congresso pretendia ainda unificar a forma de exibição dos clubes, reformar e igualar estatutos de clubes e troças Carnavalescas. Em troca de proteção policial, incentivos de reconhecimento público, os clubes carnavalescos arriscavam-se a perder parte de sua autonomia, tanto em relação à sua capacidade criativa quanto em termos de organização e poder e de decisão, que era da alçada de cada grupo independentemente.<sup>23</sup>

A proposta do brinquedo carnavalesco implementada pelo Congresso, entretanto, não durou mais de um ano, mas iniciou-se a idealização de uma instituição, cujos objetivos visavam à organização do carnaval dirigido, o que só foi, efetivamente, consolidado em Pernambuco com a institucionalização da Federação Carnavalesca Pernambucana.

Com o fim do Congresso, foi-se a crença de que a paz pudesse reinar nos dias de Momo, em razão da persistência do registro de ocorrências policiais. Diante das incertezas e agitações de rua, a ação policial incisiva e repressora ainda era a melhor opção. Talvez, o insucesso daquele Congresso estivesse menos associado às táticas de resistência dos grupos populares do que à falta de estratégia e de planejamento de ação do seu grupo dirigente. Durante os anos seguintes, o carnaval continuou sendo representado entre o medo e o fascínio, sendo a festa patrocinada por grupos de pequenos comerciantes e constrangida pela ação policial.

Assim, nos anos seguintes ao início da República - mais precisamente nos anos de 1920 e seguintes - o modelo de carnaval, entrudo civilizado, proposto como a solução para os problemas dos que eram contra o entrudo foi se tornando um aspecto ao qual precisou ser destinada mais atenção das autoridades públicas, sobretudo em virtude das grandes modificações ocorridas no panorama político, econômico, social em âmbito nacional e internacional. Da euforia da população com a proximidade das eleições aos constantes flagrantes de vadiagem e do aumento dos índices de criminalidade, passando pela chegada de tecnologias inovadoras, como é o caso da eletricidade e de automóveis, até chegar à forma como as pessoas se divertiam no Recife durante o carnaval, muita coisa precisou ser revista para incorporar ao brinquedo os ares da modernidade.<sup>24</sup>

O carnaval passeava entre o fascínio e o medo das elites locais porque, àquele tempo, quaisquer aglomerados de pessoas podiam ser representativos de desordem. Fossem encontros políticos ocorridos em comícios - em espaços públicos ou privados; fossem confrontos

---

<sup>23</sup>ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 393.

<sup>24</sup> Acerca das modificações que ocorrem nos anos 20, os chamados “anos loucos”, e de como elas vão alterar a forma como as pessoas vão se relacionar com o espaço urbano, o interessado deve procurar a tese de doutoramento de Sylvania Couceiro - COUCEIRO, Costa Sylvania. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Tese de Doutorado, Recife-UFPE, 2003.

decorrentes de posições culturais divergentes; fossem festas e diversões, públicas ou privadas; de um jeito ou de outro, a situação de se ver reunida um amontoado de pessoas suscitou na sociedade recifense a necessidade de cobrar o controle sobre as manifestações populares nos espaços públicos.

O medo do carnaval era justificado pelo próprio ranço que um grupo de carnaval tinha em relação ao outro. A convivência cotidiana dos membros e a partilha de histórias de vida sedimentavam os laços de solidariedade e amor dos populares pelo grupo eleito como seu e que, necessariamente, os tinham elegido, também, para integrar sua história. Mas, eram nas ruas que se confirmavam os sentimentos e o pertencimento dos sujeitos ao seu grupo. Nos cantos, nas danças, nas manobras de orquestras, nos passos e na marcha eram forjadas identidades que davam caráter coesivo aos grupos de carnaval.

Em razão deste amor é que muitos dos conflitos de rua foram justificados, sendo aqueles a motivação legal para que houvesse ação repressiva e preventiva das autoridades policiais sobre o carnaval, como veremos adiante. Ofender um membro do grupo era criticar a própria coletividade. Diante da alusão negativa ao grupo, todos se insurgiam, não só para defender-se das qualidades que lhe foram atribuídas, como para mostrar a supremacia do seu grupo em detrimento do outro.

Havia momentos freqüentes, nas primeiras décadas da República, em que a violência, as brigas e os conflitos sangrentos estouravam em meio ao desfile das troças e dos clubes carnavalescos. Era comum, então, ver-se facas de ponta cruzando a noite e furando barrigas, cassetetes zunindo no ar e estalando nas costas dos foliões, armas de fogo pondo fim à vida de muitos [...]. A violência era uma constante no cotidiano da cidade e, mais ainda, por ocasião das grandes aglomerações populares, como no carnaval. Desfile num clube era um ato de prazer, satisfação, orgulho, mas também o era de desafio e coragem [...].<sup>25</sup>

Além das disputas entre grupos rivais decorrentes de insultos, foi comum a briga de orquestras, quando dois grupos rivais encontravam-se pelas ruelas da cidade e usavam como arma, para atingir o rival, o som da orquestra e as vozes dos populares integrantes do seu. Naqueles encontros, os instrumentos de cada um, bem como as vozes dos populares, tentavam sufocar o hino do outro grupo pela música e ritmo do frevo.

Entre as desavenças e a discórdia, as cenas de violência eram percebidas a todo o momento - como chamaram à atenção Sylvia Couceiro, Rita de Cássia Barbosa de Araújo e Raimundo Arraes, ao tratarem sobre a ação repressiva e preventiva no carnaval e outros

---

<sup>25</sup>ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 355.

divertimentos “populares” durante os primeiros anos da República.<sup>26</sup> Tal fato fazia com que a sociedade procurasse identificar um culpado para os distúrbios da época. Assim, foi comum ler nos jornais a requisição da sociedade por “Uma polícia mais bem preparada e treinada, que agisse a partir de outros mecanismos e princípios, que não a simples violência.”<sup>27</sup> O medo representado nos jornais denotou as insatisfações da sociedade com os aspectos “desordeiros” que as ruas assumiram nos dias de Momo.

Foi preciso decantar a força policial em favor de ações controladoras estratégicas, porque, muitas vezes, foi mais comum ver a polícia incitando a violência do que tentando evitá-la. Por isso, foi constante, nos jornais da época, a reclamação popular por agentes policiais melhor preparados, para enfrentar as adversidades das ruas, já que estava evidente que a atuação policial nos dias de carnaval estava pondo fim à festa. Exemplo disso pôde ser lido em 1927, a saber:

Correu desanimadíssimo o dia de ontem. Nunca Recife teve um domingo de carnaval tão frio como o de ontem, e isso, exclusivamente, devido à má orientação da polícia civil, que matou os nossos tradicionais festejos. [...]. Os rigores, ontem, postos em prática, por parte da polícia civil, eram uma medida absolutamente dispensável. Todos os anos anteriores, quando o carnaval assumiu proporções fantásticas, que o tornaram célebres [...]. O Estado de paz, sem o rigorismo da polícia, sem determinações de regulamentos de especialista, tudo correu admiravelmente bem, em ordem e paz. Daí, as desnecessidades das medidas de ontem que mataram o carnaval.<sup>28</sup>

Eram os dias da tristeza para o carnaval. O próprio espaço reservado nos periódicos às manifestações foi reduzido na última metade dos anos 20. Parecem ter sido os carnavais mais tristes e menos aproveitados pela população. De fato, o número de agremiações oficiais que desfilaram foi inferior, quando comparado com os anos anteriores, em decorrência do temor de reações agressivas da polícia e das estruturas de controle estabelecidas. Contra a ação policial, os jornais se opuseram criticamente, defendendo a tese de que “[...] nosso povo é ordeiro e quanto menos acochado, nesses dias de alegria, tanto mais pacato se mostra [...]”.<sup>29</sup>

A situação, entretanto, pareceu que tomaria outros ares quando Eurico de Souza Leão assumiu o cargo de chefe da Repartição Central de Polícia em 1926. Esse agente público assumiu o cargo quando Estácio Coimbra foi eleito governador do Estado. O novo chefe de polícia era bacharel em Direito e representou a possibilidade de que a polícia viesse a

---

<sup>26</sup>COUCEIRO, Costa Sylvania. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920**. Tese de Doutorado, Recife- UFPE, 2003.

<sup>27</sup>Idem, P. 253.

<sup>28</sup>Jornal do Recife. 01 de Março de 1927. “O Carnaval”.

<sup>29</sup>Ibidem.

controlar as ruas definitivamente. Para auxiliar o novo chefe de polícia foi nomeado como inspetor o Sr. Ramos de Freitas, conhecido como “beijola”.<sup>30</sup>

Com a nova gerência da atividade policial no Estado, iniciou-se um processo de racionalização do corpo policial. As demandas da sociedade por uma polícia mais eficiente pareciam estar sendo correspondidas, porque se deu início a uma reformulação da formação dos policiais do Estado e ao cumprimento de normas legais já editadas. Sobre isto, Sylvia Couceiro faz um panorama em sua tese de doutoramento, realçando como se deram essas transformações do corpo policial no Estado, e de que forma aquele passou a relacionar-se com os divertimentos “populares” nos anos de 1920, no intuito de exercer uma atividade controladora sobre as práticas diversionais.

No Diário Oficial de 10 de Agosto de 1927, o chefe de Polícia Dr. Souza Leão e o inspetor de polícia, Sr. Ramos de Freitas, elaboram “Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões”. Tratava-se de um conjunto de ordens normativas a serem executadas pela “Seção de Teatros e Diversões Públicas”, cujo intuito era promover o controle sobre os entretenimentos no Recife, dentre eles o Carnaval. Pelas regulamentações do novo diploma legal, estabelecia-se que “Todos os divertimentos públicos, sejam ao ar livre ou em locais fechados, qualquer que seja a espécie, ou o fim, não poderão funcionar, mesmo em caráter provisório, sem licença prévia do chefe de polícia”.<sup>31</sup>

O procedimento burocrático para concessão de licença de funcionamento passava, além da inspeção policial, pela averiguação da vida pregressa dos responsáveis pelo divertimento, pelo pagamento de uma taxa, até chegar a uma possível concessão de licença. É bom observar que a mera existência desse aparelho repressor precípua não implicava a desnecessidade do acompanhamento policial em todas as etapas do divertimento a ser realizado. No caso do carnaval, a ação estratégica do corpo policial era, constantemente, associada ao sucesso da festa no período tratado. Dessa forma, o cotidiano das diversões no Recife foi marcado por avanços, recuos, negociações e repressão, abrindo a possibilidade de diálogo entre os diversos grupos.

Assim, nos anos subseqüentes a 10 de Agosto de 1927, para que os grupos carnavalescos desfilassem nas ruas, nos dias de frevo, fez-se necessário que os grupos de carnaval estivessem legalmente constituídos, com estatutos próprios, os quais permaneceram

---

<sup>30</sup> COUCEIRO, Costa Sylvia. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do recife nos anos 1920**. Tese de Doutorado, Recife- UFPE, 2003.

<sup>31</sup> Diário do Estado. 10/08/1927 – “Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas”.

sendo exigidos até a posteridade pelas autoridades públicas, para que o brinquedo ganhasse as ruas, regulando o funcionamento interno e os desfiles dos grupos carnavalescos. Esses grupos:

[...] organizavam-se com a finalidade principal de tomar parte nos festejos próximos em honra ao Deus Momo, devendo, para isso, retirar suas licenças na polícia. Havia, certamente, clubes e troças que se organizavam de um modo informal, improvisado, que duravam apenas um carnaval e nem chegavam a tirar licença na polícia.<sup>32</sup>

A partir de 1927, foi comum ver nos jornais, nos primeiros dias de janeiro dos anos seguintes, a convocatória para diretores de clubes, blocos, troças e maracatus, para que comparecessem à sede da inspetoria de polícia, a fim de regularizar suas respectivas situações junto à autoridade policial, para o desfile das agremiações no próximo carnaval. Era preciso, para tanto, que determinadas condições fossem respeitadas. Cada legislatura estipulava elementos imprescindíveis para concessão da licença, devendo estar respaldados na base da ideologia do governante no poder. A publicação da portaria concedia a licença dada pelo chefe de polícia.

Neste diapasão, não podemos ser ingênuos em crer que o carnaval foi uma prática meramente oficial e controlada apenas pela autoridade policial. É preciso analisar as teias dos pequenos poderes que eram exercidos, não somente por agentes específicos como a polícia, mas igualmente, por procedimentos que a princípio parecem ínfimos, mas que contribuíram para estabelecer uma rede de vigilância permanente, existente nas redes sociais.<sup>33</sup>

No caso do carnaval, por exemplo, os clubes carnavalescos estruturavam-se sobre uma base hierárquica rigidamente constituída. Seus membros eram divididos entre sócios efetivos e honorários, diretorias efetiva e honorária e, em alguns casos, diretoria feminina. As diretorias eram, anualmente, eleitas, em assembléia pelos associados. A estrutura de cada grupo era definida, *per si*, a partir do estatuto, sendo comuns as presenças dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Procuradores, Orador, Tesoureiro, Fiscal. Algumas possuíam Zelador, Vogais, Mestre Ensaiador, Diretor de Ensaios, Diretor de Rua, Diretor de Música, Professor de Marchas e Comissão de Finanças, de festejos e de Sindicância.

Em assim o sendo, a própria micro-estrutura social que constituiu os grupos de carnaval era representativa da estrutura de controle existente no âmbito das redes de poder perceptíveis no carnaval; um poder que circulou, se bifurcou e atingiu aos que quiseram

---

<sup>32</sup>ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 341.

<sup>33</sup>FOUCAULT, Michel. **Micro-física do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

brincar. Além deste, existia o poder econômico, exercido pelos financiadores do carnaval, o que na maioria decorreu de doações de grupos comerciantes ao seu “clube do coração”. Em troca, o grupo de carnaval se comprometia a fazer seu itinerário passando defronte aos estabelecimentos comerciais que o apoiavam.

Cada grupo de carnaval, portanto, tinha que ter uma malha burocrática própria, na qual que os sujeitos se articularam de modo interdependente para a realização dos préstitos, sobretudo diante das possíveis exigências realizadas pelos fomentadores daquelas práticas, entre elas o tempo de permanência que as agremiações carnavalescas deveriam ficar defronte aos estabelecimentos comerciais que fomentaram suas atividades.

Muito da forma como o carnaval era brincando nos anos 20 foi determinada pelos financiadores daquela festa, porque os carnavalescos acreditavam que quanto mais recursos tivessem, possivelmente mais sucesso as suas agremiações alcançariam nos desfiles de rua. Assim, para alcançar o reconhecimento popular, os carnavalescos negociavam os parâmetros do desfile do seu brinquedo. Enquanto isso, o seu grupo carnavalesco adquiria legitimidade popular, diferenciando-se dos demais grupos de carnaval, através de práticas e representações que encampavam o exercício de um poder no campo dos divertimentos populares, atraindo mais filiados e recursos para seus cofres.

Contudo, é bom lembrar que alguns grupos carnavalescos simplesmente não conseguiram, ou não quiseram ceder aos ordenamentos determinados pela RCP ou por grupos comerciantes. O que acontecia com aqueles grupos, cujo pedido de licença não fosse concedido? Eles deixaram de ir às ruas, ou, encontraram outros espaços para reproduzir suas práticas ensaiadas, muitas vezes, durante o ano inteiro?

Neste sentido, é preciso considerar os indícios apresentados pelas fontes pesquisadas de que a população não estava submetida passivamente ao controle das novas regras dos divertimentos públicos. Havia um movimento de circularidade, de permuta de valores, de negociação por espaços, em que a resistência se constituía através de táticas de superação do controle, (re) criando práticas e resignificando o evento momesco. Assim, se não se podia sair às ruas e tomar parte do carnaval que estava se oficializando, por que não ficar na própria sede do grupo carnavalesco e realizar, ali mesmo, as práticas associadas ao carnaval, como veremos ter acontecido nos anos 40?

As resistências, portanto, apesar de não terem ficado claramente delineada nas fontes, existiram; tanto que - mesmo com o controle policial gerenciando as atividades dos grupos, nos parâmetros mais modernos da classificação dos sujeitos, da identificação dos mesmos e

da concessão de permissões - para que o brinquedo ganhasse as ruas, as autoridades públicas continuaram temendo que o carnaval, “representante da desordem”, pudesse suscitar quaisquer tipos de manifestações populares que contrariassem a ordem social.

Os constantes casos registrados de brigas entre clubes de pedestres que porventura se encontravam no transcurso dos desfiles, assustavam a população, sobretudo porque ainda eram constantes os casos de violência registrados pela polícia contra os foliões, daí a continuidade dos apelos populares para que os dias do Momo fossem comemorados com tranqüilidade e respeito dos populares pelos policiais, mas principalmente, desses para com aqueles.

Aproximam-se os dias consagrados a essa festa pagã, a esse período de extraordinária expansão no qual o homem, por espaço de cento e duas horas, põe de lado as convenções, as etiquetas sociais e se entrega às alegrias, à vibração estonteante, louca do carnaval [...]. Mas, infelizmente de alguns tempos para cá, justamente no seio de corporações que têm nos seus homens vastas responsabilidades, é que tem partido provocações, tumultos como o que sucedeu em Julho do ano próximo passado, na Festa de Nossa Senhora do Carmo [...]. É contra a reprodução desses fatos tristes e depoentes, é para evitá-los que se impõem uma série de providências eficientes, bem conduzidas, a ser tomada pelas autoridades competentes para que no carnaval próximo não venhamos a registrar acontecimentos que endoem profundamente nossa cultura, os nossos foros civilizados [...]. Para isso, nada de ressentimentos, de ódio mal contido, de revanches guardadas em Estado latente. Impõem-se um entendimento entre as diferentes categorias de autoridades que no Estado exercem as suas funções estejam elas ao serviço do governo ou da União. Trabalhem para que tenhamos uma festa em plena ordem, com o direito e a liberdade de todos plenamente assegurados por um superior princípio de tolerância energia, quando esta se fizer preciso para repressão dos movimentos contrários à manutenção da ordem.<sup>34</sup>

A mensagem que o jornal queria veicular não se limitou a criticar a polícia e sua atuação, mas defendeu o uso da força policial quando necessária, contra aqueles que se opusessem à ordem. Assim, o termo “ordem” não esteve excluído do discurso difundido pela imprensa, quando criticou a ação repressiva do Estado. Os próprios meios de comunicação fizeram apelo à necessidade de organização, considerando que “[...] só assim, em plena ordem, poderemos ter um belo carnaval [...]”<sup>35</sup>, mas esta ordem precisava ser comedida, a fim de evitar as lastimosas cenas de violências desdobradas nos anos anteriores em conflitos com a polícia.

Passos, músicas e manobras constituíram-se no tripé central do carnaval popular, durante a Primeira República. Isso os distinguiu da classe dominante e da classe média, daqueles que se consideravam gente de bem e que cultivavam as letras, o espírito fino e a eloquência verbal expressos nas troças das mascaradas. Poder-se-ia dizer que para o povo comum, para arraia-miúda, o carnaval estava mais próximo da

<sup>34</sup> Jornal do Recife. Recife, 08 de Fevereiro de 1929. A ordem no carnaval.

<sup>35</sup> Jornal do Recife. Recife, 10 de Fevereiro de 1929. “Sob reinado do Momo”.

carne e do corpo; enquanto que, para a elite, o carnaval era, idealmente, um exercício do espírito e da razão.<sup>36</sup>

Diante dos conflitos de rua e da repressão da polícia, as elites e o governo perderam o espaço público para o “monstro popular” resguardando-se nos espaços privados, mas, ainda assim, dominaram o controle simbólico do evento. Não foi por muito tempo que as elites contentaram-se em brincar o carnaval somente em trechos restritos ao curso e aos espaços privados. Destarte, o pedido de ordem nas ruas, pelas autoridades policiais, não eram investido somente pelo desejo de ver a paz na sociedade, mas decorreu, ainda, do interesse das camadas médias de poderem tomar parte no brinquedo, no espaço público sem temer ameaças. Mas de que forma isso pôde ser feito, se o carnaval, sob égide do Estado, decorreu do medo de que as instituições públicas e grupos elitistas detinham de uma possível sublevação popular contra o poder instituído?

## **1.2. Façam o passo e vejam que no mundo não há carnaval como o daqui.**

Em meio à discussão apresentada no tópico anterior sobre como o carnaval deveria ser realizado, em 1934, foi enviada ao Jornal do Recife uma carta que, apesar de extensa, merece ser destacada na íntegra. Tal documento elucidou o que se passou no imaginário de parte da sociedade da época, acerca da manifestação carnavalesca e da organização do evento de Momo:

Sr. redator do Jornal do Recife,  
Como todo bom pernambucano, sou folião até a medula e, na medida das minhas forças tenho concorrido para que o tradicional carnaval do Recife não esmoreça e continue cada vez mais a ser uma das nossas principais atrações.  
Notei, porém, Sr. Redator que o entusiasmo do público foi, no carnaval, deste ano, superior às possibilidades do povo e das sociedades que se encarregaram de dar realce às festividades.  
Isto me pareceu, entretanto, fácil de ser remediado. Para que sr. Redator, possamos ter todos os anos um carnaval à altura do nosso temperamento tropical, pareceu-me de bom alvitre a criação de uma Federação Carnavalesca, a que se filiassem os cordões, troças e demais associações destinadas a consagrar o Deus da folia.  
Isto seria sobremodo interessante. O carnaval precisa de amparo de todos. O comércio contribui com o que pode para o realce das festividades, mas sucede que o número de organizações Carnavalescas a pedirem auxílios excede muitas vezes as verbas que destinamos para esse fim, porque, eu, Sr. Redator, sou um comerciante que nunca recusei o meu concurso ao carnaval. Por entender que a ele devemos a grande animação que se observa na cidade durante os dias do frevo.  
Com uma entidade, como a Federação Carnavalesca, esses donativos poderiam ser mais equitativamente distribuídos. Do mesmo modo, poderia haver um

---

<sup>36</sup>ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 364.

entendimento com as comissões de orçamento e iluminação das ruas, itinerário e outras providências tendentes a termos um carnaval organizado a contento e para o bem de todos.

Com a federação poderiam os poderes públicos entender-se para uma justa e criteriosa distribuição das subvenções destinadas aos clubes carnavalescos que se exibem durante os três dias de carnaval.

Enfim, sr. Redator, apenas faço uma sugestão. E como observei que a imprensa tomou aos ombros a tarefa de incentivar o carnaval deste ano, parece-me que a minha idéia, amparada e patrocinada pela imprensa do Recife, poderia se converter numa expressiva realidade.

Deixo, portanto, ao vosso critério a sugestão. E, faço logo na quarta-feira de cinzas para que, estudada a tempo, possa ser objetivada com êxito no carnaval do ano vindouro.

Se o Interventor do Distrito Federal oficializou o carnaval, fazendo com que o Rio atraísse turistas de todas as partes do mundo, parece-me que a minha sugestão. Mais modesta, merece o apoio dos pernambucanos amantes do frevo.

De um comerciante.<sup>37</sup>

A carta acima sugere que o modelo adotado, até então, para promoção das festas de carnaval já não mais correspondia ao que a sociedade esperava da festa. Comissões de pessoas indo ao comércio requerer auxílio, comissões constituídas nos principais bairros e focos de folia, para prover iluminação e decoração, além do excessivo controle policial, estava notório de que o carnaval precisava ter sua organização revista, conforme se depreende do texto acima. O interesse do comerciante supramencionado, de lucrar com o evento, realça uma tendência nacional do desenvolvimento da atividade turística, em que o potencial das festas de rua tornou-se um dos principais elementos da imagem a ser vendida do Brasil em outros continentes.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, houve outros movimentos além da tentativa de normatizar e disciplinar os divertimentos públicos. Outros interesses começaram a ser ligados à promoção do carnaval e, diante deles, outras formas de controle da festa precisaram ser concebidas. A necessidade de exercer o controle econômico sobre as festas e as diversões da cidade era acompanhada pelo aumento da população e da violência. O que na época parecia ser o descontrole das autoridades, hoje, já se pode dizer que o que faltou, naqueles anos, foi o funcionamento orgânico das instituições de poder voltado para o mesmo fim.

Os anos de 1920 não foram somente anos de tentativa de exercer o controle policial sobre os divertimentos populares no Recife do início do século, como vimos ter acontecido no tópico precedente - apesar de não se poder negar que quase sempre existiu a necessidade de se controlar o carnaval no decurso da história do Brasil republicano, independentemente de qual fosse a motivação para tanto. Contudo, foi preciso encontrar outro meio para assegurar a ordem do “agitado” ânimo popular.

---

<sup>37</sup> Jornal do Recife. Recife, 14 de Fevereiro de 1934. (Título ilegível no original).

Em 1930, a certeza de que a ação policial, sozinha, não era mais capaz de assegurar o sucesso do tríduo momesco, porque não eram mais, somente, os interesses de um grupo que se confrontavam para a realização da festa, mas de vários, tornou a questão mais complexa. A situação do país passou por mudanças de ordem política, econômica e cultural, em que a busca pelo sentido de ser brasileiro, a nova ordem econômica mundial, as agitações políticas, em torno do mundo, e as crises de um modelo político sucessório, no país, trouxeram as bases para o desenvolvimento do “heterogêneo movimento revolucionário de 1930”, que culminou com a deposição de Washington Luis e colocou Getúlio Vargas no poder, em vez de Júlio Prestes, ora candidato.<sup>38</sup>

De acordo com Ângela Castro Gomes, a “revolução” de 1930 foi um momento em que diversas forças políticas atuaram na condução de um processo que alijou do poder importantes segmentos civis e militares. O modelo de Estado implementado a partir de então, foi tenso e articulado entre dois posicionamentos majoritários: um grupo que defendeu a autonomia regional, mediante ações mais liberais do Estado central, e outro que defendeu a concentração do poder, mediante adoção de ações autoritárias e centralizadoras.

O governo getulista inaugurou no país uma nova proposta política. Vargas associou o autoritarismo a práticas populistas, no intuito de provocar apoio das associações civis ao seu modelo de governo. Para tanto, o aparelho jurídico-administrativo passou por modificações notórias que deveriam resultar na integração nacional. Uma das propostas do Estado Getulista foi a de proporcionar o desenvolvimento das regiões para que essas se somassem à nação, devendo ser combatido todo aquele que se contrapusesse à proposta lançada pelo líder político do país.

Para combater os “inimigos” do novo regime, era preciso ir de encontro ao passado político do Brasil, em que a existência de currais eleitorais manteve a política dos coronéis, a qual primou pelo favorecimento do sul e sudeste sobre o norte e o nordeste. Isso não quer dizer, contudo, que houve uma ruptura do poder federal com as oligarquias rurais, mas uma associação, que implicou o alicerce necessário para o governo manter sua base de apoio, nos locais, onde o governo nacional não pudesse atuar diretamente.

À construção do Estado Moderno, que deu as bases para inserção do Brasil na ordem econômica mundial, o governo de Vargas enquadrou a lógica de produção racional, do

---

<sup>38</sup>Marcília Gama referiu-se aos eventos políticos de 1930, como movimento revolucionário, terminologia que foi bastante questionado por Manuel Correia de Andrade, em virtude de quase nada ter sido modificado nas bases sociais da organização política do país. Desta forma, o autor considera mais prudente referir-se àquele movimento, como rebelião de 30.

desenvolvimento da técnica e ciência necessárias para acelerar o desenvolvimento produtivo do país. E essa racionalização implicou o controle da administração.

A vigilância do poder central nas diversas regiões do país foi aumentada, de modo a coibir qualquer nuance não desejada. Foi, para tanto, desenvolvido um sistema de controle respaldado na normatização, no controle hierárquico e, por decorrência deste, disciplinar. “Urge acrescentar que a proposta de reestruturação do Estado a partir de 30 é esboçada em cima da política nacionalista, que tem em grande parte suas origens no tenentismo da velha república e no movimento integralista dos anos 30.”<sup>39</sup>

A estrutura burocrática estava planejada, mas a dimensão do país não permitiu ao governo central dar conta de tudo sozinho. À centralização das principais decisões políticas e econômicas, precisou ser articulado o apoio das regiões. Daí defluiu a não ruptura do poder central com as oligarquias. Além dessas, nos principais centros urbanos, fez-se necessária a manutenção do espírito do governo e de sua ideologia, o que deveria ter sido reverberado pelos Interventores do Estado, cada qual em sua área de atuação.

Naqueles anos de instabilidade econômica e incertezas políticas, parece ter sido necessário o desenvolvimento de uma identidade unitária, em que o discurso ideológico se conformasse com a prática social, para proporcionar nas pessoas a idéia de um possível consenso diante dos projetos modernizadores do Estado. Neste contexto, era mister o fortalecimento das relações entre os Estados e a Federação, conforme proferiu em discurso o chefe da Seção da Diretoria Geral de Estatística: “[...] a própria natureza do regime federativo exige maior complexidade do aparelhamento destinado a torná-la condizente com o posto que reivindicamos na hierarquia das nações civilizadas. Daí a complexidade da cooperação entre os Estados e a União [...]”<sup>40</sup>

O novo projeto apresentado pretendia à adesão de toda a população. Neste sentido, os agentes representantes do governo, em cada Estado da Federação, tinham como fito realizar a tão desejada integração do país. Cada Interventor deveria buscar combater a resistência da população aos novos projetos, conquistando a simpatia e a crença de que a ação getulista em prol do desenvolvimento do país era mais favorável a todos. Esses objetivos deveriam ter sido alcançados pelo implemento de processos “civilizatórios” dos sujeitos, em que a educação coordenou a constituição de um novo homem adequado aos padrões de higiene, disciplina e instrução exigidos.

---

<sup>39</sup>GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996. P. 19.

<sup>40</sup> *Ibidem*, P. 20.

Com medidas centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos Estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais. Buscando forjar um sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado Nacional, o regime investiu na cultura e na educação. A preocupação com a construção de uma nova idéia de nacionalidade atraiu para o projeto Estado-novista um grupo significativo de intelectuais.<sup>41</sup>

A recente visão política sobrepôs o interesse público ao privado, de forma a limitar o exercício do poder privado e público. A organização administrativa do país pretendeu eliminar os excessos de poder dos grupos políticos dominantes, de modo que a autonomia dos Estados estivesse, a partir de então, limitada pelo federalismo. “O Estado no caminho da centralização política se utiliza de inúmeros mecanismos, entre os quais o sistema de Interventorias, os institutos, as autarquias, os conselhos econômicos, além das delegacias especializadas na vigilância e controle social, elementos indispensáveis à implantação do autoritarismo.”<sup>42</sup>

As Interventorias foram elementos imprescindíveis para construção da nova relação do Governo Federal com os Estados. Essas Interventorias foram um dos mecanismos encontrados, para combater os excessos dos grupos oligárquicos dominantes, nas principais regiões do país. Em Pernambuco, para cumprir essa missão foi nomeado como Interventor do Estado, Carlos de Lima Cavalcanti, que mais tarde se tornou governador constitucional.

Carlos de Lima Cavalcanti era oriundo de família rural<sup>43</sup>, cuja orientação política se colocou contra as forças que pareciam entravar o desenvolvimento nacional, sendo o regime oligárquico fundamental alicerce a ser combatido por ele, conforme se pode verificar pelo editorial publicado na primeira página da primeira edição do seu jornal – Diário da Manhã<sup>44</sup> em 16 de Abril de 1927, assinado pelo próprio, no qual ele não esconde a identificação com os ideais revolucionários dos tenentes de 05 de Julho de 1922.

De acordo com Ayrton Maciel, a atuação de Lima Cavalcanti no movimento “revolucionário de 1930” ocorreu a partir de duas frentes: uma por meio de publicações veiculadas nos jornais Diários da Manhã e do Diário da tarde, nos quais o Interventor escreveu críticas ao governo federal, de modo a se colocar como articulador do movimento de insubordinação; outra, quando Carlos de Lima Cavalcanti assumiu a posição de líder civil da

---

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores, a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1996. P. 09.

<sup>42</sup> Ibidem. P. 49.

<sup>43</sup> “[...] o usineiro conspirador Carlos de Lima Cavalcanti vive a dualidade de um personagem real: a formação e os hábitos conservadores, de um lado, o espírito irrequieto, rebelde, inovador, transformador e reformador de outro” (AYRTON MACIEL, P. 73). Lima Cavalcanti pretendia modernizar o país, mas, contraditoriamente, o ex-governador era membro da classe que ele julgava ser responsável pelo atraso do país: a aristocracia rural.

<sup>44</sup> MACIEL, Ayrton. **Perfil Parlamentar do século XX – Carlos de Lima Cavalcanti**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. P. 68.

Revolução em Pernambuco, em virtude de sua visão combativa ao governo de Washington Luis, além de seu apoio à candidatura da chapa liderada por Getúlio Vargas e por João Pessoa. Essas são algumas das razões pelas quais o mesmo foi de pronto nomeado Interventor do Estado de Pernambuco, logo após o movimento revolucionário irrompido em 04 de Novembro de 1930 - cargo em que permaneceu depois de promulgada a constituição Federal de 1934, quando foi alçado à posição de governador.

A obra política daquele governador esteve, desde o princípio, coadunada com os pilares da Revolução de 1930. Seu governo ensejou uma política opressora em relação aos remanescentes da República Velha e tentou integrar o plano de governo estadual às diretrizes nacionais. Para tanto, a fim de aumentar a vigilância no Estado, o aparelho policial foi fortalecido, de modo que ganhou evidência, não só em Pernambuco como noutros Estados, as ações policiais repreensivas e preventivas no intuito de combater quaisquer possíveis ameaças de ordem. O medo era de que o novo ordenamento social viesse a ser contestado como o fizeram os revolucionários de 30, ao destituir os políticos representantes da ideologia precedente, e isso teve implicações em todos os setores sociais que serviram de espaço para a divulgação de ideologias contrárias ao que estava estabelecido, inclusive o carnaval.

Ante a nova tessitura social delineada, o aparelho repressivo do Estado de Pernambuco precisou ser modificado para gerenciar as condições necessárias para o sistema se manter. Até 1930, a Polícia Civil era formada por uma Repartição Central de Polícia, além de uma Inspeção Geral de Polícia, Cinco Delegacias Distritais na Capital, dez Delegacias Regionais, cinquenta e oito Delegacias em Municípios e dos seguintes órgãos auxiliares: IML, Gabinete de identificação, Inspeção de Polícia Marítima, Casa de Detenção do Recife, Cadeias do interior.<sup>45</sup>

A criação da Secretaria de Segurança Pública prometeu desonerar e operacionalizar o serviço policial, em conjugação com delegacias especializadas para tratar de cada questão de interesse público do Estado, como é o caso da delegacia de Costumes - criada em 1931, com intuito de auxiliar a polícia no controle dos divertimentos e costumes populares - e da delegacia de trânsito.<sup>46</sup>

Contudo, apesar dos esforços do Estado de criar um aparato policial especializado, em que o controle fosse o gestor da vida dos populares, o temor de subversões da ordem persistia. O intuito da Interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti nem de longe foi o de eliminar o

---

<sup>45</sup> GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996. P. 67 e 68.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

evento momesco, mas o de controlá-lo e o de utilizar a festa em favor da promoção de um Estado brasileiro Moderno.

Todavia, nada parecia sanar a violência nos dias de Momo, o que preocupava as autoridades. Se não eram as brigas entre grupos rivais, tentando demarcar territórios nos espaços urbanos, eram os confrontos entre os grupos populares e as forças policiais do Estado. Isso, sem considerar o embate ideológico acerca da festa.

O carnaval, a partir de 1930, foi apresentado como ícone da identidade pernambucana, tanto fora do país quanto entre os brasileiros, os quais se consideravam o povo que melhor brincava e aproveitava os dias do Momo. O carnaval era apresentado como “[...] a verdadeira confraternização da espécie humana. É festa de todos, ricos e pobres [...]”<sup>47</sup>

O imaginário do carnaval àquela época esteve associado a um período de desforra, de quebra das amarras convencionais da sociedade, em que o riso e alegria tomaram o lugar da sisudez do cotidiano. Muitos cronistas de jornais da época, aproveitando-se da ocasião, consideraram o carnaval como contraponto do dia-a-dia, destacando-o como tempos de “escuridão e perfídia”, em que o silêncio foi imposto à população. Eram os dias do Momo considerados como uma necessidade para o martírio do povo, pois representou uma época em que “[...] até os infelizes que a sorte aprisiona em desgraças sem remédio sorriem ingenuamente no carnaval para reviver saudades, evocar eras passadas que já não voltam mais [...]”<sup>48</sup>

É bom ter-se em mente que o carnaval não era uma manifestação acatada por toda a população. Apesar de os jornais, em geral, se posicionarem em favor das manifestações momescas, o que vemos também é certa reação das “famílias de bem” contra a “imoralidade” e “concupiscência” generalizada nos dias de carnaval. As críticas recaíam principalmente sobre as mulheres, as “verdadeiras conservadoras da moral católica”.

Segundo artigo publicado no Jornal do Recife, em Fevereiro de 1928, era relegado às senhoras e senhoritas da sociedade pernambucana a responsabilidade pelo espírito de libertinagens reinante no mês do carnaval, por “se apresentar em público, em trajes que só fazem desafiar a concupiscência e desperta a gula dos homens inescrupulosos e lascivos.”<sup>49</sup>

Não somente a sociedade civil reclamou desse espírito pagão; a própria Igreja foi portadora de um discurso, em seus sermões, contrário à libertinagem e liberalidade no

---

<sup>47</sup>Jornal do Recife. Recife, 10 de Fevereiro de 1929. “Sob o reinado do Momo”. Apesar de esta citação ser de 1929, utilizamo-la, porque entendemos o carnaval como um processo, cuja percepção não foi modificada de forma abrupta, de modo a justificar não utilização deste comentário.

<sup>48</sup>Jornal do Recife. Recife, 10 de Fevereiro de 1929. “Carnaval”.

<sup>49</sup>Jornal do Recife. Recife, 18 de Fevereiro de 1928. (Título ilegível no original).

carnaval.<sup>50</sup> A instituição defendeu o período carnavalesco como sendo de preparação para a quaresma, sendo necessária a reflexão e a penitência em lugar de festas e comemorações excessivas.

Promessa de novos tempos para a festa do carnaval, sob o manto do fim das manifestações violentas no evento; era assim que começava o ano de 1932. Não era o aumento do contingente policial que prometia trazer a paz às ruas, mas a iniciativa de um grupo de carnavalescos, os quais fundaram a Liga Carnavalesca do Recife, em reunião realizada no Clube das Pás.<sup>51</sup> A promessa de um carnaval familiar superaria a crise que tinha dado espaço à festa sem maiores transtornos.

No entanto, as estruturas de controle estavam cada vez mais evidentes no intuito de disciplinar as manifestações populares. As convocatórias para que Clubes, Blocos, Troças, Centros Espíritas e outras variedades comparecessem à SSP (Secretária de Segurança Pública), a fim de regularizarem sua situação, eram inúmeras.<sup>52</sup> Era o Estado tentando, mais uma vez, elaborar um plano estratégico para o controle dos divertimentos públicos.

Os efeitos da Liga Carnavalesca não foram os esperados, e a festa de carnaval continuou sendo realizada em meio a focos de tensão e excessiva vigilância policial. Mais uma vez fracassou a proposta de um carnaval dirigido no Recife. No dia 03 de Março de 1933, quase 01 ano depois da constituição da Liga, o Jornal do Recife, tendo passado os festejos carnavalescos, publicou uma notícia elogiosa acerca da tranqüilidade do último carnaval.

Foi um carnaval de paz ou um carnaval representado como se tivesse sido de paz? Aparentemente, pelo que leva a crer algumas notícias pesquisadas, tratou-se mais de uma estratégia das elites organizadoras do carnaval, no sentido de produzir práticas acordadas com o que era representado. Tanto o era que, alguns dias depois de ter publicado comentários

---

<sup>50</sup> Cumpre destacar que a Igreja sempre foi promotora de um discurso aparentemente contrário ao carnaval. Contudo, importa destacar que essa instituição foi um dos palcos de encenação do espírito carnavalesco, com a promoção de eventos voltados para os seus seminaristas, em que a racionalidade era posta de lado, dando lugar a paixões e “desordens desenfreadas”. Sobre isto quem tiver interesse pode procurar ler a obra de Heers (HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987).

<sup>51</sup> Não encontrei nenhum trabalho que estudasse a Liga Carnavalesca e seus desdobramentos no carnaval do Recife. As referências a esta liga falam, somente, sobre sua ocorrência sem problematizar seus efeitos e as razões para seu “insucesso”.

<sup>52</sup> Essa malha burocrática era praticada, anteriormente, através da RCP (Repartição Central de Polícia), atual SSP, continuou a ser exercida durante todo o Estado Novo, com mais pujança. Contudo, a criação da FCP facilitou o licenciamento dos grupos carnavalescos filiados junto à ela. Isso porque Estado Novo e FCP perceberam as vantagens de trabalhar conjuntamente para consecução de seus objetivos. Por isso, já em 1935, a Federação, no intuito de facilitar a saída dos seus clubes filiados, requereu junto à polícia as licenças para o desfile no carnaval daquele ano. O que começou com uma iniciativa tímida, foi reconhecido, posteriormente, pelo Estado, quando este concedeu à FCP o poder para licenciar os grupos de carnaval a ela filiados, bem como a prerrogativa de cassar licenças.

enaltecendo a ação policial, Xisto - colunista do Jornal do Recife - teceu uma crítica sobre a forma como se estava realizando o carnaval de Pernambuco. Se antes, o carnaval “primou sempre por um traço singular e único e inconfundível, mas de cordialidade, de lógica e de mútuo respeito [...]”<sup>53</sup> agora, o que se via, era uma baderna generalizada. O suposto controle policial não dava conta de manter a ordem no carnaval, mas, por outro lado, as propostas apresentadas para exercício de outras formas de controle não duravam mais de um ano.

Enquanto outra solução não era encontrada pelas autoridades públicas, os cronistas nos jornais buscaram um culpado para o aumento dos registros de ocorrências policiais, o que na maioria dos casos, era associado ao frevo, à deturpação do sentido de fazer carnaval.

Da mesma forma, o Anuário de Pernambuco, publicado por iniciativa do Diário da manhã, trazia uma idéia de que o frevo estava associado à mestiçagem, à desordem e, era o inimigo número do carnaval. Tratava-se de um “ritmo que se contrapunha à paz serena da noite tranqüila”.<sup>54</sup> Por conta disso, nem todos os populares sentiam-se tranqüilos para brincar nas ruas, porque do frevo, do encontro de grupos rivais, podiam surgir cenas de violência, conforme destacou J. Fish, futuro presidente da FCP, em carta enviada à Assembléia Legislativa do Estado, na qual se rememorou como eram os carnavais antes da FCP:

[...] esses agrupamentos carnavalescos viviam em ambiente de rivalidade tal, hostilizavam-se de tal maneira que havia receio de irem às ruas as pessoas pacatas, porque o encontro de dois clubes carnavalescos era sinal de derramamento de sangue. Vitorioso era o clube que deixava nas ruas maior número de feridos e até de mortos. Os compositores faziam músicas especiais para o momento do encontro, conhecidas como abafadoras, não só para superar a orquestra do clube adversário, como para excitar à luta os próprios partidários.<sup>55</sup>

Inseguras, algumas das famílias ilustres da cidade preferiam os retiros espirituais da Igreja Católica, cujos anúncios convidativos eram inúmeros<sup>56</sup>; ou preferiram optar pelos carnavais dos clubes, onde “[...] também há alegria, há ruído, há brincadeira, mas não há o tumulto vertiginoso e absurdo cá das ruas [...]”<sup>57</sup>, em detrimento do carnaval de rua, o qual é comparado alegoricamente a um espetáculo de “far west” ou a um “naufrágio”.

As discussões acerca de como deveria ser arregimentado o carnaval recifense, no curso da década de 30, giraram em torno da desorganização do evento, do financiamento de uns poucos clubes em detrimento de outros, e do possível caos social que era fomentado pelo

<sup>53</sup> Jornal do Recife. Recife, 03 de Março de 1933. “Carnaval de estouro”.

<sup>54</sup> ANUÁRIO, do carnaval Pernambucano 1938, Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

<sup>55</sup> ibidem

<sup>56</sup> Durante o carnaval da década de 30, em quase todos os anos, foi comum encontrar-se convites aos adeptos do catolicismo para fugirem dos hábitos do carnaval, preservando-se na oração em retiro espirituais.

<sup>57</sup> Jornal do Recife. Recife, 03 de Março de 1933. “Carnaval de estouro”.

excesso de libertinagem. Esse cenário fez com que as autoridades aumentassem a vigilância do Estado sobre o carnaval, tanto para explorar o viés turístico do empreendimento momesco, como para controlar as manifestações populares e evitar sublevações de ordem.

Os carnavais de sangue, apesar da repressão da polícia continuaram presentes nas ruas e no noticiário policial da imprensa. Nos anos trinta, os conflitos entre clubes carnavalescos tornaram-se uma preocupação das autoridades governamentais como de grupos da sociedade.<sup>58</sup>

As tensões sociais e políticas não foram devidamente resolvidas e a situação exigiu a complexização contínua do aparato de proteção do Estado. Em 26 de Dezembro de 1934, um grupo de empresários pernambucanos, reunidos sob a sugestão de Mário Melo, tratou de discutir acerca da criação de uma sociedade civil que reunisse as diversas facções de carnaval. O carnaval representava, para eles, a certeza de que os negócios poderiam progredir; contudo era preciso convencer as autoridades de que o investimento naquela festa representava o desenvolvimento do Estado, do turismo, além de proporcionar a festa que a sociedade recifense tanto parecia gostar de brincar.

Na ocasião compareceram J. Pinheiro, da Pernambuco Tramways - cujo escritório sediou o encontro; Arlindo Luz, da Great Western; Camucé Granja; e o jornalista Mário Melo. Do encontro, resultou uma circular, que foi endereçada aos principais grupos de carnaval da cidade, na qual se justificou a possível criação de uma instituição centralizadora dos festejos carnavalescos:

[...] **O carnaval de Pernambuco é típico** e tem sido louvado em toda parte, onde se tem tido conhecimento, pela sua originalidade, de que resultou nosso frevo.

Nota-se, porém que há muita dispersão de esforços, o que é prejudicial.

Pensando nisso, alguns elementos, interessados pelo **progresso** de Pernambuco, e para que o Recife se torne **cidade de turismo**, resolveram fazer a coordenação de todos os elementos numa Federação dos clubes existentes e dos que de futuro possam organizar.

Para o bom êxito da idéia, os seus promotores já se puseram em contato com a maioria dos clubes carnavalescos desta capital, ficando assentada que a referida Federação seria organizada dentro das bases seguintes:

I – Dada a rivalidade ainda existente entre alguns clubes, a administração central dessa **Federação deverá ser constituída por pessoas de representação e prestígio social**, alheias aos mesmo clubes, para que possa realizar o seu progresso com imparcialidade, tendo, no entanto, cada clube seus delegados junto à Federação.

II – Obter dos grandes empresários, bancos, negociantes, em grosso etc, auxílio para o caixa geral, sem prejuízos das coletas que os clubes costumam fazer entre os seus protetores;

III – Esse auxílio será empregado no programa geral organizado pela Federação; no **auxílio equitativo** aos clubes que tomarem parte no carnaval; em prêmios aos clubes que no modo mais condigno se apresentarem; no desenvolvimento do turismo.

---

<sup>58</sup>PERNAMBUCO, João de (pseud. De Leonardo Dantas). **Pequena História Social do Carnaval do Recife**. Recife: Ed. Do Autor, 1998. P. 93.

- IV – **Moldar o carnaval** no sentido do **tradicionalismo histórico** e educacional fazendo reviver costumes nossos, tipos de nossa história, fatos que nos educam.
- V – Colaborar com os poderes públicos num programa que haja um dia exclusivo para o frevo dos clubes pedestres, sem os atropelos do corso e um dia para os clubes alegóricos;
- VI – Organização de comissão para a propaganda do carnaval de Pernambuco nas cidades do interior e dos Estados vizinhos;
- VII – Pugar pela harmonia de todos os clubes, a fim de que se possa dar sempre o maior brilho às festividades do carnaval;
- VIII – Propaganda do nosso carnaval, por meio de filmagem e irradiações de nossas músicas no interior;<sup>59</sup>

No fim da carta, redigida pelo futuro Secretário Geral da FCP, marcou-se uma reunião para o dia 03 de Janeiro de 1935 às 20 horas, na sede da Federação Carnavalesca de Desportos, à época localizada à Rua da Aurora, número 237.

A circular encaminhada aos principais grupos de carnaval da cidade denotou qual era o desejo do grupo empresário envolvido na questão, e de que meios eles poderiam ser alcançados. As propostas da futura entidade estavam elaboradas. Bastava um encontro entre o futuro grupo dirigente da FCP e as comunidades de carnaval da cidade, para resolver detalhes mais específicos, porque, se a festa de carnaval era considerada um evento eminentemente de rua, brincado pela grande maioria da população, era necessária a adesão dos carnavalescos para atuar como mediadores das propostas para novas práticas do brinquedo.

Os termos utilizados pelos autores do documento supratranscrito estão associados ao momento político pelo qual passava o país e o Recife, em que as definições de identidades precisaram ser reelaboradas. Esse movimento ficou mais nítido durante o Estado Novo. “**O carnaval de Pernambuco era típico** e, portanto precisava ser salvaguardado, porque era parte integrante da memória, do “**tradicionalismo histórico**”. Essas palavras que, geralmente, foram associadas ao passado, aparecem, no texto da circular, vinculadas ao “**progresso**”. Ou seja, existia a idéia de que o carnaval promovido por uma possível instituição a ser constituída “**por pessoas de representação e prestígio social**” podia ser elemento constitutivo da modernidade, dos novos tempos e do novo modelo político inaugurado com Carlos de Lima Cavalcanti na cidade. Para tanto, era preciso “**moldar o carnaval**”, porque assim, a cidade podia disputar uma projeção nacional, amparada pelo desenvolvimento da atividade **turística** na cidade, a qual seria difundida pelos quatro cantos do país, através de **propagandas** a serem elaboradas pelos próprios populares em concursos promovidos pela instituição.

A proposta parecia ser a resposta para as inquietações de parcela da sociedade recifense acerca do evento, sobretudo porque prometia a consecução da paz sem maiores

---

<sup>59</sup> ANUÁRIO, do carnaval Pernambucano 1938, Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

transtornos, sem o uso da força policial - o que não foi o argumento mais convincente para adesão dos grupos de foliões, os quais estavam mais preocupados com a consolidação da distribuição equitativa de recursos para todos os grupos de carnaval. Através do controle econômico do evento, o poder da Federação estabeleceu-se tentando atender às diversas demandas sociais: para os grupos políticos no poder, o fim das brigas durante os dias de carnaval; para as classes-médias, a possibilidade de retomar o espaço público; para os comerciantes, o aumento dos rendimentos. Tudo orientado em favor do progresso associado à manutenção dos valores “tradicionalistas” ainda que, contraditoriamente, possa-o parecer.

Assim, no desenrolar das primeiras décadas do século XX, viu-se a reiterada tentativa de se criar instituições mediadoras dos interesses dos diversos grupos envolvidos com o carnaval. A todo o momento, eram propostas novas teses e regulamentações específicas para a “festa da carne”. Cada grupo social, com seu interesse, ainda que não existisse homogeneidade em sua constituição, colaborou como pôde na propositura de ações disciplinares que objetivaram conter possíveis sublevações e render lucros para os cofres públicos.

O Congresso Carnavalesco em 1910, a Liga Carnavalesca em 1932 e, por fim, a Federação Carnavalesca Pernambucana em 1934, todos foram instituições colaboradoras das pretensões políticas e econômicas voltadas para a manutenção de uma suposta ordem coadunada com o novo projeto de cidade que se tentou constituir. O carnaval passou a ser visto como um excelente negócio para os cofres públicos, além de representar um dos elementos através dos quais os grupos políticos e sociais no poder puderam criar sentimentos de identificação com a população, dando-lhes a idéia de pertencimento dos sujeitos ao todo, a fim conformar as posições sociais de cada um a seu grupo.

Neste sentido, importa salientar as idéias de Michel Foucault que, ao estudar as mudanças sociais ocorridas no século XVIII e XIX na Europa, percebeu as alterações envolvendo a economia do poder, que passou a priorizar a vigilância em detrimento da punição, porque aquela era mais eficaz e rentável.<sup>60</sup> Nesse sentido, percebe-se que as idéias desenvolvidas por Foucault são aplicáveis ao entendimento das diversas instituições criadas em Pernambuco para, a princípio, disciplinar os divertimentos carnavalescos, vigiando de perto os integrantes dos grupos de carnaval, através de mecanismos operatórios inclinados a fixar relações, intermediadas por aparelhos de vigilância disponíveis, elaboradores de um conjunto de regras a serem respeitadas. O medo incutido nos grupos de carnaval de que, caso

---

<sup>60</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

desrespeitassem as regras, estariam de fora da festa, serviu de mote para proporcionar a interiorização das disciplinas exigíveis nos sujeitos.

Essas sociedades disciplinadoras exerceram seu controle de várias formas, mas destaquemos duas, que de maneira transversal atuavam na vigilância dos sujeitos sociais que tomavam as ruas nos dias de carnaval: vigilância indireta dos sujeitos integrantes dos grupos de carnaval, através da vigilância direta sobre os carnavalescos, líderes de grupos de carnaval, pelo estado; vigilância direta dos líderes dos grupos de carnaval sobre seus filiados. Essas práticas objetivaram a extração máxima das potencialidades daquelas instituições, a fim de que cumprissem um suposto papel de tornar os indivíduos mais “dóceis” e menos “bárbaros”. A idéia era associar os diversos interesses dos grupos promotores do evento à promoção do carnaval, como veremos.

### **1.3. E abre-se uma fresta para o Estado.**

No dia marcado, compareceram quase todas as agremiações carnavalescas convidadas ao encontro. Na oportunidade, votou-se o estatuto da nova entidade e elegeu-se a sua diretoria, sendo definida, como sede provisória da instituição, a Federação Pernambucana de Desportos.<sup>61</sup> Em Janeiro de 1935, os principais jornais da cidade comunicaram a criação de uma estrutura centralizada, a fim de dinamizar a organização do carnaval. Era criada a Federação Carnavalesca Pernambucana, a qual, no dia 19 de Janeiro de 1935, adquiriu personalidade jurídica. Na ocasião foi dito que a entidade pretendia a manutenção da “originalidade” do folguedo carnavalesco pernambucano, ao passo que divulgava a festa como “atrativo turístico”.

Contudo, a análise da pesquisadora Rita de Cássia Barbosa de Araújo parece melhor justificar a criação da instituição. Segundo Araújo, a criação da FCP decorria menos de um desejo de conservar e fortalecer o carnaval pernambucano do que de fazê-lo um instrumento das grandes empresas, a fim de criar vínculos com as camadas populares e, assim, poder restabelecer prestígios e aumentar sua lucratividade.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup>Apesar da menção à produção de atas e documentos oficiais sobre este momento, nenhuma documentação oficial foi localizada, o que dificultou o trabalho de pesquisa, à medida que tivemos de restringir as representações pesquisadas aos jornais..

<sup>62</sup>Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. DIP DOPS no frevo. Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco: 1930-45. In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). **Tradições e Traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife, Ed. UFPE, 2008.

A observação atenta da assertiva é corroborada quando se verificam os nomes da diretoria da nova instituição, os quais eram constituídos por empresários e grandes comerciantes, salvo pelo nome de Mário Melo, cujo contato com as manifestações populares era anterior a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana. Os integrantes que encabeçavam a diretoria não deveriam ter nenhum tipo de vínculo com clubes carnavalescos, a fim de evitar inconvenientes, decorrentes de uma competição natural entre as agremiações. Assim, ficou constituída, a diretoria da Federação Carnavalesca pernambucana pelos cavalheiros:

**Presidente:** Dr. J. P. Fish – O Sr. J. P. Fish era gerente da Pernambuco Tramways, sendo cidadão americano, mas erradicado em Pernambuco. Sua eleição é justificada no Anuário da Federação Carnavalesca em razão do seu amor pelas coisas da terra.

**1º vice-presidente:** Dr. Arlindo Luz – engenheiro da Great Western; era reconhecido no Estado pela sua ampla visão administrativa;<sup>63</sup>

**2º vice presidente:** Dr. Pedro Allain Teixeira – integrante da Caixa Econômica do Estado e ex-deputado estadual;

**1º secretário:** Dr. Mário Mello – jornalista e colunista do Jornal Pequeno;

**2º secretário:** Dr. Samuel Campelo – bacharel em Direito e sócio do Instituto Arqueológico; foi um importante membro do teatro pernambucano;

**1º tesoureiro:** Dr. J. Pinheiro - era engenheiro da Pernambuco Tramways, encarregada da prestação dos serviços de geração e distribuição de energia em Pernambuco desde 1914. Dentre outras atividades, a Tramways monopolizava o serviço de bondes elétricos, iluminação pública, de gás e a telefonia pública.

**2º tesoureiro:** Dr. Renato Silveira – Político renomado no Estado, atuando, agora, como diretor- gerente do Banco de Crédito Real de Pernambuco;

Na oportunidade, ficou firmada a necessidade de criação de um estatuto, o qual deveria balizar a atuação da Federação Carnavalesca Pernambucana.

De acordo com a Assembléia deliberativa, ficou definido que cabia à Federação Carnavalesca: **promover a harmonia** entre todos os clubes filiados; **distribuir auxílios eqüitativos**, cada ano, aos clubes que tomarem parte no carnaval; **dar prêmios aos clubes carnavalescos** que de modo mais condigno se apresentarem; **desenvolver o turismo; moldar o**

---

<sup>63</sup>Esta empresa contribuiu para consolidação do carnaval pernambucano. De origem britânica, a empresa era detentora de maior parcela do sistema ferroviário da região. A aproximação da empresa com o carnaval pernambucano integrou uma das estratégias de campanha da instituição, para tentar melhorar sua imagem no seio da sociedade, a qual estava bastante desgastada pelos movimentos trabalhistas de seus operários.

**carnaval** no sentido do tradicionalismo histórico e educacional, fazendo reviver fatos que educassem; colaborar com os poderes públicos para a regulamentação e boa distribuição do tráfego, a fim de que não houvesse prejuízo do frevo, que merecia apoio, para a sua conservação típica; **organizar comissões para a propaganda do carnaval** pernambucano nas cidades do interior e nos Estados vizinhos, bem como por intermédio do rádio e da cinematografia.

O Estatuto da FCP visava atender às principais demandas do poder público e da população acerca do carnaval, mostrando quais eram as intenções dos dirigentes da instituição, quando de sua concepção. Ora, a promoção da harmonia entre os grupos carnavalescos era uma das prioridades do grupo dirigente da Federação. Tratava-se de uma aparente estratégia de conquistar a simpatia popular para causa da instituição, que era colocada como a causa da própria sociedade. Assim, apresentando-se como grupo capaz de salvaguardar a ordem nos dias de Momo, a Federação ganhou a adesão de parte da sociedade recifense, que viu de forma positiva as ações da instituição recém-criada.

Outrossim, a distribuição dos recursos de forma equitativa, bem como a concessão de prêmios aos melhores grupos de carnaval, visavam conquistar o apoio dos grupos populares, sobretudo daqueles que eram preteridos pelo financiamento dos comerciantes da cidade do Recife.

O reconhecimento do sucesso de um grupo de carnaval em detrimento de outros, dava ao vencedor dos concursos carnavalescos a legitimidade para o exercício de um poder, entre os outros grupos de carnaval, permitindo-lhes aumentar o contingente de adeptos ao brinquedo. Assim, à medida que um grupo carnavalesco tornava-se vencedor, suas manifestações ganhavam mais adeptos e, por conseguinte, mais recursos de seus sócios.

Outro aspecto importante a ser verificado no Estatuto é associado aos objetivos da Federação Carnavalesca de querer moldar o carnaval aos objetivos do Governo, criando espaço para reprodução de práticas associadas às representações perpetradas pelo Estado nas suas práticas discursivas. Assim, o carnaval passou a encampar um espaço pedagógico para educação dos grupos populares. Essa experiência, considerada pioneira pelos integrantes da Federação, deveria ser exportada assiduamente e, por isso, a necessidade da criação de um Departamento permanente de propaganda do Estado em outros estados e noutros países, a fim de difundir a imagem do carnaval e do próprio regime político adotado.

Por fim, é preciso salientar que a Federação era formada por grupos comerciantes, como dissemos em outro momento, ao comentarmos o posicionamento de Rita de Cássia

Barbosa de Araújo, ao justificar a criação da Federação menos em razão da vontade de conservar a cultura pernambucana do que de auferir lucro com o evento. Isso pode ser constatado pelo próprio estatuto da instituição, quando este identifica a necessidade de fomentar as atividades turísticas do Estado. Sem dúvidas, o caráter econômico do carnaval foi um dos elementos norteadores das práticas de carnaval fomentadas durante os dias em que a Federação coordenou as atividades momescas.

Para dar suporte a estrutura diretiva da Federação, havia ainda dois conselhos – um consultivo<sup>64</sup> e uma comissão fiscal<sup>65</sup> – e uma diretoria de honra, que ficou designada pelo artigo 18, o qual deliberou como membros dessa diretoria: o Governador do Estado, Carlos de Lima Cavalcanti; o prefeito do Recife, Lima Castro; o comandante da Sétima Região Militar; o comandante da Brigada Militar do Estado; o presidente do Rotary Clube; o presidente da Associação Comercial; o presidente da Rádio Clube; e o presidente da Associação dos Varejistas.<sup>66</sup>

A iniciativa da criação da FCP foi recebida com ânimos diversos entre a população. No dia 08 de Janeiro, por exemplo, o Jornal Pequeno publicou uma carta de um popular, o qual se contrapôs à Federação sob a argumentação de que a entidade viria a descaracterizar o carnaval de Pernambuco, o qual deveria manter a naturalidade de suas manifestações:

[...] o característico das nossas festas Carnavalescas é a plena liberdade (dentro dos seus limites naturais) dos nossos clubes, blocos e troças, para se exibirem como quiserem e puderem. Bem ou mal apresentados, com o concurso do comércio e de particulares, os clubes vêm para rua fazer o frevo, sem a manifestação imposta por estatutos, regulamentos ou qualquer outra coisa dessa natureza. O nosso carnaval é essencialmente popular. Não é uma festa de classes, mas uma festa, só e só do povo. Não se compreende, assim, que uma organização de privilegiados ou aristocratas venham traçar normas ao povo, que quer se divertir à vontade, livre de preconceitos e de regras.<sup>67</sup>

As considerações desse folião denotaram posições políticas diversas daquela defendida pelo grupo majoritário que constituía a Federação Carnavalesca Pernambucana. Os

---

<sup>64</sup> Conselho consultivo: o conselho consultivo era composto pelos cavalheiros: Dr. Oscar, João Cardoso Ayres, Wallace Ingham, Alberto Fonseca, Dr. Gersino Pontes, Dr. Fernando Simões Barbosa, Antônio Ramiro Costa, Ulysses Correia, Renato Pereira da Silva, Camucó Granja, Dr. Fonseca Lima, Capitão Sidrack de Oliveira, Frederico Vonshosten, Roberto Fernandes, Victorino Maia, Rachel Adobati, Capitão Laurentino Bomarino, Dr. João Cabral de Vasconcelos, Dr. Álvaro Ramos Leal, Jack Romangueira e mais um representante de cada jornal da capital.

<sup>65</sup> Comissão fiscal: Manoel Natividade (Clube das Pás), Alfredo Pio (Troça Pão- Duro), João Castelar (Bloco Flor de Lira), tendo como suplentes: Oscar Mello (Dragões do Momo), Benedicto Pinheiro (Quatro Diabos), Euclides Santos (Prato Misterioso).

<sup>66</sup> Jornal do Recife. Recife, 05 de Janeiro de 1935. “A confederação Carnavalesca pernambucana e o modo de ver de um folião”.

<sup>67</sup> Jornal Pequeno. Recife, 08 de Janeiro de 1935. “A Federação Carnavalesca Pernambucana e o modo de ver de um folião.”

argumentos dos opositoristas à Federação basearam-se na origem econômica e social dos integrantes da direção da Federação e dos planos de controle da festa de carnaval.

Não existiu nos anos iniciais da Federação um posicionamento homogêneo sobre se a FCP representava avanço ou retrocesso na realização dos festejos carnavalescos.<sup>68</sup> Contudo, Mário Melo não deixou passar sem respostas as diversas críticas feitas pelos leitores dos jornais da cidade e, nem tampouco, perdeu a chance de fazer do momento uma oportunidade para panfletar em favor da FCP.

O jornal Pequeno inseriu na terça-feira, uma carta contra a Federação Carnavalesca Pernambucana e, de certo modo, concordou com os dizeres da mesma, como é fácil depreender-se das seguintes palavras: Acusando, a missiva de um folião, parece-nos que lhe assiste alguma razão nas ponderações que faz e registramos acima. Já foi publicado, mais de uma vez, e não faz mal nenhum que seja novamente repetido: nem o Jornal Pequeno tem coisa alguma com o que escrevo, nem sou obrigado a esposar a opinião dos seus editoriais. [...] Pelas palavras transcritas, tem o comentador a falsa idéia de que a Federação vai impor normas, tolher a vontade do povo, etc. Como um dos diretores da Federação sem nenhum vislumbre aristocrático, porque, ao contrário sempre me bati pelos direitos dos peões contra os aristocratas, posso dizer que os comentários são improcedentes. [...]. A Federação não quer, de modo algum, tolher o direito do povo como está escrito. Que é assegurar esse direito, quer é evitar que descaracterizem o carnaval pernambucano, quer é aproveitar a originalidade desse carnaval e torná-lo conhecido no mundo inteiro.<sup>69</sup>

Para Melo, a Federação Carnavalesca veio para “resgatar” o carnaval pernambucano, assegurando a sua legitimidade. A intenção da instituição não era retirar a naturalidade das manifestações populares, mas assegurar que os clubes, blocos e troças pudessem ter suas manifestações garantidas por esforço próprio e auxílio da Federação. A FCP, pois, se comprometeu em trabalhar no sentido de proteger os clubes da ação de oportunistas que, durante anos, teriam se aproveitado do período carnavalesco, fundando clubes fantasmas para arrecadar recursos sob o pretexto da promoção da festa. Para inibir a ação dos aproveitadores mal intencionados, a Federação exigiu que os clubes carnavalescos tivessem diretoria idônea, quadro social e houvesse tomado parte no carnaval do ano anterior.<sup>70</sup>

A crítica incisiva aos membros da Federação chegou a tal ponto de serem feitas analogias com os membros da diretoria da Federação a simpatizantes do trotskismo e, mais tarde, como veremos em outra oportunidade, representantes do Nazismo no Brasil. Esse tipo

---

<sup>68</sup>A reputação jornalística do secretário da FCP foi muito abalada pelo seu vínculo com a Federação Carnavalesca Pernambucana, sobretudo, porque, mais tarde, foi notório que sua defesa não foi mais em torno do carnaval do Recife, mas do projeto político-partidário que lhe deu suporte. Ele aproveitou-se, constantemente, do espaço que tinha à sua disposição, no jornal, para responder as críticas feitas a sua pessoa e a FCP, seja como colunista do Jornal Pequeno ou da Folha da Manhã.

<sup>69</sup> Jornal Pequeno. Recife, 10 de Janeiro de 1935. “Ontem, Hoje e Amanhã”.

<sup>70</sup> Ibidem. “Ontem, Hoje e Amanhã”.

de conduta, entretanto, não foi uníssona, havendo jornalistas e populares a defender a criação da Federação. Não era o momento oportuno para fazer julgamentos, como alardeou o Jornal do Recife. Era preciso atentar para o discurso de seus diretores e, caso suas premissas primeiras não fossem respeitadas, aí, sim, os populares deveriam fazer valer o título de leões do norte.

Outro ponto nevrálgico que foi recorrentemente criticado por alguns populares era amparado pelo argumento de que a instituição tinha menos interesse em promover o carnaval, do que em obter lucros para grandes empresas de capital estrangeiro, cujos diretores integraram o primeiro grupo coordenador das ações da FCP, a exemplo de Fish.

O vínculo de Fish com a Federação trouxe críticas a Mário Melo, que foi considerado durante anos, como um dos principais agentes mediadores da Federação com os grupos populares. Certa vez, em carta anônima, publicada pelo Jornal Pequeno, um popular argumentou que o jornalista estava vendido às subvenções da empresa norte-americana Tramways, associada ao Dr. Fish.

Você, meu caro amigo Mário Melo, deixou-se embromar pelas lábias de poderosos da Tramways, companhia estrangeira e que não mede despesa, quando se trata de atrair para seu rebanho ovelhas tresmalhadas. A Pernambuco Tramways sondou o terreno, ela sabe o quanto nosso povo é dado as questões Carnavalescas... eureka!... e a Tramways descobriu o nosso fraco... Enquanto se cuida de carnaval, da Federação, de Duarte Coelho etc. etc. vai ela de mansinho, cuidando do seu interesse imediato, horário de bondes, leis de privilégios, inovações de contratos etc. e a imprensa... moita e ouça... Enquanto isso, o público está sentido que corre com fragor o dinheiro americano, o calaboca dos nossos salvadores. [...]. Qual o fim de tudo isso? Enquanto o pau vai e vem, a Tramways vem se infiltrando, e você meu caro Mário Melo (que pena!), vai perdendo a confiança dos que lhe admiram [...].<sup>71</sup>

No entanto, em resposta Melo discordou de que o tivesse feito. Para ele, investimento da empresa norte-americana não era dispensável e a aceitação da verba tinha, sim, intenções lucrativas, mas nem por isso a atitude daquela empresa, bem como da Federação, deveriam ser entendidas apenas sob aquela perspectiva. Isso, porque, se por um lado a empresa supracitada pretendeu ganhar à custa do reinado de Momo; por outro lado, a Pernambuco Tramways em muito estava colaborando com a FCP. Não importava como, o carnaval deveria estar nas ruas.

Dissensos à parte, no primeiro carnaval da Federação, Mário Melo, Fish e J. Pinheiro buscaram “resgatar”, no carnaval, a história do Estado. Em 1935, a temática do baile de mascarados, por exemplo, girou em torno da chegada de Duarte Coelho. A iniciativa Carnavalesca da Federação pretendeu atrair a atenção de turistas de diversas nacionalidades, transformando o carnaval pernambucano em um produto exportável.

---

<sup>71</sup> Jornal Pequeno. Recife, 15 de Janeiro de 1935. “Ontem, Hoje e amanhã”.

Entretanto, nem todos receberam a idéia da vendagem do carnaval como produto de bom grado. Um exemplo de rejeição partiu de Luís Cabral de Mello, o qual questionou o verdadeiro propósito da Federação: “Se o objetivo do Fish é agradar ao povo, porque não trata de arranjar mais uns bondesinhos para a tramways, em vez de querer fazer aqui carnaval de turismo.”<sup>72</sup>

Apesar das críticas, também houve apoio. Nos primeiros meses da história da Federação foram realizadas por alguns clubes, blocos, troças e maracatus, diversas manifestações em homenagem àquela instituição liderada por J. Pinheiro: “Ontem e antes de ontem, esse conhecido clube realizou em sua sede manifestações aos Srs. Dr. J P. Fish e J. Pinheiro. [...] Trata-se de um homenagem à Federação Carnavalesca [...]”<sup>73</sup> Essa prática, a cada ano, tornou-se mais repetitiva. Para alguns, o grande número de festas, em homenagem à passagem de mais um ano da FCP, serviu como instrumento dos grupos carnavalescos para atrair mais recursos financeiros da instituição. Para outros, a idéia de confraternizar a realização do novo carnaval era somente a retribuição da comunidade aos trabalhos desenvolvidos pela FCP.

Críticas e elogios, convergências e divergências de idéias, conflito e harmonia, resultado de debates constantes nos jornais, e em todo lugar que houvesse espaço, a Federação estava instituída, e a ação ideológica de seus dirigentes criou seus próprios mecanismos de difusão. Cada integrante da instituição e cada agremiação filiada, bem como o poder público, foram responsáveis pela consolidação do grupo promotor do carnaval.

A diretoria da Federação levou seriamente o intento previsto em seu estatuto de difundir o carnaval pernambucano como insígnia representativa da identidade pernambucana. Para tanto, a Federação contou com apoio de alguns elementos de comunicação: da cinematografia, mandando vir do Rio de Janeiro um operador da FOX, para registrar em filme sonoro o carnaval; de cartazes a serem veiculados, no Brasil e no exterior; e das músicas de carnaval e sua veiculação pelas rádios.

Aos poucos, a Federação criou um novo campo e estabeleceu novas regras para orientar o *habitus* dos populares. Nesse sentido, é bom lembrar os conceitos de Pierre Bourdier sobre *campo* e *habitus*, como forma de elucidar a assertiva acima. Para Bourdier, o *campo* é um palco no qual se desdobram relações constitutivas de uma estrutura social, a partir de um conjunto de regras, ou leis genéricas, elaboradas por um grupo (ortodoxia) que define como os indivíduos se relacionam (heterodoxia). As regras e leis se constituem no

---

<sup>72</sup> Jornal Pequeno. Recife, 08 de Janeiro de 1935. “Registros do dia”.

<sup>73</sup> Jornal Pequeno. Recife, 14 de Janeiro de 1935. “Carnaval”.

*habitus*, “sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas, e que enquanto lugar geométrico dos determinados objetivos e das esperanças subjetivas tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.”<sup>74</sup>

O objetivo de Bourdier ao delimitar os conceitos referidos parece ter sido o de mostrar como, ao construir o *habitus*, tornou-se possível o desenvolvimento da capacidade criativa dos sujeitos. Em linhas gerais, o *habitus* pretende gerar a ação, mas isso não significa estrita obediência dos indivíduos às regras definidas - nem muito menos, determinou que qualquer sujeito envolvido no campo se apropriasse da mesma forma das regras instituídas.

De toda forma, aos poucos, os populares começaram a ter a FCP como uma das referências da organização do tríduo momesco. Comissões de ruas, grupos dos bairros, foliões, grande parte dos adeptos do carnaval deixaram de realizar a festa independente, para solicitar a parceria com a FCP, mediante a passagem dos préstitos carnavalescos nos seus logradouros. O desfile do carnaval oficial pelas ruas deixou de ser indício de brincadeira tão somente, e passou a configurar-se como elemento distintivo. Destarte, as requisições das comissões de bairro, para que suas ruas se tornassem lócus de passagem de agremiações, durante o tríduo momesco, foram inúmeras:<sup>75</sup>

A comissão organizadora dos festejos carnavalescos da rua da Detenção vem pedir a essa Federação para que considere no programa dos clubes, blocos, troças e maracatus, como passagem dos mesmos. Para isso, a mesma comissão instituiu três taças e uma medalha de ouro, respectivamente, para o clube, troça, bloco e maracatu que melhor apresentar-se.<sup>76</sup>

O reconhecimento da instituição, pelos grupos populares, inicialmente, não foi promovido pelos “braços” do Estado tão somente, mas pela conjugação de fatores e estratégias elaboradas pela própria entidade, com o fito de poder requisitar ao governo o reconhecimento de sua utilidade.

---

<sup>74</sup> BOURDIER, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

<sup>75</sup> As requisições feitas pelas associações de bairros, promotoras do carnaval, realçaram que o carnaval não se instalou “[...] de um momento para o outro no seio da coletividade, rompendo de modo brusco com o ritmo da vida cotidiana, como afirmam alguns teóricos da festa. Na realidade, o clima carnavalesco constituía-se lentamente infiltrando-se, pouco a pouco, no cotidiano da cidade, através da movimentação em torno dos preparativos e da organização para os três dias finais de festas. Os preparativos mobilizaram uma extensa rede de sujeitos e de instâncias públicas e sociais: o comércio, a imprensa, as autoridades municipais e a polícia, profissionais de diversas categorias e, por último, os amantes da folia, os habitantes comuns da cidade, distribuídos desigualmente entre classes e grupos” (ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 215 e 216).

<sup>76</sup> Jornal Pequeno. Recife, 16 de Janeiro de 1935. “Carnaval”.

Contudo, antes, foi preciso mostrar sua relevância. Por isso, ter nos jornais a solicitação dos populares, para que a FCP executasse seus trabalhos, era preponderante, porque dava à instituição notoriedade ante o poder público. Essa visibilidade foi fundamental, no ano seguinte, para justificar o status de utilidade pública.

No dia 22 de Janeiro de 1935, tanto o Jornal Pequeno, quanto o Jornal do Recife divulgaram notas sobre a inauguração do Pavilhão da Federação Carnavalesca Pernambucana na Rua da Aurora. Tomaram parte do evento de inauguração vários dos clubes filiados à instituição, dentre eles o Toureiros de Santo Antônio, Bola de Ouro; as troças Pão Duro e Pão da Tarde; o maracatu Leão Coroado e Caboclinhos; os blocos Bobos em Folia e Flor de Lyra. A programação foi aberta pelo clube Toureiro de Santo Antônio às 18h, na concentração sediada no Pátio do Carmo:

A Federação Carnavalesca Pernambucana vai inaugurar hoje, o seu pavilhão, em sua sede, à Rua da Aurora, e vários clubes filiados irão fazer um grande desfile pelas ruas da cidade, a fim de saudar o novo pavilhão e demonstrar sua solidariedade à nova organização incitadora do frevo. [...]. Os clubes em desfile passarão em frente à sede da Federação, em cumprimento da bandeira, e tomarão o rumo que desejarem. Na sede da Federação estarão autoridades e representantes dos jornais, bem como sua diretoria.<sup>77</sup>

O evento de inauguração do Pavilhão da Federação foi considerado pela imprensa como responsável pela abertura do carnaval, caracterizando o carnaval pernambucano como “único”, essencialmente pela originalidade da música e do frevo. O evento foi financiado por grandes empresas e comerciantes da região, como Pernambuco Tramways e Power Co. e a Great Western Brasil Railways, bancos e firmas comerciais.

Do sucesso da inauguração dependia a vitória do carnaval dirigido e das estratégias de controle do Estado. Os animadores da instituição torceram, esperando que a situação da Federação Carnavalesca pernambucana concorresse para que o carnaval de Pernambuco viesse, em pouco tempo sobrepujar o próprio carnaval do Rio de Janeiro.<sup>78</sup> Por outro lado, outros tantos desconfiaram do modelo de carnaval adotado. E a razão foi a mesma que animou Gilberto Freyre a criticar a instituição mais tarde, qual seja: a supressão da liberdade, da espontaneidade popular.

Mesmo com o majoritário reconhecimento da função social que a instituição se predispunha a executar, as críticas iniciais ao controle do carnaval não pararam por aí. Não

---

<sup>77</sup> Jornal do Recife. Recife, 22 de Janeiro de 1935. “Praticamente inicia-se hoje o carnaval pernambucano”.

<sup>78</sup> Jornal do Recife. Recife, 22 de Janeiro de 1935. “O grande carnaval de Pernambuco”.

eram simplesmente críticas feitas à promoção do evento, aos diretores da instituição, mas à própria incoerência do grupo.

Muitas foram as reclamações em torno da FCP, mas as mais constantes, no primeiro ano de atividades da Federação, 1935, eram acerca do destino desigual das verbas aos grupos de carnaval, o que contrariou o estatuto da FCP, sobretudo porque a concessão de mais verbas para alguns grupos, em detrimento de outros, respaldava-se no envolvimento de simpatizantes de determinados grupos carnavalescos com a diretoria da entidade promotora do carnaval.

O escândalo da distribuição desigual de verbas aos filiados da FCP começou com a denúncia feita por alguns carnavalescos de que os senhores João Castellar e Alfredo Pio, do conselho fiscal, pressionaram a Federação, para que o financiamento de grupos com os quais simpatizavam fosse maior do que o dos demais envolvidos na manifestação Carnavalesca, girando o valor em torno de 350\$000 para cada um dos clubes beneficiados:

Hoje estive nesta redação, o Sr. José Dias, tesoureiro do simpatizado bloco Magnólia [...] para declarar, que o seu conceituado bloco teve apenas, como auxílio da Federação Carnavalesca, a quantia de um conto e quinhentos [...]. Disse-nos mais [...] o seu bloco está disposto a não receber esse auxílio, por ter sido concedido em desigualdade de condições e por ser uma injustiça, pois o bloco Flor de Lyra recebeu 3.000\$000 [...]. Por isso, julga ser grande injustiça que acredita se dever exclusivamente ao Sr. Castelar, fiscal dos blocos e representante do Flor de Lyra.<sup>79</sup>

Revelada essa informação, os muitos grupos carnavalescos manifestaram-se. Uns reclamavam da pouca verba, alegando que o financiamento do carnaval estava sendo inferior aos recursos anteriormente arrecadados pelos próprios clubes ao comércio; outros denunciaram o mau uso das verbas arrecadadas pela Federação, que gastava grandes somas de recursos com bebidas, viagens, concurso de músicas, deixando de lado os pequenos e o verdadeiro espírito do carnaval: os clubes pedestres.

Neste diapasão, a Federação era apresentada como um despropósito, porque, de mentora de um carnaval de paz, zeladora dos valores culturais locais, a entidade estava se fazendo uma grande desilusão, tornando-se mais uma instituição burocrática e opressiva do ânimo popular; outros queriam explicações acerca das denúncias do desrespeito ao estatuto da FCP, quando da distribuição dos recursos, conforme lemos acima; e, ainda, havia aqueles que não entendiam as razões dos investimentos elevados da instituição em concursos de cartazes em detrimento do concurso de músicas. Por esta razão, questionou um popular: “[...] Que

---

<sup>79</sup>Jornal Pequeno. Recife, 01 de Março de 1935. “O Bloco Magnólia e a Federação Carnavalesca Pernambucana.”

critério presidiu esta desigualdade? A pintura e a música não são semelhantes, ou melhor, não se completam para a delícia do espírito?”<sup>80</sup>

De todos os lados foram feitos questionamentos. Uns preferiram enviar cartas anônimas aos jornais, outros não temeram o rechaço e colocaram as críticas de frente, como foi o caso do Clube Magnólia. Não foram somente as propostas da FCP, inicialmente, perseguidas pelos opositores das idéias vinculadas à instituição, mas a forma como elas estavam sendo executadas. Ninguém, aparentemente, reclamou sobre o intuito da instituição de determinar o mote para a realização do folguedo que, naquele ano, foi a representação das lutas pela liberação do domínio estrangeiro, no caso o holandês; ou, da tentativa de imprimir a manifestação Carnavalesca ares “tradicionais”, querendo “resgatar” valores, mas do controle excessivo, da falta de verbas e do desrespeito ao estatuto. Essas posturas contraditórias ao desejo popular, quando apoiou a Federação, foram a base de grande parte das críticas de populares e grupos intelectuais.

Ciente dos fatos alegados pela população, mas sobremaneira engrandecida pelo aumento de sua demanda e pelo reconhecimento popular do grupo majoritário de filiados, a FCP continuou a realização de seus trabalhos. Suas respostas a alguns questionamentos eram esparsas e registradas sob formas de crônicas e opiniões de seus dirigentes.

Sobre o mau uso das verbas arrecadadas, a Federação respondeu às críticas alegando que grande parte do luxo da Federação era custeado pelos próprios membros de sua diretoria, através dos seus trabalhos rotineiros, que não era somente o de organizar o carnaval, como membro da FCP. Afinal, como afirmaram em sua defesa, os organizadores da instituição, todos trabalhavam para manter-se, visto não representar a FCP um meio de sua sobrevivência, mas o zelo pelo carnaval pernambucano<sup>81</sup>. Contudo, sobre a distribuição desigual de verbas aos grupos de carnaval, nenhuma justificativa foi apresentada aos populares sobre o privilégio de umas entidades em detrimento de outras.

Por outro lado, ao Estado, a Federação, constantemente dava o retorno de suas atividades, realçando a necessidade de o Estado ser parceiro da mesma, na promoção do carnaval da FCP. A todo o momento, tentava-se afirmar os vínculos entre o poder político e Federação, uma vez que ambos dependiam da ação estratégia do outro: o governo precisava manter a realização do carnaval e a Federação tinha o desejo de que, com o apoio do Estado, pudesse aumentar os índices de lucratividade do comércio em face da promoção do carnaval.

---

<sup>80</sup> Jornal Pequeno. Recife, 22 de Janeiro de 1935. “Uma carta.”

<sup>81</sup> Não encontrei registros, nos jornais, sobre possíveis salários percebidos pelos dirigentes da FCP como retribuição da atividade exercida.

Todavia, a interação inicial entre o governo de Carlos de Lima Cavalcanti e a instituição foi tímida, porque ainda não existiam evidências de que o modelo proposto pela FCP pudesse sanar os problemas que a festa de Momo trazia ao poder público. Diante da tentativa de aproximação da instituição com o poder central, o que se pôde verificar, através das sucessivas homenagens realizadas pela FCP ao governo, é que a instituição manteve um discurso dito apartidário - e talvez o fosse inicialmente, apesar de cada integrante da diretoria da instituição ter sua opção política própria - entretanto, com o passar dos anos, foi notória a opção política feita pela entidade.

Muitos foram os eventos nos quais o foco dos grupos carnavalescos estiveram voltados para as autoridades estatais. Em 1935, por exemplo, a FCP promoveu um evento em homenagem a Carlos de Lima Cavalcanti, do qual tomaram parte diversos grupos de carnaval filiados à instituição.<sup>82</sup> Esses grupos desfilaram pelas principais ruas da cidade, saindo do Largo da Faculdade às 20h, passando pela Rua Riachuelo, Ponte de Santa Izabel, Praça da República, Rua do Imperador, Rua Joaquim Távora e Praça da Independência.

No dia seguinte ao evento, em homenagem às autoridades públicas, o Jornal do Recife elogiou a iniciativa da Federação, colocando-se em defesa da instituição: “Ninguém de boa fé será capaz de negar o brilhantismo da parada Carnavalesca realizada, antes de ontem, pela conceituada Federação, parada que constitui um sensacional motivo de jubilo para todos, do que podemos afirmar com o testemunho insofismável da nossa consciência.”<sup>83</sup> Evidenciava-se a relação amistosa da entidade com o Estado.

Dizer que a Federação Carnavalesca Pernambucana foi, desde o primeiro momento de sua fundação, uma organização subordinada aos interesses do Estado pode parecer equivocado. É inquestionável que, aos poucos, a instituição se tornou um mecanismo do Estado, de conhecer os grupos populares, a fim de controlar melhor suas manifestações, o que foi corroborado no Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana, publicado em 1938, por Mister Fish.

Todavia, como vimos, o surgimento da entidade esteve mais associado ao desejo de grupos comerciantes em aumentarem seus lucros, mediante a promoção do carnaval, do que em corresponder às expectativas controladoras do Estado. Assim, os interesses do Estado

---

<sup>82</sup> Caboclinhos Carijós, maracatu Estrela Brilhante, maracatu Elephante, Caboclinhos de Canindé, Clube Touro Novo, Troça Desenhistas do Feitoza, Destemidos do Campo Grande, Bloco Thesourinha do Canfundó, Bloco Flor do Amor, Troça Cestinha de Ouro, Bloco Flor da Esperança, Bloco Batutas de Olinda, Clube Aviadores do Peres, Bloco Banhistas do Pina, Troça Prato Misterioso, Clube das Pás, Cachorros do Homem Muido (troça), Clube Lenhadores, Bloco Pra Você, Bloco Batutas de São José e Clube Vassourinhas.

<sup>83</sup> Jornal do Recife. Recife, 10 de Fevereiro de 1935. “O imponente carnaval de antes de ontem.”

combinaram-se, paulatinamente aos interesses da Federação: o Estado desejoso de exercer controle sobre as massas, de divulgar o ímpeto democrático do regime, sobretudo a partir de 1937, e a Federação dirigida por grandes empresários desejosos de aumentar seu lucro.<sup>84</sup>

Com o suporte necessário, o governo de Pernambuco começava a colher os resultados da ação da FCP. Os valores da cultura pernambucana estavam passando a ser exportados, enaltecendo a própria administração pública, a qual até 1936 teve na FCP somente um aliado oficioso.

Um exemplo que pode ser destacado nestas páginas do provável sucesso que deve ter alcançado as iniciativas da Federação em promover o carnaval do Recife, esteve associado à constituição de um clube carnavalesco pernambucano no Rio de Janeiro. O clube em comento foi organizado sob orientação do Clube Vassourinhas do Recife. Ambos trabalharam juntos para promoção do “verdadeiro frevo pernambucano” entre os cariocas:

A Federação Carnavalesca Pernambucana teve conhecimento de que sua ação na propaganda do Carnaval Pernambucano já tem tido grande repercussão no Rio de Janeiro. Ali foi fundado o clube carnavalesco Vassourinhas do tradicional Vassourinhas do Recife para apresentar-se como este. São pernambucanos os fundadores do Vassourinhas que estão contando com o concurso da colônia pernambucana residente no Rio de Janeiro. Está já organizada uma orquestra de trinta e cinco figuras, quase todos os músicos pernambucanos. [...] O Vassourinhas executará somente frevo e esta desejoso de que os compositores pernambucanos lhe mande composições para este carnaval.<sup>85</sup>

O crescimento da Festa de carnaval no Estado, decorrência da atração de turistas, em virtude das propagandas realizadas pelos diretores da Federação em outras localidades, associadas ao aumento de investimentos do poder público, começou a tornar difícil à Federação o atendimento de todos os pedidos dos clubes.

Aos poucos, o controle da Federação se asseverava, tornando-se mais seletivo o atendimento das demandas e o recebimento de grupos filiados em sua sede. O livre trânsito dava lugar ao agendamento de visitas, haja vista ter aumentado o número de filiados, tornando a promoção do carnaval de rua uma atividade mais complexa.

Assim, diante da procura de novos grupos carnavalescos, para se filiarem à Federação, tornou-se indispensável a estipulação de critérios, para participação no carnaval pernambucano como membro da Federação. Era preciso:<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> O uso do carnaval como elemento difusor de uma representação democrática no Estado Autoritário foi inferência que pude fazer pela leitura das fontes, a partir dos indícios deixados em algumas matérias pesquisadas, nas quais, recorrentemente, os dirigentes fazem menção ao carnaval como ícone democrático do Estado Varguista.

<sup>85</sup> Jornal do Recife. Recife, 05 de Fevereiro de 1935. “Federação Carnavalesca Pernambucana.”

<sup>86</sup> Ibidem.

- a) Provar que se exibiu no carnaval do ano anterior;
- b) Ter estatuto em harmonia com o da Federação ou o compromisso em honrá-lo dentro de sessenta dias;
- c) Ter diretoria idônea;
- d) Ter quadro social;

A verificação da exibição, no carnaval do ano anterior, de um dado grupo carnavalesco, permitiu as autoridades avaliarem o histórico de um determinado grupo, através dos arquivos policiais. Por esta medida, podia-se restringir o acesso ao carnaval de grupos que, constantemente, estivessem envolvidos em arruaças e movimentos degenerativos da paz.

Se a Federação pretendeu, desde seu início, criar um carnaval harmonizado com a atividade comercial, mas justificado no programa político de governo, o estatuto foi, a princípio, o meio através do qual se pôde tentar legitimar o controle a ser exercido sobre as manifestações populares. Isso porque, ao impor a homogeneidade, e ao requerer as informações necessárias à filiação, pôde-se criar uma espécie de banco de dados, através do qual se controlava cada grupo de carnaval filiado à entidade. Caso nos dias de carnaval se verificasse um grupo desfilando nas ruas, cuja organização não fosse adequada ao aparelho estatal, havia repressão, que podia incorrer em prisão dos “desordeiros”.

Ser idôneo, naquela época, parecia significar nunca se ter permitido envolver em situações que ameaçassem a ordem. Os comunistas, os adeptos da República Velha, em suma, todos os que, de uma forma ou de outra, representaram ameaça à ordem tinham negada a autorização e o reconhecimento oficial para o préstito.

A razão para o necessário quadro social era diversa. Por um lado, sua obrigatoriedade pode decorrer da necessidade de se ter um número mínimo de pessoas integrando um grupo carnavalesco; por outro lado, a exigência do quadro social pode ser justificada, porque, em sabendo quem brincava, sabia-se o que pensava, onde morava, que tipo de trabalho exercia, de modo a ampliar o controle sobre os grupos populares.

Se antes da FCP existiu uma aparente liberdade para que os grupos carnavalescos fizessem seu próprio carnaval, a expensas da subvenção do comércio local, com a entidade oficial promovendo o carnaval, a função de única arrecadadora de dividendos para promoção do tríduo passou a ser da FCP. Desta forma, a aparente liberdade dos grupos carnavalescos foi tolhida, e o desfile dos grupos, nos dias de Momo, passou a depender da concessão de verbas pela entidade promotora do carnaval.

Em virtude da grande procura da instituição, por grupos carnavalescos, e do crescente apoio estatal, muito se esperou do carnaval em 1935, sobretudo porque se alimentou a idéia de que seria um carnaval de paz, resultado da ação incisiva da Federação em eliminar os conflitos existentes entre os clubes. Mesmo assim, o Jornal do Recife afirmou ser inexorável a ação policial, fosse para inibir possíveis manifestações de desordem, ou para preveni-las, quando da exigência continuada de licença para que os grupos carnavalescos desfilassem nos dias de carnaval.

O momento de requisição da licença era, a propósito, a única oportunidade que o Estado tinha para conhecer quem tomava parte no carnaval antes de a Federação passar a exercer controle sobre a promoção do evento. Com a instituição, esses elementos de controle aumentaram, e os filiados passaram a ser reconhecidos por carteiras de identificação próprias, as quais deveriam ser portadas, quando das convocatórias para reuniões deliberativas, além da licença, que continuou sendo concedida pela polícia, mas que, naquele ano, foi dada por intermédio da própria instituição.

Desta forma, com o tempo e o aumento de credibilidade da Federação, a instituição assumiu funções de controle restritas à polícia anteriormente: o controle preventivo, porque a repressão violenta continuou sendo desígnio da polícia, apesar de as ocorrências terem sido reduzidas; um trabalho sistemático de repressão, ainda que a violência estivesse disfarçada, em face dos grupos insurgentes à ordem. Se a polícia tinha a possibilidade de prisão para inibir os infratores da ordem, a FCP dispôs do poder econômico, que já lhe era reconhecido, porque se colocou como instituição responsável por repassar a verba aos grupos carnavalescos, para que estes pudessem desfilar no carnaval.

No dia 28 de Fevereiro de 1935, foram veiculadas, por alguns jornais, as orientações a serem adotadas, pela polícia, nos dias de carnaval. De acordo com o que ficou determinado, pelo Sr. Rossini de Medeiros Raposo, capitão Secretário de Segurança Pública:

[...] recomendação expressa aos encarregados do serviço policial no sentido de usarem o máximo de urbanidade e ponderação no desempenho de suas atribuições, cumprindo-lhes agir pelos meios usuais e, somente, como medida excepcional, esgotados os recursos, pacíficos empregarem a força. [...]; não deixar que pessoas fantasiadas façam uso dos símbolos da Cruz Vermelha, ou de qualquer símbolo patriótico, especialmente, a bandeira Nacional [...]; não permitir o canto de nenhum hino de país ou Estado [...]; proibir o uso de máscaras [...]; proibir o encontro dos blocos, clubes, grupos e cordões, *dentre outras (grifo meu)*.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Jornal do Recife. Recife, 28 de Fevereiro de 1935. “O policiamento nos três dias de carnaval.”

Quase tudo estava montando para o início do “espetáculo”. O desfile dos blocos filiados à Federação obedeceu a um itinerário previamente estabelecido pela diretoria da instituição. No primeiro dia do carnaval, os grupos deveriam seguir o trajeto determinado, estando livres, nos demais momentos, para escolher os caminhos a seguir.<sup>88</sup>

Em 1935, o coração do carnaval recifense foi montado à Praça da Independência, onde se arquitetou um palanque para uso exclusivo dos diretores da Federação, das autoridades, da comissão fiscal e da comissão julgadora dos clubes, troças, blocos e maracatus.

Quando o clube passava pelo palanque, seus diretores assinavam o nome do grupo em ata, para que depois a Federação pudesse encaminhar a segunda parcela da cota de subvenção, a ser paga na Quarta-Feira de Cinzas, mediante comprovação do desfile do clube, bloco, troça e maracatu.

Caso o clube não realizasse o trajeto determinado, no primeiro dia de carnaval, o mesmo não receberia a segunda parte da cota de financiamento concedida pela Federação, ficando sujeito ao descredenciamento.

Outra razão para o afastamento de um clube carnavalesco da Federação eram as desordens provocadas pela animosidade entre clubes, blocos ou troças. As situações de violência não poderiam mais se repetir como nos anos anteriores. Para inibir a ação dos vândalos, a Federação articulou-se com os próprios grupos carnavalescos, prometendo benefícios para aqueles que se mantivessem em ordem durante os dias de carnaval.

Apesar dos preparativos, da agitação da cidade e da satisfação denotada nos jornais, muitos grupos não tiveram condições de sair durante todos os dias de carnaval. Os recursos destinados, pela Federação, eram insuficientes, menos que o dobro do que arrecadaram nos anos anteriores. Óbvio que isso acontecia, porque, se antes os comerciantes contribuía somente com os grupos que simpatizavam, agora, diante da FCP, que estava encarregada de arrecadar e repassar os recursos, não deveriam existir privilégios para este ou aquele, em teoria, sendo os recursos distribuídos de acordo com os gastos despendidos por cada qual, mas respeitando a equidade.

---

<sup>88</sup> O trajeto a ser seguido, no ano de 1935, teve passagem pelas ruas: do Hospício, Rua da Imperatriz, Ponte da Boa Vista, Rua Nova, Rua Sigismundo Gonçalves, Praça da Independência (onde ficavam acomodadas as autoridades do Estado, a diretoria da Federação e a comissão julgadora), Rua do Crespo, Ponte Maurício de Nassau, Avenida Marquês de Olinda, Praça Afonso Pena, Avenida Rio Branco, Ponte Buarque de Macedo, Praça da República (contornando o Palácio do Governo, o Teatro Santa Isabel e o Palácio da Justiça) e Rua do Imperador, onde cada um tomava seu destino.

Tendo terminado o carnaval de 1935, o Jornal do Recife, trouxe comentários elogiosos sobre a atuação da Federação na realização do carnaval, o qual teria sido de grande sucesso.<sup>89</sup> O Jornal alegou que o sucesso do empreendimento, encabeçado pela Federação, foi resultado de recursos investidos, pelo governo, na realização do evento, somado à atuação daquela instituição, criada no intuito de salvaguardar a “tradição” do carnaval pernambucano. A organização do carnaval da Federação teria feito da festa de carnaval um espaço mais democrático no ano de 1935.

Contudo, persistia o medo nas autoridades de que o carnaval pudesse abrir espaço para sublevações, sobretudo após a confirmação dos boatos que circularam em 1935, de um possível levante comunista, o que aconteceu em 05 de Julho de 1935.

A Intentona Comunista demandou do Estado uma articulação no sentido de combate à ameaça comunista. O movimento decorreu da reaproximação do PC com o movimento tenentista sob influência de Luis Carlos Preste, o qual retornou ao país no mesmo ano. Desta forma, para prevenir novas ameaças, o governo de Vargas editou, em 1935, a lei de Segurança Nacional, através da qual:

[...] o governo do Estado torna público que nenhuma perturbação da ordem se verificará, em face das medidas que tem sido tomadas. [...] está evidente a influência de elementos perturbadores por profissão<sup>90</sup> ou por esnobismo intelectual com intuito de provocar agitações. [...] o governo desde já esclarece que não permitirá comícios, passeatas e quaisquer reuniões de que possa resultar intranqüilidade. [...]<sup>91</sup>

A estrutura burocrática do Estado pernambucano foi, então, mobilizada no sentido de combater o “movimento vermelho”. O poder executivo teve suas forças aumentadas, o que rendeu as bases para o desenvolvimento de um governo autoritário Nacional. Neste sentido, a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (D.O.P.S), em 23 de Dezembro de 1935 pelo decreto n. 71, no intuito de gerenciar a ordem e os movimentos sociais, enquadrou-se nos planos do Estado de especialização da repressão. A polícia repressiva foi colocada como a pacificadora dos conflitos e temores.

O D.O.P.S surgiu, neste contexto, e a ele coube realizar inquéritos acerca de condutas criminosas relacionadas à política e possíveis sublevações sociais, gerenciar as medidas cautelares acerca de serviços que tiveram relação com a ordem política e social, além de proceder, depois de 1937, quando a SSP criou o serviço de repressão ao comunismo, os

<sup>89</sup>Jornal do Recife. 14 de Março de 1935. “Ecos do carnaval”.

<sup>90</sup>Marcília Gama considerou, em sua dissertação, que os discursos do Estado Novo na Imprensa, ao tratar sobre os perturbadores por profissão, queriam se referir a grupos comunistas.

<sup>91</sup>Apud GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996.

serviços de investigação desta natureza.<sup>92</sup> A nova conjuntura reclamou da sociedade uma vigilância continuada em que o:

[...] poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que funciona em cadeia. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercerem este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentivo do poder; são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...].<sup>93</sup>

Em relação às pessoas jurídicas, o trabalho do DOPS consistiu em abrir prontuários investigativos sobre as funcionalidades das entidades, em que se destacaram informações acumuladas acerca da vida funcional dos indivíduos que compunham aquelas pessoas jurídicas, tendo por fito averiguar a existência de alguma atividade considerada suspeita, cuja relevância merecesse o controle por parte do Estado.

Essas entidades verificadas eram majoritariamente formadas por grupos que desenvolveram atividades relevantes para o Estado, o que mais tarde possivelmente incluiu, sob constante investigação, a Federação Carnavalesca Pernambucana. Doravante, a FCP exigiu, para filiação de um grupo à entidade, a prestação de informações de todos os associados dos grupos carnavalescos, como veremos no próximo tópico, de modo a estreitar as relações da entidade promotora do carnaval com população, a fim melhor poder tentar controlar seus ânimos.

Assim, a Federação Carnavalesca Pernambucana identificou os indivíduos em espaços individualizados, classificatórios, combinatórios, isolados, hierarquizados, tornando-os capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que deles se exigia, de tal modo a criar uma sujeição do indivíduo ao tempo, com o fito de (re) produzir relações sociais eficientes.

#### **1.4. Carnaval: uma utilidade pública?**

À medida que o carnaval de 1936 deu seus primeiros passos, aumentou o temor de que os reflexos do movimento comunista reverberassem nos dias de carnaval. O comunismo era uma ameaça, ainda que não declarada ao carnaval, porque os políticos da hora acreditaram que as agremiações Carnavalescas, pela sua própria origem, muitas vezes ligadas a ofícios dos

---

<sup>92</sup>Este serviço foi criado em 17 de Novembro de 1937, e extinto em 06 de Dezembro de 1937, quando na ocasião o Interventor dividiu o serviço de repressão ao comunismo em duas instituições a Delegacia de Ordem Política e a Delegacia de Ordem Social. Sobre isto, quem se interessar deve ler a dissertação de Marcília Gama.

<sup>93</sup>FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997. P. 183.

trabalhadores menos abastados, podiam servir de ponto de encontro de grupos opositoristas ao governo.

Em recente artigo publicado por Rita de Cássia Barbosa de Araújo, a autora chamou a atenção para alguns casos de comunistas que integraram grupos carnavalescos, não como uma forma de incitar movimentos revolucionários, mas com intuito de disfarçarem suas ideologias.<sup>94</sup> O temor das autoridades consistiu no reconhecimento da fortaleza de alguns grupos de carnaval em cimentar as relações de coesão do seu grupo. Portanto, caso houvesse em alguma agremiação um animador de movimentos contra o governo, era provável que a massa aderisse; afinal, nos dias de festa, acreditava-se que a racionalidade dos demais dias seria posta de lado.

Para prevenir distúrbios nos dias de carnaval, a Secretaria de Segurança Pública tomou medidas repressivas e preventivas, quando orientou as autoridades carnavalescas a descredenciarem grupos filiados à FCP, os quais fossem envolvidos em distúrbios injustificados e associados a atividades suspeitas. Às saídas das agremiações, todos os integrantes dos grupos de carnaval eram revistados, para deter os portadores de quaisquer tipos de armas.

Outrossim, ficou proibido, terminantemente, o uso de máscaras, a fim de que os revolucionários em potencial ficassem protegidos pelo anonimato.<sup>95</sup> As medidas eram preventivas e foram cumpridas à risca pela FCP, porque a entidade não quis perder seu prestígio, muito pelo contrário, o que queria era ser reconhecida como entidade colaboradora do Estado. Iniciou-se o reconhecimento tácito da relevância daquela instituição junto à polícia e outros órgãos estatais, através de um controle direto e indireto exercido pela instituição em face dos carnavalescos e destes para com os filiados de seu grupo.

Nesse sentido, a Federação Carnavalesca, quando encaminhou carta à Assembléia Legislativa do Estado, nos últimos meses do ano de 1936, requerendo o reconhecimento legal da instituição, como entidade oficial da promoção do carnaval pernambucano, fez questão de frisar que a FCP colaboraria com a polícia, no sentido de evitar que os agrupamentos carnavalescos se tornassem sementeira de idéias “perniciosas” e “ameaçadoras de subversão do mundo”:

---

<sup>94</sup> Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. DIP DOPS no frevo. Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco: 1930-45. In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). **Tradições e Traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife, Ed. UFPE, 2008.

<sup>95</sup> Para maiores informações, vide o Diário de Pernambuco em Recife: Recife, 21 de Fevereiro de 1936.

Outro aspecto, que não deve ser silenciado é a cooperação que prestamos à ordem pública. Proibida, terminantemente, qualquer manifestação de caráter político em seu seio ou no de seus clubes filiados, cujos estatutos são por nós revistos e consertados. Fazemos tenaz propaganda contra idéias extremistas, por meio de doutrinação, evitando assim que os elementos de nossos clubes se contaminem e, até mesmo, indicando o bom caminho aos periclitantes<sup>96</sup>

Mesmo abalados os alicerces políticos, as autoridades entenderam que nada podiam fazer para impedir que o carnaval ganhasse às ruas. Lutar contra o Império Momesco era o mesmo que lutar contra o próprio povo, coisa que o governo naquela conjuntura não podia arriscar. Ir de encontro àquela festa popular só abriria espaço para que populares aderissem à ideologia do movimento comunista.

Logo, em 1936, houve carnaval e a FCP, apesar de ainda não ter o reconhecimento público oficial, planejou uma festa suntuosa e sem grandes transtornos, no intuito de provar ao governo a real necessidade do reconhecimento da festa pelo poder público.

E como a Federação se propunha a ter acesso aos espaços privados dos grupos carnavalescos, podendo, assim, executar um trabalho preventivo contra as idéias comunistas? A instituição, no decurso de sua história executou atividades e elaborou representações, que criassem vínculos entre seus interesses e os dos populares integrantes dos grupos carnavalescos. Desta forma, ao se colocar na posição de defensora dos ideais populares, da cultura e tradição locais, a FCP ganhou legitimidade entre seus filiados, de tal modo que suas orientações eram quase sempre respeitadas, atuando a entidade como mediadora dos interesses públicos e particulares das sociedades carnavalescas.

Todavia, apesar do reconhecimento da sociedade recifense dos trabalhos desenvolvidos por aquela instituição, as subvenções oficiais recebidas pela entidade promotora do carnaval eram ainda insuficientes para a realização da festa, porque o apoio financeiro do Estado ainda era bastante restrito, diferentemente do que já acontecia em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Bahia, onde o governo já patrocinava o carnaval como uma festa importante no calendário daquelas cidades, explorando o quanto podiam o seu viés econômico e político.<sup>97</sup>

No caso do Rio de Janeiro, este processo foi iniciado, em 1934, quando o deputado Rui Santiago, apresentou projeto à Câmara carioca considerando de utilidade pública, os grandes clubes carnavalescos da capital Federal. Segundo justificavam os diretores da FCP

---

<sup>96</sup> ANUÁRIO, do Carnaval Pernambucano 1938, Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

<sup>97</sup> A análise comparada de como se deu o reconhecimento do carnaval nas principais cidades brasileiras é um trabalho que ainda precisa ser feito. Até então, eu desconheço quaisquer trabalhos nesta área.

era mister o reconhecimento da festa em Pernambuco, porque, se em outros lugares existiam belezas naturais para difundir o turismo, em Pernambuco só existia o carnaval. O Estado era pobre em belezas geográficas e, tampouco, teria obras de arte e monumentos históricos tão relevantes quanto noutros estados.

Foi sobre este argumento, também, que se pleiteou o reconhecimento da utilidade pública da Federação Carnavalesca Pernambucana, porque era a FCP o único grupo da cidade capaz de promover o carnaval, interagir com as camadas populares salvaguardando a ordem, e aumentando a arrecadação econômica do Estado através da realização do evento.<sup>98</sup> O não reconhecimento do carnaval pelos poderes públicos, conforme supramencionado, entravava o reconhecimento do carnaval pernambucano em outros Estados e países.

A adesão do carnaval popular ao Estado, e deste àquele, era uma das principais explicações para o sucesso do carnaval carioca ante o parco sucesso do carnaval pernambucano, sobretudo, quando se tratava da questão musical a ser abordada no segundo capítulo deste trabalho. O Rio de Janeiro e outras cidades já tinham se antecipado e reconhecido como de utilidade pública o carnaval de suas cidades. Baseados nessas experiências, os líderes da FCP criaram estratégias para despertar as autoridades locais sobre importância política e econômica do carnaval.

“O carnaval em Pernambuco é festa de todo mundo e por isso mesmo é preciso que o governo ampare, estimule e auxilie.”<sup>99</sup> Era esta a insígnia dos defensores da causa. A luta pela oficialização do carnaval foi encampada como meta principal dos dirigentes da instituição em 1936, sendo qualquer momento a oportunidade para discutir o mérito. Falta de divulgação da festa no exterior, falta de divulgação da produção musical local, falta de incentivo para a realização do folguedo em Recife. Tudo era argumento a ser utilizado, pelos integrantes da FCP, a fim de pleitearem o reconhecimento dos poderes públicos sobre a festa em questão.

Sem o suficiente apoio financeiro do governo, que não estava convencido da importância da Federação Carnavalesca Pernambucana associada ao carnaval, muito pouco de recurso se destinou àquela entidade nos dias de Momo. Assim, o trabalho da entidade precisou ser redobrado para arrecadar verbas para promoção do evento. Para tanto, os

---

<sup>98</sup>No Anuário da FCP consta carta enviada à Assembléia Legislativa, em que se utilizou como argumento para o reconhecimento da utilidade publicada Federação Carnavalesca o fato de outros Estados já terem reconhecido o carnaval como manifestação “tradicional” da cultura local. A idéia de Fish, presidente e autor do documento, pareceu ser a de realçar o atraso das políticas culturais dos governantes locais em reconhecer o carnaval popular promovido pela FCP.

<sup>99</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 28 de Janeiro de 1936. “Federação Carnavalesca Pernambucana”.

membros organizadores do carnaval estavam se dirigindo ao grande comércio, deixando o comércio de retalhos a cargo dos grupos carnavalescos, devido à falta de tempo hábil, e pediram:

Todos devem auxiliar o carnaval. Sem o amparo coletivo, esta indústria da alegria acaba dando o creu. [...]. É preciso ajudar o carnaval. É preciso largar os milhos para que os blocos, clubes, troças, fandangos e maracatus saiam à rua direitinho. [...]. A tarefa de largar o milho aqui pra nós, cabe ao comércio. Ele é quem manobra com o dinheiro do povo, vive do povo e deve também viver para o povo.<sup>100</sup>

Além do apelo fundado em valores subjetivos, a FCP destacou para os comerciantes que o apoio financeiro ao carnaval era importante para incrementar a atividade turística, o que, conseqüentemente, aumentava os índices de lucratividade das empresas.

O Brasil que faz lá fora a propaganda da sua Bahia de Guanabara da imponência de seu Pão de Açúcar e da beleza natural de suas praias, deve, também mostrar ao estrangeiro que tem um carnaval único, uma festa ruidosa de alegria e fraternidade que vive durante três dias seguidos, pondo em reboição, numa loucura divina, toda população. [...]. Daí, o dever que temos todos nós em auxiliar colaborando diretamente para com a Federação poderem o governo, o comércio e o povo de Pernambuco tornar cada vez maiores as nossas possibilidades e relações com o comércio e atividade exterior [...].<sup>101</sup>

O anúncio da Federação de que o comércio de retalhos seria percorrido pelos grupos carnavalesco, em busca de verbas, suscitou alguns problemas, porque muitos oportunistas aproveitaram-se da situação para dar um golpe nos comerciantes desavisados. A essas táticas identificadas, mas nem sempre controláveis, Dr. Gogol, colunista do Diário de Pernambuco, afirmou tratar-se de “um golpe que não senta bem num bom pernambucano que deve amparar, auxiliar e ajudar as coisas boas de sua terra.”<sup>102</sup>

A solução encontrada, pela Federação, no intuito de tentar diminuir os danos aos seus cofres, foi veicular notícia informando que somente membros da diretoria da Federação Carnavalesca estavam autorizados a pedir verbas no comércio.

Por outro lado, não foi somente interessada em reduzir os impactos de uma arrecadação de recursos paralela à oficial que a entidade promoveu essa campanha contra os embusteiros, mas, porque tinha identificado que o exercício regular e constante sobre as finanças do carnaval retiravam dos grupos filiados à entidade, a autonomia que aqueles acreditavam ter. O controle das verbas, assim como a determinação de como esta deveria ser

---

<sup>100</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 12 de Fevereiro de 1936. “Auxílios”.

<sup>101</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 14 de Fevereiro de 1936. “O carnaval como fonte de turismo”.

<sup>102</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 12 de Fevereiro de 1936. “Auxílios”.

utilizada, elaborou, paulatinamente, uma nova estratégia de controle, que, nos cochilos do poder, abriu fissuras para elaboração de táticas de superação da ordem.

Ao publicar a lista de contribuintes, ou ao agradecer publicamente a contribuição de determinada empresa, a Federação pretendeu constranger os não contribuintes, de modo a estimulá-los a abrir os bolsos e liberar as verbas.<sup>103</sup>

Mangas arregaçadas! Eram iniciadas as atividades de trabalho. Um ensaio ali em homenagem à passagem de aniversário da FCP, um almoço acolá. Críticas iam e vinham entre um e outro evento, de modo que pouco espaço sobrou à Federação para responder a todos os comentários indesejáveis.

As críticas feitas em face à Federação Carnavalesca ganharam mais notoriedade, quando associadas a elas estiveram comentários degradantes sobre a posição política, econômica e cultural do governo de Carlos de Lima Cavalcanti. Somente quando as críticas se dirigiram à ordem institucional política do Estado, o que resvalava na FCP, ou quando as críticas à Federação resvassem no governo foi que a diretoria da entidade se prestou a responder - salvo por Mário Melo, o qual esteve habitualmente a contestar qualquer opinião divergente em sua coluna.

Em janeiro de 1936, a FCP promoveu uma semana de carnaval que se constituiu no momento adequado para o ensaio dos grupos filiados à Federação Carnavalesca, como também para poder verificar como seria realizado o carnaval no ano em curso e, ainda, com o fito de alertar aos grupos não filiados da relevância que tinha a antecipada filiação à instituição. Às ruas, compareceram os grupos carnavalescos e seus simpatizantes, derramando alegria com os frevos e provocando os passos.

No caminho uma paradinha para visitar os jornais, a fim de que as agremiações adquirissem notoriedade. A rivalidade que já não pode mais incorrer em cenas de violência física, agora, era tácita, e dependia do espaço que um grupo tinha em detrimento de outro na imprensa e entre a população.

Concurso de cartazes, de músicas, aos poucos, a festa ganhou as ruas e os principais clubes da cidade, de modo a promover um carnaval de grande sucesso, segundo divulgou o Jornal Pequeno. Na análise de Melo, o carnaval de 1936 foi o momento em que quase todo mundo pôs à parte a “prosápia” e se misturou com classes inferiores, com a diferença de que, sob égide da Federação, essa mistura de classes perduraria através dos meses.

---

<sup>103</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 21 de Fevereiro de 1936. “Um agradecimento”.

A grande festa popular de todos os anos decorreu com animação. Não faltaram o bom humor dos pernambucanos e o entusiasmo pelo passo. Muita gente tomou as ruas da cidade e os bailes, como atestaram os jornais, mas o contingente ainda era inferior ao que se estava acostumado verificar nas ruas e clubes nos dias de Momo. Tudo indica que não eram somente as autoridades que estavam receosas da possível violência decorrente do movimento de 1935, mas a própria população que evitou assaltar as ruas em alguns dias.

Valendo-se da situação de inquietação social, em que a insegurança encontrou espaço entre os populares, a FCP prometeu a convivência social pacífica durante os dias do folguedo. Diferentemente do que aconteceu em outros Estados, como São Paulo, onde arame farpado foi utilizado para separar o curso do povo na festa momesca, no Recife, a Federação prometeu um carnaval de paz em que reverberaria o “coração da democracia”<sup>104</sup>. Na Praça da Independência, era prometida a ausência da interferência de carros ou outros obstáculos à folia. A proposta da Federação dizia-se revolucionária.

Findadas as atividades de trabalho pelos dias de Momo, a FCP enviou um agradecimento ao Secretário de Segurança Pública, em que lhe agradeceu o apoio e destacou que a atuação conjunta das instituições promoveu um carnaval de paz. As ações preventivas da FCP, associadas à repressão policial eficaz, foram os instrumentos utilizados para o sucesso do êxito obtido: “Felizmente nossas previsões não falharam e vossas orientações enérgicas, mas inteligentes e coordenadas completou a obra de harmonia.”<sup>105</sup>

No final do ano de 1936, foi enviada à Assembléia Legislativa uma carta com um ofício destinado ao governador do Estado, Sr. Carlos de Lima Cavalcanti. Na carta, a Federação Carnavalesca Pernambucana faz um pequeno intróito sobre sua criação e aquisição de sua personalidade jurídica. Outrossim, defendeu as principais ações da mentora do carnaval pernambucano consoantes com o programa de governo, porque ambos tiveram o intuito de zelar pela ordem pública.

Tal assertiva foi caracterizada pelo presidente da entidade, na carta em questão, pela tentativa da mesma em estar coadunada com o programa de ordem social e educativa a ser implementado em Pernambuco pelo general Newton Cavalcanti. Na oportunidade, Melo disse que a FCP e o general iam “[...] formar o alicerce da ordem política, social e patriótica [...]”.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup>Este termo é utilizado por Mário Melo, em sua coluna do Jornal Pequeno – Ontem, hoje e amanhã - Recife, 03 de Março de 1936.

<sup>105</sup>Diário de Pernambuco. 27 de Fevereiro de 1936. “Federação Carnavalesca Pernambucana”.

<sup>106</sup>Jornal Pequeno. Recife, 27 de Fevereiro de 1936. “Ontem, Hoje e amanhã”.

Dentro dessa perspectiva, a Federação aumentou seu papel social, à medida que propôs, em dados turnos, que as sedes das agremiações de bairro funcionassem como escola, de acordo com que o General Newton Cavalcanti revelou, quando assistiu os préstitos carnavalescos no palanque da Federação. O desejo do general era implementar o escotismo em Pernambuco, e a Federação valeu-se da sugestão do general e propôs que em cada bairro fossem fundados núcleos de escoteiros com os filhos dos foliões.

A Federação associou sua idéia, acima destacada, ao desejo de um representante do poder oficial e deteve para si o apoio oficial de sua iniciativa, ao ajustar seus interesses aos de Newton Cavalcanti. A sede do clube era a sede social dos escoteiros, da escola comum e, ainda, profissionalizante, visto serem os meninos do bairro, em geral, filhos de operários.

A Federação parecia, não só, querer promover o carnaval, mas melhorar as condições de vida dos grupos populares. No entanto, a verificação cuidadosa das fontes mostra que as pretensões dos dirigentes da FCP foi a de aumentar o controle sobre o carnaval e a população, dando o pão, o circo e as condições para que a os grupos sociais fossem reproduzidos.

A proposta de escolas profissionalizantes, para filhos de operários, visou menos oferecer oportunidade de mudar a condição social das comunidades associadas à instituição, do que proporcionar aos filhos das classes operárias o mesmo destino de seus pais.

Além disso, a FCP se dispôs a doar parte dos recursos arrecadados para promoção do carnaval a obras assistencialista, como ocorreu em 1936 com os Lázarus, denotando a possibilidade de a cidadania ser possível de ser construída até mesmo durante os dias de festa. O carnaval promovido pela FCP era uma tentativa de associar ao tríduo momesco uma responsabilidade social inerente ao próprio Estado, dando a Federação um caráter de utilidade pública que os integrantes desejavam, para poder inserir a instituição no orçamento público do Estado. O carnaval tomou forma própria e seus agentes promotores criaram novas categorias de distinção para da festa.

Neste sentido, foi fundamental o apoio das instituições de comunicação do Estado. Fish destacou a colaboração da Rádio Clube de Pernambuco, a qual durante o curso da história da instituição foi parceira das iniciativas daquela, além de outras emissoras de rádio, que divulgaram a música pernambucana Brasil afora. Até então, o ritmo pernambucano do carnaval não tinha sido ouvido de tão longe, de modo que, somado aos cartazes e seus concursos, criou-se uma plataforma da propaganda da cultura pernambucana em outros Estados, e mesmo fora do país, dando margem ao desenvolvimento do turismo no Estado.

O turismo precisa de motivo de atração e nenhum motivo de atração a Pernambuco é mais interessante do que seu carnaval típico, com a sua música característica. Ainda há pouco a bordo do Zepelin, uma cantora brasileira que o governo mandara à Europa, a Sra. Praga Coelho, disse aos jornais que desejava estar de regresso pelo carnaval, a fim de assisti-lo em Pernambuco, porque tem fama de ser o melhor do mundo.<sup>107</sup>

Os resultados estavam à vista de todos. Os jornais e o Anuário do Carnaval Pernambucano mostraram um carnaval pernambucano vitorioso, que ganhou todos os recantos possíveis do país. Os reflexos na economia já eram visíveis pelo aumento do número de visitantes que se deslocavam através dos trens organizados, especialmente para o evento, pela Great Western.

Finalizando a mensagem, Fish destacava que o trabalho conjunto entre o poder público e a instituição já vinha sendo desenvolvido através da cooperação com o Secretário de Segurança Pública, o Prefeito e o Governador.

Através da mensagem número 809 de 31 de agosto de 1936, a Federação Carnavalesca Pernambucana requereu o reconhecimento de utilidade pública da instituição, respaldando-se no que se segue:

[...] pedimos à Assembléia Legislativa que se digne de oficializar o Carnaval de Pernambuco, por intermédio da Federação Carnavalesca Pernambucana e autorize o Sr. Governador do Estado a conceder-nos favores de sua alçada, quando solicitados e justificados, e a auxiliar-nos permanentemente para o desenvolvimento do turismo, sem prejuízo de um auxílio especial, como tem feito, para fomentar as festas Carnavalescas [...].<sup>108</sup>

Se existia a iniciativa dos carnavalescos, era preciso, agora, a estrutura do Estado. Quando a Assembléia Legislativa recebeu o pedido da FCP, encaminhado pelo chefe do executivo, a causa da Federação encontrou apoio no Deputado Artur Moura, responsável pelo projeto de lei beneficiando a causa, quando de sua votação.

A defesa de Moura era em favor da instituição, porque a Federação Carnavalesca Pernambucana tinha, por ele reconhecida, uma estimada função social. O projeto autorizou o governo a reconhecer a FCP como entidade de utilidade pública, em seu artigo primeiro, além de incluir no orçamento a contribuição de 100 mil, para o desenvolvimento das atividades habituais. Em contrapartida ao reconhecimento do Estado, a FCP assumiu as seguintes obrigações:

- a) promover as festas de carnaval;

---

<sup>107</sup> ANUÁRIO, do Carnaval Pernambucano 1938, Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

<sup>108</sup> Idem.

- b) não permitir que se **descharacterize** o carnaval pernambucano que é **tipicamente regional**;
- c) auxiliar os poderes públicos na manutenção da ordem entre os clubes filiados e na distribuição do tráfego;
- d) promover **festas cívicas** os seus clubes em datas nacionais e estaduais;
- e) não permitir **propagandas políticas** de qualquer natureza;
- f) preservar os clubes filiados de **ideologias exóticas**, prejudiciais às instituições;

Além de:

Art. 2º - Fica a Federação Carnavalesca Pernambucana obrigada a criar e **manter um departamento de Turismo e Propaganda do Estado**<sup>109</sup>.

Art. 3º - Para atender as obrigações acima estabelecidas é concedida à Federação Carnavalesca Pernambucana uma subvenção anual na importância de 100 mil que deve figurar no orçamento do Estado a começar no exercício de 1937.

Art. 4º - Anualmente a Federação remeterá à Secretaria do interior um relatório de suas atividades, acompanhado do balanço em que figurem a subvenção recebida e sua detalhada aplicação.

Parag. Único – Essa aplicação será fiscalizada pela referida secretaria que para isto tomará as necessárias providências sem aumento de despesas.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

S. C. em 19 de Outubro de 1936

Ângelo de Souza – Presidente.

Arthur de Moura – Relator.

Antônio Raposo.

Carlos Rios.

Mateus Vaz – Com restrições.<sup>110</sup>

A leitura dos termos acima grifados, os quais foram, reiteradamente, associados às representações, feitas nos jornais pesquisados, ao carnaval proposto pela Federação dão a idéia sobre qual tipo de carnaval o poder público estava se dispondo a financiar, a apoiar a realização. Em geral, a fala e a ação foram atos condicionados por diversos elementos interdependentes entre si, sendo o resultado da existência de sistemas simbólicos subordinados ao campo, em que a ação e a fala foram produzidas e reproduzidas.

Assim, a Assembléia legislativa, através do uso da linguagem criou um modelo de brinquedo, pelo qual a Federação trabalhou. A festa de carnaval precisou ter um caráter **cívico**, porque era preciso realçar nos munícipes o ideal de homem desejado pelo Estado, de modo a manter distantes noções políticas comunistas, que eram conhecidas, na época, como uma **ideologia exótica**.

Para obter o devido reconhecimento do Estado às práticas de carnaval da Federação, o modelo carnaval recifense precisou criar **propagandas políticas** em favor do Estado, e evitar

---

<sup>109</sup> O investimento no setor turístico interno foi iniciado com a primeira guerra mundial, quando a Europa bloqueada em virtude do conflito beligerante, deixou de ser o principal atrativo das atenções de turistas do mundo inteiro. Com o tempo, o interesse dos turistas nacionais pelo próprio país é aumentado. Isso tornou as relações de consumo, em torno de viagens e eventos sociais, cada vez mais complexas e rentáveis. É imbuído deste espírito que a FCP insiste em difundir o carnaval em PE e fora do Estado.

<sup>110</sup>Diário do Estado. Recife, 20 de Outubro de 1936. N° 63 – ANO II, Pág. 582.

quaisquer manifestações do tipo contrárias à ordem vigente, porque, só assim, o carnaval estava agindo em colaboração com poder político e com a estrutura de poder no controle.

À Federação, coube a reorganização dos grupos a ela filiados, como forma de corresponder o investimento estatal que, a partir de Dezembro de 1936, através da lei N° 212, considerou o projeto de carnaval da FCP possível de ser enquadrado pelo Estado.<sup>111</sup>

O projeto apresentado à Assembléia, pelo deputado Artur Moura, sofreu modificação, apenas, no que tange à contribuição do Estado que, em vez de girar em torno dos cem mil, como previa o projeto inicial, passou a ser de 50 mil, conforme se leu no art. 2°.

A consecução dos objetivos da Federação Carnavalesca cristalizou-se através do uso da linguagem, de forma a corroborar o uso de outras formas de poder que, de acordo com Bourdier, só pode ser exercido pela falta de conhecimento dos “verdadeiros fundamentos” da tentativa de dominação. A Federação iniciou um processo violento de estabelecimento de símbolos associados ao seu modelo de carnaval. Esse processo de violência simbólica foi capaz de engendrar processos de submissão que sequer foram percebidos como tais, porque eram apresentados como desejos coletivos.<sup>112</sup>

Tendo por base a defesa do “tradicionalismo”, dos valores morais do capitalismo e da força política e econômica do Estado, através de uma nova proposta de identidade, que foi associada - pela força simbólica - ao carnaval, iniciou-se um movimento de exportação da festa, que se consolidou com o Estado Novo. Foi, neste momento, pois, que se começou a atentar no Brasil para as festas, não somente como expressão genuína de um grupo cultural, mas como fonte de renda em tempos de crise e depois deles.

Assim para se entender o contexto da criação da FCP, é preciso descredenciar a descrição monolítica veiculada durante anos no discurso historiográfico de que a lógica do mundo constrói-se, através do binarismo. O entendimento ampliado da questão elimina as polaridades circunstanciais associadas à lógica maniqueísta que constitui o mundo em duas visões antagônicas. É preciso pensar além. Entender o processo de circularidade não somente de idéias, mas de pessoas. A ótica do opressor e do oprimido, do governante e do governado, da vítima e do algoz está em desuso; o que deve ser preponderante é "um modelo que enfatize a natureza ambivalente desse relacionamento, que entenda a singularidade política como uma

---

<sup>111</sup>GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996.

<sup>112</sup>BOURDIER, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

forma de identificação multidimensional e conflituosa", conforme veremos nos próximos capítulos.<sup>113</sup>

Não adianta entender a FCP sem buscar perceber a rede social em que estava envolvida. O fato de admitir a rede não implica tratá-la como uma prisão ao sujeito de uma lógica própria da circunstância. Contudo, não se pode deixar de admitir a escolha dos sujeitos dentro de sua realidade. Escolhas essas que produzem visões distintas, que não se excluem, mas se complementam; porque não há como alguma das perspectivas variadas esgotarem uma realidade.

Desta forma, as representações avaliadas neste capítulo - e nos próximos - não são verdades incontestes, mas um ponto de vista decorrente de escolhas que são políticas e que serão mais nítidas quando do Estado Novo.

---

<sup>113</sup>GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 41.

## Cap. 2 Viva o frevo original: o ideal é sorrir e ao passo da Federação aderir

Para Norbert Elias, o poder é resultado das relações sociais, do contato entre os sujeitos históricos e das suas respectivas ações e reações, devendo essas serem verificadas nos diversos campos de interação social.<sup>114</sup> Em Elias, o conceito de poder está associado aos indivíduos, à forma como as pessoas interagem, podendo assumir configurações diversas a depender do contexto, do campo em que os agentes estão inseridos. Partindo desta acepção, o poder deixa de estar localizado somente em instituições, como o Estado, a Igreja, Sindicatos, passando a ser identificado em “todas” as áreas em que se estabelecem contatos interpessoais.

Apesar de as asserções acima mencionadas serem o resultado do esforço conjunto de Norbert Elias e John Scotson, os quais conjuntamente publicaram a obra “Os estabelecidos e os outsiders”, na qual pretendiam estudar a delinquência juvenil em uma pequena comunidade inglesa de Winston Parva, o que se pode depreender da obra é que os autores tocaram em questões nevrálgicas, possíveis de servir como método de análise das redes sociais de poder em diversos contextos, como no caso do carnaval.<sup>115</sup>

No livro em comento, os estabelecidos são aqueles indivíduos que ocupam lugar de distinção, de poder em determinada comunidade, a partir da combinação da autoridade com a tradição. Esses elementos são utilizados pelos estabelecidos, que no livro são os antigos moradores de Winston Parva, para forjar uma alteridade em relação aos novos moradores da comunidade em questão. Os outsiders são caracterizados, no livro, como aqueles indivíduos, que estão no entorno da sociedade dos estabelecidos, os quais tendem a atribuir:

[...] ao conjunto do grupo outsider as características ruins de sua porção pior – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais nômico ou normativo – na minoria de seus melhores membros. Essa distorção *pars pro Toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é bom e que o outro é ruim. As condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre outro – a sociodinâmica da estigmatização – merecem certa atenção, nesse contexto.<sup>116</sup>

Neste sentido, a aparente superioridade dos estabelecidos decorre de uma autopercepção, da prática de criar representações coadunadas com *status quo*, porque assim as práticas sociais e de poder poderiam ser reproduzidas e mantidas, dando a falsa idéia de perpetuidade da condição de superioridade de um grupo em detrimento de outro. Essa

<sup>114</sup>ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>115</sup>Ibidem.

<sup>116</sup>Ibidem, P. 23.

superioridade era reforçada pela linguagem, pela comunicação e pela atribuição de características genéricas a cada grupo, o que parecia pretender acomodar os sujeitos sociais ao seu respectivo grupo.

Contudo, esse poder circulava e, nas zonas de intercâmbio de um grupo com outro, era possível que tivesse existido espaço para criação de táticas, para resistência, ainda que subjetiva dos indivíduos, a um modelo imposto, para elaboração de estratégias, mas, sobretudo, para a criação de zonas de negociação, nas quais os valores de um grupo eram permutados com os do outro.

É nesta perspectiva que se deve tentar entender as diversas estratégias de controle adotadas pela Federação Carnavalesca durante o Estado Novo, no sentido de criar distinções entre os diversos grupos de carnaval, separando os grupos filiados à entidade, daqueles que não o eram. Os que faziam parte da instituição promotora do carnaval foram representados como grupos legítimos e enquadrados na nova ordem social.

Negando-se o que era estranho ao projeto de construção de uma identidade, de preservação das “tradições”, a Federação gestou sua auto-imagem e deu certo grau de coesão unitária aos seus filiados, os “estabelecidos” do carnaval, os quais eram reconhecidos pelo Estado, já que estavam inseridos nos parâmetros de higienização, moralização e ordenamento determinados pelos agentes políticos, a partir de regulamentações sobre o lazer na cidade do Recife, editadas pelo Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins. Foi com o apoio do Estado Novo que a ação da Federação se consolidou, sob o argumento de que era preciso adequar as práticas carnavalescas às novas representações sobre o país.<sup>117</sup>

Todavia, apesar de as práticas e representações dessas práticas serem veiculadas como se sua receptividade tivesse sido homogênea, o que se pôde verificar na leitura das fontes do período tratado é que nem sempre houve consenso na recepção dos indivíduos das representações feitas pelos grupos no poder. Outrossim, não houve consenso no próprio grupo promotor das festas de carnaval, como é o caso da Federação Carnavalesca e dos demais organismos do Estado ligados à promoção das festas de carnaval – a exemplo da imprensa e das comunidades de bairros da cidade.

Tal asserção será oportunamente verificada nas próximas páginas, quando estudarmos mais detalhadamente as diversas estratégias de controle do carnaval pela Federação Carnavalesca Pernambucana, durante o Estado Novo, e os contra-movimentos para superar os

---

<sup>117</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas / FFCH / USP, 2001.

processos de “estigmatização” a que foram submetidos os grupos de carnaval filiados, ou não, à Federação.

Seja qual for o caso, os grupos outsiders (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões táticas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais.<sup>118</sup>

É neste campo de disputas violentas, em que um grupo tenta superar o outro que o carnaval se constituiu no Recife entre os anos estudados.

## **2.1 O Bloco do Estado Novo está na Rua e quase toda cidade o acompanhou...**

O período conhecido como Estado Novo no Brasil é apresentado na historiografia de forma diversa. Alguns grupos intelectuais costumam tratá-lo como decorrência de uma continuidade das propostas que nortearam o movimento revolucionário de 1930. Outros, como é o caso de Dulce Pandolfi Chaves, Marcília Gama, Ângela Castro Gomes preferem percebê-lo como um momento de ruptura, no qual os diversos atores envolvidos nas tramas políticas instauraram um novo modelo de Estado para o Brasil, o qual, ao passo que eram abolidas estruturas apresentadas como democráticas, criava outros mecanismos de legitimação dos diversos grupos sociais.

Essa descontinuidade ficou mais evidente em alguns Estados, porque se noutros lugares a organização do Estado Novo foi dada em cima das bases do dito movimento revolucionário de 1930, tanto em Pernambuco, como na Bahia e Rio Grande do Sul, o que se viu foi diferente.<sup>119</sup>

Em grande parte dos Estados brasileiros, a implantação do regime autoritário não acarretou o remanejamento da elite política, mas uma acomodação desta a uma nova conjuntura, fazendo com que a instalação da nova ordem, advinda em Novembro de 1937, ocorresse sem maiores traumas.

No caso específico de Pernambuco, a situação era bastante “complexa”, porque o grupo político dirigido pelo até então governador Carlos de Lima Cavalcanti, tinha

---

<sup>118</sup>ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. P. 37.

<sup>119</sup>Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, o leitor pode procurar: LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira 1889-1937. In: **O Brasil Republicano.** São Paulo, DIFEL, 1977. v. 1, p. 122-151.

legitimidade diante da sociedade recifense da época e de outras localidades, onde seu poder foi exercido.<sup>120</sup> Todavia, a partir de 1935, o prestígio deste político começou a ser ameaçado sob a acusação de que Carlos de Lima era conivente com o movimento comunista, apresentado como ameaça de caráter nacional. Isso pode não ter sido o que de fato aconteceu, mas os adversários políticos de Lima Cavalcanti souberam usar desses argumentos como forma de enfraquecer a autoridade daquele político.

A perseguição a Lima Cavalcanti e as acusações ao seu governo foram recorrentes tanto que, ante a tamanha desconfiança sobre as idéias políticas do Interventor, sua prisão chegou, mesmo, a ser decretada preventivamente pelo procurador Honorato Himalaia.<sup>121</sup> Hoje, alguns historiadores já apontam que “a grande arma ideológica” utilizada pelos adversários de Lima Cavalcanti para enfraquecer sua representatividade decorria menos do seu apoio às idéias comunistas do que do seu posicionamento político divergente em face dos novos rumos da política nacional, como veremos.

Próximo das eleições presidenciais marcadas para acontecer em 1938, o PSD - partido do qual eram integrantes Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães - foi cindido, ficando os deputados federais divididos entre os nomes de Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães – então ministro do trabalho.

A cisão entre esses elementos políticos foi ratificada pelo apoio de Lima Cavalcanti à candidatura do político paraibano, José Américo de Almeida, contra Armando Salles Oliveira, apoiado por Agamenon Magalhães, e Plínio Salgado do Movimento Integralista.

Tal circunstância aventou a dissonância entre a tendência do poder central, encabeçada por Agamenon em Pernambuco, que apoiava a candidatura de Salles Oliveira e Carlos de Lima Cavalcanti.

A partir daí, a legitimidade do poder atribuída a Carlos de Lima Cavalcanti, em Pernambuco, tornou-se crucial para o governo federal, porque o momento demandou de Vargas a recomposição do um quadro de aliados, e parceiros, para enfrentar as incertezas das eleições vindouras.

Naquele contexto, quando Carlos de Lima Cavalcanti entrou em desacordo com as bases políticas e ideológicas do poder central, ele foi colocado no foco da perseguição

---

<sup>120</sup>O poder de Carlos de Lima Cavalcanti, nos anos em que esteve à frente do Estado Revolucionário, consolidou-se em âmbito nacional não somente porque tinha participado do movimento de 1930, mas porque criou uma rede de relações com governadores de outros Estados, como o os Interventores do RS, Flores Cunha, e Juracy Magalhães da Bahia, com quem participou ativamente da constitucionalização do país.

<sup>121</sup>A perseguição a Carlos de Lima Cavalcanti pode ser explicada pela força que o ex-governador tinha em Pernambuco no período que antecede o golpe de Estado.

policial, passando a ter sua vida acompanhada pelo DOPS. Isso, porque os grupos políticos adversários de Carlos de Lima eram sabedores da influência que este político exercia na população recifense, de tal modo que se tornou imprescindível encontrar elementos para descredenciar a força política do Interventor no Estado.

A associação do nome de Carlos de Lima Cavalcanti ao comunismo foi o meio encontrado pelos seus adversários para justificar a sua retirada do poder em favor de Agamenon Magalhães, sob o argumento de que a viagem do Interventor no período do movimento de 1935 foi intencional, e em apoio àquele.

Em meio a inimigos declarados, insegurança, medo de uma sublevação vermelha o “golpe” de Estado foi realizado por Getúlio Vargas.<sup>122</sup> A nova configuração do Estado brasileiro foi considerada por Marcília Gama como uma resposta aos grupos que acreditavam poder destituir Vargas e sua proposta de governo.<sup>123</sup> O golpe decorreu da justificativa de grupos pró-getulista de que a eleição de um dos três possíveis candidatos – José Américo de Almeida, Armando Sales de Oliveira, ambos de tendências liberais, e Plínio Salgado de tendência integralista - podia se suceder na transformação do Brasil no espaço adequado para divulgação de idéias comunistas, no caso dos dois primeiros, ou, na nazificação efetiva do Brasil no caso do segundo. Os argumentos do grupo pró-Getúlio pareceram querer salvaguardar o Estado democrático, e sob esses auspícios foi outorgado o Estado Novo:

[...] manifestação particular de implantação do modelo autoritário de caráter centralizado, heterogêneo e complexo, que se baseia no fortalecimento do poder executivo, através do aperfeiçoamento dos instrumentos legitimadores (leis) de controle e supervisão das diferentes esferas do corpo social, baseado no mecanismo de interação e consolidação do poder nacional, onde o poder supremo estava personificado na pessoa do Presidente (Getúlio Vargas), interagindo os componentes de um esquema político, direcionado para a constituição de um Estado Forte, composto por um conjunto diferenciado de estrutura de decisão.<sup>124</sup>

Aos poucos, as linhas de comunicação do poder central com a população foram modificadas e o projeto de reconstrução do país, iniciado em 30, passou a ser conduzido sob a dominação de um Estado declaradamente autoritário, cuja criação decorreu de um projeto não imodificável, mas que foi sendo construído paulatinamente, considerando-se as modificações políticas, econômicas e culturais do país.<sup>125</sup>

---

<sup>122</sup>MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais – 1922/1989**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

<sup>123</sup>GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996.

<sup>124</sup>Ibidem. P. 42.

<sup>125</sup>Marcília Gama, em sua dissertação, faz um comentário muito interessante a esse respeito: “É interessante acrescentar que o Estado Novo não é uma ditadura militar e sim Varguista. O exército atuaria apenas como um

O Novo Estado se propôs a corrigir tudo que tinha sido equivocadamente construído. E o equívoco era apresentado pela ameaça constante de atividades comunistas. As instituições legislativas foram fechadas e os governadores constitucionais destituídos. Em seus lugares foram colocados políticos “habilitados” para dirigir um Estado em situação de Guerra declarada.

Montado o aparelho autoritário estatal, inaugura-se a ditadura varguista. Logo é providenciada uma política direcionada para a redefinição dos órgãos da estrutura de poder nas esferas federais e estaduais, numa perspectiva repressiva baseada no domínio da figura de Vargas, direcionado para o controle e vigilância social.<sup>126</sup>

Vargas não rompeu, definitivamente, com nenhum grupo político, mas também não saiu em defesa declarada de nenhum. O trabalho de seu governo foi mais o de árbitro de relações conflitantes de grupos com interesses diferenciados. Contudo, todos quantos foram possíveis tornaram-se instrumentos de controle do Estado para possibilitar o avanço do projeto modernizador do país.

No Estado Novo, “A vigilância **tornou-se** um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.”<sup>127</sup> O novo regime pareceu ter possibilitado “o avanço das forças antioligárquicas, viabilizando a mudança sem por em questionamento as bases de sustentação da ordem capitalista em transição, possibilitando a ascensão de setores como a burguesia industrial.”<sup>128</sup>

Era preciso constituir uma nova imagem nacional dissociada do passado do país, mas ao mesmo tempo parceira da modernidade. Esse movimento de modernização da imagem do país foi iniciado, desde a década de 30, quando os intelectuais brasileiros começaram a associar a representação do Estado aos conceitos de unidade, ordem e organização, elementos que foram corporificados durante o regime autoritário de Vargas.

Desta forma, no Estado Novo, não foram somente os militares que sedimentaram o controle social; existiu um movimento do governo de captação dos grupos intelectuais, para trabalharem em favor da construção de uma identidade nacional, como chamou-nos à atenção

---

importante componente do processo de centralização política. Estrategicamente, serviria de elemento de força nacional para sustentação do novo regime, baseado no autoritarismo corporativista, garantindo a autonomia do executivo nas decisões finais” – (Vide GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996. P. 50).

<sup>126</sup>GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996. P. 55.

<sup>127</sup>FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro. Vozes, 1996. P. 164. No termo em negrito, lia-se no original: “torna-se”.

<sup>128</sup> Idem, P. 46.

Mônica Pimenta Veloso: “Se historicamente, a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora, eles passariam a situar a sua tarefa nos domínios do Estado. Verifica-se, então, a união das elites intelectuais e políticas que se pretendem as verdadeiras expressões de uma política superior.”<sup>129</sup>

A partir de 1937, os intelectuais brasileiros foram convocados para exercer uma função orgânica na construção de uma nova identidade nacional, tornando-se quase como um órgão do Estado vinculado ao poder público, com fito de confeccionar idéias, e irradiar movimentos culturais capazes de coordenar a unidade nacional através da cultura popular. O Estado Novo aproximou de si os modernistas da época e encabeçou, com eles, um projeto de apropriação da cultura popular, associado à tradução dos movimentos culturais dos populares.

A vinculação do modernismo ao Estado Novo, ou melhor, a vinculação do grupo verde-amarelo ao Estado Novo - através de Cassiano Ricardo, Menotti Del Pichia e Plínio Salgado - realçou os esforços de Vargas em se utilizar da cultura popular como canal difusor das suas idéias políticas. “Apropriando-se de expressões, idéias e valores populares, o regime buscava sintonizar-se ideologicamente com o conjunto da sociedade. Para obter essa sintonia, de um lado a censura, de outro a flexibilidade ou tolerância com os valores que se mostrassem capazes de serem integrados à ideologia oficial.”<sup>130</sup>

Se até o Estado Novo o elemento popular foi visto como causa de degenerescência social, com o advento desse novo momento político, percebeu-se a gradativa apropriação do Estado sobre a cultura popular. Contudo, essa apropriação era traduzida em símbolos, que denotaram valores políticos do Estado. Por isso, foram constantes, durante os anos que se seguem a 1937, os incentivos públicos de rituais patrióticos, para sedimentar as relações de organização e unidade, indispensáveis aos regimes autoritários. A valoração do elemento popular foi consagrada pelo discurso modernista, que o envolveu da áurea de expressão cultural autêntica do Brasil.

Todavia, no processo de apropriação da cultura popular, pelo Estado, como repetimos, houve traduções dos movimentos culturais populares, a fim de adequá-los aos interesses políticos do poder. Destarte, o que se viu não foi a consagração do popular “errado do morro”, mas a adaptação deste à nova realidade social do Brasil.

---

<sup>129</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **In: O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). P. 149.

<sup>130</sup> Ibidem. P. 169.

Neste diapasão, os intelectuais assumiram o papel de educadores sociais, como veremos a seguir, a partir do estudo das relações do regime varguista com o carnaval, de agentes responsáveis pelo processo civilizatório dos grupos populares, no intuito de homogeneizar as práticas culturais dos populares.<sup>131</sup>

Neste cenário, a articulação de forças regionais fez-se imprescindível para sedimentar o controle nacional. Assim, foi mister a escolha de políticos aliados, e parceiros do regime autoritário, para concretizar as propostas políticas de Vargas.

Por esta razão, em Pernambuco, como já foi referido acima, para dirigir o Estado Novo, naquele momento, foi nomeado para o cargo de Interventor o Sr. Agamenon Magalhães - político que desde 1934 tinha sido convidado a participar do governo revolucionário, no cargo de Ministro do Trabalho, função que, mais tarde, foi acumulada com outro cargo de direção do poder executivo, o de Ministro da Justiça. Sua atuação no governo constitucional tinha-lhe rendido bom posicionamento político, de modo que sua imagem era assim definida<sup>132</sup>:

O senhor Agamenon Magalhães é um espírito objetivo. É nordestino pratico e sumário. Por isso chama os conterrâneos á realidade, bradando-lhes que esqueçam o orgulho de uma riqueza lendária, que esqueçam os contos de fadas e despertem para a realidade duma economia deficitária, de um isolamento e de um pauperismo que precisam vencer, a todo custo.<sup>133</sup>

O projeto de Agamenon Magalhães para Pernambuco era diferente das propostas do governo anterior. Enquanto no governo de Carlos de Lima Cavalcanti, os órgãos administrativos do poder executivo atuaram com perícia para alcançar resultados mais satisfatórios, durante a gestão de Agamenon, houve uma preocupação em afinar a atividade administrativa ao caráter ideológico do novo Estado.

---

<sup>131</sup>VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **In: O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.).

<sup>132</sup>Este cargo exercido por Agamenon era de suma relevância no governo getulista, em razão de suas medidas sociais no sentido de afastar a ideologia comunista dos sindicatos de maior importância no Brasil. O Ministério do Trabalho era, no início do governo de 1930, partilhado com atribuições referentes à indústria e ao comércio. Contudo, a atuação mais incisiva do ministro anterior era voltada para relação com os trabalhadores, o que será mantido durante a atuação de Agamenon no Ministério. Cumpre destacar que, apesar de existir um Ministério do Trabalho, a Justiça Trabalhista só foi consolidada no país em 1939. Neste sentido, a atuação do futuro Interventor do Estado de Pernambuco foi imprescindível. Em 1937, às vésperas das eleições, o Ministro do Trabalho, pelo bom desempenho de suas atividades, foi convidado por Getúlio Vargas para acumular o Ministério da Justiça, cargo que lhe foi indeclinável. Agamenon passou, então, a ter grande presença no governo de Getúlio Vargas, chegando inclusive a ser chamado por Graça Aranha do alterego do Presidente da República. Foi neste cenário de superestima de sua capacidade administrativa que se deu a ruptura de Agamenon com Carlos de Lima Cavalcanti, quando ambos passaram a disputar o comando do PSD em Pernambuco. De amigos fraternos passaram a inimigos declarados.

<sup>133</sup>Para maiores esclarecimentos, o interessado deve procurar ler a dissertação de APEJE – Hemeroteca. Folha da Manhã – fev / mai de 1938 – Vespertino. 10 de março de 1938 / P. 1.

Assim, não foi a técnica que definiu a equipe de governo daquele político, mas a opção política das pessoas, que deveriam estar vinculadas aos projetos estéticos e ideológicos de um novo Estado, adequado ao poder central.<sup>134</sup> Naqueles anos, o Recife viveu projetos tendentes a erradicar da cidade o que fosse considerado velho, atrasado, ligado ao modelo político anterior.

As propostas de governo de Magalhães tenderam a associar o Estado Novo ao ideal de progresso em oposição ao atraso, ao provincianismo. Desta forma, Agamenon pareceu querer transformar o Recife em uma grande metrópole nacional, em um momento no qual a cidade, ainda, era marcada pela existência de antigos sobrados, mocambos e vazios demográficos, como chamou atenção Graça Ataíde, ao dizer que o Recife nos anos do Estado Novo, ainda, se projetava para a zona norte, sendo a zona sul muito pouco habitada, em virtude da ausência de serviços públicos oferecidos pelo Estado.<sup>135</sup>

Os “novos tempos” da política nacional trouxeram modificações que perpassaram os aspectos urbanos, sendo a inauguração de uma nova fase para o Recife. Não era só a cidade que se pretendia mudar, mas o *modos vivendi* dos seus habitantes. Assim, não foi só a feição da cidade que passou por mudanças, mas o próprio espírito dos munícipes. Por essas razões, a Interventoria de Agamenon Magalhães foi considerada um exemplo a ser seguido, pelos outros políticos do país, o que era justificado pela realização de uma cruzada doutrinária.

Através desta cruzada doutrinária, buscou-se integrar os diversos grupos sociais, para juntos, colaborarem naquele projeto político, cujas bases eram caracterizadas pelo jogo duplo realizado entre as forças sociais envolvidas, as quais se combinavam em uma estrutura de poder excludente e inclusiva ao mesmo tempo.<sup>136</sup>

A Interventoria induzia a população a cooperar com a administração estadual, estreitando as relações entre o governo e a sociedade. O cidadão era incentivado, por exemplo, a exercer uma função policial, tanto no combate ao crime, como no combate aqueles que exploravam a população. [...]. Com esta postura, o governo estadual tentava passar a idéia de que a população estava intervindo, contribuindo e decidindo nos rumos da administração.<sup>137</sup>

Assim, uma das principais ações da Interventoria de Agamenon foi a tentativa de controlar a sociedade, tornando-as “acríticas, apolíticas, apáticas e anti-semitas”, porque entre

---

<sup>134</sup>PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

<sup>135</sup>ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas / FFCH / USP, 2001.

<sup>136</sup>DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe**. In: **O BRASIL Republicano**. Org. por Boris Fausto. São Paulo, DIFEL, 1981. v. 3 p. 77-120.

<sup>137</sup>PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984. P. 56.

as principais preocupações - não só de sua administração, mas do Estado Novo, como um todo - esteve a tentativa de impedir iniciativas de contestação do regime. O que se contradisse ao novo regime político foi identificado, selecionado e alvo de elaboração de estratégias de combate do poder central.

Contudo, não bastava que a perseguição desenfreada a adversários políticos, a críticos, a comunistas, a prostitutas, a homossexuais, a vadios e a afro-brasileiros fosse resultado somente da iniciativa das instituições de poder; era preciso criar uma rede de solidariedade com a população recifense e com a os órgãos repressivos do Estado como veremos a seguir.

Neste diapasão, diversos instrumentos foram utilizados pelo Estado para doutrinar a população e realçar a relevância de cada indivíduo atuar na constituição de uma nova concepção de cidade, de homem e de vida. Não foi só da repressão policial que se valeu o Estado Novo, em Pernambuco, mas da colaboração de várias instituições estabelecidas que, juntamente com a população, classificou e determinou quem estava dentro e fora do novo campo social criado, conforme veremos a seguir.<sup>138</sup>

As autoridades políticas de Pernambuco souberam criar os vínculos necessários com a sociedade recifense, para sedimentar o controle do Estado sobre as camadas populares, as quais, historicamente, estiveram mais sujeitas a idéias comunistas. Neste sentido, a regulação dos espaços de lazer e o incentivo do Estado Novo às festas populares criaram vínculos de solidariedade entre o Estado e os grupos populares, dando margem à consolidação de uma identidade entre o cidadão “ordinário”, os grupos intelectuais e os políticos no poder.

Às festas populares, a exemplo do carnaval, imprimiram-se ares de festa cívica e patriótica, no sentido de difundir as representações e práticas desejadas pelo Estado Novo. Assim, o movimento de tentativa de controle das manifestações populares, que veremos ocorrer no carnaval recifense, esteve enquadrado na lógica da política nacional referida acima.

A atuação da Federação Carnavalesca Pernambucana, em conjunto com a Igreja, com a Secretaria de Segurança Pública, com os Centros Operários e com a própria população, criou as bases para o desenvolvimento das Festas como elemento pedagógico, capaz de formar e informar a população sobre a ideologia do Estado Novo, em que os intelectuais, através das suas representações nos periódicos, apareceram como baluartes dos anseios populares, como agentes representativos da consciência nacional, capazes de intermediar e traduzir as idéias indefinidas da população, dando-lhes forma e sentido.

---

<sup>138</sup>BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1998.

Por outro lado, não se pode olvidar de pensar que esse Estado Novo proposto em Pernambuco, também, se sustentou pela força. Em muitos momentos, a cultura, sozinha, não deu conta de exercer o controle sobre as camadas populares, até porque o trabalho de “aculturação”, desenvolvido pelos intelectuais cooptados pelo regime varguista, foi lento e, quase sempre, esteve sujeito a movimentos de contestatórios. Desta forma, a ação policial fez-se indispensável nos anos subseqüentes a 1937, sobretudo para os grupos populares insurgentes, cujas manifestações de idéias “subversivas” eram constantes no período do carnaval. Para eles restava enquadrar-se à ordem política e cultural imposta, ou, à repressão e ao controle policial.

## **2.2 Quando o frevo começa, parece que o mundo já vai acabar.**

De um modo geral, quando se fala de Estados autoritários na historiografia, como é o caso do Estado Novo, costuma-se associá-los a práticas repressivas realizadas pelo corpo militar do Estado. No Estado Novo, no Recife, a excessiva atuação policial decorreu da justificativa da necessidade de manter a paz pública, a segurança das instituições, das pessoas e da propriedade, elementos fundamentais para a manutenção da ordem social. E, se era preciso manter a ordem, a atenção de Agamenon Magalhães precisou ser redobrada para organizar a polícia, a qual se tornou elemento decisivo no controle da população, para realizar o disciplinamento das festas de rua, que foram vistas como uma grande oportunidade para o Estado Novo promover a educação da população dentro dos parâmetros ideológicos pretendidos.

Para Agamenon Magalhães, as festas de rua eram um dos meios, através dos quais se poderia dar legitimidade ao governo, mediante a divulgação de uma possível coesão social. Por isso, muitas vezes, a Interventoria de Agamenon foi considerada, por alguns historiadores, como um dissenso, porque ao passo que reprimiu qualquer tipo de mobilização fora do controle estatal, o novo regime procurou incorporar os diversos grupos sociais, inclusive, as camadas populares, ao seu projeto político.

Nesse sentido, o regime instaurado, em novembro de 1937, foi marcado pela combinação de uma estrutura de poder elitista e excludente com uma base de sustentação policlassista. Ao tentar produzir uma concepção de mundo única dos diferentes grupos sociais, o Estado organizou a sociedade, estabelecendo entre os diversos grupos sociais uma

forma diversa de relacionamento, em que as estruturas democráticas eram abolidas, e o Estado Novo adquiria maior legitimidade.<sup>139</sup>

Neste diapasão as festas passaram a ter caráter pedagógico, atuando como elemento constitutivo de consciência:

O modelo era relativamente simples: uma vez congregada em massa, a população era alvo das mais diversas informações e estímulos, desenvolvendo emoções e sentimentos. Por sua vez, ao retornarem às suas casas, as pessoas (multidão dispersa mais uma vez) irão disseminar aquelas sensações que experimentaram durante a concentração. Para serem eficientes, esses estímulos têm que ser repetidos de tempos em tempos, com regularidade, para que aqueles sentimentos sejam mais que lembranças perenes e possam embolar aspectos negativos do regime que as proporcionou.<sup>140</sup>

Desta forma, as diversões se constituíram em elemento educacional de primeira ordem no Estado Novo; mas em relação ao carnaval, houve divergência, por exemplo, entre o Interventor e o editor chefe da Folha da Manhã, José Campello, considerado fascista de primeira linha.<sup>141</sup>

Nas palavras de Campello, o carnaval era o recreio das classes populares, no qual estava abolido o parâmetro higienista, não tendo nenhum sentido cívico e religioso. Em outras palavras, aquela manifestação estava longe de exercer uma função educativa, pedagógica, que ele atribuía ser de fundamental importância para o Estado Novo, no sentido de educar as massas, de civilizar os populares. Para Campello, as festas que deviam ser patrocinadas, pelo Estado Novo, deveriam ser semelhantes àquelas promovidas pelo Centro Educativo Operários, em que seus organizadores primavam pela conservação das tradições populares sem, contudo, se deixar levar por valores que poderiam conduzir a sociedade ao comunismo, quais eram: nudismo, amor e outros. Para ele o carnaval devia ser extirpado, porque representava uma ameaça à sociedade recifense, ao Estado Nacional, porque eram “caminhos que levavam a Moscou.”<sup>142</sup>

Por outro lado, Agamenon Magalhães reconhecia a importância do carnaval, destacando que sua “degenerescência” apontada pelo seu correligionário destacado acima, decorria das influências estrangeiras no carnaval pernambucano, o que poderia ser resolvido

---

<sup>139</sup>PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

<sup>140</sup> SOUZA, Neto José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano**. Recife: Tese de doutoramento – UFPE, 2005.

<sup>141</sup>ibidem.

<sup>142</sup>Folha da Manhã. Recife, 30 de Dezembro de 1939. Diversões populares.

pela ação conjunta de instituições, como a Polícia e a Federação Carnavalesca Pernambucana, que juntas emoldurariam o popular na fôrma e espartilho do Estado Novo.<sup>143</sup>

Agamenon não discordou do seu correligionário, quando esse se referiu ao carnaval, como um recreio popular, mas realçou que a consolidação do lazer colaborava para afirmação da identidade regional, devendo esses valores serem cultivados, para serem incorporados às propostas de identidade nacional. A recreação acima destacada, como afirmou Agamenon, não estava isenta de regras e preceitos, ao contrário, existia uma normatização própria de cada grupo diversional, associado ao carnaval. E foi através do trabalho das diretorias dos grupos carnavalescos que Agamenon pretendeu exercer o controle do Estado.

Como a palavra do Interventor era prevalente, o carnaval não deixou de ser promovido nos anos em que o mesmo esteve à frente do governo em Pernambuco, estando a festa associada a dois sentimentos apresentados nos jornais, através de crônicas do Jornal Pequeno, da Folha da Manhã e do Diário de Pernambuco: era o medo de uma possível sublevação da ordem, da divulgação de idéias subversivas no carnaval, ao passo que se divulgou a necessidade de controlar a festa como forma de disciplinar as camadas populares. Medo e necessidade de controle foram dois elementos que nortearam, mais do que nunca, a realização do carnaval em Recife nos anos do Estado Novo.

Naqueles anos, o medo foi um dos elementos de sustentação das relações contratuais determinantes dos vínculos civis.<sup>144</sup> Foi um sentimento fomentado, como forma de cimentar relações sociais, para guiar ações e reproduzir ideologias associadas a modelos divulgados como potencialmente capazes de estabelecer a segurança. Por isso, a festa de carnaval, dos espaços públicos e privados, foi articulada em torno dos dois sentimentos supracitados.

Nos clubes “tradicionais” e nos automóveis das elites, que desfilavam no curso, tinha-se a extensão do lar, da ordem, da paz e segurança. Esse modelo foi utilizado pelos adeptos do Estado Novo como um modelo a ser aplicado ao carnaval de rua. Foi em cima das regras dos carnavais de clubes, e do ordenamento do curso, que se elaborou a proposta de controle sobre o carnaval de rua. Não se tratou de uma batalha para eliminar o carnaval de rua, mas de como utilizar a festa de rua em favor da imagem do Estado.

Era um processo de tradução de valores, de interpretação da cultura popular, por um viés “moderno”, unitário e higienista, que buscou ordenar o carnaval. Esse trabalho já vinha sendo feito pela polícia, precipuamente, e a partir de 1935 pela Federação Carnavalesca

---

<sup>143</sup> SOUZA, Neto José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano**. Recife: Tese de doutoramento – UFPE, 2005. .

<sup>144</sup> NOVAES, Aduino. **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: editora SENAC, 2007.

Pernambucana. Contudo, foi preciso modificar a ação meramente repressiva da polícia, em favor de práticas racionalizadas, através da especialização da atividade de controle, que já tinha sido iniciada na gestão de Lima Cavalcanti, para que se colaborassem as diversas entidades de controle do carnaval.

Assim, se até 1930, a polícia tinha tido a estrutura abordada no capítulo anterior, a partir de então, em virtude da nova conjuntura política e econômica, a estrutura policial de Estado foi modificada e especializada, sendo sua estruturação fundamental à Segurança Nacional, conforme disse Agamenon Magalhães em 1938:

Uma das preocupações do meu governo foi dar a polícia uma organização técnica, que correspondesse às exigências da ordem social. Substitui-se o velho aparelho repressivo, inadequado, sem eficiência, nem mais finalidade, por uma orientação inteiramente nova. Adotamos, como base da reforma, os meios preventivos, executando-se uma série de medidas, cujos resultados são imediatos. Abolidos o sensacionalismo da imprensa, o baixo espiritismo, as seitas africanas e a prática das chamadas ciências herméticas, e outras formas de exploração da credulidade e da miséria social, desapareceram os fatores da exacerbação e desespero.<sup>145</sup>

A polícia atuou de forma categórica na imposição da ordem desejada; contudo, a situação continuou exigindo cada vez mais rigor. As modificações empreendidas à segurança do povo pernambucano foi o argumento utilizado por Agamenon como um conjunto de atos sucessivos necessários à manutenção da ordem. Foram eles : criação de uma Delegacia Geral de Polícia em substituição à Repartição Central de Polícia; criação de uma Secretaria de Segurança Pública em substituição à Delegacia Geral de Polícia, subordinada ao Estado; supressão da Inspetoria Geral da Polícia e criação de duas Delegacias Auxiliares, uma para capital e outra para os interiores; criação da Inspetoria Geral do Tráfego Público e Guarda Civil; criação de uma Diretoria de Expediente e Contabilidade; criação de uma Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas; e criação de uma Delegacia de Ordem Política e Social<sup>146</sup>.

Em se tratando da Secretaria de Segurança Pública - intitulada de Sorbonne, pelos adversários políticos do Interventor - ela trouxe a energia necessária para resolução dos problemas de ordem, à medida que tentou subordinar todo o aparato policial do Estado à

---

<sup>145</sup> Folha da Manhã. Recife, 10 de Dezembro de 1938.

<sup>146</sup> Cabia ao Delegado da Ordem de Política e Social, dentre outras atribuições: exercer a censura prévia à imprensa, ao teatro, ao cinematógrafo, a rádio; Censura de correspondência e de todas as comunicações; suspensão da liberdade de reuniões; serviço de censura das casas de diversões públicas, do qual estava excluída a censura teatral e a cinematográfica; proceder a medidas de profilaxia moral e social: jogos proibidos, casas de tolerância, baixo espiritismo, decoro público, seitas africanas e práticas das ciências herméticas. Para maiores esclarecimentos, o interessado pode procurar o trabalho de Marcília Gama: GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996. .

ideologia do Estado Novo. A justificação de sua criação foi dada, por ele mesmo, em 10 de Novembro de 1938, em mensagem enviada ao Presidente da República:

[...] seja-nos lícito salientar que os vários problemas de ordem, no Estado têm sido atacados e resolvidos com a energia e a rapidez que se faziam mister. Falta de autoridade; a ação secreta da terceira internacional, transformando o Estado em um dos mais fortes redutos do partido comunista; a intranquilidade e a falta de segurança no interior, com o espírito de facção, o banditismo e outras formas de atentados à população rural, esses problemas, sobretudo, exigiam solução imediata. Restaurou-se o princípio da autoridade. Os intelectuais esquerdistas, os verdadeiros responsáveis (segundo o governo, observação minha), pela agitação vermelha passaram a receber a repressão devida. Processados e condenados muitos pelo Tribunal de Segurança Nacional, trataram outros de abandonar o Estado, tiveram circulação proibida, por outro lado, todas as publicações suspeitas. Com essas medidas e uma intensa vigilância, que não sofreu nem sofrerá solução de continuidade, está Pernambuco rehabilitado da pecha de grande foco vermelho. Cessaram até os derrames semanais de boletins subversivos (desde primeiro de maio do ano findo que não surge um só boletim comunista entre nós) e a chamada agitação mural, outrora tão freqüente.<sup>147</sup>

Nesta perspectiva, criou-se a estrutura imprescindível para desenvolver formas de comportamento permitidas. Não deveriam ser admitidas manifestações contrárias ao que se estava sendo estabelecido e, nesta luta, o comunismo parecia ser a principal ameaça, porque:

[...] o esquerdismo está na pregação democrática dos boletins clandestinos que continuam a ser divulgados em todo país, como está na literatura pornográfica, no teatro licencioso, na influência corrutora do cinema, no nudismo das praias, em tudo isso que aos pouco vai criando um clima propício à aceitação de tão nefasta doutrina.<sup>148</sup>

O advento do Estado Novo concretizou medidas de prevenção, repressão e censura iniciadas com a Revolução de 30. Um sistema técnico, aparentemente eficiente e moderno, foi o aparato utilizado em Pernambuco. Neste novo cenário, os carnavais que se seguiram ao golpe foram realizados sob um ostensivo aparelho de controle, dado o temor das autoridades locais de que o regime recém-instaurado fosse questionado pelos grupos populares.

O governo pareceu ter reconhecido a importância pedagógica do carnaval, mas para que ele continuasse existindo, dentro dos padrões do Estado Novo, ele precisou ser modificado, de modo a incorporar “benefícios ao Estado de modo que a “festa pagã” saísse do deboche e da perversão, passando a ser percebida como uma prática preciosa ao poder público.<sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996. PP. 55 e 56.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>149</sup> Folha da Manhã. Recife, 03 de Maio de 1938. Carnaval.

À proximidade do primeiro carnaval a ser realizado pela equipe de Agamenon Magalhães, em 1938, fez circular boatos nos arredores da cafeteria Lafayette de que o carnaval não passaria daquele ano, em virtude do excessivo controle imposto à festa. No entanto, já durante os dias de carnaval, o balanço do evento, veiculado pela Folha da Manhã, chamou atenção para o “estrandoso sucesso” da festa, já que “nenhuma” evidência de distúrbio tinha sido apurada fosse pela Secretaria de Segurança Pública, ou, pela Delegacia de Tráfego.

A maioria dos jornais pesquisados deu indícios de que as ações do Estado estavam no caminho certo. Teria sido isso que de fato ocorreu, ou, os jornais pesquisados foram tendenciosos, ou censurados, para divulgar somente notícias convenientes ao momento político?

Há indícios de que o trabalho da polícia repressiva, em associação com os outros instrumentos de controle policial do Estado, não foi suficiente para coibir as ações de contestação da ordem dos grupos populares. Tanto assim o podemos considerar que foi recorrente, nas notícias divulgadas nos jornais, a exemplo da Folha da Manhã e do Diário de Pernambuco, que o carnaval continuou sendo o espaço para possíveis manifestações de algazarra, de idéias subversivas e outros elementos perigosos em meio à brincadeira.

Este entendimento é partilhado pelo historiador José Maria Neto que, em sua tese de doutoramento, estudou o Estado Novo e as políticas de Estado de Agamenon. Sobre isto, assim se posicionou José Maria:

O tema paz social tornou-se obsessão para Agamenon Magalhães, repetido, por ele e seus correligionários, à farte e à náusea. Elogiando o carnaval (lembramos: após dois anos de sua presença moralizadora e organizadora), o líder insiste em afirmar que não há sequer um conflito, um aborrecimento, uma agressão, um tapa, um murro. Chega a ser impossível, quando não ridículo, que num evento que reúne milhares de foliões, confunde todas as classes e contamina as elites não surja sequer um desacordo, troca de impropérios.<sup>150</sup>

Neste sentido, acreditamos que grande parte das representações pesquisadas, sobre este primeiro momento do carnaval do Estado Novo, visou menos apresentar a realidade do que criar práticas conformadas ao que estava sendo representado nos jornais. Sobre isso, insta lembrar as observações de Roger Chartier, ao afirmar que entre as práticas culturais e as representações existia um enorme vácuo, para o qual o pesquisador deveria estar voltado, caso

---

<sup>150</sup>SOUZA, Neto José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano**. Recife: Tese de doutoramento – UFPE, 2005. P. 142.

pretendesse desencortinar determinadas práticas - porque, na maioria das vezes, as representações são realidades forjadas pelo interesse de um grupo social.<sup>151</sup>

Desta forma, o autor admite a impossibilidade de alcançar a verdade, a essência das coisas pelo que é representado, já que uma representação é somente uma das possíveis leituras dos fenômenos sociais, afinal a mesma é, também, uma prática social, uma das apropriações possíveis de serem feitas por uma pessoa, ou um grupo delas, no intuito de dar sentido ao seu mundo.<sup>152</sup>

Em suas entrevistas, Etelvino Lins, Secretário de Segurança Pública do Governo de Agamenon Magalhães, destacava os inimigos do carnaval “familiar”, contra os quais estava voltado o efetivo da polícia, a fim de assegurar o sucesso do préstito e combater a todos aqueles que ameaçavam a ordem, a exemplo dos baderneiros, dos comunistas e dos grupos desfilados à Federação Carnavalesca Pernambucana. Para eles, o efetivo policial estava nas ruas, no intuito de reprimir quaisquer subversões. Todavia, para a nova polícia, em ações combinadas com a FCP, era preciso criar estratégias preventivas de controle da festa de carnaval, e não apenas reprimi-la.

Uma das estratégias adotadas por Agamenon para operacionalizar a fiscalização policial nos dias de carnaval, foi a de transformar a Federação Carnavalesca em órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, uma vez que a Federação tinha legitimidade, entre os populares, para poder controlar e coordenar as atividades carnavalescas, diferentemente da polícia, que não era vista com bons olhos.

Essa união, a partir de 1938, rendeu frutos ao Estado, e ao desenvolvimento de uma identidade local, baseada no civismo e patriotismo, elementos basilares da política de Agamenon, que foram difundidos pelo carnaval. De “monstro popular”, o carnaval tornou-se um evento de caráter cívico e patriótico.<sup>153</sup>

Por isso, antes de iniciados os dias gordos, em 1938, a Federação Carnavalesca Pernambucana convidou seus associados, para discutir assuntos atinentes à promoção da festa. Cada um dos grupos integrantes da FCP portava uma carteira, a qual devia ser

---

<sup>151</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>152</sup> Outro ponto tratado na obra de Chartier é como as pessoas vão ler as representações, como elas se apropriarão dela para lhes dar sentido ao seu mundo. Para Chartier essa maneira de apropriação era antes de tudo individual e não meramente fenomenológica como pretendem os fenomenologistas, ao quererem introduzir um sujeito universal e abstrato como leitor das representações. Para Chartier, valendo-se dos textos de Norberto Elias e de Paul Ricoeur, existiria certa descontinuidade na forma como as representações eram significadas, porque cada sujeito dava ao seu mundo o sentido que podia, a partir de laços de interdependência, reguladores das relações entre os sujeitos e as estruturas de poder.

<sup>153</sup> Folha da Manhã. Recife, 12 de Maio de 1938. “Em defesa do Carnaval”.

regularizada anualmente, para que se pudesse votar em momentos oportunos, como na eleição do Conselho Fiscal:

Conforme deliberado em Assembléia (...) estão convidados os delegados de todas as associações de carnaval, para hoje, às 8 horas da noite, na sede da mentora, ser procedida a eleição para o Conselho Fiscal. Em tempo, ficam prevenidos os Srs. Delegados que somente votarão quem estiver munido de sua respectiva carteira, a qual está sendo fornecida pela Secretaria da Federação, até segunda-feira, às seis horas.<sup>154</sup>

A carteira de associado à FCP era a identidade dos grupos filiados à instituição e representou a adesão dos populares ao carnaval da Federação Carnavalesca, como também a possibilidade de o Estado controlar os grupos foliões, intermediado pela Federação. Todos os filiados eram identificados e, em assim o sendo, as estratégias de controle foram ampliadas. Saber das instituições, endereços de “todas” as sedes, da rotina dos foliões, reservou ao Estado a possibilidade de controlar cada passo de seus adeptos. Tratava-se de “[...] um controle normatizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir [...]”.<sup>155</sup>

No carnaval de 1938, a população recifense foi convocada para ajudar o Estado na realização de um carnaval de paz. Todos deviam controlar a todos. Por esta razão, quando os jornais comentaram o “sucesso do carnaval de 1938” não enalteciram somente a ação do Secretário de Segurança Pública, e de sua equipe, mas também a atividade da população, que teria atuado como agente fiscalizador da paz social, em colaboração com a polícia, contra as possíveis ameaças à ordem conforme se leu:

[...] a despeito... do entusiasmo popular e da liberdade que predominam durante o tríduo do Momo, tudo transcorre... sem a menor anormalidade, confirmando-se o espírito ordeiro do povo...(..). Por outro lado, é oportuno acentuar a conduta das autoridades, cuja ação vem sendo a mais sensata no controle do policiamento [...].<sup>156</sup>

Pelas representações feitas nos jornais da cidade – principalmente na Folha da Manhã, sobre como a festa de carnaval estava sendo aproveitada pelos populares - não se podia negar que a “paz do carnaval” tão almejada, anteriormente, estava sendo alcançada. Ainda que se tratasse somente do plano ideal, de uma representação que não correspondesse à realidade, o carnaval que era mostrado nos jornais recifenses, e no Brasil, era apresentado como o resultado dos esforços políticos locais, mas, sobretudo, como decorrência da ação da FCP, que teria agregado em torno da festa elementos, antes antagônicos, como foi o caso da polícia,

<sup>154</sup> Jornal Pequeno. Recife, 07 de Fevereiro de 1938. (Título ilegível no original).

<sup>155</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro. Vozes, 1996. PP. 164.

<sup>156</sup> Folha da Manhã. Recife, 28 de Fevereiro de 1938. “O policiamento das ruas de ontem”.

que paulatinamente, foi deixando de ter uma ação meramente repressiva para ser colaboradora da realização do carnaval com fins educativos.

Do encontro de grupos de carnaval rivais, em vez das brigas de orquestras e populares, a combinação dos esforços para reproduzirem o hino da Federação.<sup>157</sup> O sangue estava dando lugar à harmonia, à convivência pacífica dos contrastes; mas não foi só a festa pela festa que objetivou o Estado Novo, ao coordenar a polícia, a Federação e a população para promover o carnaval. Existiam interesses que perpassavam a manutenção do “espírito de carnaval”, porque, para um novo regime político, era indispensável a elaboração de uma nova identidade.

Mas, por que a população recifense “deixou-se”, aparentemente, “submeter-se” ao controle do Estado? Esta pergunta é um dos questionamentos que motivaram a realização deste trabalho e, por isso, deve ser respondida com clareza ao leitor. Como vimos, antes da organização da Federação Carnavalesca Pernambucana, os grupos de carnaval eram os responsáveis, pela arrecadação de verbas junto ao comércio, para subsidiar as festas de carnaval.

Todos os anos, os principais líderes dos grupos carnavalescos passavam seus livros de ouro pelo comércio. Em troca, os líderes carnavalescos dos brinquedos patrocinados acordavam, com os comerciantes, que a loja patrocinadora seria incluída no roteiro do desfile do brinquedo. Assim, as brincadeiras de carnaval eram organizadas e seu desfile orientado, a partir dos financiamentos concedidos por particulares.

Para manter as agremiações sob as rédeas do Estado foi determinado que os recursos, antes percebidos pelos grupos de carnaval, seriam arrecadados pela Federação, tendo cada grupo de se conformar com as parcelas pecuniárias dadas ao seu grupo, pela Federação Carnavalesca, para promoção das festas. Exercia-se um controle sobre os grupos populares que era, antes de tudo, um controle econômico. A partir daí, as rotas dos desfiles dos brinquedos de carnaval passou a ser adstrita à orientação da Federação Carnavalesca.

Contudo, não se pode falar de mera submissão dos grupos populares à cultura dominante, através do domínio econômico, como se pode pensar ter ocorrido numa primeira leitura das fontes, já que, no curso do Estado Novo, as resistências se mostraram evidentes, ainda que, na maioria das vezes, elas tenham sido negligenciadas pelos periódicos recifenses.

---

<sup>157</sup>Hino do carnaval de Pernambuco, Letra de Aníbal Portela e Música J. Mariano Barbosa – “Marambá”: Foliões, viva o prazer!; Viva o frevo original; O ideal é sorrir e ao passo aderir, aderindo ao carnaval/ Evohê, Evohê; O carnaval de Pernambuco é vibração, é gozo, é o suco, graça ao frevo e (ilegível) / Carnaval como se faz nesta bela capital; vale a pena se ver, pois é bom de doer; é de fato carnaval/ Todo aquele que negar; o prazer que anda aí; faça o passo e verá que no mundo não há; carnaval como o daqui. – Letra retirada do Anuário do Carnaval de Pernambuco da FCP, 1938.

Com recursos limitados e restrições ao uso do espaço, além de estarem excluídos da vida política, os populares - com seus anseios e necessidades - precisaram utilizar-se de formas alternativas de organização vinculadas ao terreno da cultura para proposição de um modelo de cidadania alternativo.<sup>158</sup> O carnaval que foi visto pelo Estado Novo como recurso de dominação, para os grupos populares era a garantia da persistência de suas formas de expressão cultural, bem como a possibilidade de difundir valores e de se imiscuir na cultura dita oficial. O carnaval era, para os populares, um meio de se fazerem notados, sendo, destacadamente, um instrumento de exercício de cidadania.

Desta forma, não existiu nos espaços voltados para o carnaval somente o poder unidirecionado, vindo de cima, para controlar os que estavam em baixo. Houve, nos anos do Estado Novo, lugar para o riso, para o uso de metáforas, como armas usadas pelos grupos populares para definir uma identidade cultural própria, em que a Cultura foi o elemento de expressão da cidadania, de resistência a um modelo cultural imposto.

Assim, os grupos populares não se curvaram às restrições determinadas pelos grupos dominantes, mas dialogavam com ele, através da sua normatização interna, através das quais as associações Carnavalescas criavam espaços de sociabilidade com sua comunidade.

As alusões a este diálogo, nos jornais pesquisados – em todos eles sem exagero - são escassas, tornando-se visível apenas pela montagem de um verdadeiro quebra-cabeça, o qual reúne elementos dispersos, como quando uma senhora do grupo Flor de Lyra dispôs de todas as suas economias para que seu bloco saísse às ruas. O que estava em questão não era somente a participação do seu grupo no carnaval, mas a própria possibilidade de ela sentir-se cidadã, de ser vista e notada pela sociedade.

[...] o bloco Flor de Lyra de Santo Amaro viveu uma verdadeira tragédia. No primeiro dia de carnaval não pôde ir à rua. O importe de sua orquestra estava incompleto. Uma comissão sairá a cavar, pedindo auxílio aos amigos. Faltava, porém, 200 mil réis. 22 horas da segunda-feira, o coro fúnebre com 50 senhorinhas abriu a chorar.<sup>159</sup>

Da alegria à tristeza; da disputa de grupos rivais ao amor pelo seu bloco; a festa não podia parar, porque se ela parasse os corações dos populares não resistiriam. Dava-se um jeito. Qualquer sacrifício era válido, até mesmo a hipoteca do mocambo onde morava a folião servia aos populares para provar seus sentimentos pelo clube que integrava. Talvez, porque o carnaval era o momento de notoriedade, em que se dava visibilidade aos agentes excluídos do poder central; ou, porque o carnaval era a amostra da resistência daqueles grupos aos projetos

<sup>158</sup> SOIHET, Rachel. **Revista Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**. Rio de Janeiro: UERJ: 2007.

<sup>159</sup> Folha da Manhã. Recife, 03 de Março de 1938. “Últimos foliões sobre a terra”.

culturais impostos; ou, ainda, porque existia amor dos populares ao seu grupo de carnaval do coração. Nenhuma suposição, nem a outra estão corretas com exclusividade, mas ambas. Não foi por menos que, naquele ano, o Flor de Lyra saiu às ruas aplaudido, ou, como disse um popular à Folha da Manhã: “Flor de Lyra venceu galhardamente aos seus antagonistas, Magnólia, Chrysanthermo em um dia de carnaval (...). Flor de Lyra deu de macaca em todos três (...)”<sup>160</sup>.

Assim, a escolha do carnaval pelo Estado Novo em Pernambuco, como uma das possibilidades de exercer controle sobre os grupos populares, não decorreu unicamente da ação do Estado, sendo resultado de um fenômeno mais complexo, em que a ação dos populares em face do carnaval foi contributiva para a utilização daquela festa, pelo Estado, como estratégia de controle.

Em virtude do uso que era feito da mesma pelos populares, para caracterizar lutas e negociações contínuas, com avanços e recuos que se dimensionaram através de processos dialéticos constantes, o carnaval foi se incorporando às propostas políticas do Estado Novo. Mas, não foi só no intuito de educar as massas que o Estado interessou-se pela promoção oficial do carnaval. Este movimento de valoração local do evento, pelo poder público, era uma tendência copiada de outros Estados, como foi o caso do Rio de Janeiro, que desde 1933, vinha dando subsídio à realização do carnaval de rua.<sup>161</sup>

Lá, os dirigentes políticos daquele Estado perceberam, antes do governo pernambucano, as ricas possibilidades que o evento momesco podia trazer para o exercício do controle sobre os grupos populares pelo Estado, além da movimentação econômica com a realização do carnaval, em decorrência da atividade turística e do incremento das atividades comerciais.<sup>162</sup>

Em Pernambuco, quando o Interventor deu-se conta do impacto que a realização do carnaval tinha no pequeno comércio da cidade, os investimentos e as tentativas de controle da festa passaram a se tornar uma das primeiras ordens do dia do governo de Agamenon.

### **2.3 E, em saudação à Chiquinha Gonzaga, ô abre alas que eu quero passar:**

---

<sup>160</sup> Folha da Manhã. Recife, 03 de Março de 1938. “Últimos foliões sobre a terra”.

<sup>161</sup> SOIHET, Rachel. **Revista Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**. Rio de Janeiro: UERJ: 2007.

<sup>162</sup> O trabalho sobre a economia do carnaval é algo que ainda precisa ser feito pelos historiadores, sociólogos, antropólogos ou pesquisadores de áreas afins.

Em 17 de Janeiro de 1938, o prefeito de São Paulo veio a Recife, onde buscou aconselhar-se sobre como poderia produzir um carnaval de rua, em detrimento do carnaval dos carros alegóricos, imperativo na Paulicéia. Não importava por que meios, o prefeito de São Paulo pretendia reduzir os custos da programação Carnavalesca paulista, que contava com grande número de clubes alegóricos. Também, era intuito do prefeito, construir uma identidade local, na qual a festa representasse o meio pelo qual esses objetivos pudessem ser alcançados.

A vinda do prefeito de São Paulo à cidade do Recife, a fim de verificar as estratégias estatais adotadas pela Interventoria, no sentido de dar uma forma ordenada as festas de carnaval, naquela cidade, são representativas do reconhecimento das ações executadas pela FCP, em favor do carnaval pernambucano e da ideologia política do Estado Novo.

O Recife era um exemplo a ser seguido, e os elogios feitos pelo prefeito de São Paulo à conduta adotada pela FCP, no direcionamento do carnaval, foram bem aproveitados por Mário Melo, como se pode verificar pela leitura do que artigo que se segue:

Publicaram semana passada, os jornais de sexta-feira, procedente de São Paulo, um telegrama que não deve passar assim em branco nuvem. Diz esse telegrama que, aproveitando uma visita dos jornalistas, lhes pediu o prefeito sugestões sobre os meios para animar o próximo carnaval acrescentado que quanto aos préstitos dos grandes clubes, possivelmente os mesmos não apresentarão este ano os tradicionais conjuntos alegóricos, desde que não estava disposto a auxiliá-los por achar desnecessárias as apresentações dos carros e preferir intensificar os folguedos de rua. [...]. Vê-se que São Paulo não tem carnaval de rua, apenas carros alegóricos. Entende o prefeito, e entende bem, que o carnaval não é apenas carro alegórico. E, esta disposto a gastar dinheiro com o carnaval de rua, para o que pede sugestão aos jornalistas. Já noutro dia publiquei que esse mesmo prefeito abria concursos para músicas Carnavalescas, prometendo prêmios vantajosos. Fazendo-se o confronto, verifica-se que grande serviço tem prestado a Pernambuco a Federação Carnavalesca. Em São Paulo não há carnaval e o governo quer promovê-lo. Em Pernambuco, onde a animação era a maior do mundo, estava o carnaval morrendo pelas exigências dos governantes que não só não auxiliavam os clubes, como os impediam de passar nas ruas principais, a fim de que os automóveis não fossem perturbados no curso duplo. [...]. Veio a Federação, deu vida nova ao carnaval, promoveu a harmonia de todos os clubes fez, finalmente, aquilo que o prefeito de São Paulo está desejando para a sua cidade. [...] que mais deseja o governo de São Paulo, pedindo sugestões aos jornalistas, prometendo auxílio para o carnaval de rua, senão uma entidade como a que temos organizada em Pernambuco?<sup>163</sup>

O que Melo parecia buscar, em suas representações, era a razão para criar a estrutura necessária, a fim de fazer daquela instituição um dos mecanismos do Estado para o controle societário. O carnaval não podia mais ser visto, apenas, como a festa do povo, era preciso que

---

<sup>163</sup> Folha da Manhã. Recife, 17 de Janeiro de 1938. (Título ilegível no original).

à sua representação estivesse associado o caráter de utilidade pública, de um meio, através do qual o Estado pudesse exercer controle sobre a população. Nesse sentido, a FCP era representada, pelo seu secretário, como a instituição capaz de estimular a brincadeira ordenada, associada à imagem da democracia da ditadura Vargasista.

Todavia, cabe a pergunta: por que o Recife foi a cidade visitada pelo prefeito de São Paulo, se noutras cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, o carnaval já tinha sido oficializado, tornando-se uma prática popular promovida pelo Estado?

Diferentemente do que acontecia em outras localidades, onde o carnaval já era oficializado, a subvenção do carnaval no Recife não era recebida diretamente pelos grupos carnavalescos. Antes de a verba ser repassada aos populares, o dinheiro era filtrado e distribuído por uma entidade que se colocava como mediadora dos interesses estatais e dos grupos populares.

A Federação Carnavalesca Pernambucana, desta forma, realizou, nos anos em que esteve à frente do carnaval, a gestão econômica da festa, decidindo a quantidade de recursos que era destinada para cada atividade. Nessa fenda, estabeleceu-se um controle político da instituição sobre seus grupos filiados, mas que era, antes de tudo, um controle econômico.

Por outro lado, enquanto promovia o carnaval a contento dos grupos populares, a FCP negociava com o Estado a necessidade de aumentar o investimento público no carnaval, porque através deste, o Estado Novo e a ideologia varguista poderiam ser difundidos pelo mundo afora, trazendo o reconhecimento público e notório das ações de Estado.

Assim, nos anos do Estado Novo, o carnaval foi promovido pelo Estado sob argumento aparente de dar à população a oportunidade de “afogar a tristeza dos demais dias do ano”, quando se sabe que existiram outros interesses associados à festa promovida pela Federação.

Neste sentido, insta observar que a Federação também tinha seus próprios interesses na promoção do carnaval pernambucano, os quais não eram somente políticos, mas, principalmente econômicos.<sup>164</sup> Neste sentido, o controle do carnaval, pela FCP, não era entremeado somente pela “real” necessidade do Estado de controlar os ânimos dos grupos populares, como também não pretendia, apenas, revitalizar as manifestações de rua do período momesco, mas, outrossim, pretendia atrair recursos financeiros indispensáveis ao incremento

---

<sup>164</sup>Tentei fazer o estudo da economia do carnaval, no período, mas os dados encontrado do período são escassos, para tanto. Não conheço nenhum trabalho sobre a movimentação econômica no entorno do carnaval. Fica aqui a sugestão para algum pesquisador interessado em inserir-se nos estudos da história do carnaval. .

das atividades comerciais, dos diversos setores, aos quais estavam ligados seus principais dirigentes.

Através da promoção de concurso de músicas, concurso de passo e concursos de cartazes, as estratégias adotadas pela FCP, no sentido de criar espaços de divulgação do modelo de carnaval pernambucano fora do Estado, eram concretizadas. A Federação investiu, o quanto pôde, no desenvolvimento de ações voltadas ao turismo, porque os comerciantes já vislumbravam o potencial econômico da festa.

E foi, justamente, por esta combinação entre a possibilidade de controlar a sociedade, de divulgar o ideário político do Estado, bem como de revitalizar as manifestações populares, ao passo que trazia investimentos externos para o país, que o prefeito de São Paulo elegeu o carnaval pernambucano como modelo a ser copiado e transladado para a capital paulista, ainda que os jornais não tenham realçado esse aspecto econômico envolvido na questão.

A economia do carnaval não foi, nem o será, um detalhe para o Estado auxiliar a promoção da festa, mas, naquele momento, não era a única razão para tanto. Existiam outras questões prementes para justificar o apoio estatal à Federação e foram essas as que mais atraíram a atenção dos dirigentes estatais e dos intelectuais ligados à Festa, a exemplo de Mário Melo.

Carnaval e política se misturaram rotineiramente no Estado Novo. Naqueles dias, a “festa das massas” encampou a democracia do Estado Novo e, para que o sucesso do regime autoritário fosse eminente, era preciso continuar mantendo viva a idéia de que não se vivia um regime de exceção, mas democrático. O carnaval foi o símbolo da democracia durante o Estado Novo, por isso, do seu sucesso, dependia o sucesso do regime varguista.

Neste diapasão, atitudes de rechaço às iniciativas da FCP não eram toleradas, porque representavam a rejeição ao próprio regime. Por isso, a pressão de compositores apadrinhados por nomes de peso da política local que, porque não tiveram suas músicas eleitas entre as melhores do carnaval de 1938, boicotaram a gravação das músicas vitoriosas no último concurso de música da FCP, tinham que ser deslegitimadas.

Para o jornalista Mário Melo, o insucesso da tentativa de gravar as músicas vitoriosas do concurso de músicas de carnaval da Federação, era decorrência da falta de coesão do “povo” pernambucano, o qual devia repensar sua atitude, que era motivado por sentimentos “pouco nobres” e “antipatrióticos”, já que o que estava em jogo não era uma disputa de egos de compositores, mas a construção de uma proposta política de identidade nacional, cujos retornos, caso o projeto de Pernambuco se destacasse era, além de ideológico, econômico.

Um dos grandes fatores do sucesso, sabem-no ou devem de sabê-los todos, é a cooperação, o trabalho conjugado sob orientação perspicaz, donde o velho brocardo, a união faz a força. [...] Quebra-se facilmente uma vara, mas não se quebra um feixe de varas. [...]. Nos anos anteriores, o que dominava em Pernambuco no período de carnaval era a música carioca. Afora o samba que é brasileiro e a marcha que é universal, não possui o carioca música típica. Tem-na, porém, Pernambuco com o frevo e o maracatu. Para divulgá-la, instituiu a Federação Carnavalesca, de acordo com o Diário de Pernambuco e com a Rádio Clube, concursos anuais. Nem a Federação, nem o Diário, nem a Rádio Clube, tem o interesse de premiar este ou aquele compositor. O que querem é incentivar a cultura dos gêneros regionais, para escolhendo as melhores produções, divulgá-las. É uma propaganda indireta de Pernambuco. Combatê-la é trabalhar contra Pernambuco. [...]. Saiba-se que a Federação e o Diário Pernambuco e a Rádio Clube enviaram ao Rio de Janeiro o capitão José Lourenço da Silva, o Zuzinha, para fazer a gravação dos discos das músicas premiadas no último carnaval, e o conhecido e festejado ensaiador [...] acaba de regressar sem haver gravado uma única das composições premiadas [...]. Por quê? Por efeitos da guerra surda dos despeitados. [...]. Classe desunida! Não compreende essa gente que de tal modo faz mal a ela própria e vai concorrer para infiltração da música de fora, quando poderíamos ter esse excelente meio de divulgação no Estado e no resto do país o que redundaria em bem para Pernambuco.<sup>165</sup>

A combinação do Estado com o carnaval deu o suporte necessário para a propaganda do carnaval pernambucano Brasil afora, e os diversos instrumentos do Estado atuaram no sentido de dar coesão ao movimento de internacionalização das manifestações populares brasileiras, ainda que houvesse a resistência de alguns grupos políticos ao projeto de identidade local propugnada pelos detentores da promoção do carnaval em Pernambuco.

Apesar de o ano de 1938 ter começado com o fracasso da iniciativa da FCP e da Rádio Clube, de registrar em material vendável as músicas vitoriosas do concurso de carnaval do ano corrente, o apelo da entidade, e o apoio do Estado, proporcionou a consagração da música pernambucana entre os cariocas e em outras localidades.

O Estado Novo mostrou sua força entre os que tentaram sabotar as iniciativas da FCP, tanto que, em 1938, a FCP conseguiu levar a música pernambucana além das fronteiras do Estado.<sup>166</sup> Do Rio de Janeiro ao exterior, o carnaval recifense ganhou o mundo: “[...] extraordinário sucesso obtiveram as marchas pernambucanas no carnaval carioca. Os grandes clubes fizeram executar nos bailes as músicas de Pernambuco, que foram delirantemente aplaudidas em todos os lugares”<sup>167</sup>.

Outrossim, fora do país o carnaval recifense começou a se tornar conhecido, e reconhecido, por suas peculiaridades, sendo a música um dos principais meios utilizados pelo Estado na construção da imagem do carnaval e da identidade do país fora das fronteiras. Daí,

---

<sup>165</sup>Jornal Pequeno. Recife, 11 de Janeiro de 1938. “Ontem, Hoje e Amanhã.”

<sup>166</sup> Não teria sido o Estado a impor a aceitação de um modelo de brinquedo que tão bem parecia adequar-se às propostas do Estado Novo?

<sup>167</sup>Jornal Pequeno. Recife, 11 de Janeiro de 1938. “Ontem, hoje e amanhã”.

a relevância que teve o controle do Departamento de Censuras acerca da qualidade das músicas produzidas no Estado.

Esse Departamento atuou ao lado do Estado e da Federação, com uma preocupação constante de preservar a língua nacional, porque se acredita que através da conservação da mesma, podia-se tentar manter a unidade e a segurança nacional. Desta forma, era impreterível fiscalizar as produções musicais do país, como o frevo, o samba e o maxixe, a fim de evitar que se descaracterizasse a língua, para criar paródias e caricaturas desfavoráveis ao governo.<sup>168</sup>

A exportação de uma música de qualidade enaltecia o regime político, a entidade promotora do carnaval e enquadrava a cultura brasileira dentro da lógica do capitalismo, cujo retorno do trabalho da Federação pôde ser verificado pela irradiação de músicas pernambucanas, através da General Electric Co, de Screentady dos Estados, por intermédio de duas das suas potentes emissoras – W2xaf e W2xAD – de modo a atuar em ondas de 1,48 a 19,67 metros, o que corresponderia a 9,530 e 15,33 C Kilocycles.

As referidas irradiações foram resultado do trabalho do Sr. Luis Orioli e ressaltaram a riqueza cultural do Estado através da propaganda da cultura pernambucana. O programa aconteceu da seguinte forma:

[...] às 10 horas da noite, em ponto, um locutor espanhol fez a apresentação do programa, fazendo referências ao carnaval pernambucano e a nossas músicas típicas, passando a atuar em seguida um locutor americano, dando assim uma mais ampla publicidade radiofônica ao programa dedicado a Pernambuco.<sup>169</sup>

O rádio, como é bem sabido, era, àquele tempo, um dos mais consagrados meios de comunicação de massa existente. Por isso, uma radiofusão internacional representou, para FCP, a concretização de suas pretensões expressas, quando de sua fundação, que era a de exportar a cultura pernambucana pelo mundo. Não era a primeira vez que as músicas locais romperam as fronteiras do Estado, despertando o interesse das pessoas, com grande vulto, mas a dimensão assustou até os mais otimistas.

Aquele programa deve ter sido inesquecível para os ouvintes envolvidos com a promoção do carnaval. As principais composições de frevo, como melancolia; Pierrot, meu Pierrot, de Nelson Ferreira; maracatucá, de Silvino Lopes e João Valença; o hino do carnaval pernambucano, dentre outras canções transpuseram o “espírito brincante do povo recifense”

---

<sup>168</sup>VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **In: O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.).

<sup>169</sup>Jornal Pequeno. Recife, 16 de Janeiro de 1938. “Ontem, Hoje e amanhã”.

para lugares distantes daqui. À proporção que as músicas iam sendo irradiadas, o locutor dava uma breve explicação do estilo de cada composição, saudando, em seguida, o povo brasileiro. E, neste caso saudar o povo brasileiro era, antes de tudo, saudar o Estado Novo e seu dirigente maior, através da cultura de Pernambuco.

A utilização dos recursos musicais, e outros símbolos, associados às manifestações culturais do Estado encamparam a atuação de um poder simbólico, o qual foi exercido pelas autoridades políticas de forma estratégica.<sup>170</sup> Esse poder, diferentemente de outros tipos poder, não se deixava ver, porque se localizava, justamente, onde era mais ignorado. Foi um poder invisível, o qual só pôde ser exercido com a cumplicidade daqueles que não quiseram saber que lhe estavam sujeitos ou mesmo que o exerciam. Através do exercício deste poder:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e os distinguido das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.<sup>171</sup>

No dia seguinte à irradiação do programa em comento, o retorno do exercício do poder simbólico pela Federação já pareceu trazer o retorno esperado da população, que enviou cartas e comentários elogiosos à entidade e às principais radiofusoras da cidade. Criou-se um novo sentido imediato para o mundo das camadas populares, em que o poder agregado a ele era estruturante, porque estava estruturada nas bases das relações interpessoais de poder. Assim, comentou-se nos jornais em geral:

Ouvi, na segunda-feira, a irradiação de meia-hora dedicada a Pernambuco pela poderosa estação norte-americana [...]. Uma notícia sobre Pernambuco e suas possibilidades e dez musicas características de nossa terra [...]. A primeira vista não parece nada. Imagine-se que uma empresa comercial ou industrial contratasse meia hora de propaganda com uma estação irradiadora como essa norte americana, que é uma das de maior alcance do mundo. Homens de negócio como são os norte-americanos, quanto não custaria isso? [...]. Pois, essa propaganda não custou nada ao governo brasileiro. Foi obra simples e exclusiva da Federação Carnavalesca Pernambucana<sup>172</sup>

Nas rádios, nas ruas, no palco montado pela FCP, à Praça da Independência, onde os grupos de carnaval tinham passagem obrigatória, para que fosse feita a eleição dos melhores do ano, o carnaval de Pernambuco se consolidou sob o presságio de manifestação

---

<sup>170</sup>BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1998..

<sup>171</sup>Ibidem, P. 11.

<sup>172</sup>Jornal Pequeno. Recife, 17 de Fevereiro de 1938. “Ontem, hoje e amanhã”.

democrática, enquanto se via a ordem policialesca e institucional tentando cercear liberdade e disciplinar o movimento da população foliã.

Com o controle atuando sobre a festa, ou tentando driblá-lo, a propaganda das músicas, os cartazes espalhados em todo país, as transmissões de rádios e o apoio personalidades do mundo artístico, que ao conhecerem os ritmos locais carnaval pernambucano acabavam incorporando-os aos seus repertórios musicais, a cultura pernambucana - aquela que os dirigentes do Estado Novo quiseram exportar - ganhou o mundo.

Nos anos seguintes ao primeiro carnaval do Estado Novo, em 1938, a recepção dos dias de Momo foi festejada nos jornais, que salientavam a euforia das pessoas ligadas ao turismo, comércio e atividades afins: “Hoje, pela manhã, desceram os primeiros trens carnavalescos, como se pôde classificar os vagões repletos de foliões. Vários carros extraordinários com gente de numerosos municípios.”<sup>173</sup>

A Estação Central, nos dias de carnaval, assemelhava-se a um “formigueiro humano”, tal era o número de pessoas que, de instante a instante, iam saindo em todas as direções. Gente de todas as idades, de todos os sexos tomava a estação. O movimento era intenso, marcado pela novidade crescente da presença dos jovens e do público feminino.

O carnaval pernambucano se vendia democrático e as representações feitas sobre ele pretendiam reforçar seu aspecto de participação popular, à medida que destacou que cerca de 80% dos passageiros, que desembarcaram na Estação Central, era do sexo feminino entre 15 e 60 anos, como informou o Jornal Folha da Manhã. Aqueles carnavais subseqüentes ao de 1938 foram os carnavais da consolidação da participação feminina.<sup>174</sup>

As mulheres deixavam, em definitivo o espaço privado, e assumiam espaços no carnaval de rua. Em 1939 e 1940, a Folha da Manhã trouxe constantes reclamações das senhoras e senhoritas, em razão dos marmanjos espertos que tentava passar-lhes a perna.<sup>175</sup>

Todavia, ainda assim, o sábado era gordo. Da mesma maneira, o era para os donos de hotéis, que esperavam ansiosamente o período do tríduo momesco, tanto que “uma hora antes

---

<sup>173</sup>Folha da Manhã. Recife 03 de Fevereiro de 1940. “No sábado gordo quando o carnaval vem vindo”.

<sup>174</sup>Ibidem.

<sup>175</sup> A participação feminina na vida social era apresentada na Folha da Manhã como reflexo da política do Estado Novo, que buscou integrar os diversos segmentos sociais brasileiros na construção do projeto político de identidade. Assim, as mulheres não só o direito de voto, mas puderam, também, dividir o espaço público, as ruas, com homens, fosse assumindo alguns postos de trabalho, ou brincando o carnaval. Contudo, é bom observar que o movimento de emancipação feminina, no Brasil, é anterior, sendo datado do início do século XX

a estação estava repleta de carregadores e agentes de hotéis [...]”<sup>176</sup>, e isso, apesar de a maior parte dos turistas nacionais ficarem hospedados nas casas de parentes.

Contudo, não foi só de turistas nacionais que se fez o carnaval nos anos posteriores a 1938. Oriundo dos Estados Unidos, do Norte e do Sul, vieram turistas, cuja imagem era tratada com chacota nos jornais pernambucanos:

[...] E sofrem nesta época os gringos, aqueles sujeitos avermelhados, que cheiram a cebola com e alho e, vezes muitas, a alho com cebola, que usam colarinho de celulóide, que, muitas vezes, não se lavam e nem lavam as mãos (as mãos e os cabelos) levando as rasteiras dos cadáveres com um maço de cartões embaixo das axilas, cartões velhíssimos que o tempo não destrói. Mas o povo esquece o pesadelo dos gringos para prestar homenagem à mais brasileira das festas – a festa do carnaval, que esta no nosso sangue [...]. Dos Estados Unidos do Norte e do Sul vêm turistas assistir o carnaval mais brasileiro e mais humano.<sup>177</sup>

Pela matéria acima, pode-se depreender que a intenção do jornalista da Folha da Manhã não foi somente a de fazer uma crítica a forma considerada “incivilizada” de os estrangeiros brincarem o carnaval. Aparentemente, em virtude do contexto em que o comentário acima foi escrito, existia, nas entrelinhas da representação analisada, um questionamento das condutas políticas norte-americanas, as quais começavam a acenar contra os fascismos, apoiados pelo governo brasileiro. Isso ganhou mais notoriedade, quando no final da mesma reportagem, houve alusão ao Estado brasileiro, como sendo distinto dos demais, porque não havia “guerra, mas camaradagem e confiança”.<sup>178</sup>

Entretanto, apesar das críticas, a cada carnaval, durante o Estado Novo, o aumento no número de turistas era registrado. Com mais turistas vindos de todas as partes do mundo, maior lucratividade era registrada, em decorrência da maior atividade comercial.

Desta forma, a festa representou, para os populares, não, somente, a oportunidade de brincar livremente pelas ruas da cidade, ou a chance de o Estado “educar e civilizar” a população na ética e moral da ordem do trabalho e do progresso, como alardeavam os jornais ao comentar o sobre a festa momesca: “Carnaval que se brinca sem receio, animadamente, num ambiente de paz, de progresso e de trabalho, onde o povo sente a necessidade de se divertir”.<sup>179</sup> Para muitos, o carnaval era mais do que tudo isso: era o meio através do qual se poderia sustentar a família durante o ano inteiro<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup>Folha da Manhã. Recife Folha da Manhã. Recife, 03 de Fevereiro de 1940. “No sábado gordo quando o carnaval vem vindo”.

<sup>177</sup> Folha da Manhã. Recife, 12 de Janeiro de 1940. “Carnaval nos clubes, nos blocos e nas troças”.

<sup>178</sup> Ibidem.

<sup>179</sup> Ibidem.

<sup>180</sup> “[...] o tempo de festa não instalava de um momento para o outro no seio da coletividade, rompendo de modo brusco com o ritmo da vida cotidiana, como afirmam alguns teóricos da festa. Na realidade, o clima carnavalesco

Ao passo que o carnaval Pernambucano ganhou notoriedade internacional, a Federação parecia estar concretizando seu desejo inicial, que era o de fomentar a atividade comercial, mas, sempre, amparado pela ideologia do Estado Novo.

O aumento das atividades comerciais, além de aumentar a renda dos pequenos comerciantes, também, foi um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento do espaço urbano, que começou, também, a se consolidar a partir deste tipo de atividade comercial sazonal, conforme se pode inferir pelo que se segue:

Meses antes do tríduo momesco, portanto, era possível perceber alguns indícios que se aproximavam os dias de festa e pressentir o espírito folgazão que se implantava na cidade. Nas casas comerciais, inúmeros artigos e brinquedo ficavam expostos à venda, lembrando aos foliões a proximidade dos festejos: máscaras de papelão, de massa, de veludo e seda, bigodes, narigões e línguas de sogra, cabeleiras, tecidos e fantasias de todos os tipos e preços, confetes, bisnagas e serpentinas, lança-perfume, bebidas espirituosas – como se designavam, na época, as bebidas alcoólicas – filhoses e panquecas. Além de funcionarem como verdadeiros sinais da chegada do carnaval, a variedade e as inovações das mercadorias ofertadas pelo comércio constituem-se em um dos canais através dos quais se pode acompanhar o dinamismo e as transformações dos folgares carnavalescos e sua relação com o processo de expansão urbana e de alargamento das atividades e dos serviços necessários à reprodução da vida da cidade.<sup>181</sup>

Para dimensionar o impacto econômico que a ocorrência da festa causou no comércio recifense, nos anos de carnaval da Federação, importa destacar os dados da atividade econômica de 1940, a título de exemplo, quando foram consumidos 46.920 garrafas de cerveja, 16.027 chopps e cerca de 50 litros de bate-bate, bebida feita à base de aguardente, segundo apurou a Folha da Manhã<sup>182</sup>.

No carnaval de 1940, tinha-se bebido mais do que nos cinco anos anteriores, sendo isto um indicativo importante para ser verificado, porque denotou a participação de mais pessoas nos “brinquedos” do carnaval e o aumento da lucratividade.

Qual o consumo de bebidas na cidade durante o carnaval? Foi esta a pergunta que aguçou a curiosidade do repórter, depois da folia. [...]. Apenas podemos dar uma idéia da quantidade de bebida vendida [...]. [...] chegamos à conclusão de que o recifense bebeu mais nesses dias que nos últimos cinco anos. A cerveja e o chopp foram as bebidas preferidas. E, essa preferência deveu-se ao calor que está fazendo.

---

constituía-se lentamente. Infiltrava-se pouco a pouco no cotidiano da cidade, manifestando-se principalmente através da movimentação em torno dos preparativos e da organização para os três dias finais de festas. Os preparativos mobilizavam uma extensa rede de sujeitos e de instâncias públicas e sociais: o comércio, a imprensa, as autoridades municipais e a polícia, profissionais de diversas categorias e, por último, os amantes da folia, os habitantes comuns da cidade, distribuídos desigualmente entre classes e grupos” (ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 215 e 216).

<sup>181</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. PP. 216 e 217.

<sup>182</sup> Folha da Manhã. Recife, 13 de Fevereiro de 1940. “O que a cidade bebeu durante o carnaval”.

[...]. O repórter em primeiro lugar esteve na confeitaria e Bar Santo Antônio, à rua Nova. Esse estabelecimento comercial fez mais negócio em bebidas que nos anos anteriores. Vendeu quatrocentos litros de chopp e oitenta caixas de cervejas. Procuramos outro bar, um deles vendeu 1837 litros de chopp e cinquenta caixas de cervejas. Noutro foram consumidos 900 litros de chopp e 800 caixas de cervejas. Nos demais, a média variou de quinhentos a seiscentos litros de chopp e 79 caixas de cerveja [...].<sup>183</sup>

Além do comércio de bebidas, o de lança-perfume movimentou a economia do carnaval, durante anos, até se tornar um perigo à saúde pública, tendo seu uso recriminado pelas autoridades de saúde.

Atirar lança-perfume contra outrem era considerado pelos foliões a melhor brincadeira do carnaval. Essa foi uma das principais razões para que se tornassem recorrentes as propagandas de marcas de lança-perfume nos jornais da cidade. A marca Rodo dominava o mercado, e era a mais lembrada pelos leitores, quando se remetiam àquela prática em suas crônicas enviadas ao Diário de Pernambuco. A propaganda do produto e a associação do mesmo à festa de carnaval fizeram com que muitas pessoas consumissem o lança-perfume durante os dias de Momo.

Os populares saíam de suas casas, munidos de vários tubos do brinquedo e os utilizavam, indiscriminadamente, na guerra de cheiro travada durante os dias de Momo. A guerra de odores era um dos motes dos anúncios publicitários divulgados nos jornais, além do que, borrifar perfume em alguém representou, no período estudado, para os foliões, uma forma de chamar atenção do “broto” que estivesse na mira de um jovem galanteador.

Era ordinário e “moderno”, os rapazes saíam munidos dos tubos de lança-perfume, a fim de chamar atenção das mocinhas bonitas que passavam por eles. Assim, exortava a Folha da Manhã:

A brincadeira do carnaval que mais impressiona, depois do passo é a do lança-perfume. Os combates que se travam, sem que hajam mortos e feridos, diz a maioria experimentada dos nossos foliões, e onde todo contam vitória, é a do lança-perfume. O Sr. Jacaré Bochecha de Alumínio, da Loureiro Barbosa, por exemplo dispõe-se a não perder uma só batalha, na sede do Prato Misterioso, onde vai dançar e assim, já se muniu de oito dúzias de lança-perfume RODO para fazer frente ao Oswaldo Castro, Gallo Doido, e ao velho Papagaio, da Secretaria da Fazenda. Isso, porque o carnaval somente tem sua graça com o brinquedo intenso do lança-perfume, embriagando a todas as turmas que querem guerrear no reinado da folia. Daí a teoria: tubos a mão [...] e perfumemos com éter as cabeças das alouradas meninas bonitas.<sup>184</sup>

---

<sup>183</sup> Ibidem.

<sup>184</sup> Folha da Manhã. Recife, 18 de Fevereiro de 1941. “Brinquemos de lança-perfume”.

A festa do cheiro, contudo, a partir de 1941, conforme referido acima passou a ser perseguida pelas autoridades. O uso indevido do lança-perfume, sobretudo, a ação de aspirá-lo, em vez de espirrá-lo nas mocinhas interessantes, despertou a atenção das pessoas, para o mau uso que os tubos de éter poderiam representar para imagem do carnaval pernambucano. Certa vez, no desfile da semana pré-Carnavalesca à Rua Nova, algumas sumidades do carnaval fizeram do seu desfile um espetáculo de algazarra e de descomprometimento com o passo, como afirmaram alguns moralistas nos jornais da época.

“Carnaval era coisa séria!” - sobretudo para os carnavalescos - e o uso do éter já era notório que, quando aspirado, tirava a consciência das pessoas, fazendo com que incorressem em atitudes que noutros momentos de sobriedade seriam incapazes de fazê-lo. Assim, se o uso do produto trouxesse distúrbios aos movimentos de rua, o pacto das autoridades policiais com a Federação, e desta entidade com os populares, poderia ser rompido, de modo a provocar o aumento da fiscalização do tríduo momesco, pelas autoridades públicas policiais.

Por isso, a ação proibitiva da Federação do uso do lança-perfume esteve associada às exigências policiais e da sociedade política. O carnaval precisava estar limpo, higienizado e continuar moralizado: “Este flagrante não deixa de ter sua expressão, pois que vimos, num flagrante, quatro farristas inveterados, que se dedicaram a montar numa fubica ordinária, tirando o brilho da semana pré-Carnavalesca, soltar pilhérias policiáveis às mocinhas, cheirando bisnagas de lança-perfume [...]”<sup>185</sup>

Mas, a campanha ideológica e repressiva promovida em torno do produto só alcançou êxito com a crise mundial, decorrente dos eventos beligerantes, quando o lança-perfume tornou-se exíguo, deixando mesmo de ser fabricado. Todavia, a maioria dos jornais pesquisados não apontava a carência como resultado da guerra, mas como decorrência da campanha da Federação em prol de um carnaval “limpo” e “moderno”, mas de família.

Sem o produto disponível no mercado, como nos anos anteriores, a solução para os jovens galanteadores foi a de comprar o produto no “mercado negro”, prática que deve ter sido recorrente na época, já que seu uso, ainda que tenha havido redução das empresas produtoras, chegando, muitas delas a fechar as portas, continuou ocorrendo nas ruas da cidade. Entre uma piscadela e outra das autoridades, uma aspirada do éter, uma borrifada acolá, e o lança-perfume continuou existindo pelas ruas da cidade, ainda que, em número reduzido.

---

<sup>185</sup>Folha da Manhã. Recife, 18 de Fevereiro de 1941. “Começou o Che-em-em da rua Nova”.

Em se tratando do rendimento do comércio com as fantasias, o número de anúncios nos jornais destacou o índice de lucratividade auferido pelas casas de aviamento, dando margem a uma verdadeira disputa por mercado consumidor nos jornais. Cada casa comercial que oferecesse mais vantagens aos seus clientes, que optassem por comprar tecidos e adereços em seus estabelecimentos comerciais. Com o aumento da venda de tecidos, isso porque comprar fantasias prontas não era comum na época, quem lucrava eram as costureiras especializadas, sobretudo, após a publicação do Anuário, em que diversos modelos luxuosos de fantasias eram divulgados.

Grande parte da sociedade queria fantasiar-se. Uma bela fantasia era sinônimo de status, de poder, de notoriedade social. As melhores costureiras sobressaíam-se, durante o carnaval, ficando quase sem espaço nas suas agendas para atender tantas encomendas.

Para chamar a atenção da freguesia valia qualquer negócio, tanto que, amparados no parágrafo terceiro, do artigo segundo do Estatuto da FCP, muitas casas de tecidos, malharias e indústrias começaram a promover concursos, em associação com a FCP, para eleger as melhores fantasias do carnaval corrente. O requisito era que a fantasia deveria ter sido produzida com material da loja promotora do concurso, respeitando, ainda, as temáticas propostas pela organizadora do carnaval:

[...] entrou em entendimento a Federação Carnavalesca Pernambucana em entendimento com várias firmas do alto comércio desta cidade, instituindo uma série de prêmios que serão distribuídos entre os clubes, blocos, troças e demais agremiações filiadas, só podendo tomar parte nos mesmos as associações que estiverem em acordo com as prescrições abaixo:

I – serão excluídas desta série de concursos as associações filiadas que abusarem da propaganda comercial, **em benefício de firmas estranhas aos presentes concursos (grifo nosso).**

II – Fica entendido que o estabelecido acima também se refere aos concursos oficiais instituídos por esta Federação.

III – A comissão julgadora do concurso será a mesma dos concursos oficiais da Federação Carnavalesca, acrescida de um membro designado por cada firma patrocinadora.<sup>186</sup>

Pela leitura do regulamento acima destacado, pode-se perceber que estiveram excluídos, de participar dos concursos de fantasias, as pessoas que tivessem adquirido os produtos de sua fantasia em outro estabelecimento comercial, senão naquele que financiava o prêmio. Desta forma, o carnaval e o comércio estreitaram seus vínculos em favor da mercantilização da festa, porque, tanto o comércio, como o Estado e a FCP, estavam cientes das grandes somas de dinheiro que se podia ganhar com a festa, como foi o caso da Malharia

---

<sup>186</sup> ANUÁRIO, do carnaval Pernambucano 1938, RECIFE: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938. Os Grandes Concursos para o carnaval de 1938. Recife, 1938.

Imperatriz que, porque estava promovendo um concurso de fantasias em associação com a FCP, divulgou sua marca no Anuário da Federação:

Estando inteiramente aparelhado para fazer qualquer fantasia e em qualquer quantidade por preço convidativo, vem o Sr. M. Chvarts (**proprietário da malharia – observação nossa**) ao encontro da iniciativa da Federação Carnavalesca, com os seus serviços, ao mesmo tempo e que auxilia, com este concurso, de maneira indireta, os nosso clubes, blocos e troças. Convida, ainda, o Sr. M. Chvarts todos os clubes filiados à Federação Carnavalesca, a fazer uma visita ao seu estabelecimento, onde, sem compromisso de nenhuma espécie, lhes serão prestados todos os esclarecimentos necessários, bem como lhes serão mostradas sugestões de fantasias que concorrem aos concursos instituídos neste Anuário, para o próximo carnaval.<sup>187</sup>

A temática do concurso de fantasias variava de acordo com o ramo comercial que o quisesse patrocinar. Por isso, foi freqüente a realização de concurso com temáticas que, hoje, poderiam nos parecer esdrúxulas, a exemplo do concurso promovido entre a FCP e a Grande Fábrica de Peixes, situada em Pesqueira, através do qual se premiou os cordões carnavalescos, cujos integrantes estivessem vestidos de tomates, dentro da proposta veiculada pelo próprio Anuário, a partir dos desenhos feitos por Manuel Bandeira como sugestões de fantasias para o carnaval do corrente ano:

Os Srs. Carlos de Brito & Cia, proprietários das Grandes Fábricas de Peixe, estabelecidas em Pesqueira, onde fabricam as saborosas goiabadas, marmeladas, bananadas e o extrato de tomate Peixe patrocinam um concurso para premiar as figuras de frente dos nosso cordões carnavalescos apresentáveis com fantasias baseadas em tomates.<sup>188</sup>

As atividades comerciais relacionadas à festa dominavam a cidade, durante o carnaval, e os recursos advindos daquela festa sustentavam a economia do Estado nos anos de guerra, quando a crise econômica dominou a maioria das economias em torno do mundo.

As novidades sucediam-se e multiplicavam-se no comércio, alimentando ainda mais o mercado de consumo de artigos carnavalescos. De esse constante renovar, beneficiavam-se direta e especialmente os comerciantes, que viam no carnaval uma possibilidade concreta de incrementarem suas vendas e ganhos. Além disso, a disposição de novos produtos no mercado criava os pequenos modismos que se verificavam ano a ano nos folgares carnavalescos e, de certa forma, pressionava os diretores de teatros e de clubes e sociedade carnavalescos a introduzirem e incorporarem algumas modificações, especialmente na apresentação visual do grupo ou do cenário: trajes, brinquedos, ornamentos, etc.<sup>189</sup>

---

<sup>187</sup> ANUÁRIO, do carnaval Pernambucano 1938, RECIFE: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938. Os Grandes Concursos para o carnaval de 1938. Recife, 1938.

<sup>188</sup> Ibidem.

<sup>189</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996. P. 219.

O carnaval deixou de ser a festa pela festa, o símbolo maior da identidade pernambucana, e transformou-se em um negócio lucrativo para as elites locais e para as famílias mais humildes, que apostavam no evento, como forma de complementar a renda. O Estado aumentou sua arrecadação tributária e, ao mesmo tempo, viu a consagração do seu modelo de Estado nas ruas, imiscuindo-se entre a população de diversos lugares do mundo.

À construção da identidade regional, agregou-se o desenvolvimento do espírito capitalista em torno da festa, o que fomentou, sobremaneira, o desenvolvimento da festa de carnaval enquanto espetáculo. Tudo isso encampado pelo mito de que no carnaval pernambucano reinava, como no Estado Novo, a democracia. Mas de que forma as práticas sociais de brincar o carnaval foram controladas? De que forma a Federação criou e reproduziu as condutas desejadas? Se não eram apenas as leis que orientavam a festa de carnaval, que outras estratégias foram adotadas para elaborar a proposta de carnaval do Estado Novo? Negociações, resistências, táticas de superação do controle como reagiram os grupos populares ao controle econômico, político e cultural do carnaval?

#### **2.4 E, se aqui estamos cantando esta canção, viemos defender a nossa tradição: Propostas de uma identidade a partir do carnaval.**

Como vimos, as ações estatais da polícia e da Federação Carnavalesca atuaram conjuntamente para a promoção do carnaval pernambucano. Contudo, as estratégias adotadas no período foram institucionalmente difundidas pela ação da Federação, que exerceu sua tentativa de ordenamento sobre as práticas populares através do controle econômico do evento. Todo dinheiro passava pela Federação, e só eram beneficiados pelo capital econômico aqueles que se adequassem à proposta ideológica da entidade, que pretendia criar práticas e representações associadas ao novo modelo de carnaval.

Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu livro “Carnaval Brasileiro – o mito e o vivido” abordou historicamente o desenvolvimento do carnaval em três etapas: a primeira a do entrudo, típica brincadeira trazida de Portugal com os primeiros colonizadores, mas que aqui ganhou ressonâncias próprias; o chamado Grande Carnaval, quando o elemento burguês destacou-se, inspirado nos grandes carnavais europeus, marcados pelo desfile de carros e pela batalha de flores, manifestação definida por Rita de Cássia, como “entrudo civilizado”; e o carnaval popular, aquele em que houve abertura da festa para outros elementos da sociedade,

antes excluídos - como os grupos afro-brasileiros, inseridos, sobremaneira, após a abolição da escravidão na sociedade e cultura oficial brasileira.

Para Queiroz, foi a partir do terceiro momento das transformações do carnaval que se tornou possível a constatação do desenvolvimento de um carnaval nacional. Foi a partir desta etapa, da realização das festas de carnaval, que o Estado Novo, apoiado numa conjuntura de releitura da identidade nacional, começou a criar propostas de carnavais, a fim de que se pudesse melhor controlar os grupos populares, mediante a construção de uma identidade comum a todos.<sup>190</sup>

Todavia, é bom salientar que essa perspectiva apontada pela autora em análise não tem amparo no carnaval pernambucano, uma vez que as manifestações pertinentes a cada um dos três momentos, acima destacados, estiverem sempre se misturando nos dias de carnaval. Ou seja, a história do carnaval do Recife não pode ser definida pelos três períodos apontados pela autora, senão em razão do seu caráter didático, uma vez que muitas das práticas pertencentes ao primeiro e segundo momento da história do carnaval foram, ainda, encenadas durante o terceiro período da história do carnaval da cidade, quando a festa tornou-se eminentemente popular.

Ciente dessa debilidade, mas considerando-se o caráter didático da periodização feita por Maria Isaura Pereira de Queiroz, é bom salientar que o aparente maior grau de tolerância das camadas superiores economicamente com as manifestações populares, durante a terceira fase da história do carnaval, decorreu da constatação de que as práticas culturais dos populares, nos dias de carnaval, não deixariam de existir.

Assim o sendo, seria melhor aliar-se a elas, a fim de conhecê-las e melhor poder controlá-las, caso houvesse necessidade, do que reprimi-las. Acrescido a isso, tem-se a inclusão dos elementos menos favorecidos na constituição de um sentido de ser brasileiro, o que começou a ser fomentado desde o começo do século XX, culminando, porém, com a Semana de Arte Moderna.

Na ocasião, idéias novas tomaram o cenário intelectual, ensejando a noção de que ser brasileiro resultaria da conjugação de três grupos étnicos: branco, negro e índio. A idéia era fortalecer a unidade nacional mediante o combate da síndrome do colonizado que durante anos tomou conta de todos os tipos de manifestação no Brasil, inclusive o carnaval.

---

<sup>190</sup>As ações combinadas da Federação Carnavalesca Pernambucana com o Estado Novo legitimaram a representação de que o carnaval de rua, do Estado Novo, era a encenação da democracia na cidade do Recife, nos anos em que Agamenon Magalhães esteve à frente do governo.

Contudo, não era só a identidade nacional que estava em formação, mas as identidades de cada região do país. Cada Estado, portanto, trouxe para si signos e elementos representativos de sua identidade, de forma que no Brasil como um todo, cada um dos Estados Federativos puderam ser identificados, ao passo que estavam integrados dentro da proposta política do governo que visava à unidade Nacional. O país não mais podia continuar fragmentado como antes acontecia. O regionalismo era até admitido, mas na lógica unitária do Estado Novo, apesar de isso parecer contraditório.

O que se viu na vida política do Estado, decorrência de um regime repressor e cerceador das liberdades individuais, foi reproduzido na organização do carnaval de forma indiscriminada. A defesa e criação da tradição e de uma cultura nacionais foram os baluartes dos discursos propugnados.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.<sup>191</sup>

O Estado Novo invadiu a vida das pessoas, sem pedir licença, com sua ideologia e agentes de controle societário eficientes, e qualquer um que tentasse burlar a ordem era punido exemplarmente. No caso da FCP, bastava a cassação da autorização dada à agremiação, para que esta não tomasse parte nos festejos oficiais de Momo, o que apesar de ser dito só acontecer quando houvesse o descumprimento de alguma das orientações dadas pela FCP e pelo Estado, sabia-se não corresponder ao que de fato podia ocorrer.

Era notório que, quando quisesse, a FCP podia impedir a saída de um grupo de carnaval às ruas, ainda que este possuísse tudo conforme o preestabelecido pelo ordenamento da entidade. Não existia para o grupo desfilado a oportunidade de exercer o direito à ampla defesa e ao contraditório. Não existia procedimento administrativo de qualquer espécie aos que desrespeitassem as orientações da entidade que, naquele momento, criou distinções entre os que eram “estabelecidos” e os que estavam de fora do carnaval. Quem não se identificasse com a prática discursiva da Federação Carnavalesca estava de fora daquela prática e, portanto, relegado à marginalidade.

O discurso da FCP foi dissonante da práxis. O que se dizia dependia de autorização da organização política do poder, em que existia um jogo de interesses sobre o qual, a pretexto da promoção do carnaval mais democrático do mundo, a Interventoria reafirmou sua

---

<sup>191</sup>HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. P. 10

autoridade. Neste sentido, é bom lembrar os trabalhos do Michel Foucault, para quem a prática discursiva estava associada à verdade, poder e saber.<sup>192</sup> Para Foucault, a produção do discurso era regulada, selecionada, organizada e redistribuída, de acordo com as relações políticas entre os sujeitos sociais e as instituições políticas, que determinavam noções ideológicas, classificando o que deve ser dito e o que não pode, nem deve ser dito. Como lembrou o autor, nem tudo podia ser dito em qualquer circunstância e por qualquer pessoa.

Através dos discursos e do controle dos mesmos, tentou-se disciplinar os populares. O poder mascarou-se de tal forma que, muitas vezes, tornou-se difícil localizá-lo, ao passo que os indivíduos foram assimilando idéias e valores em nome de um discurso proferido como válido pelas famílias, pelas instituições e pelos sujeitos detentores do poder oficial.

Os discursos da Federação pretenderam ditar ao homem o papel que ele precisava desempenhar na sociedade. Neste sentido, Foucault, chamou a atenção para o interesse agregado ao discurso que funcionou, no caso da Federação, como elemento tendente a determinar qual caminho deveria ser seguido no interesse do poder central. Nesta fenda, o discurso da Federação tentou camuflar a verdade, fazendo com que as pessoas que tomassem parte no carnaval pensassem estarem agindo livremente, quando, na maioria dos casos, suas ações estavam sendo alvo da tentativa de controle do poder estatal.

Contudo, nos espaços do carnaval, este poder discursivo é até percebido pela leitura das fontes, mas a asserção de que o discurso determinou as práticas não pode ser feita, *in casu*, porque mais do que um espaço de imposição de valores, o carnaval era um espaço de recepção diversificada de um conteúdo que era representado como homogêneo, através do qual as apropriações subjetivas deram sentidos diversos às tentativas de controle da entidade.

A tentativa de concentração da organização do carnaval, *per si*, abriu margem para o dissenso e para que fossem criados espaços de negociação, circulação e resistência, manipulados pelos grupos populares. Os jornais pesquisados, todos sem exagero, não mostram com nitidez como se deu esse movimento, mas em alguns momentos da leitura das fontes ficou clara a resistência dos grupos populares a um modelo contraditório de carnaval, em que a ordem discursiva era diferente da prática. Isso aconteceu, especialmente, quando o que esteve em discussão foi o favorecimento econômico de um grupo em detrimento do outro.

Algumas notícias questionadoras da ordem parecem não terem sido censuradas, pelo aparelho do Estado, de tal forma que alguns grupos, indignados com a ação da FCP, questionaram a falta de verba para o desfile do seu brinquedo. É o caso de Euclides

---

<sup>192</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

Campineiro, presidente do Conselho do Clube Carnavalesco Prato Misterioso, o qual em 1940 criticou a instituição, admitindo ter recebido subvenção em torno de quatro mil, quando seu clube tinha gasto 14 mil para tomar as ruas. Ao passo que tornava público este descompasso, o diretor do clube enaltecia o brilhantismo do carnaval pernambucano tendo, inclusive, prestado homenagem à FCP no seu desfile. O que se percebeu neste discurso é uma crítica nas entrelinhas do que estava sendo dito.

O medo da repressão era grande, sendo este agravado pela possibilidade de sair da legalidade para a ilegalidade, sem nenhum meio que lhes garantisse a defesa do seu grupo. O carnaval da Federação nutria-se do medo e dos possíveis danos que os grupos filiados à FCP sabiam poder ser-lhes impingidos. Mesmo sabendo que a verba destinada à promoção do seu brinquedo era insuficiente, os grupos carnavalescos tinham ciência de que assumir um posicionamento político contra a instituição era desgastante, podendo levar ao fechamento definitivo do clube, porque ir de encontro ao que estatua a FCP significava contrapor-se ao governo, à estrutura do Estado brasileiro.

A questão não era deixar de dizer o que se pensava, mas saber como dizer para não ser pego pelas instituições controladoras do discurso. Saber como falar e o que falar foi uma tática, na qual cada posição era sempre um processo de tradução e transferência de sentido. Através dele, as visões de mundo dos vários grupos sociais envolvidas na festa se complementaram, dando espaço para que os grupos populares elaborassem táticas nos “cochilos do poder”, criassem jogos de negociação para engendrar outras regras, a fim de anular os dispositivos normativos estabelecidos.

Além dessas ações de negociação, existiram aquelas, através das quais os grupos praticantes das mesmas resistiram à dominação pelo Estado. Em razão dessas, muitas vezes, os grupos resistentes foram excluídos dos jornais, porque não integravam a ordem vigente, estando alheios ao sistema.<sup>193</sup> Muitos grupos permaneceram ligados à FCP menos por escolha do que por falta de opção. Se o desejo era brincar, alguns brincaram como puderam, não importando os poucos recursos, ou a opressão do governo pela FCP. Outros, em sua maioria adeptos do regime instituído, eram defensores declarados da instituição e indignavam-se ante o rechaço de alguns.

Esta era a postura fomentada, eram a esses comentários que os jornais davam vazão, porque, em assim o fazendo, ratificava-se o pacto de apoio ao Estado Novo. Não se pode precisar, contudo, se as notícias veiculadas pelos jornais, as cartas enviadas pelos populares,

---

<sup>193</sup>CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

realmente, correspondem aos fatos, nem tampouco, se pode imaginar que poucas críticas tenham sido feitas à instituição e ao governo. O que deve ter havido é uma supressão da divulgação daquilo que os dirigentes estatais não quiseram que se tornasse de notoriedade pública. “[...] Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros; fogueiras deles encheram as ruas e praças, bibliotecas foram vasculhadas e expurgadas, sob o clima de terror que abafava a tudo.”<sup>194</sup>

Ou a população se comportava de uma maneira estipulada pelo Estado, ou, estava de fora do carnaval oficial e de outros aspectos da vida social. Sem recurso, ou com a sobra dele, o carnaval aconteceu em todos os anos em que o Estado Novo esteve no poder em Pernambuco, recebendo o apoio para sua realização de todas as partes do país. Foi o caso, por exemplo, de um popular de Natal, que enviou carta a um jornal recifense em que, ciente das dificuldades por que passavam os clubes carnavalescos, clamou pelo apoio do comércio em investir, além do que já o fazia, na realização do folguedo. Leia-se:

Caro Raphael Alves,  
Saudações! Agora, 22h ouvindo o esplêndido programa da Rádio Clube de Pernambuco, tive o conhecimento do extraordinário brilho que vai se revestir o carnaval em nossa terra este ano.  
Como pernambucano honorário, venho a dizer ao nosso presidente “excelsio-lógo”, que por ser assucarada a folia, eu formarei como sempre com vanguarda com a turma incorrigível da Federação. Desejo cooperar com todas as minhas forças. Estimo a sociedades; quero bem a essa gente. Quem pode estar longe dela e deixar de comungar com seu tão puro sentimento?  
Farei tudo para estar bem antes do carnaval, em Recife, para reforçar a ofensiva.  
Devo dizer, no entanto, que mesmo distante, fiquei pesaroso com aquele informe [...] que algumas firmas estrangeiras estavam recebendo mal a comissão representativa da nossa Federação. [...]  
O carnaval é da alma popular; é alegria sadia, movimento, emoções; ele existe, porque é brasileiro, é pernambucano de nascimento; é enfermidade coletiva, mal necessário, doença contagiosa e mortífera. [...]  
Assim, o bem aquinhado, num altruísmo sadio, deixe os egoísmos e preconceitos; recebam com alegria a comissão e a ajudem. Ajudem-na dando uma contribuição para aumentar o brilhantismo da festa máxima de nossa cidade.<sup>195</sup>

Cada grupo de carnaval, favorável ou não à Federação, elaborou seu regime de verdade, sua política de verdade: “[...] isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.”<sup>196</sup>

<sup>194</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Martins Fontes: São Paulo, 1983. P. 382.

<sup>195</sup>Folha da Manhã. Recife 17 de Janeiro de 1940. “Uma carta dirigida ao tesoureiro da Federação Carnavalesca”.

<sup>196</sup>FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

Mas, se existiu algum dissenso entre os associados da Federação, os trabalhos da Federação Carnavalesca Pernambucana, e de seus dirigentes, foram defendidos e justificados por seus principais membros, pelo governo e por populares. Entretanto, foi Mário Melo, em sua coluna no Jornal Pequeno “Ontem, Hoje e amanhã” – e que, posteriormente, passou a integrar o corpo editorial da Folha da Manhã - que realçou ainda mais a coadunação da entidade com o Estado Novo.<sup>197</sup>

Essa coluna trouxe, durante todos os anos da existência da FCP, posicionamentos passionais relacionados à FCP, da qual Melo foi Secretário desde sua gênese. Os embates ensejados, a partir desta coluna, ou em resposta a outras, com outros intelectuais e membros das camadas populares foram diversos. Por vezes, a coluna de Mário Melo foi utilizada como espaço para críticas e defesas da instituição, do próprio governo e da própria pessoa de Melo, vista por muitos como contraditória.

Diante de algumas críticas eventuais à Federação, e constantes à sua pessoa, Melo defendeu-se, argumentando acreditar na ação social de sua atividade em defesa de Pernambuco: “Não sou culpado de que não me compreendam ou de que mal me julguem, por assim entender, os que não são capazes de dar qualquer contribuição a sua terra independentemente de retribuição imediata”.<sup>198</sup>

O desejo de Melo pareceu ser o de favorecer o que fosse de produção local ante a qualquer estrangeirismo. O jornalista era regionalista ao extremo, não admitindo o que viesse de fora. Aliás, tudo aquilo que não tivesse o crivo da Federação devia ser considerado degenerado, indigno dos padrões do carnaval pernambucano. Esse posicionamento xenófobo decorria do medo de que a persistência de ideologias políticas e culturais estrangeiras, principalmente o comunismo, pudesse causar o esfacelamento da estrutura social do país.

---

<sup>197</sup> Durante o período revolucionário de 30, o Jornal Pequeno e seus diretores optaram por assumir uma postura neutra, o que não previam era que a neutralidade já os implicava, de modo que as oficinas do jornal foram depredadas. Na primeira edição, em 01 de dezembro de 1930, o programa do folhetim foi definido por Romeu Medeiros como alheio a competições político partidárias, estando atentos, os editores, a prosperidade de Pernambuco e da República. Em 1934, Mário Melo passou a integrar o grupo editorial deste jornal, assumindo a coluna, intitulada por ele mesmo, como “Ontem, hoje e amanhã”, na qual os mais diversos assuntos eram abordados. Através desta coluna, Mário Melo encontrou espaço para dar luz as suas opiniões sobre o Estado, a cidade, outros jornais, desafetos, mas, mormente, sobre o carnaval. O carnaval que lhe tomou grande parte da vida era proposto, por ele, dentro dos parâmetros do próprio Estado, sobretudo, após a concepção da Federação Carnavalesca Pernambucana, instituição da qual ele foi secretário por longos anos. Suas colocações sobre o estilo de fazer o carnaval daquela instituição eram veiculadas pelo jornal de forma panfletária. O posicionamento de Melo, que permaneceu no jornal até 1945, quando se transferiu para o Jornal Folha da Manhã, em virtude de modificações no corpo dirigente do Jornal Pequeno, coadunava-se com o do próprio folhetim, cujo apoio ao governo revolucionário parecia ser irrestrito.

<sup>198</sup> Jornal Pequeno. Recife, 17 de Fevereiro de 1938. “Ontem, Hoje e Amanhã.”

As rádios e os jornais só divulgavam notícias do carnaval viessem por intermédio da Federação, porque era do interesse da entidade a defesa do regional e do nacional.<sup>199</sup> O comunismo era representado como um poder invisível e, neste sentido, sua ameaça foi convertida em um dos mecanismos de controle do Estado.<sup>200</sup>

Assim, a partir da prática de representações criou-se um plano de identidade, que se constituiu através da alteridade, da identificação do que fosse estranho à cultura pernambucana. Foi priorizando o elemento popular e a cultura local que a Federação e, sobretudo, Mário Melo, em suas crônicas, pretenderam estabilizar os sujeitos sociais, costurando-os à estrutura política vigente.<sup>201</sup> As idéias dos dirigentes da Federação Carnavalesca consagravam o carnaval de rua e a valorização da história do Estado como forma de criar sentimentos de pertencimentos do indivíduo ao todo.

Somente reverenciando o passado, respeitando as tradições, conservando os costumes, expurgando-os das coisas “exóticas”, podia-se ter a noção de pátria, algo imprescindível àquele momento. Para isso, era preciso restaurar os costumes, as tradições, de modo a eliminar tudo que fosse estrangeiro da festa popular, a fim de que se criasse um sentimento homogêneo pelo qual todos se identificassem, dando vez a uma nova identidade - esta, dentro da lógica do novo momento político do país.

Não podia haver combinações, porque, para construção do sentido pernambucano de brincar o carnaval, era preciso abolir não só as fantasias, músicas e danças, mas comportamentos. O “genuíno” precisava substituir a mestiçagem, e todas as estratégias foram avocadas neste sentido. A priori, foram identificadas algumas incorporações feitas à cultura pernambucana, decorrente de outros momentos da história do Estado para, em seguida, serem iniciados os embates. O que viesse de fora estava excluído do projeto político do Estado e, portanto, ausente dos planos da FCP de construir um carnaval identificado com a ideologia varguista.

Não era, contudo, o combate vazio, sem propostas novas para se contrapor às antigas. A cada argumento levantado em favor de um novo carnaval, e contra um menos adequado à

---

<sup>199</sup>Essa asserção ficou demonstrada, quando de uma querela com a censura de letras das músicas carnavalescas cariocas e paulista. Na ocasião, Melo disse que não entendia como os populares poderiam se contentar com canções como a “galinha carijó” ou “mamãe eu quero”, músicas que não acresciam em nada o espírito da população. Ele mesmo tinha cientificados os membros dos concursos de músicas da FCP, para que observassem a qualidade das letras de músicas de carnaval, devendo ser excluídas aquelas de baixo calão, com dubiedades em suas letras. Mas, o trabalho não parava por aí, porque o reconhecimento de Melo de que, mesmo havendo restrições da FCP, músicas pernambucanas continuariam a ser produzidas com “baixa qualidade”, o fez convocar a sociedade no sentido de ser fiscal da causa da FCP.

<sup>200</sup>NOVAES, Adauto. **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: editora SENAC, 2007.

<sup>201</sup>HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPeA, 2006.

nova realidade, outra proposta era apresentada em detrimento daquela que fora criticada. Existiu uma estratégia de controle ideológico da população, associada à verdade, à paz, à construção de uma nova identidade nacional e local para o Estado, no qual o poder não foi somente repressivo, mas capaz de incitar, induzir, seduzir, de modo a tornar mais fácil, ou mais difícil, ampliar ou limitar, tornar mais provável ou menos provável a realização do planejamento político do Estado.<sup>202</sup>

Entretanto, como nenhuma identidade unitária podia alinhar as diversas identidades existentes na sociedade, houve espaço para o dissenso. Considerando os estudos recentes de Stuart Hall, para quem é utópica a possibilidade de constituir uma identidade única:

[...] à medida, em que os sistemas de significação e representação cultural se **multiplicaram, somos** confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis [...]. A “[...] identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes [...]. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre sendo formada.”<sup>203</sup>

Assim, a elaboração de um projeto de identidade, associado ao controle econômico e policial, já referidos, somaram-se ao controle ideológico do Estado sobre as práticas de carnaval, nos quais alguns elementos foram combatidos, porque maculavam o Estado higienizado que Agamenon Magalhães pretendeu criar em Pernambuco.

Este entendimento era justificado pela possibilidade da existência de uma identidade única para os sujeitos sociais, quando hoje se sabe que “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; não composto de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.”<sup>204</sup> Daí, cabem as perguntas: quais elementos integraram a nova proposta de identidade para o Estado? O que precisou ser combatido e o que precisou ser afirmado?

É à tentativa de responder esses questionamentos que nos deteremos a seguir:

#### **2.4.1 O curso, o escape livre e os clubes alegóricos**

O curso foi importado do carnaval carioca para o Recife por Ramos de Freitas - Inspetor de Polícia da gestão do Secretário de Polícia Etelvino Lins, como referido no

<sup>202</sup>FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>203</sup>HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (citação com alteração dos termos em negrito).

<sup>204</sup>Ibidem. P. 12.

primeiro capítulo - no intuito de tentar criar meios para que os grupos sociais mais abastados pudessem brincar o carnaval nos espaços públicos, sem se sentirem ameaçados pelo “grosso da população”. Além disso, o corso era visto como prática cultural associada à modernidade e dava áreas civilizacionais ao carnaval pernambucano, em virtude de sua organização.

Contudo, essa manifestação era estranha à cultura pernambucana. Ainda que tivesse sido apropriada e praticada durante anos por alguns grupos sociais, ela não podia mais continuar ocorrendo, porque se contradizia ao caráter genuíno e democrático que a Federação quis imprimir ao carnaval da cidade. Afinal, zonas privadas eram criadas no espaço público, onde só quem brincava eram os detentores do dinheiro. Para o combate ao corso, as armas da federação foram diversas sob argumento de que o mesmo estava matando o frevo e, com o fim deste, morria também o carnaval.

O corso, naquele período, consistia no desfile dos carros, em geral com a capota baixa, em fila dupla e, na época estudada, seu percurso passava pela Rua Nova e Imperatriz, impedindo que maracatus e clubes exibissem seu passo.

O preço cobrado da população, pelo carnaval “civilizado” e “moderno”, era oneroso demais e dizia-se não compensar. Não obstante, como durante anos o carnaval havia sido processado desta forma uma ruptura abrupta não foi possível. Inicialmente, foi preciso propor a transformação do corso duplo em curso de mão única para, em seguida, lutar para a eliminação definitiva daquela prática.

O apoio do Estado foi fundamental para consecução dos objetivos da Federação. Era comum o uso do nome do Interventor como forma de realçar o apoio do Estado às causas da instituição. Por esta razão, a questão sobre a continuidade ou não do corso duplo, bem como a manutenção do seu itinerário nas ruas mais disputadas nos dias de Momo, foi resolvida em reunião entre o Sr. Melo, que juntamente com o presidente da FCP, os Secretários do Automóvel Clube, Srs. Mário Luis e Dr. Avelino Cardoso, e o Chefe de Tráfego da Tramways, Sr. Jack Roma, deliberarem sobre a questão:

A fim de tratar da organização definitiva do itinerário do corso, o Sr. Tenente Preciliano Moraes, reuniu ontem em seu gabinete, o presidente e Secretário do automóvel clube srs. Mário Lins e Dr. Avelino Cardoso, o presidente e o Secretário da Federação Carnavalesca, os srs. Oscar Moreira Pinto e Mário Mello, o chefe de tráfego da Tramways, Sr. Jack Roma Guerra para trocar idéias. Debatido o assunto foi verificada a inconveniência de ser duplo o corso em algumas ruas, onde há maior aglomeração [...]. Foi também sugerida, pela Federação Carnavalesca, a idéia de permissão de caminhões enfeitados. A inspetoria tolerará a entrada desses

caminhões no corso como medida excepcional, dependendo do tipo de caminhão, para o que será preciso licença prévia, e das condições de ornamentação.<sup>205</sup>

Todos concordaram na modificação do itinerário, ou aceitaram a imposição, ficando cada rua, onde se desenvolveu o corso, com apenas uma fila de automóveis, exceto na ponte da Boa Vista. No dia seguinte, Melo referiu-se ao ocorrido:

Entre mim e o automóvel clube havia uma espécie de desconfiança mútua. [...]. Na segunda-feira última, porém, entrei em contato com os dois principais elementos do Automóvel Clube, na inspetoria de veículos, para estudarmos o problema do corso no carnaval. Sabem todos que por mim, não haveria corso nas ruas principais do Recife nos três dias de Momo. Ao contrário, para o automóvel clube, o essencial seria as ruas livres do povo, para não empatar o corso duplo. Idéias antagônicas em choque. Pois, entendemo-nos perfeitamente, discutindo como gente educada e chegamos a um acordo em que cada um cedeu cinquenta por cento. Admite o corso, porém simples, e o automóvel desistiu da idéia de corso duplo.<sup>206</sup>

A partir daí, todos os anos enquanto houve corso no carnaval da FCP, este foi regulamentado pelas autoridades competentes. Costumava ser divulgado nos principais jornais da cidade o meio possível para regularizar a situação do veículo e do motorista que pretendesse tomar parte no evento carnavalesco de automóvel.<sup>207</sup> Em 19 de Janeiro de 1940, por exemplo, o Interventor baixou um decreto determinando a taxa a ser cobrada às pessoas interessadas em tomar parte daquela manifestação:

O Interventor Federal no Estado, tendo em vista a representação do Secretário de segurança pública em ofício de número 26 a 18 corrente, resolve:  
Art. 1 – a taxa do corso carnavalesco no que trata o ato n 601, de 16 de Fevereiro de 1938, será de vinte mil réis.  
Art. 2 – os carros abertos não matriculados no exercício anterior poderão trafegar durante o carnaval, mediante o pagamento de uma taxa especial de cinquenta mil réis.  
Parágrafo único: o proprietário do carro deverá, para esse fim, obter na delegacia de trânsito obter, uma placa que recolherá, findo o prazo estabelecido em ressalva, sob as penas de multa a apreensão do veículo.<sup>208</sup>

Outro problema, que foi objeto de grandes debates nos jornais, quando se referia ao uso de automóveis durante o carnaval, foi o uso do escape livre, cuja necessidade de proibição era constantemente alardeada por Mário Melo em suas colunas diárias. Para ele, o carnaval era, algumas vezes, um insucesso pelos distúrbios sonoros causados pelo escape livre. O

<sup>205</sup> Jornal Pequeno. Recife, 22 de Fevereiro de 1938. “Não haverá corso duplo no carnaval”.

<sup>206</sup> Jornal Pequeno. Recife, 23 de Fevereiro de 1938. “Ontem, Hoje e Amanhã.”

<sup>207</sup> Cumpre destacar que muitos foram os populares, que ganharam dinheiro dirigindo os elegantes carros da alta sociedade pelo corso, nos carnavais pernambucanos, tanto que, quando o corso foi abolido da manifestação adiante, esses foram os que mais sentirão o fim do corso no carnaval, o que era ocasionado menos pela força da FCP do que pelo racionamento de combustível nos anos de guerra.

<sup>208</sup> Folha da Manhã. Recife, 20 de Janeiro de 1940.

escape livre, dizia ele, “calava o grito harmonioso da voz do povo ao cantar as principais músicas do carnaval”.

De acordo com Cláudio Tavares, escape livre estava entre as coisas contra as quais, no carnaval, Mário Melo se bateu.<sup>209</sup> Ele era obstinadamente contra a prática de retirar-se o escape dos carros para que se fizesse mais barulho com o motor.

A sua liberação, argumentava ele, impedia a apreciação das músicas e da beleza dos alegres cordões em desfile. E tanto bateu no assunto que conseguiu, afinal, que o Conselho Estadual do Trânsito proibisse aquele tormento para os ouvidos. Isso não impediu que fosse surpreendido pela barulheira infernal produzida pelo seu próprio carro, ao ligá-lo, logo cedo, num sábado de Zé-Pereira. O escape tinha sido retirado por um grupo de jovens afeitos àquela brincadeira. E um grupo de rapazes e moças saiu atrás dele gritando: ele aderiu, ele aderiu, ele aderiu ao escape-livre.<sup>210</sup>

Regulamentado o corso e proibido o escape livre, a FCP passou a se concentrar em abolir outros elementos representativos de cultura estrangeira. Os clubes alegóricos, portanto, foram o próximo alvo. Este tipo de manifestação foi paulatinamente perdendo representatividade no carnaval recifense, de modo a tornar-se uma prática quase inexistente em 1940. Tratava-se de uma herança advinda do Rio de Janeiro, conservada, ainda por algum tempo naquela cidade, mas que no Recife já se encontrava em agonia desde o início da campanha da FCP para se tornar órgão de utilidade pública, em 1936.

O carnaval estava sendo modificado, se adaptando à realidade de Recife, ou aos interesses de um grupo que pretendeu criar um tipo de carnaval distinto dos demais. Era o carnaval “moderno”, controlado e dirigido pelo interesse do Estado. O combate aos clubes alegóricos foi feito pela FCP através de restrições na concessão de verbas, já que aquela categoria estava entre aqueles que mais gastavam para desfilar no carnaval.

Diante da pouca verba destinada pela Federação a essa modalidade de grupo carnavalesco, os clubes alegóricos foram se esfacelando, deixando, inclusive, de tomar parte em alguns carnavais realizados, como ocorreu em 1940. Neste ano, o grupo 4 Diabos desfilou-se da Federação Carnavalesca, em virtude de a mesma propor que o grupo Anjos Rebeldes de o 4 Diabos fossem reunidos em um único. Diante da possibilidade de unir-se ao clube alegórico Anjos Rebeldes, o clube alegórico 4 Diabos não negociou, preferindo a extinção à sucumbência da imposição da FCP.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> PARAÍSO, Rostand. **Cadê Mário Melo?** Recife: Comunigraf, 1997.

<sup>210</sup>Ibidem.

<sup>211</sup>Não se pode precisar se a reação do grupo alegórico, em questão, uma reação política ao regime Estado Novo. O que se sabe é que a opção da FCP, ao querer eliminar tudo que viesse de fora, era política e, baseava-se dentro do ideário de construção de estado moderno apresentado pelo Estado Novo como plataforma identitária.

Se o clube alegórico 4 Diabos continuou desfilando nos carnavais seguintes, com recursos próprios, não se pode afirmar. Sabe-se, porém, pelas pesquisas realizadas, que este foi o último registro que se fez nos jornais sobre o referido clube alegórico.

Com a desfiliação do 4 Diabos, restou somente um clube alegórico para ser combatido pela FCP. Em 1940, somente o clube Anjos Rebeldes foi às ruas, oficialmente, mas seu brinqueado continuou sendo ameaçado pela redução reiterada das verbas e pelo embate ideológico nos jornais.

Em 1941, a guerra contra o clube alegórico Anjos Rebeldes foi motivada pelos conflitos beligerantes, sendo este o argumento utilizado pela Federação para reduzir a subvenção àquele grupo, o que levou sua diretoria a cogitar a possibilidade de não desfilarem no carnaval pelas ruas da cidade, conforme vemos:

Fomos informados à última hora que, por motivos superiores, o clube de alegorias Anjos Rebeldes, apesar de haver sido amplamente divulgada a sua participação no carnaval deste ano, não mais se exhibirá pelas ruas da cidade. A notícia impressionou mal os foliões, que estão habituados a aplaudir, todos os anos, o tradicional clube de Campo Grande. A resolução da diretoria do Anjos Rebeldes em não mais participar do carnaval de 1941 prende-se à dificuldade pecuniária para aquisição de material elétrico necessário à iluminação dos carros alegóricos do referido préstito, e demais despesas decorrentes de sua apresentação [...].<sup>212</sup>

Contudo, no dia 26 de Fevereiro de 1941, os apelos da população ao comércio para que houvesse contribuição ao clube alegórico Anjos Rebeldes, surtiu o efeito desejado, porque quando a Folha da Manhã fez o balanço do carnaval de 1941, ela realçou o sucesso que foi o desfile daquele clube.

Destarte, não houve, pelo menos não naquele momento, o desaparecimento dos clubes alegóricos, como pretendeu a FCP.. Se alguns grupos sucumbiram às pressões políticas, ideológicas e econômicas realizadas, outros resistiram, lutando pelo seu grupo como foi o caso do clube alegórico Anjos Rebeldes. Ao resistir, ou negociar, esse grupo criou brechas no controle, pequenos espaços, através dos quais, a insatisfação popular a um modelo de carnaval dirigido foi evidente.

Nas entrelinhas dos apelos, outros resistiram, elaborando estratégias próprias para manter suas práticas culturais. Aos poucos, outras propostas de carnaval foram surgindo, mas essa ainda restava nas entrelinhas, uma vez que o Estado Novo ainda controlava o carnaval.

A resistência ao modelo da Federação não é apresentada diretamente pelas fontes desde início da instituição. É uma informação que, como vimos, precisou ser vista nas

---

<sup>212</sup> Folha da Manhã. Recife, 22 de Fevereiro de 1941. “Um apelo ao comércio para exibição do clube alegórico Anjos Rebeldes”.

entrelinhas, naquilo que não estava dito, no contrapelo da representação apresentada, o que, quando possível de ser feito, baseou-se na proposição metodológica do “paradigma indiciário” desenvolvida pelo italiano Carlo Ginzburg, para quem cada detalhe, por mais ínfimo que seja, pode tornar-se um meio de novas descobertas.<sup>213</sup>

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que o conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la.<sup>214</sup>

Assim, muitas das contra-reações à estrutura de controle apresentadas neste trabalho são menos evidências do que indícios, cuja validade e problemática, porém, devem ser consideradas e problematizadas. Isso porque, na maioria das vezes, o silêncio de certas representações foi significativo para o entendimento da complexidade associada ao carnaval promovido pela Federação Carnavalesca.

#### 2.4.2 As Fantasias

Se a batalha estava momentaneamente perdida no aspecto acima, a guerra em favor do carnaval dirigido exigia que a FCP concentrasse seus esforços para pensar sobre como poderiam expor seus planos para o carnaval do ano de 1938. A editoração do Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana tratava-se de algo inédito no Brasil, sendo o livro reconhecido como uma propaganda do Estado nas palavras do Secretário da Instituição.

Essa publicação destacou modelos coloridos de fantasias, inspirados na flora pernambucana e na história política e cultura do Estado de Pernambuco, além das músicas premiadas no último concurso promovido pela instituição - quando foram escolhidas as melhores músicas, das diversas categorias elencadas pela instituição: frevo, maracatu, frevo-canção e outras.

Divulgar e rememorar o sucesso do carnaval passado era a fórmula para estimular novas composições e os espíritos populares para festa que estava por vir.

Em se tratando das fantasias, essas deveriam estar ligadas ao espírito do “tradicionalismo”, a fim de aproveitar a oportunidade para, nas palavras de Melo, orientar as massas ignorantes no sentido nacionalista, instruindo amor à pátria. Somente, assim, pensava

---

<sup>213</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo: Cia das letras, 1989.

<sup>214</sup> Ibidem.

Mário Melo, eram afastadas as idéias comunistas, que foram cultivadas pelas representações dos jornais, do Estado e da Federação Carnavalesca como idéias desconhecidas e que, por isso mesmo, deveriam ser evitadas, já que era impossível determinar qual o uso de poder os comunistas fariam, ao chegarem ao governo.<sup>215</sup>

Ampliando o seu programa, A Federação, este ano, além de oferecer sugestões para fantasias históricas, apresenta, também, figurinos inspirados em produtos da agricultura e da indústria do Estado e nos ricos motivos da natureza. O seu desejo, publicando neste livro, desenhos de trajés, extraídos de estilizações de abacaxi, cana, manga, tomate, jaca, maracujá, abacate, caju, fruta-pão e etc., tem o duplo fim de sanear as festas Carnavalescas de traços exóticos, de vestimentas estranhas ao nosso e a nossa gente, como também exaltar a produção pernambucana por intermédio do que ela possui de mais típico, contribuindo para criar um novo espírito em torno das nossas possibilidades e dos nossos recursos que, devidamente aproveitados, farão que Pernambuco se eleve e se destaque no concerto das unidades brasileiras.<sup>216</sup>

Sempre que possível tentou-se, durante o Estado Novo, estabelecer continuidade com um passado histórico, ainda que o passado do costume que se estivesse defendendo fosse bastante recente, no intuito de forjar-se um sentimento de identidade comum a todos.<sup>217</sup> À proporção que houve referência a um passado histórico, e comum, as tradições inventadas visaram combater idéias subversivas que pretenderam eliminar o Estado. Tudo era voltado ao combate do maior medo que o Estado Novo detinha: a ameaça comunista. Em muitos dos discursos proferidos pelos representantes do Estado, essa preocupação com os comunistas é patente, o que é revérbero da orientação nacional, porque aquela tendência representou uma ameaça à própria unidade nacional.

Mário Melo, Secretário da Federação Carnavalesca, acreditava que fomentando o nacionalismo, baseado nos grandes heróis, tradições e história do povo pernambucano, podia-se começar um trabalho de constituição de uma identidade pernambucana capaz de repelir qualquer ameaça. Criava-se um vínculo histórico de natureza ritual, ou simbólica, no intuito de enquadrar comportamentos desejados através da repetição. Como lembrou Hobsbawm: “[...] a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição [...]”.<sup>218</sup>

---

<sup>215</sup> NOVAES, Adauto. **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: editora SENAC, 2007.

<sup>216</sup> ANUÁRIO, do carnaval Pernambucano 1938, RECIFE: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938. P. 20

<sup>217</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>218</sup> *Ibidem*.

Por isso, as fantasias dos populares pernambucanos deviam ser inspiradas em valores locais, próprios da história do Recife, revestindo cada um dos foliões, que se somava à massa, de uma individualidade peculiar. Desta forma, cada indivíduo podia se identificar de alguma forma com o projeto de construção identitária proposto pela FCP através do carnaval.

Assim, o combate aos valores culturais estrangeiros, também, se verificou através da estipulação de fantasias e, na crítica de “costumes desviados”, que revelaram a influência de outros elementos na cultura pernambucana - como foi o caso do hábito de homens vestirem-se de mulher, costume consagrado entre os cariocas.

Apesar de o carnaval representar para os populares o tempo em que suas fantasias deviam ser liberadas, em que cada qual devia trajar-se consoante seu desejo, considerando o ímpeto da festa, o que se viu foi a difusão de um modelo ideológico na própria indumentária. Fantasias de ordem crítica, que plasmassem a vontade tida pelas pessoas de que a realidade fosse diferente, deixando de lado o “querer ser” em favor do “dever ser”, passaram a se tornar menos comuns em Pernambuco, contrariando o caráter aparentemente absoluto da tese levantada por Roberto DaMatta, em seu estudo antropológico, quando este tenta construir o Brasil, e seu carnaval, em algumas palavras:

O carnaval permite a troca e a substituição dos uniformes pelas fantasias. Sabemos que o uniforme (como todas as vestes formais do mundo diário) cria a ordem. O uniforme é uma roupa que uniformiza, isto é, faz com que todos fiquem iguais, sujeitos a uma mesma ordem ou princípio do governo. Mas a fantasia permite a invenção e a troca de posições. Note-se que, no Brasil, não falamos de máscaras, mas em fantasias. O nosso termo é mais abrangente em pelo menos dois sentidos muito precisos. Primeiro, ele diz mais do que algo que serviria apenas para tapar ou disfarçar o rosto ou o nariz. Depois, porque a palavra fantasia tem sentido duplo. É algo que se pode pensar acordado, o sonho que se tem quando a rotina mais nos escraviza e revolta; e, também, a roupa que só se usa no carnaval ou para uma situação carnalizadora. Assim, ela permite que possamos ser tudo que queríamos, mas que a vida não permitiu. Com ela – e jamais com os uniformes – conseguimos uma espécie de compromisso com o que realmente gostaríamos de ser. O uniforme achata, ordena e hierarquiza. A fantasia liberta, des-constrói, abre caminho e promove a passagem para outros lugares e espaços sociais. Ela permite e ajuda o livre trânsito de pessoas por dentro de um espaço social que o mundo cotidiano torna proibitivo com as repressões da hierarquia e dos preconceitos estabelecidos. É a fantasia que permite passar de ninguém a alguém; de marginal do mercado de trabalho a figura mitológica de uma história absolutamente essencial para a criação do momento mágico do carnaval. Se no mundo diário, estamos limitados pelo dinheiro que se ganha (ou não se ganha...), pelas leis da sociedade, do mercado, da casa e da família, no carnaval e na fantasia temos a possibilidade do disfarce e da liberação. Há a possibilidade de virar onipotente e ser tudo o que se tem vontade. Ora, é precisamente por estar vivendo num mundo assim constituído, onde as regras do mundo diário estão temporariamente de cabeça para baixo, que posso ganharia e realmente sentir uma incrível sensação de liberdade. Sensação de liberdade que me parece fundamental numa sociedade cuja rotina é dominada pelas hierarquias que sujeitam a todos a uma escala complexa de direitos e deveres, vindo de cima para

baixo, dos superiores para os inferiores, dos elementos que entram na fila e das pessoas que jamais são vistas em público como comuns.<sup>219</sup>

Ao fazer o confronto de tal assertiva com os documentos analisados nesta pesquisa, o que se constatou foi a total inadequação do que foi dito por DaMatta. No Recife dos anos estudados, não se podia precisar com exatidão se, nos dias de Momo, as pessoas representavam o que realmente eram, ou se representavam aquilo que deveriam ser, não por sua vontade, como parece querer afirmar DaMatta, mas pela vontade do sistema político e cultural em evidência.

De um modo ou de outro, a diversão tomava conta das ruas, e o espírito de cada folião deveria resvalar-se na sua indumentária se houvesse a liberdade de escolha. De índios a escravos, ou políticos consagrados, as projeções do Estado tomaram as ruas da cidade como se este fosse o desejo de cada um dos foliões, mas não o era.

As fantasias permitidas já estavam selecionadas e divulgadas pelo Anuário da Federação Carnavalesca. Não quero negar, com este argumento, a possibilidade que acredito ter existido de as pessoas driblarem o controle, e as diretrizes estabelecidas, pelo poder público. Contudo, não há como afirmar que existiram pessoas que tomaram as ruas fora dos padrões da FCP, porque não encontrei nenhum documento fazendo tal menção. Se houve, porque deve ter havido, essa documentação não foi registrada, de modo que se perderam os fatos no silêncio da história e dos interesses políticos.

A delimitação da Federação Carnavalesca aos modelos de fantasias permitidas foi questionada por algumas pessoas da sociedade, na época, a exemplo do poeta Austro Costa, que se insurgiu contra a orientação da Federação em substituir fantasias exóticas por fantasias de caráter puramente brasileiro. Contra esses, a Federação amparava seus argumentos sob a justificativa de que o carnaval podia ser usado, pelo Estado, como instrumento de formação cidadã, a partir das teorias da pedagogia moderna.<sup>220</sup>

Por essas teorias, os educadores aproveitavam-se da distração das crianças para educá-las.<sup>221</sup> Ao proporcionar a distração dos populares, os organizadores do carnaval acreditavam estar criando o espaço ideal para ensinar o amor à pátria. Isto era fundamental, porque prevenia a sociedade do comunismo que, de acordo com Mário Melo, preconizava a destruição da pátria.

---

<sup>219</sup> DAMATTA, Roberto. **O Que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1996. P. 74 E 75

<sup>220</sup> Austriclínio Ferreira Quirino, mais conhecido pelo pseudônimo Austro-Costa foi jornalista e poeta brasileiro. Este poeta autuou no Jornal do Recife, Jornal do Comércio, Diário da Tarde, Diário de Pernambuco e outros.

<sup>221</sup> Para maiores informações sobre a pedagogia do Estado Novo, o interessado poder ler o artigo de Leopoldi no livro “Repensado o Estado Novo”, organizado pela historiadora Dulce Pandolfi.

Para Mário Melo, a identificação dos populares com personagens históricos brasileiros, em vez de se fantasiar com costumes europeus, proporcionava o desenvolvimento de uma consciência patriótica, afastando, assim, as supostas ameaças ideológicas vindas de fora.

A par de palavras amáveis a meu respeito, criticou Austro Costa, o poeta da cidade, a orientação da Federação Carnavalesca Pernambucana, no concernente a substituir as fantasias exóticas por fantasias de caráter puramente brasileiro. Outros tem igual crítica e tenho deixado sem resposta. São pobres diabos que mal sabem por que andam sobre dois pés. Com Austro Costa, porém, causa-me pena, porque lhe conheço a inteligência. **Será possível não compreenda Austro Costa que funcionamos a Federação Carnavalesca menos para fazer carnaval do que por espírito do tradicionalismo e para orientar essa grande massa ignorante no sentido nacionalista guiando e instruindo-a, incutindo-lhe amor à pátria, afastando do perigo comunista e despertando-lhe o sentimento de brasilianidade. [...]. Que faz a pedagogia moderna com a criança? Aproveita suas distrações para instruí-la. Se, por exemplo, a criança gosta de jogar, dá-lhe um baralho com as letras do alfabeto. É o que se chama de jardim de infância. O primeiro princípio do comunismo é a destruição da pátria. Se o indivíduo não ama sua pátria é periclitante. Facilmente, questionável para o credo russo. Ao contrario, se tem o sentimento de pátria oferece logo resistência. Como infiltrar o sentimento de pátria nessa gente inculta que tem o carnaval como uma espécie de religião? Instruindo-a, como às crianças, por meio de um novo jardim de infância, que no caso é o carnaval.** Gosta o carnavalesco de fantasiar-se a Luis XV, por exemplo. Certamente, procura saber quem foi Luis XV, a Maria Antonieta e indaga quem foi esta. A Federação dá-lhes figurino nacionais. Em vez de Luiz XV, Fernandes Vieira ou Camarão, ou Henrique Dias. **Em vez de Maria Antonieta, Ana Pais. O carnavalesco que quer apenas uma fantasia bonita, pouco se lhe dando que seja de costume estrangeiro ou nacional, esquece Luis XV, esquece Maria Antonieta e quer saber quem foi Camarão, Fernandes Vieira, Henrique Dias e Ana Pais. Damo-lhe a explicação, aproveitamos o ensejo para falar de seus feitos, do quanto fizeram pelo Brasil e particularmente por Pernambuco. Sai dali e vai repetir o que ouviu no seu clube, discute com outros qual teria tido maior vulto. Tem vontade de imitá-los.** É o início do movimento de brasilianidade. Por que então é ridículo fantasiar-se à nossa moda do século XVII e não a Luiz XVI e Maria Antonieta? [...] Ridículo imitar fantasiar-se à moda indígena e maravilhoso à moda árabe! [...]. Vi muitos pernambucanos em anos anteriores fantasiados com caras de frutas estrangeiras. Por que não podemos nos fantasiar com as nossas frutas? Por ventura haverá fruta estrangeira que valha um abacaxi? Devemos viver a copiar servilmente o estrangeiro e dar valor apenas ao que vem de fora? **Quem não compreende o papel educativo da Federação, uns tantos pelintróides, vá; imperdoável, porém que não o compreenda um poeta verdadeiro a poesia a quem a cidade tanto quer.**<sup>222</sup>

As idéias defendidas por Mário Melo estavam enquadradas no pensamento de quase toda diretoria da instituição que, em carta enviada à Assembléia Legislativa, publicada no Anuário da Federação Carnavalesca de 1938, pelo presidente em exercício da instituição. Mister Fish, dirá:

[...] a Federação realiza um largo programa. Transforma as associações Carnavalescas em núcleo educativo. Proíbe qualquer preocupação político-

<sup>222</sup>Jornal Pequeno. Recife, 26 de Fevereiro de 1938. “Ontem, Hoje e Amanhã”.

partidária; guerreira as idéias subversivas da ordem constitucional vigente no país; defende o respeito à lei e à autoridade pública encarregada de aplicá-la, **transforma os fúteis motivos carnavalescos em oportunos pretextos para o fortalecimento do nativismo sadio [...]** (grifo nosso).<sup>223</sup>

Vistas as pretensões da Federação Carnavalesca, acima destacadas, pode-se perceber a existência de um projeto civilizador associado a um conjunto de elementos identitários. A idéia de utilizar o carnaval pedagogicamente imprimiu à festa de carnaval um sentido político claro, em que a “brincadeira” era o elemento aglutinador das massas e da difusão do ideal do Estado Novo, cujos dirigentes combateram, com todas as armas à disposição, as ameaças de idéias subversivas, principalmente, o comunismo.

Esse processo civilizador constituiu em modificações de posturas e afetos dos sujeitos sociais que se voltaram para uma finalidade precipuamente elaborada e materializada em estatutos e orientações legais, as quais pretendiam criar novas normas de conduta.

Assim, o processo civilizador, neste caso, não se fez ao acaso, como acreditou Norbert Elias. Para ele, os processos civilizadores, aos quais estiveram submetidos os indivíduos da modernidade não tinha nenhuma lógica racional de controle. No Estado Novo, principalmente, quando se fala sobre a ação da Federação Carnavalesca Pernambucana, acredito que o processo civilizatório dos populares pelo Estado foi muito bem elaborado. Ou seja, as coisas não aconteceram aleatoriamente, como aludiu Elias em seu livro: “Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada racionalmente, através da educação intencional das pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem.”<sup>224</sup>

Pode-se dizer que, em comum com as idéias apresentadas pelo pensamento elisiano, existiu a noção de que o controle exercido por terceiros pôde ser convertido em autocontrole das atividades humanas. Foi o que se confirmou com os dizeres de Mário Melo, quando este - na notícia acima destacada - referiu-se à possível difusão do conhecimento sobre a história do Estado como forma de construir uma representação de uma identidade, criando uma nova tradição, em que a identidade nacional era representada como primordial.

Essas tradições inventadas constituíram-se em um conjunto de práticas simbólicas, através das quais se “inculcou” determinados valores pela repetição como já foi referido noutro momento deste trabalho.<sup>225</sup> Esses valores estavam ligados a antigas tradições, mas

---

<sup>223</sup> ANUÁRIO DA FEDERAÇÃO CARNAVALESCA PERNAMBUCANA. Recife, 1938.

<sup>224</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. vol. II. P. 193.

<sup>225</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ambigualmente, também, estavam associados aos valores da modernidade do novo Brasil que estava sendo construído. Assim:

O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele tempo perdido, quando a nação era grande; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as pessoas para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os outros que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente.<sup>226</sup>

Mário Melo soube como utilizar a expulsão dos costumes e hábitos estrangeiros para criar representações simbólicas de uma proposta de identidade cultural, conforme se pode ler pelo artigo trazido à lume, quando este criticou o hábito de os pernambucanos preferirem vestir-se de Maria Antonieta em vez de Ana Pais.

Os valores da cultura local deveriam ser comungados por todos os sujeitos sociais envolvidos com o carnaval. Esses populares, então, estariam aptos a repassar os valores culturais apreendidos aos correligionários do respectivo grupo carnavalesco, familiares e amigos. A idéia era gestar uma teia de ações complexas e extensa, na qual o indivíduo pudesse conscientemente controlar seus impulsos, mas também estar sujeito a um aparelho invisível de autocontrole.

Esse mecanismo visava prevenir transgressões de comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente, porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com freqüência, indiretamente produzia colisões com a realidade social. Mas fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva diferenciação de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados.<sup>227</sup>

O processo civilizador da Federação estabeleceu-se ao longo dos anos, criando estratégias de um modelo de autocontrole, mas que dada a individualidade de cada sujeito, verificada pela posição e função social de cada agente partícipe do carnaval, fez com que a sincronia das propostas da Federação fosse, muitas vezes, ameaçada.

As ameaças à “segunda natureza” dos populares, adquirida através da ação de uma instituição centralizada, e da sua rede de relações sociais, não era tão consistente quanto se

---

<sup>226</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. P. 56

<sup>227</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. P. 196.

pensava. Isso ficou evidente, em alguns momentos no curso do Estado Novo, como na crítica aberta de Gilberto Freyre ao modelo de carnaval proposto pela Federação:

Este ano quiseram fazer dele uma paródia da história, o ano que vem talvez a Federação pretenda transformá-lo numa lição de gramática. E reduzido a festa intencional o carnaval do Recife perde toda a sua força. Perde o seu melhor encanto. O seu melhor encanto está na independência, na espontaneidade, no gosto do seu espírito popular sem temperos acadêmicos ou eruditos.  
Está nas suas marchas e nos seus cantos de maracatus, cheio de erros de português, e numa num hino gramática que lhe querem dar: um canto horrível que dá vontade vomitar aos ouvidos.  
Está nos seus reis e rainhas de maracatus fantasiados segundo a imaginação do povo e não conforme figurinos eruditos.  
Está em ser o carnaval de que diria Manuel Bandeira: carnaval sem história e sem literatura... Carnaval sem Maurício de Nassau e Henrique Dias... Carnaval sem mais nada.<sup>228</sup>

Esse tipo de crítica aberta ao modelo de organização do carnaval da FCP escasseou-se com os anos. À medida que o Estado Novo se arraigou, menos espaço para contestações diretas existiu, tanto que essa é uma das poucas referências localizadas nas nossas pesquisas de uma contestação à ordem, diretamente realizada.

Quando o Estado Novo vai chegando ao fim, por outro lado, artigos como este voltam a ser escritos e publicados, criando um novo cenário de disputas pela organização do carnaval, conforme veremos.

### **2.4.3 Músicas de carnaval, rádio e concursos**

A “máquina da propaganda” foi um importante elemento de sustentação para o Estado Novo. Os produtos dessa máquina tenderam a gerar uma estabilidade social, à medida que criaram espaço para concordância entre as classes sociais em função do bem comum, de forma a consolidar a certeza de que tudo estava sob o controle de um governo forte e poderoso.

Como já foi referido, Agamenon Magalhães quis transformar o Recife numa grande metrópole, destruindo os becos, os mocambos e construindo habitações populares, vilas operárias. O seu intuito era de, ao mesmo tempo, construir o novo e efetuar a erradicação do mocambo e a higienização da cidade.

Esse projeto ia além da mudança física da cidade; objetivou-se a construção de uma mentalidade que quisesse rechaçar o atrasado, o feio. Ou seja, aparentemente, quis-se incutir

---

<sup>228</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 11 de Fevereiro de 1937. “Carnaval sem mais nada”.

no cidadão pernambucano a consciência de um novo modo de vida, criando um imaginário social voltado para o moderno, em detrimento de qualquer resquício de atraso. Esse novo *habitus* “tornaria a cidade do Recife semelhante às metrópoles do Sul.”<sup>229</sup>.

Para colocar em funcionamento o seu plano de governo, a equipe de Agamenon realizou um grandioso trabalho propagandístico, e de apelo emocional, para conseguir o apoio dos cidadãos. As ações governistas eram registradas nas páginas dos principais jornais da cidade e difundidas através das rádios transmissoras.

Em suas campanhas, Agamenon contou com o apoio da imprensa, mais precisamente com o apoio da Folha da Manhã, e com o trabalho das rádiotransmissoras, cuja equipe de divulgação do governo identificou ser aquele um dos principais difusores da informação e das novas tendências.<sup>230</sup>

Assim, as músicas e o rádio tornaram-se instrumentos de propaganda política e integraram uma das estratégias do Estado Novo em construir um Estado livre da ameaça comunista, a partir da elaboração de uma nova identidade. Da mesma forma como se utilizou da imprensa escrita, conforme veremos no capítulo seguinte, a equipe de governo do Interventor aproveitou-se das rádios e das canções de carnaval como forma de criar novas formas de organização social.

Essas canções deveriam estar ligadas ao melhor da cultura pernambucana, de modo a passar uma imagem positiva e otimista do povo no país e no exterior. O que se cantava devia ser o reflexo do que se vivia, e isso era controlado pelo aparelho de censura, que impedia a divulgação de músicas capazes de difundir uma imagem negativa do Estado e do regime político. Os dirigentes estatais pareciam pretender imprimir os ares de “civilização ocidental” ao regime outorgado, o que será intensificado com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados em 22 de Agosto de 1942.

Como o Recife era decididamente uma cidade festiva, os governantes do Estado valorizaram o quanto puderam a cultura popular e “[...] incentivavam a realização das festas tradicionais, como o Carnaval, São João e as diversas manifestações que envolvem os festejos de final de ano. Clubes e associações Carnavalescas dos subúrbios ofereciam momentos de

---

<sup>229</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas / FFCH / USP, 2001.

<sup>230</sup> Esse jornal serviu como pregão do Estado Novo, ou seja, um instrumento de cooptação e doutrinação utilizado para popularizar a ideologia do Estado Novo. Através da Folha da Manhã, Agamenon Magalhães divulgava as suas ações e programas de governo, como também fazia um trabalho de exaltação do regime, doutrinação e cooptação dos cidadãos, na tentativa de fazê-los seguidores do regime Estado Novo.

lazer durante todo o ano. Contudo, era exercido um cerceamento da liberdade criativa,<sup>231</sup> em que o controle do Estado serviu de base para propor uma identidade nacional nova.<sup>232</sup>

A constante promoção de festa pelo Estado Novo no Recife, não decorria somente da intenção dos dirigentes estatais em apetrechar os grupos populares. As festas eram realizadas, principalmente, porque os dirigentes estatais identificaram na promoção de eventos festivos a possibilidade de cimentar a unidade nacional; além do que, ao tomar à frente esse tipo de manifestação, o integrantes da equipe de governo de Agamenon puderam estipular regras que, ainda que não fossem cumpridas, davam às autoridades a aparente legitimidade ao Estado para praticar atos de censura e repressão.

Assim, o governo trabalhou na promoção das festas, sobretudo o carnaval, não só no sentido do desenvolvimento econômico, já falado, “[...] quanto na manutenção dos dispositivos culturais que legitimavam o governo, instigando a população a manifestar o patriotismo e o sentimento de unidade de um país, que não apenas lutava contra um inimigo comum, no caso o comunismo, mas também objetiva construir uma nação forte”<sup>233</sup>.

As estratégias de controle da produção cultural foram articuladas pelos variados mecanismos dispostos pelo Estado: Centros Operários, Círculos Operários Católicos, Congregação Mariana, Federação Carnavalesca Pernambucana.

Cada uma dessas instituições incorporadas ao Estado trabalhou como pôde em favor do projeto defendido pelos líderes políticos da época. Eram anos de modernização, mas também de redescoberta do valor da cultura popular.

---

<sup>231</sup>BARRETO, Antônio. **Mocambo**. Romance. Recife: editora Universal, 1939. APUD por Zélia Gominho. P. 121.

<sup>232</sup>Renato Ortiz, ao se propor a estudar a cultura brasileira e a identidade nacional, identifica a existência de dois tipos de memória: a primeira mais particularizada, intitulada de memória coletiva, engendrada por um coletivo social e que não seria universalizada para o todo; e a memória nacional, esta produto da ação do Estado, da conjugação dos seus interesses com a memória coletiva, de onde se coopta aquilo que pode ter representatividade nacional para construção de um projeto de identidade. Nas palavras de Ortiz: “o que caracteriza a memória nacional é precisamente o fato de ela não ser propriedade particularizada de nenhum grupo social. Ela se define como universal que se impõe a todos os grupos. Contrariamente à memória coletiva, ela não possui uma existência concreta, mas virtual, por isso não pode se manifestar imediatamente enquanto vivência.” (P. 136). No curso da história a identidade teve, portanto, várias facetas, porque cada novo Estado que se estabeleceu no poder, um novo jogo de relações políticas foi plasmado, de modo que existe uma história própria das identidades, a partir da qual, ou pela qual, pode-se entender o espírito de uma época, de uma população e mesmo de um governo. Durante o Estado Novo, o projeto de identidade nacional e pernambucana foi configurado à mercê de um pequeno grupo que universalizou, a partir da seleção daquilo que era, as práticas e representações que forjassem condutas adequadas ao momento político vigente. Desta forma, selecionou-se o que podia, ou não, ser feito, as condutas admissíveis e as inadmissíveis.

<sup>233</sup>GOMINHO, Zélia. **Veneza America x Mucambópolis**. O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife, Dissertação (Mestrado em História). UFPE, 1997.

Neste sentido, o rádio tornou-se um importante instrumento de poder. Através das palavras, canções, novelas, peças teatrais, o Estado Novo ofereceu ilusões, criou modelos próprios de conduta e formou opiniões convergentes com a nova estrutura política em voga.

Assim, ao identificar nas festas um instrumento de controle dos grupos populares e nos rádios um meio para consolidar a proposta política e ideológica do Estado Novo, a equipe de governo de Agamenon tentou aproximar uma das festas mais populares da cultura pernambucana – o carnaval - ao rádio. Para tanto, nomeou-se para o cargo de diretor da Rádio Clube, em Pernambuco, a mesma pessoa que dirigia a FCP.<sup>234</sup>

Aos poucos, os vínculos entre a Rádio Clube e o carnaval foram estreitados, de tal modo que o carnaval tornou-se um dos instrumentos mais eficazes de divulgação do Estado Novo fora das fronteiras - e isso decorria, também, do controle das músicas carnavalescas que seriam tocadas nas rádios locais e nacionais.

Assim o sendo, o controle da Rádio pelo presidente da Federação foi estratégico, porque permitiu que se criasse uma lógica de trabalho sincrônica capaz de articular esses dois elementos para o sucesso da ideologia vigente. Era através da música e do seu sucesso, decorrente da divulgação pelas rádios, que se pretendia criar os contornos da FCP e do Estado Nacional.<sup>235</sup>

A Rádio Clube era, à época, um dos principais instrumentos do Estado na construção de uma nova identidade. O papel exercido pela rádio era semelhante ao que, hoje, exerce a televisão e a internet: o de criar uma estrutura tendente à homogeneização o pensamento das camadas populares.

Alienação ou convicção da realização de um trabalho social? Este sentido não pôde ser aferido pelas representações feitas pelos jornais sobre as transmissões radiofônicas da época estudada. Todavia, pode-se precisar que a interferência do poder público nessas redes de comunicação, incluindo jornal impresso, revistas e as rádios, foi intensificada como parte elementar na condução do Estado Novo.

As rádios só veiculavam na sua programação aquilo que era permitido, após a censura pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que abordaremos com mais

---

<sup>234</sup>“Através da Rádio Clube, a cidade se informava; distraía-se com a rádio-teatro e o repertório musical – composto não só de música popular, mas também de clássicos orquestrados por Vicente Fittipaldi; ouvia o pronunciamento das autoridades e ficava a par das festas, cerimônias e comemorações, muitas vezes, irradiadas ao vivo.” (GOMINHO, Zélia. **Veneza America x Mucambópolis**. O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife, Dissertação (Mestrado em História). UFPE, 1997. .

<sup>235</sup>Muitas vezes, as rádios foram responsáveis pela manutenção do brilho do carnaval. Quando, o carnaval parecia estar morrendo as rádios surgiam no ar, espalhando músicas, organizando concurso, conclamando compositores e a sociedade para trabalharem conjuntamente pela festa. A PRA-8, neste sentido, pode ser considerada a rádio pioneira do carnaval pernambucano.

propriedade a seguir. Para tanto, o trabalho parceiro entre a polícia, com seu departamento de censura, foi fundamental.

Contudo, a existência deste departamento não implicou a impossibilidade de músicas e publicações anônimas serem produzidas em confronto com o ideal do Estado Novo; a atuação do aparelho de censura, pelo menos, criou condições para tentar evitar a divulgação de idéias comunistas, através das manifestações de carnaval.

Assim, a monopolização das forças de controle do Estado tornou a vigilância mais rigorosa e calculável. Mas não foram somente os frevos a tocar nas rádios. Foi comum a visita das rádios às agremiações filiadas à FCP, a partir de 1940, a fim de divulgar as atividades de cada grupo de carnaval na preparação para o desfile de ruas.

O pioneiro desta atividade foi o locutor Abílio de Castro, o qual, em entrevista concedida à Folha da Manhã, disse que “tudo era feito à base do improvisado”, mas que a constatação de que o povo ouvia a rádio, quando da convocação do locutor para que todos descessem dos subúrbios para a cidade a fim de brincar carnaval, o instigava.

Aos poucos, percebeu-se que através da rádio, podia-se assegurar uma forma de estimular os grupos carnavalescos a se filiarem a Federação, uma vez que a divulgação das músicas de um grupo carnavalesco implicava notoriedade social. Fazer parte daquela nova realidade era ser moderno, era estar de acordo com as potências internacionais, e servir-se da moda.

Assim, a possibilidade de ter o nome de seu grupo divulgado nas rádios da cidade, aproximava os grupos populares da Federação, única legitimadora das músicas carnavalescas que eram tocadas nas rádios. Do contrário, a censura.

A seguir, uma nota de divulgação no jornal impresso sobre a irradiação de músicas do Bloco Batutas de São José:

Prosseguindo nas irradiações diretamente das sedes das agremiações filiadas, a Federação Carnavalesca Pernambucana, de conjunto com a Rádio Clube instalou, ontem o microfone no Bloco Batutas de São José, executando um programa que teve a melhor repercussão. O coro feminino dos Batutas cantava todas as marchas dos compositores pernambucanos bem como as pertencentes ao repertório do bloco.<sup>236</sup>

Durante os anos em que esteve à frente da organização oficial do carnaval pernambucano, a Federação Carnavalesca Pernambucana promoveu concurso de músicas

---

<sup>236</sup>Folha da Manhã. Recife, 17 de Fevereiro de 1939. “A irradiação de ontem na sede dos batutas de São José”.

Carnavalescas.<sup>237</sup> A sugestão de Waldemar de Oliveira e Teófilo de Barros de promover um concurso de músicas típicas do carnaval pernambucano, em que a escolha das melhores composições deixasse de ser feita por cupons, que eram vendidos juntamente com os jornais, mas por eleição de um júri seriamente constituído, foi um dos carros dianteiros da propaganda da Federação Carnavalesca.<sup>238</sup> A cada ano, em decorrência dos estímulos dados pela FCP, novas letras e ritmos ganhavam as ruas da cidade.

Nos anos do Estado Novo, o carnaval organizado pela FCP foi apresentado como sinônimo de democracia, de organização do Estado Novo, e os concursos foram uma das formas de denotar o momento político, porque “simbolizavam a criatividade”, a “gana do povo incentivada pelo próprio Estado”.

Os concursos de músicas pernambucanas eram o meio mais ativo de combate à ameaça cultural estrangeira. Foram constantes, nos jornais da época, as críticas à entrada de valores cariocas no carnaval pernambucano, principalmente no que se referia a questões de cunho musical. O que se tentava, com isso, era criar um novo molde social, no qual o código de conduta fosse atualizado para suscitar o autocontrole do corpo social.

No primeiro ano da realização dos concursos de músicas pela Federação, a ansiedade popular para eleger as músicas que tomariam às ruas no carnaval foi bastante divulgada pelos periódicos, sobretudo o Diário de Pernambuco e a Folha da Manhã. Esse sentimento foi realçado porque, nos concursos anteriores, existiam maiores possibilidades de fraudes devido à eleição da melhor música de carnaval depender não de um júri qualificado, mas de votação popular.

O que à primeira vista podia parecer mais democrático era, contudo, visto com maus olhos pelos populares envolvidos com carnaval, uma vez que o direito a voto era conquista, mediante a compra do folhetim promotor do concurso de música. Assim, as músicas eleitas como melhores, nem sempre as eram - uma vez que o poder econômico prevalecia sobre a qualidade.

Não se pode, entretanto, deixar de ponderar que o corpo de jurados escolhido pela Federação era imparcial e livre para selecionar as melhores composições carnavalescas. Isso nunca deve ter acontecido durante aqueles anos, em virtude do aparelho de censura do Estado e da tentativa de construir uma nova identidade cultural. Por outro lado, negar que existia uma

---

<sup>237</sup> A realização de concursos pela FCP foi uma iniciativa respaldada no estatuto da instituição, no parágrafo terceiro, do artigo segundo que estabelecia que a Federação devia “dar prêmios aos clubes carnavalescos que de modo mais condigno se apresentarem.” Para maiores informações vide o ANUÁRIO, do carnaval Pernambucano 1938, Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

<sup>238</sup> Jornal Pequeno. Recife, 09 de Janeiro de 1935. “Ontem, Hoje e amanhã”.

maior verificação das técnicas musicais empregados pelos concorrentes do concurso, seria leviano.

De acordo Mário Melo, o concurso promovido pela FCP repelia “a hipocrisia do anonimato”. “[...] Ou a música é boa, corresponde aos fins e pouco importará à comissão julgadora o nome do autor, ou a música não satisfaz e a celebridade que assinar não impressionará à comissão.”<sup>239</sup> Veja o que foi dito a esse respeito no Jornal Pequeno:

A Federação Carnavalesca Pernambucana abriu um concurso para músicas [...]. A música é julgada diretamente e classificada ou desclassificada. O cupom é uma espécie de tapiação para o público e para os concorrentes. Se o cupom fosse distribuído gratuitamente e cada votante só tivesse direito a um voto, ainda se poderia admitir como elemento de peso. Mas o cupom é adquirido pelo preço do jornal que o emite – e aí está toda vantagem – e cada votante pode dar tantos votos mesmo anonimamente quantos cupons hajam adquirido. E influi junto aos amigos. E até as crianças inocente votam. [...]. A Federação escolheu nomes que lhes parecem de pessoas criteriosas para o julgamento do concurso. Esses nomes já estão publicados e são os dos mesmos que organizam as bases para o concurso.<sup>240</sup>

Assim, a FCP tentou controlar o que era ouvido, dançado e brincado no carnaval, à medida que excluiu tudo aquilo que não fosse proveitoso ao desenvolvimento de uma consciência de unidade nacional, a qual foi baluarte dos trabalhos da FCP nos anos subseqüentes a 1937.

Ao que tudo indica, somente venceram os concursos as canções enquadradas na ideologia do Estado, de tal forma que a produção musical contrária à orientação política do Estado não aparecia. Para disfarçar sua pretensão, a instituição mascarou-se à seriedade e tentou imprimir em seu concurso ares de legalidade, mediante publicação prévia de edital, com as regras expressas, de forma a buscar encontrar uma identidade para o povo pernambucano associada à temática Carnavalesca.

A imagem que a Federação tentou associar ao seu concurso prometeu renovar as esperanças da população quanto à seriedade do evento. O espírito carnavalesco criou as bases para o controle do Estado sobre as massas. Isso, porque a divulgação das músicas nas rádios, e em discos, era a melhor forma de fazer com que os populares harmonizassem seus ouvidos e discursos em torno da instituição.

Às letras e melodias vitoriosas, a promessa de gravação e divulgação do trabalho popular, mediante pagamento de direitos autorais, além da premiação, dinheiro, a ser conferida aos primeiros lugares, em torno de 1.000.\$000, para cada gênero e mais 50% de direitos autorais.

---

<sup>239</sup>Jornal Pequeno. Recife, 16 Janeiro de 1935. “Ontem, hoje e amanhã”.

<sup>240</sup>Jornal Pequeno. Recife, 16 de Janeiro de 1935. “Ontem, Hoje e Amanhã.”

No dia 07 de Fevereiro de 1936, foi julgado o primeiro concurso de músicas da Federação Carnavalesca para o carnaval. O julgamento aconteceu no 29º BC, tendo por comissão: Waldemar de Oliveira, Mário Melo, Tenente José Lourenço (Zuzinha), Tenente Francisco Picado.

Naquele dia, criou-se grande contenda estimulada por Zuzinha, conhecidamente gago, porque o Tenente desejou que as músicas anteriormente desclassificadas voltassem a ser julgadas. A sugestão foi acatada, e como resultado teve-se:

- 1) Isto é para quem é, de João Albuquerque – 21,5 pontos; Chameguenta, de Severino Ramos - 21,5 pontos;
- 2) Recordações, de Antônio Silva Sapateiro – 18 pontos;
- 3) Bezerra Leite no frevo, de Sebastião Severino de Almeida – 20 pontos;
- 4) Zombando da vida, de José Mariano Barbosa 18,5 - pontos;
- 5) Vamos pro frevo, de Capiba – 18 pontos;
- 6) Eu e você, de Antônio de Silva Sapateiro – 8 pontos;

O impasse do empate em primeiro lugar foi resolvido considerando as duas canções como vitoriosas. Às demais participantes foi oferecida menção honrosa. A música preferida da população, para o carnaval do ano corrente, triunfou nas ruas e nos bailes carnavalescos, de modo que, muitas vezes, tornou-se impossível identificar quem ditava a moda. Para tanto, a Federação Carnavalesca realizava um trabalho de ampla divulgação da música vitoriosa, fazendo-a quase um ícone do carnaval no corrente.

Em geral, as músicas vitoriosas, dos concursos de músicas promovidos pela FCP, estiveram vinculadas às tradições culturais do povo pernambucano. Todos os anos, de 1937 a 1945, a Federação convocou os musicistas a fazer um trabalho de conservação da cultura local, para que a música pernambucana se fortalecesse ante a estrangeira:

A Federação Carnavalesca vem empregando todos os esforços pela difusão da música pernambucana. Nesse sentido, tem aberto concursos com prêmios elevados, têm feito despesas de gravação, subvencionou a (Ilegível) Band Acadêmica para ir progagá-la no Sul. Pernambuco tem um gênero de música típico e é preciso conservá-lo, mantê-lo, propagá-lo. [...] Os clubes filiados à Federação devem empenhar todo o esforço, no sentido de prestigiá-lo na campanha que vem fazendo em prol da música pernambucana e os próprios componentes de orquestras deveriam ser os primeiros a não dar preferência a música de fora, em detrimento da regional. Com os produtos industriais, devemos seguir um conselho da economia: comprar de preferência o produto que se fabrica no Estado e só em casos excepcionais o produto importado. Se temos a música pernambucana, típica de nosso Estado, se a Federação e alguns jornais despendem dinheiro para manutenção desse gênero como justificar que os clubes carnavalescos façam sentir aos regentes destas que, nas execuções de

bailes devem dar preferência ao frevo e ao maracatu, prescrevendo o gênero Fox-trots cuja infiltração lhes é prejudicial.<sup>241</sup>

A aparente seriedade do primeiro concurso de músicas realizado pela Federação Carnavalesca atraiu muitos compositores e, aos poucos, a música pernambucana ganhou espaço, passando a ser difundida no cenário nacional e internacional.

Eventualmente, quando alguma personalidade estrangeira vinha ao Recife, era comentário nos jornais o “deslumbramento” que o ritmo carnavalesco pernambucano causava nas pessoas vindas de fora, fazendo com que os estrangeiros imiscuissem-se na festa de carnaval ao som do ritmo local. Foi o que aconteceu em 1941, quando da visita de Henricão, sambista carioca.<sup>242</sup>

Esse sambista teria ficado “maravilhado” diante das músicas de carnaval pernambucano, assumindo compromisso de levar as composições locais a vários países do eixo sul americano, por onde excursionasse. A música pernambucana recebeu a promessa de ser exportada. Agora, não eram somente os pernambucanos que saíam daqui interessados em levar ao conhecimento de outras pessoas a produção musical local, mas pessoas de outros estados e países, despertavam seu interesse sobre a qualidade da produção musical do Estado.

Há quase dois meses Henricão está no Recife. A população tomou conhecimento de sua presença entre os quatrocentos ou quinhentos mil habitantes e não está mal satisfeita por isso. [...]. Aproveitando sua visita ao Recife, Henricão está se munindo de tudo quanto é marcha pernambucana, maracatu e frevo. Daqui, vai para Poço de Caldas apresentar ao público nossa música e nossa dança típica. Está organizando, também, uma excursão a Buenos Aires. É daí que pretende lançar tudo que de mais característico em matéria de música Pernambuco possui. E como não quer que os pernambucanos digam que não sabem o que ele vai levar daqui, antes de partir, mostrará em vários espetáculos especiais todo o seu repertório, o passo estilizado, o maracatu dançado pelda dupla.<sup>243</sup>

Iniciava-se um trabalho de comercialização da cultura pernambucana. Aos poucos, a produção musical da cultura local começou a gerar lucro para seus produtores, mesmo com a concorrência da música de carnaval carioca.

Essa concorrência foi representada nos jornais como desleal, durante o Estado Novo. Não se podia precisar se o sucesso da música carioca era decorrência de boicote das gravadoras, ou do governo carioca. A questão era que as músicas cariocas, na maioria das vezes, chegavam às rádios locais e lojas da cidade antes da produção dos compositores

---

<sup>241</sup> Jornal Pequeno. Recife, 22 Janeiro DE 1936. “Federação Carnavalesca Pernambucana”.

<sup>242</sup> Henricão compunha uma dupla de sucesso nas rádios cariocas com Carmen Costa.

<sup>243</sup> Folha da Manhã. Recife, 29 de Janeiro de 1941. “O passo mais dia menos dia baterá o samba”.

pernambucanos que, na maior parte dos anos, só era veiculada nos dias próximos ao carnaval, quando o cenário já estava tomado pelas composições cariocas.

A crítica e as reclamações feitas à FCP a este respeito eram justificadas não pela má organização dos concursos promovidos pela Federação, mas pelo descaso do poder público com os artistas locais, os quais eram prejudicados pela proximidade das gravadoras com o cenário musical carioca - o qual era fortalecido pelo poder central nacional - dando àquelas manifestações um caráter menos regional do que nacional.

Alguns compositores de músicas carnavalescas no período do Estado Novo foram corajosos em apontar as razões para o a preterição da música de carnaval pernambucana diante da carioca. Foi o caso de Capiba, que ao tentar explicar as razões para o sucesso da música carioca, deu sinais de uma resistência ao modelo de carnaval da Federação.

Para Capiba a falha estava na falta de planejamento. Se pelas bandas do Rio de Janeiro, desde outubro, começava-se a solicitar a apresentação de composições de carnaval, no Recife, esse movimento só era iniciado em janeiro. Daí decorria o atraso da chegada das composições do carnaval pernambucano à população, quando comparada às composições cariocas, como comenta Capiba:

As músicas pernambucanas para o carnaval do ano estão chegando, em discos do Rio de Janeiro. Estão chegando tarde como todo mundo sabe, mas é bom frisar a culpa de tudo isto não nos cabe inteiramente. Antes que as nossas se joguem no ar e as orquestras da terra a executem, já as cariocas se tornaram bastante conhecidas [...]. Nessa questão de música Carnavalesca ocorre um fato interessante: quase sempre é o samba e a marcha carioca que chegam primeiro, porque lá é que estão as fábricas gravadoras e onde o mercado é melhor. Gravadas com antecedência elas correm o país e chegam aqui agradando quase sempre. E, quando já dominam, é que vêm as músicas pernambucanas com a responsabilidade de um duplo trabalho: afastar o concorrente já feito conhecido e tomar-lhe a dianteira. Tem sido assim nos anos anteriores a 1941 e, certamente, este ano não será exceção.<sup>244</sup>

Ora, o que Capiba fez, senão criticar os trabalhos desenvolvidos pela Federação Carnavalesca? Logicamente, essa crítica não foi repreendida. Possivelmente por um cochilo da censura, uma vez que criticas as ações da Federação era o mesmo que criticar a estrutura política do Estado Novo.

Todavia, críticas à parte, durante os anos em que a Federação coordenou o carnaval em Pernambuco incentivou-se a reprodução da música pernambucana. Nas rádios, nas ruas, era a música pernambucana que devia ser tocada. Era palavra de ordem que as canções locais fossem ouvidas em detrimento de outras, porque era imprescindível fortalecer as tradições.

---

<sup>244</sup>Folha da Manhã. Recife, 30 de Janeiro de 1941. “Essa história de novecentos mil réis por dia é apenas boa propaganda”.

A Federação Carnavalesca Pernambucana tem o prazer de avisar ao público que já se acham à venda as primeiras músicas do concurso que promoveu para o carnaval de 1936, editadas pela conhecida casa Ribas, especialista no assunto [...]. Não será, portanto, à falta de música pernambucana que darão preferência as de fora.<sup>245</sup>

Nos anos 30, o cenário cultural do carnaval destacou o frevo como o principal ritmo da festa, apesar da “invasão”, sem pedir licença, do samba carioca, o qual ainda era muito pouco tocado e ouvido entre os populares, se comparado ao frevo, de acordo com alguns jornais da época.

A Folha da Manhã alardeava o sucesso da música pernambucana sobre a estrangeira, como se quisesse fortalecer o Estado local ante o estrangeirismo, conforme se lia: “[...] Todas as orquestras incluem dezenas de frevos no seu repertório. *Regresso, Luiza no frevo*, Freio de ar e outras que fizeram sucesso. O samba aqui quase não era ouvido? Uma vez ou outra, *Dolores, Dorinha* ou o antigo *Helena* reconhecendo sua insignificância ante a música pernambucana”<sup>246</sup>.

Já em se tratando do embate entre o frevo-canção com as marchinhas, o empenho das empresas gravadores do RJ em produzir o material carioca, bem como das orquestras em tocarem os sucessos de fora, fazia do frevo-canção uma variação conhecida por poucos.

Já em meados da década de 40, a música pernambucana foi perdendo espaço, paulatinamente, fosse pelo investimento propagandístico feito em torno do samba, como ícone da cultura nacional pelo Estado Novo, ou mesmo pela falta de incentivo da Interventoria estadual em estimular os compositores locais, através de políticas públicas de valoração da cultura pernambucana e dos artistas - os quais pareciam estar inspirados, somente, durante o período carnavalesco.

Passados os dias de Momo, o frevo e as demais músicas pernambucanas eram envolvidas na solidão e no desprezo do povo, diferentemente do que se fazia com o samba carioca que, mesmo depois do carnaval, continuava sendo tocado e difundido pelos quatro cantos do país. Faltava estímulo aos compositores e propaganda da música pernambucana. Aos poucos, apesar da realização dos concursos de músicas pela Federação, o desinteresse dos compositores em produzir músicas de carnaval foi aumentando. Era fato que, em Pernambuco, não se podia viver apenas de música.

Por isso, em 1942, Capiba voltou a criticar o pouco investimento estatal na produção de músicas carnavalescas. Já não dava mais para colocar “panos quentes” sobre o assunto, e

---

<sup>245</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 11 de Fevereiro de 1936. (Título ilegível no original).

<sup>246</sup>Folha da Manhã. Recife, 14 de Fevereiro de 1941. "A vitória do frevo".

os jornais alardearam o temor dos carnavalescos diante da pouca divulgação das músicas de carnaval. Questionava-se se seria um carnaval sem músicas:

Quem liga o rádio nas estações do Rio, ouve cada emissora com um programa carnavalesco, quase diário, batendo as marchinhas cariocas. Uma divulgação sistemática das músicas pernambucanas marcaria um tento a favor de nossos autores, pois os compositores cariocas até agora não apareceram com nada de notável. E quem sabe não seria a vez de repetir um triunfo integral da música pernambucana sobre a carioca, como aconteceu no ano de “é de amargar”, o mais legítimo sucesso de Capiba?<sup>247</sup>

Naquele ano, contudo, a preocupação ante a proximidade dos dias de Momo era reforçada pela ausência de nenhum grande sucesso carioca no carnaval brasileiro. Era o momento, de acordo com o cronista carnavalesco, autor da opinião supramencionada, de a música pernambucana encontrar seu próprio espaço.

A luta de Capiba ganhou reforço com o apoio de Carnera, integrante do Bando Acadêmico, o qual convocou os populares para defender a posição da música pernambucana no cenário nacional.<sup>248</sup>

[...]. Não devemos deixar que música inferior a nossa, marchas mais fracas que os frevos-canções pernambucanos, sejam laureados em primeiro lugar, no gosto do povo, sem que possuam, nenhum mérito para isso. Devemos, sim, reunir tudo que seja meio de divulgação e propaganda em favor do que for pernambucano. Acabar com esse marasmo que está se sentindo. Vamos tocar e ouvir nossas músicas. Vamos aprendê-las e tocá-las pelo carnaval nas festas, nas ruas, nos clubes.<sup>249</sup>

Contudo, o que se viu não foi o esperado. As músicas tornaram-se escassas abrindo flanco para chegada de músicas vindas de outros Estados. As explicações eram diversas. Uns continuavam culpando as gravadoras; outros preferiam dizer que se tratava da falta de investimento do setor público na música regional; outros já admitiam o racionamento de músicas Carnavalescas pelos compositores pernambucanos, justificando o fato por decorrência da guerra.

Ninguém, contudo, soube dizer a verdadeira razão para a escassez da produção musical, nem tampouco se pôde apontar um único culpado; o fato era que nada se ouviu de novidade em matéria de músicas carnavalescas. Seriam os compositores que não estavam mais animados? Essa suposição, conquanto, pareça um tanto quanto precipitada, ou mesmo absurda, não deixa de ter algum fundamento e até de se justificar, de vez que, até hoje, as músicas de carnaval só são ouvidas quando de assuntos comerciais, ou nos períodos do

---

<sup>247</sup>Folha da Manhã. Recife, 08 de Janeiro de 1942. “Ouvir e aprender músicas nossas”.

<sup>248</sup>Carnera foi o homem que animou durante largos tempos o Bando Acadêmico, a famosa orquestra do Clube Português. Também, compôs marchas como a inesquecível Clodomira.

<sup>249</sup>Folha da Manhã. Recife, 08 de Janeiro de 1942. “Ouvir e aprender músicas nossas”.

Momo. Naqueles dias, porém, não pareceu existir nenhuma música de carnaval pernambucana que alcançasse sucesso.

Em 1944, a preocupação face à parca produção musical pernambucana nos períodos momescos foi acentuada. Os compositores carnavalescos estavam sendo contratados para produzir músicas comerciais, o que lhes sugava a criatividade necessária para composição de música de carnaval. Nem mais os concursos organizados pela Federação Carnavalesca conseguiam estimular os artistas, sobretudo porque o que era pago como prêmio pela instituição era ínfimo se comparado com o que era pago pelas campanhas publicitárias: “a marcha de propaganda, além de roubar as melhores inspirações de nossos compositores, toma por execuções pagas, o espaço das músicas mais aproveitáveis [...]. Mas, agora, só se ouve marcha de publicidade.”<sup>250</sup>

De acordo com o retrospecto feito pelo periódico Folha da Manhã, a moda de os compositores trabalharem para grupos publicitários foi iniciada entre os anos de 1938 e 1939, com o frevo-canção da manteiga Iracema, tendo, em seguida, virado hábito entre os compositores locais. Quando alguns eram inquiridos sobre o porquê de produzirem música comercial de carnaval, em vez de pensar na gestação de canções voltadas para o povo, a afirmativa era contundente em dizer ser preciso sobreviver o restante do ano: “Fazer música pelo prazer de fazer música é muito bonito. Um soneto é uma maravilha. Mas, na vida prática, é um buraco. É preciso que o senso de realidade, esse que acumula contas de luz, de água, no armazém, etc. no fim do mês se sobreponha ao devaneio artístico.”<sup>251</sup>

Outra razão, que provocou o desinteresse dos compositores em produzir frevos, maracatus e músicas relativas à cultura local, estava associada ao sucesso que o samba fazia ante ao frevo. Destarte, melhor era produzir música, cujo reconhecimento e retorno durassem o ano inteiro, em vez de trabalhar com ritmos, cuja notoriedade só se faria evidente durante os dias de carnaval.

Apesar de a invasão da música carioca ser notadamente significativa, é imperativo avaliar a imagem que o frevo ainda tinha para os pernambucanos. Para Plácido de Sousa, então diretor do Bando Acadêmico, apesar do samba, o frevo ainda era pedido certo nos bailes, rádios e festas de carnaval. Assim, por mais que o samba tivesse mais notoriedade nacional que o frevo, este não deixava de ter seu lugar reservado, porque:

[...] o frevo é a onda, é a agitação incrível, é um trocar demoníaco de braços e pernas, um quebrar de corpos suados, cabeleiras esvoaçantes e mãos crispadas como

<sup>250</sup> Folha da Manhã. Recife, 12 de Janeiro de 1944. “Carnaval”.

<sup>251</sup> Folha da Manhã. Recife, 10 de Fevereiro de 1945. “Carnaval de ontem”.

em uma agonia, abrindo-se e fechando-se, ansiosas e gritantes. O frevo é o ritmo único marcado pelos pés e negado pelo movimento estonteante do tronco e da cabeça. Todas as necessidades desaparecem. Não há mais problemas. Tudo ficou esquecido por alguns instantes, enquanto dura o som trepidante daqueles instrumentos mágicos que ressoam até bem longe. A multidão que dança na onda, no passo, perdeu a personalidade humana. A multidão é agora o próprio frevo dominador, cuja tradução é aquele estandarte de cores vivas, cheio de serpentinas e flores, que gira alucinado, loucamente, conduzindo através da rua estreita a massa inconsciente como que chicoteada pelo ritmo delicioso e infernal.<sup>252</sup>

Este espírito, somado à possibilidade concreta de os frevos serem gravados, criou novo ânimo nos compositores. Para Nelson Ferreira, o frevo, deixando de ser limitado ao microfone local, abriu novas possibilidades. Discos circulando pelo país, compositores de outros Estados, como Orlando Silva, entusiasmados com o ritmo que ganhava as prateleiras das lojas, eram a oportunidade para música pernambucana despontar.

A música Carnavalesca, para ele [Nelson Ferreira] é o que há de mais típico entre nós. Nada mais pernambucano, nada mais expressivo, na sua construção musical do que, por exemplo, o frevo. De um colorido vivo e sincero, às vezes, até gritante, ele fixa as variações mais curiosas. Uma infinita variedade de motivos. Mas a técnica é sempre a mesma: primitiva e admirável. A fantasia de alguns autores chega muitas vezes a criações bizarras, deliciosas de ritmos e excentricidades. Mais típicos do que o nosso frevo. [...]. Por isso, os foliões cariocas estão olhando com entusiasmo para o passo contagiante.<sup>253</sup>

Não se pode deixar de refletir, também, que, ao passo que a música carioca ganhou espaço no carnaval pernambucano, a música de carnaval pernambucano foi projetada no Sul e Sudeste do país, havendo irradiação de frevo por lá e noutras localidades como teremos a oportunidade de verificar adiante. Em 1934, por exemplo, Capiba teve seus sucessos excursionados ao Rio de Janeiro, através da Jazz Acadêmica.

Dos aspectos relacionados à música de carnaval de Pernambuco, o mais intrigante parece ter sido a proibição da música pernambucana no carnaval da capital do país. Leiamos o que justificou a proibição do frevo no carnaval carioca

Em pleno sábado gordo uma notícia do Rio atingiu, em cheio, o coração dos foliões pernambucanos: o frevo foi proibido na capital do Brasil. O frevo gostoso, a mais espontânea, a mais turbilhonante de todas as danças populares do país, rival do incrível jitterburg norte-americano, o frevo foi expulso - através de uma portaria do chefe de polícia do Distrito Federal - dos salões metropolitanos. Esse gesto de hostilidade ao frevo é a prova provada do seu triunfo. Nos grandes bailes cariocas havia uma multidão que dançava o passo normal que formava nos cordões, que girava a cobrinha. Mas, havia, também, sim senhores, uma multidão entusiasta que entrava a na dobradiça, no chão de barriguinha, na tesoura. E, foi falta o desajustamento, o choque de duas coreografias. Enquanto se sucediam os concursos de passo nos quais se exibiam os reis do frevo, mandados buscar aqui do Recife; enquanto o povo, gente de todas as classes sociais, ajeitava as canelas estavam

<sup>252</sup> Folha da Manhã. Recife, 11 de Janeiro de 1945. "As Festas Carnavalescas de 1945".

<sup>253</sup> Folha da Manhã. Recife, 07 de Fevereiro de 1945. "Isto é o carnaval pernambucano".

tramando uma ponta de lança contra as linhas já vitoriosas do frevo. E o argumento é inteiramente descabido: o frevo é extremamente violento, estava ocasionando incidentes entre os que gostam de divertir-se! Ora, senhores, onde está o bom humor do carioca? [...]. O frevo está dominando a cidade maravilhosa. É inútil querer deter a sua marcha avassaladora. [...]. É inútil a proibição senhores delegados cariocas. Onde houver um pernambucano, onde houver uma canela azeitada, é fatal a dobradiça. Vamos aproveitar pernambucanos! Vamos ensinar o Brasil como se brinca o carnaval, como se cai na onda.<sup>254</sup>

Entretanto, o debate não se encerrou por aí. Durante o curso do programa de carnaval da FCP, os questionamentos da proposta de identificação da população com o ideal político e ideológico do Estado Novo foram inúmeros. O que a FCP fazia ao determinar quais tipos de músicas podiam ser ouvidas e tocadas, quais tipos de roupas deviam ser vestidas, como fantasias, e que tipo de carnaval devia ser brincando era o alicerce de um projeto maior amparado pelas propostas de ordem nacional do Estado Novo.

Assim, a partir desta proposta, mas não somente, as “tradicionais” festas Carnavalescas ficaram definitivamente associadas à “democracia” do Estado Novo, cujos atores políticos buscaram amparar a construção deste projeto na lógica da construção de uma identidade local/nacional.

#### **2.4.4 Carnaval dos clubes x carnavais de rua: o mito da democracia**

Jacques Heers, em sua obra “Festas de Loucos e carnavais”, tratou sobre a possibilidade de poder referir-se aos eventos que envolvem as festas enquanto características de uma determinada tipologia social, como se a festa pudesse ser compartimentalizada tal qual o era a sociedade.<sup>255</sup>

Para este autor, os ritos que envolvem as manifestações das festas podem ser entendidos em separado, mas as festas que acompanham os ritos não. Ou seja, havia ritos específicos, que eram realizados pelos mais favorecidos da sociedade, como também práticas atribuídas às populações menos favorecidas, sobretudo no que tange ao momento de preparo das festas.

Durante o curso do Estado Novo foi patente a existência de dois tipos de carnavais: o da rua e o dos clubes. Um não excluía o outro, mas complementava-o. Cada um desses espaços refletia um grupo social, a priori, conforme se lia nos jornais. Contudo, o estudo

---

<sup>254</sup> Folha da Manhã. Recife, 10 de Fevereiro de 1945. “Qué matá papai oião?”.

<sup>255</sup> HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

detido das fontes, realça que os populares, de cada um desses espaços, não eram estanques em permanecer no seu espaço social, circulando de um espaço para outro, tanto quanto podiam e permitiam os limites da legalidade/legitimidade.

No curso da história do carnaval pernambucano foi notório que, ao longo dos anos, o governo local visou exercer controle sobre as manifestações do espaço público em detrimento dos carnavais do espaço privado, porque era nas ruas, onde a massa de pessoas, “unidas indistintamente”, estabeleciam laços de solidariedade que cimentaram relações sociais possíveis de serem desdobradas em sublevações à ordem.

Isso tudo era agravado pelo anonimato que estava associado às ruas, onde o indivíduo deixava de existir ante à coletividade. O próprio Estado, ao criar o conjunto de regras e leis genéricas, tentou enquadrar os populares na mesma lógica de controle, como se todos pudessem ser tratados da mesma forma, o que não viria a acontecer nos espaços privados, onde os lugares de cada um eram definidos pela lógica econômica. Aos garçons, aos musicistas e aos passistas do frevo, que eram convidados para animar as festas dos clubes, o espaço da cozinha, do palco e dos lugares menos vistosos, enquanto aos que podiam pagar as entradas dos grandes bailes carnavalescos, o glamour e o refinamento da alta sociedade.

É inegável que os mais abastados não quiseram ser confundidos com pessoas comuns, com a população ordinária, de tal modo a preferir evitar às ruas, não somente pelo medo das turbulências políticas, como também pelo temor de serem considerados parte daquele todo aparentemente homogêneo.

Por isso, o horror ao carnaval de rua; por isso o temor de que as ruas ganhassem as festas dos clubes; por isso o aumento crescente no valor dos ingressos cobrados para que se tomasse parte nas festas dos principais clubes de carnaval da cidade, de tal modo a se poder selecionar, quase sempre, aqueles que podiam fazer do tríduo momesco menos uma exaltação da harmonia dos contrastes do que uma festa entre iguais.

Apesar de todo o aparato de segurança que envolveu o luxo e a ornamentação dos principais clubes da cidade, a circularidade de pessoas localizadas nas frestas do próprio sistema deu margem à possibilidade de os grupos imiscuírem-se no espaço social onde desejavam estar, ainda que somente por três dias. Desta forma, eram criados espaços de apropriação de valores e de reinterpretação de práticas culturais, de tal modo que clubes e ruas se complementaram.

Se as pessoas que estavam nos clubes tinham vontade de tomar as ruas da cidade - tanto que a reclamação pela ordem no espaço público foi recorrente por esta parcela da

população - por outro lado, os populares, aqueles que constituíam a “escória da sociedade”, sonhavam em poderem, um dia, tomar parte nos carnavais privados.

Os ricos queriam ser pobres e os pobres queriam assumir as benesses da alta sociedade? Seria uma inversão, um fetiche ou, somente, uma fantasia? Esta pergunta já tentou ser respondida por diversos sociólogos e historiadores da temática, mas nenhuma resposta foi capaz de totalizar o sentimento dos populares ao se deslocarem de seu espaço social para o do outro, ou ao tentarem criar um carnaval à moda do carnaval dos grandes clubes em seus clubes de bairro.

O que se pode afirmar como resultado da análise das representações realizadas neste trabalho é a existência desses dois espaços, sendo o espaço público aquele selecionado pelo Estado Novo, como forma de divulgar a imagem do carnaval democrático do Brasil, e a ordem dos espaços privados como o modelo a ser agregado à organização do carnaval de rua.

Ao que tudo indica os dirigentes nacionais, ao associar o carnaval à imagem do país, pretendiam criar a falsa idéia de uma democracia reificada, quando as estruturas de controle estavam imiscuídas nos principais setores da sociedade. O carnaval de rua deve ter ganhado todos os espaços sociais, no intuito de transformar os dissensos em consensos.

Se as representações feitas em torno da festa conseguiram reunir em um só bloco o corpo social diverso da cidade do Recife, isso não se fez verificável, mas é inegável que, através das práticas discursivas, o Estado Novo e os promotores do carnaval criaram condutas inclinadas a legitimar o carnaval pernambucano como o redentor da “harmonia universal”.

A campanha do Estado Novo, neste sentido, tanto funcionou que o carnaval pernambucano foi vendido como uma das manifestações populares e democráticas do mundo, na qual reinaria a harmonia social dos contrastes, quando o que tínhamos, na prática, era uma manifestação Carnavalesca violenta, em que os detentores de boas condições financeiras alugavam casas, sacadas e camarotes para não se misturarem ao anonimato.

Apesar de o carnaval de rua ser o principal foco dos trabalhos do Estado, em conjunto com o grupo dirigente da FCP, os clubes privados encantaram a população com seu requinte e sofisticação. Durante muito tempo, desde a tomada das ruas pelo povo, o carnaval dos clubes ainda disputou espaço nos festejos momescos. Ele se tornou uma das alternativas para as famílias abastadas da sociedade, que temiam sair às ruas naqueles dias de instabilidade política.

Assim, as festas de clubes “tradicionais” da cidade tornaram-se um dos pontos altos do carnaval pernambucano que, em 1938, foi inaugurado pela terceira Festa da Mocidade.

A Festa da Mocidade era um evento gigantesco para época, sendo organizado por grupos de universitários no Parque 13 de Maio entre os meses de dezembro e janeiro. Naqueles meses, reuniam-se variadas modalidades diversionais e, por vezes, a festa chegou a ser prorrogada até o carnaval, no intuito de servir como intróito daquele evento. Era uma festa privada composta de dois momentos: o primeiro acontecia nas ruas, às imediações da Faculdade de Direito, onde as pessoas se concentravam como numa quermesse; e um segundo que aconteceria em lugares fechados, constituindo-se em bailes de grande vulto e luxo.

No terceiro ano da Festa da Mocidade, as mesas dos seus principais bailes custaram entre 15.000 e 50.000 mil, e os bailes aconteceram nos salões do Teatro Santa Isabel, onde era sabido reunir-se a fina flor da sociedade recifense. Naquelas dependências, em geral, o carnaval era brincado ao som do Jazz e de músicas carnavalescas pernambucanas. O requinte dos buffet, dos smokings e dos vestidos elegantes tomava conta da noite. Era o “carnaval democrático”, o mais democrático do mundo, como fez alarde, a Federação, mas que nesses momentos mostrava suas contradições.

O que se confirmava com a exaltação do carnaval do espaço privado, brincado sobretudo pelas elites econômicas do Estado, era que existia incerteza quanto aos rumos da organização política do Estado, em que o carnaval de rua era ao mesmo tempo sinônimo do sucesso do Estado e da intranquilidade da população, sendo considerado um inferno pelos cronistas da década de 30 da Folha da Manhã, mas com uma ressalva: inferno da alegria.

Nos dias de carnaval, as festas eram promovidas para denotar grandes eventos sociais, chegando, ao que parece pelos jornais, a ameaçar o trono do carnaval de rua:

O que está matando o carnaval de rua é o excessivo número de bailes que se fazem nos clubes diversionais, sociedades esportivas, hotéis, cinemas, pensões e circos, além dos bailes populares que se organizam a cada instante. Se quisermos zelar pela tradição do nosso carnaval, temos de limitar o número de bailes e não permitir que os mesmos se realizem nos três dias consagrados ao Rei Momo. Carnaval é festa de rua, exibição de clubes, de blocos, de fantasias, demonstração de sensibilidade artística, com o desfile de carros alegóricos, corso, etc. Carnaval é festa de “povo para o povo.”<sup>256</sup>

Cobrando ingresso de alto custo, os clubes investiam em decoração, bandas e orquestras de frevo e Jazz, além de efeitos especiais, como acontece no Clube Internacional no ano de 1938, quando no dia 28 de Fevereiro:

A antiga e grande associação do Recife, o Clube Internacional, podemos dizer que assaltou e dominou a cidade. O baile inaugural de sábado último assinalou um verdadeiro triunfo. [...] às duas da madrugada, uma surpresa surgiu aos olhos dos

---

<sup>256</sup> Folha da Manhã. Recife, 05 de Fevereiro de 1945. (Título ilegível no original).

foliões em delírio: abriu-se a boca de uma grande máscara presa ao teto do dancing caindo sobre as suas cabeças imensas quantidade de moedas de ouro, um régio presente assim oferecido a todos. [...].<sup>257</sup>

Eram os elementos do espetáculo que entravam em cena, de modo a distinguir um baile carnavalesco promovido por um clube em relação a outro. O *plus* fazia deste ou daquele clube o mais prestigiado. As festas dos espaços privados eram apresentadas como espaços de distinção, alegria, fidalguia e encantamento, mas todas se intitulavam “festa pernambucana”.

Paulatinamente, os bailes dos clubes foram se sofisticando. Os eventos do Country, clube preferido dos estrangeiros, do Sport Clube, do Náutico, do Internacional constituíam-se em espetáculos à parte do carnaval promovido pelo Estado, mas que aos poucos foi sendo incorporado à proposta de carnaval da FCP, dado o reconhecimento de sua utilidade à ideologia do Estado Novo.

Os eventos privados passaram a integrar o calendário do carnaval pernambucano e eles eram tão esperados quanto o carnaval de rua. A diferença era que parcela majoritária das pessoas que tomava parte do folguedo, dos principais clubes carnavalescos da cidade, era a seleta sociedade pernambucana, conforme se lia: “Os salões ostentavam original decoração em V, achando-se presente o prefeito Novais Filho e família, o general Mascarenhas de Moraes, comandante da região, e família, além de figuras de destaque das colônias estrangeiras domiciliadas em Recife.”<sup>258</sup>

Apesar de o discurso propugnado por parcela da imprensa realçar reiteradamente que os carnavais dos clubes eram freqüentados somente pela elite econômica do Estado, pela “fina flor” da sociedade, não se pode deixar de considerar que aqueles espaços, também, foram freqüentados por pessoas oriundas de camadas menos favorecidas socialmente.

Esses grupos, para não ficarem de fora das novidades trazidas pelos principais bailes de carnaval da cidade, criavam estratégias para tomar parte na festa. O desejo daqueles populares era de conhecer aquele segmento do brinquedo que tinha tanta divulgação na mídia, visto que os jornais destinavam grandes espaços para divulgação e comentário do sucesso desses eventos: “Essas, as festas dos nossos grandes clubes. Os melhores programas. As orquestras mais interessantes. Moças, rapazes aos milhares, num ambiente de ilusões, de alegrias, de esquecimento dos dissabores impostos pela ocorrência da própria vida. Isso é o carnaval: uma folga para o trabalho.”<sup>259</sup>

---

<sup>257</sup> Folha da Manhã. Recife, 28 de Fevereiro de 1945. “Clube Internacional do Recife”.

<sup>258</sup> Folha da Manhã. Recife, 18 de Fevereiro de 1942. “Os festejos Carnavalescos Nesta Cidade.”

<sup>259</sup> Folha da Manhã. Recife, 18 de Fevereiro de 1942. “Os festejos Carnavalescos Nesta Cidade.”

Mas, como muitos populares não tinham a sorte para ingressar nas festas privadas às escondidas, ou o dinheiro para custear fantasias luxuosas e ingressos caríssimos, alguns subúrbios apropriaram-se deste tipo de brinquedo instituindo festas de carnaval em espaço privado.

Várias notícias foram encontradas, nos jornais, fazendo menção ao carnaval em Associações de bairros, clubes e mesmo residências particulares de membros das classes menos abastadas da sociedade, revelando a dinamicidade da festa de carnaval, e a reinvenção de práticas culturais que, a priori, estavam selecionadas para serem típicas de um dado grupo social em um determinado espaço. “Todos os clubes suburbanos Guanabara, Motocolombó, Atlético Amadores, Botafogo, Estudantes, Imperial Atlético, Moacir Lidice, Clube Ciclista, Tramways fazem sua festa e onde quer que se saiba de um programa a mesma animação a mesma confiança de sucesso.”<sup>260</sup>

O sucesso do carnaval de rua e a divulgação que era dada pela imprensa a esta modalidade do brinquedo não eliminou o impacto causado pelo carnaval dos espaços privados. A cada ano, as festas tornavam-se complexas, e novos clubes de grande e pequeno porte aventuravam-se em fazer a sua própria festa de carnaval.

Contudo, ainda assim, durante o Estado Novo será às ruas que a propaganda daquele regime recorrerá, quando pretendeu alardear o mito da democracia no governo Vargas. Nas ruas, o carnaval ganhou outros ares. A brincadeira era distinta. O empurra-empurra associado ao contingente maior de populares fazia a festa sem limites, a festa longe das crises, da guerra, para consagrar o Estado Novo e suas práticas políticas.

---

<sup>260</sup>Ibidem.

### **Cap. 3 Carnavais: Fresta do Estado e brinquedo do povo**

Aparentemente, a cada novo governo no poder, uma nova proposta de identidade foi elaborada no intuito de criar vínculos entre a população e o poder político vigente. Durante o Estado Novo, a proposta de governo nacional pareceu pretender fortalecer as unidades regionais com o fito de criar uma proposta de nacionalidade fragmentada, a fim de o Estado poder exercer o controle sobre as diversas regiões do país.

Desta forma, Pernambuco e outros Estados, das diversas regiões brasileiras, buscaram mecanismos para criar um projeto de identidade que pudesse criar o vínculo da região com a unidade nacional. Neste cenário, Pernambuco despontou como um dos lugares políticos que mais notoriedade teve para o governo varguista, durante o Estado Novo, sendo o “carnaval dirigido” uma das bases para divulgação da ideologia governista.

Neste sentido, quaisquer ações que pudessem favorecer o reconhecimento da cultura pernambucana, fora do Estado, foram bem vindas, porque isso representou o crescimento da relevância que o Estado tinha no cenário nacional. Ciente disso, o Interventor do Estado, Agamenon Magalhães, enquanto representante do Estado Novo em Pernambuco, bem como a FCP - entidade promotora e dirigente do carnaval do estado - utilizaram-se dos mais variados recursos para divulgar Pernambuco, no país e no exterior, sendo o carnaval um dos principais instrumentos utilizados para tanto, conforme veremos a seguir.

#### **3.1 E quem me chamou paraquedista: quando a imprensa fez o carnaval.**

A relação do carnaval com a imprensa nos anos estudados foi bastante aproximada. Pode-se dizer, sem exageros, que o sucesso do tríduo momesco, representado no jornal Folha da Manhã e Jornal Pequeno, dependeu, aparentemente, dos seguintes fatores: conjugação da ação do Estado, vontade de brincar da população e o desempenho das atividades dos jornalistas, fosse o meio de comunicação impresso ou radiofônico.

Neste sentido, cabe a pergunta: por que a Federação Carnavalesca e o Estado Novo atuaram nos “meios de comunicação de massa” da época, a fim de construírem a base ideológica imprescindível ao desenvolvimento das relações políticas do Estado com as camadas populares?

Os indícios que mais se aproximam de uma resposta satisfatória a este questionamento serão apresentados a seguir. Importa frisar, antes de tudo, que não é a discussão sobre qual

meio de comunicação era mais acessível às camadas populares que ora importa, mas entender como os jornais e rádios foram veículos de comunicação sumários na elaboração de representações acerca do Estado Novo.

Para os letrados da sociedade recifense dos anos estudados, eram os jornais impressos que formavam parte de suas opiniões em conjugação com o que vinha das rádios. O jornal não apenas construía uma dada realidade, como autoconstruía sua imagem diante do público, tendo por fito a aquisição de popularidade e credibilidade. Já para os que não sabiam ler nem escrever, sendo este grupo grande parcela da população, o rádio, quando se tinha acesso a ele, era o melhor instrumento de formação de opinião.<sup>261</sup>

O Estado Novo e a imprensa eram caracterizados por uma relação de dominação, em que a imprensa estava submetida às orientações dos políticos integrantes do governo. Tanto nos períodos de democracia declarada, ou durante os regimes de exceção, as duas instituições forjaram, dentro das possibilidades, vínculos que mantiveram a coesão entre o poder do governo e as representações fomentadas pela imprensa.

Durante os anos subseqüentes a 1937, o aparelho repressor do Estado atuou incisivamente sobre a imprensa pernambucana, uma vez que, durante o Estado Novo, a imprensa foi vista como elemento de sustentáculo da ordem nacional, conforme se pode verificar pela leitura da carta outorgada pelo Chefe do Governo Nacional, em que este defende a colaboração da imprensa com o Estado Novo:

A imprensa exerce uma função de caráter público; nenhum jornal pode se recusar a inserção de comunicados do governo, nas dimensões taxadas em lei [...]. Eis aí: a imprensa na estrutura do novo regime. E o seu exercício será regulado por lei especial dentro dos dispositivos constitucionais.<sup>262</sup>

Todavia, as ambigüidades oriundas da relação entre o Estado e a Imprensa foram recorrentes. No decurso da pesquisa realizada, por vários momentos, encontramos indícios de ações tendentes a homogeneizar as opiniões da imprensa acerca da promoção dos ideais do Estado Novo. No entanto, apesar do controle estatal sobre os meios de comunicação, ainda assim, existiu espaço para que os jornalistas da época, individualmente, pudessem expressar os inconformismos frente às políticas “repressoras” do Estado Novo conforme veremos.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> Agamenon Magalhães tinha um programa diário na Rádio Clube intitulado a nota do dia, no qual expunha seus pensamentos e as suas principais ações de governo, a fim de colaborar para o “desenvolvimento nacional”.

<sup>262</sup> Folha da Manhã. 24 de fevereiro de 1938. “A imprensa no Estado Novo”.

<sup>263</sup> Dulce Pandolfi faz referência à ação da imprensa, durante o Estado Novo em Pernambuco, afirmando o controle da imprensa, pelo Estado, foi um empreendimento bem sucedido. Contudo, a pesquisadora não parece questionar-se sobre possíveis táticas desenvolvidas pela população para driblar as estratégias do Estado Novo no controle dos meios de comunicação.

Assim, os grupos editoriais dos meios de comunicação podem ter tido uma postura de apoio ao regime varguista, mas o mesmo não se pode afirmar sobre todos os jornalistas e cronistas do período estudado. A adesão dos grupos de comunicação ao Estado Novo era, para os grupos editoriais, imprescindível para manutenção da licença de funcionamento do jornal.

Era um alto negócio para os donos de jornais colaborarem com a ditadura de Getúlio e não protestar contra a censura e todas as outras limitações impostas pelo regime. Os jornais mantinham a qualidade, os diretores podiam pagar menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e não havia conflitos com o governo.<sup>264</sup>

E foi por reconhecer a resistência individual de alguns jornalistas que o Estado Novo criou o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.<sup>265</sup> Esta instituição surgiu com o fito de construir uma estrutura mental coadunada com o regime varguista. Tratava-se de um instrumento de controle da opinião pública que se exercia através da censura.<sup>266</sup>

As competências do Departamento de Imprensa e Propaganda eram dentre outras: administrar o controle e censurar diversas áreas de imprensa, divulgação, radiodifusão, teatro, cinema e turismo, bem como promover manifestações cívicas, culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo. Assim, o DIP atuou no sentido de controlar os meios de comunicação que se opunham a Vargas, atuando ao lado do DOPS, no controle da sociedade e na criação de uma imprensa com caráter público.<sup>267</sup>

Como utilidade pública, a imprensa atuou como mediadora entre os governantes e a população, sendo a liberdade da imprensa menos uma realidade do que uma representação. Cabe frisar que poucos foram os órgãos da imprensa que não se renderam ao Estado Novo, em virtude do medo propugnado pelo regime ditatorial. O tratamento dado pelo governo à imprensa denotava a busca pela centralização do poder.

Em Pernambuco, além da censura oficial encabeçada pelo DIP, através do DEIPS – órgãos de censura filiados ao DIP, Agamenon Magalhães interferiu diretamente nas questões repressivas aos meios de comunicação perseguindo dissidentes como adversários políticos.

Se a Folha da Manhã era um exemplo a ser seguido por todo país, os demais folhetins, a exemplo do Jornal do Comércio, Diário da Manhã - que pertencia a Carlos de Lima

---

<sup>264</sup> Joel Silveira apud BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

<sup>265</sup> Esse órgão foi criado em 1938 e esteve subordinado à presidência da República, sob a direção de Lourival Fontes, com o apoio de Cândida Mota Filho e Cassiano Ricardo. Por sua vez nos Estados, foram criados os DEIPS, subordinados ao organismo central, cuja sede localizava-se no Rio de Janeiro.

<sup>266</sup> PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

<sup>267</sup> A imprensa dirigida teve um caráter público durante o Estado Novo, uma vez que os dirigentes estatais sabiam que os meios de comunicação eram a melhor forma para legitimar as práticas do governo.

Cavalcanti - eram vozes que precisavam ser constantemente censuradas. Assim, durante os anos do Estado Novo, somente a Folha da Manhã tinha legitimidade declarada pelo governo, sendo os demais jornais uma transcrição daquela ou dos periódicos sulistas.<sup>268</sup>

Destarte, tentar entender a imprensa neste período em tela é buscar compreender as complexas redes de relações que envolveram e nortearam a divulgação e fomento das ideologias varguistas; afinal, os meios de comunicação foram utilizados para (de) formação do corpo social através da exposição de idéias e ações nas principais colunas dos principais jornais do país.

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães referiu-se sobre sua relação com a imprensa da seguinte forma: “converso todos os dias pela manhã e pela tarde com os meus governados, com o povo, dizendo o que penso, o que sinto, comunicando e recebendo inspirações para as boas ações e para a verdade.”<sup>269</sup>

Duas posições eram admitidas pelo governo: o apoio irrestrito ao regime ditatorial e a oposição sistemática. Aos coadunados ao sistema, facilidades; aos demais, a censura. Neste cenário de contenda de idéias, posicionamentos diversos geradores de polêmicas eram divulgados entre os principais periódicos até que a ação do DIP identificasse a subversão de algum grupo jornalista em contraposição ao regime ditatorial. Quando isso acontecia, os jornais rebeldes eram empastelados, enquanto os demais jornais, favoráveis às políticas governistas, dos anos seguintes a 1937, ganhavam mais espaço e recursos do governo.

A valoração dos meios de comunicação corroborava o argumento de que o poder político do Estado não era somente figurado na pessoa do então chefe de governo, mas também nas micro-estruturas de poder que concebiam a constituição do Estado ampliado, lembrado por Gramsci, como a imprensa, a igreja, os centros educacionais e outros, conforme se pode verificar no folhetim<sup>270</sup> do qual Agamenon era redator: “A colaboração do Interventor Agamenon Magalhães para a Folha da Manhã e Radio Clube de Pernambuco, tem tido a

---

<sup>268</sup>PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984. P. 53.

<sup>269</sup> Idem. P. 52.

<sup>270</sup> No dia 21 de novembro de 1937, foi criado o Jornal Folha da Manhã, orientado sob a ideologia do Estado Novo, cujo sócio majoritário era Agamenon Magalhães, Interventor do Estado. O folhetim era um jornal doutrinário que, pelas próprias palavras de seu acionista maior, visava levar à população do Nordeste uma palavra de fé e patriotismo. O periódico circulava por vários Estados - Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, isso sem contar o interior de Pernambuco. O Jornal saía em duas edições diárias: uma matutina e outra vespertina, o que acontece a partir de 24 de fevereiro de 1938. Cada uma das edições destinava-se a um público específico: o Matutino era uma versão mais densa, voltada para um público acostumado à leitura e que dispusesse de melhores condições econômicas; o vespertino, por sua vez, tinha um formato mais leve e era voltado para um público menos favorecido com pouco hábito de leitura.

maior repercussão em todo o país, registrando verdadeiro recorde de publicidade, uma vez que, os artigos divulgados, já tiveram de cinquenta a cem transcrições.”<sup>271</sup>

O uso da mídia em favor do Estado representou a propaganda política característica da imagem do governo de Vargas. Nos anos 30, a imprensa foi um dos sinônimos do Estado, e seus elementos simbólicos foram utilizados de forma a dar o suporte à ideologia em vigência. A aliança do governo com a imprensa possibilitou a difusão de uma nova perspectiva de mundo, no qual o consenso deveria ser absoluto. Não importavam os meios utilizados pelo Estado para consecução de seus objetivos: corrupção ou convencimento ideológico; o importante era a construção de uma ideal de centralismo político direcionado. Para tanto:

[...] para levar adiante o seu projeto, sobressaem à formação de um Estado burocrático e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja principal missão é divulgar a ideologia Estadonovista. Os mecanismos de manipulação são peças centrais no primeiro período Vargas, constituindo o Estado como árbitro dos interesses nacionais.<sup>272</sup>

Como a imprensa era fundamental para construção do ideal de Estado político, os dirigentes da FCP estreitaram relações com os jornais, rádio e revistas associadas ao Estado Novo, sobretudo com a Rádio Clube e a Folha da Manhã, elementos ímpares, para Agamenon Magalhães, na elaboração de seu plano de governo. Desta forma:

A imprensa teve papel preponderante na situação fastigiosa que alcançou o carnaval em nossa terra. O auge dos festejos populares verificava-se na Rua do Imperador, então apontada como a rua da imprensa, porque ali estavam sediadas as redações de todos os jornais diários, à exceção do Diário de Pernambuco. O Jornal Pequeno [...] liderava a propaganda do carnaval, não faltando a solidariedade do Jornal do Comércio, Notícia e Jornal do Recife. Os órgãos da imprensa desenvolviam intensa propaganda e nos dias de festa tinha suas fachadas completamente iluminadas.<sup>273</sup>

Imprensa, Estado Novo e Federação Carnavalesca atuaram, juntos, na elaboração de um carnaval dirigido e “higienizado”. Contudo, quando pareceu estar consolidado o esquema organizacional da festa de carnaval promovida, pelo Estado e pela Federação, juntamente com os carnavalescos e os meios de comunicação, começaram a sobressair-se os dissensos, sobretudo, em decorrência do jogo de interesses econômicos em torno da festa.<sup>274</sup>

Durante o Estado Novo, como vimos, o controle sobre a imprensa foi constante. Por isso, a identificação do aumento da editoração de material independente sobre o carnaval

<sup>271</sup> Folha da Manhã. 10 de março de 1938. (Título ilegível no original).

<sup>272</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. P. 112.

<sup>273</sup> Folha da Manhã. Recife, 05 de Fevereiro de 1945. “A imprensa e os festejos carnavalescos”.

<sup>274</sup> Trata-se de uma verificação pessoal, que não se respalda em nenhum dado estatístico, mas que é dedutível, em face da relevância que o evento tinha na cidade, do espaço que os eventos carnavalescos tiveram nos jornais e do aumento de anúncio sobre produtos relacionado à promoção do carnaval.

representava uma ameaça para a organização política do Estado Novo. No entanto, a editoração deste material pode ser apontada, também, como uma tática de resistência dos populares à ordem estatal.

Neste sentido, nas colunas de Mário Melo, no *Jornal Pequeno* e, posteriormente, na *Folha da Manhã*, foram recorrentes as críticas a algumas revistas carnavalescas, porque as mesmas não estavam coadunadas com os interesses ideológicos da época. Apesar de não haver menção a quais revistas estavam-se referindo Mário Melo - e de não termos encontrado nenhum exemplar das mesma - a recorrência com que o problema foi abordado nos folhetins pesquisados, apontam para o surgimento de uma imprensa de carnaval paralela, necessária de ser combatida pelo Estado Novo.

As principais representações contrárias às revistas carnavalescas independentes visaram coibir quaisquer publicações veiculadas acerca do carnaval, que não tivessem o crivo da FCP e do Estado. O debate era antigo e remontado à própria fundação da FCP.

A intenção dos diretores da FCP era de que a imprensa, ainda que eventual, fosse ela escrita ou rádiotransmitida, estivesse associada ao Estado para proporcionar o sucesso do carnaval, esperado pelos dirigentes do Estado Novo.<sup>275</sup> Se nos primeiros anos da FCP, a campanha da Federação contra as revistas Carnavalescas foi tímida, quando as revistas de carnaval começaram a representar certa ameaça à ordem, porque configurava descontrole do Estado, a preocupação deixou de ser apenas de um agente político e tornou-se uma questão de Estado, já que o carnaval era promovido com apoio oficial do governo.

Apesar de não ter encontrado essas revistas produzidas pela imprensa oficiosa, e de não ter conhecimento sobre os sujeitos sociais envolvidos em sua produção, ficou evidente, pelas representações feitas no *Jornal Pequeno* e na *Folha da Manhã*, que o material era editorado à custa dos pequenos comerciantes, que anunciavam neste tipo de revista.

Contudo, muitas vezes, essas revistas não eram sequer publicadas, e doutras apareciam em números limitados, somente para justificar-se perante os anunciantes. Se a motivação era meramente econômica, política, ambas ou nenhuma das duas, isso não se sabe pela leitura das

---

<sup>275</sup>Chamar a atividade dos editores das revistas carnavalescas de imprensa pode parecer um pouco forçado, quando se toma o conceito em sentido estrito, que considera como imprensa o conjunto de elementos que integram o jornal, dentre eles a habitualidade de publicação. Neste caso, utilizo o termo, somente para fazer referência ao material editorial impresso.

fontes, porém, pode-se inferir que a divulgação de material impresso, sem a censura prévia do Estado, incomodou os governantes locais e os promotores do carnaval.<sup>276</sup>

Assim, os avisos da Federação, com relação à vedação das publicações de grupos não legalizados, foram diversos. Direcionados tanto aos clubes que patrocinavam tal empreitada bem como às tipografias, o descumprimento das determinações legais acarretava em sanção por parte das autoridades competentes:

A Federação Carnavalesca Pernambucana chama atenção mais uma vez de que nenhuma tipografia poderá imprimir qualquer revista Carnavalesca sem que a mesma apresente documentos idôneos de se achar devidamente registrada, e autorização dessa Federação, para poder circular, tudo de acordo com a lei em vigor.  
277

Se antes da Federação Carnavalesca, as revistas carnavalescas foram escritas livremente, sem nenhum tipo de ordenamento, a partir da criação da FCP, o controle tornou-se mais rigoroso. Acreditava-se que não era somente a ameaça da unidade da organização nacional e o fomento dos festejos carnavalesco que estavam em jogo, mas a própria unidade do sistema político.

Se existia impressão clandestina de revistas de carnaval, era porque ocorria a sua leitura; e quaisquer publicações que não passassem pelo crivo dos órgãos repressivos eram consideradas um espaço para o fomento de idéias contrárias ao que era propugnado pelo Estado Novo.

Por esta razão, Mário Melo tomou a dianteira no embate à publicação de revistas carnavalescas clandestinas. Sua campanha contra este tipo de material fez com que a Associação da Imprensa se reunisse, a fim de tentar excluir o jornalista de seu cargo na instituição promotora do carnaval, em face do suposto “boicote” que aquele jornalista estaria promovendo contra a imprensa pernambucana, ao defender o fim da imprensa clandestina. As opiniões daquele jornalista, divulgadas a esmo em suas colunas diárias, trouxe aparentes ressentimentos entre seus colegas de profissão, mas como o Estado Novo apoiava a iniciativa do Secretário da FCP, estabeleceram-se novas regras para aquele tipo publicação de impresso sobre o carnaval.

Dentre as inúmeras orientações dadas pelo Estado aos meios de comunicação impressos, estava a exigência de que o responsável pelo editorial da revista, ou do jornal,

---

<sup>276</sup>Não foram encontradas, durante as pesquisas realizadas, as revistas referidas nas matérias de jornais coletadas. Assim, os indícios apresentados de suas publicações decorrem das inferências feitas do material pesquisado, nos jornais selecionados, para o desenvolvimento deste trabalho.

<sup>277</sup> Jornal Pequeno. Recife, 08 de Fevereiro de 1939. “A Federação Carnavalesca Pernambucana”.

fosse jornalista. Essa obrigatoriedade amainou a crise entre Melo e seus colegas, porque, se antes qualquer pessoa podia criar sua revista de carnaval, sem quaisquer qualificações técnica, de agora em diante, somente, pessoas especializadas poderiam dirigir revistas e jornais, ampliando a legitimidade do profissional do jornalismo.

Para os órgãos repressores do Estado Novo, antes de pretender o reconhecimento daquela categoria profissional, o que estava envolvido, nas novas medidas adotadas pelo poder público, era a maior amplitude de controle que os órgãos repressivos do Estado passariam a ter, uma vez que a vigilância dos veículos de comunicação passaria a ser partilhada em redes constituídas, inclusive, pela Associação de Imprensa e pelos jornalistas responsáveis por cada publicação.<sup>278</sup>

A análise do receio da Federação de que grupos não filiados à ordem pudessem ter suas idéias divulgadas através de revistas de carnaval clandestinas, naquele período, denota a existência de um carnaval paralelo, de uma indústria reprográfica às escuras. Esta foi uma das razões que motivaram avisos como o que se segue:

A Federação tem ciência de que estão sendo impressas clandestinamente revistas e, desde já, em ação conjunta com a Secretaria de Segurança Pública, vai tomar medidas enérgicas, para que não sejam burladas as suas determinações pelas tipografias e oficinas gráficas e autores de revistas, aplicando-se as penas das leis. Torna público que somente estão legais as revistas da Jazz Band, do Sr. Guilherme de Araújo, e a Bessa, do Sr. Oscar Melo.<sup>279</sup>

Nenhuma lógica diferenciada era admitida. Neste sentido, a Federação fazia questão de divulgar os grupos filiados a ela, de modo a tentar fazer de cada popular um fiscal de todos, porque a ameaça de um grupo deslegitimado representava a ameaça a toda estrutura do carnaval e a possível perda do apoio irrestrito do Estado.

Em assim o sendo, o carnaval só acontecia, segundo faziam crer os meios de comunicação, entre os membros filiados à FCP. Fossem revistas de carnaval, fosse o desfile nos dias do carnaval, ou um ensaio, tudo parecia depender da aprovação da FCP.

---

<sup>278</sup> A antiga sede da Associação de Imprensa localizava-se, onde hoje fica o Instituto Histórico e Geográfico. Mário Melo, depois desse episódio deve ter retornado a AIP, fato sobre o qual não encontrei registro nos livros biográficos sobre o jornalista, mas cuja assertiva pode ser verificada, quando da inauguração do seu busto na sede da AIP em 1963, momento no qual o jornalista Paulo Cavalcanti, então vice-presidente da entidade, realiza discurso sobre a vida e obra de Mário Melo naquela Associação. Transcrevo parte deste pronunciamento: “[...] A história da AIP, em 32 anos de lutas e de realizações cada vez maiores em favor da causa da liberdade de imprensa e dos interesses dos jornalistas está ligado, em grande parte, à vida de Mário Melo. Aqui, ele atuou como simples associado ou como membro de uma das várias diretorias, trazendo a sua palavra de experiência e de estímulo ao trabalho diurno em prol das campanhas e das iniciativas da nossa corporação. [...] Para maiores detalhes, vide o livro de Rostand Paraíso listado nesta bibliografia. Deixo aqui registrado a importância de se realizar um trabalho historiográfico sobre a vida de Mário Melo de forma mais comprometida com dados históricos.

<sup>279</sup> Jornal Pequeno. Recife, 08 de Fevereiro de 1939. “Ontem, Hoje e Amanhã”.

### 3.2 Nunca a tristeza irá te encontrar, porque a vida é folia sem fim: Carnavais da escassez.

Comércio, turismo, brincadeira, mas, sobretudo, a política também era vivida durante os dias de Momo, ainda que este não fosse o foco do evento e da maioria dos populares. Nos anos de guerra, a brincadeira momesca associou notadamente os “recentes acontecimentos políticos” do Estado ao evento. Vida e festa se combinaram de forma inequívoca.

Em diversas oportunidades nos anos que se seguiram a 1939, a festa de carnaval foi exaltada por Magalhães, tendo sido o evento momesco considerado pelo Interventor como “alguma coisa de extraordinário e diferente dos outros” eventos sociais promovidos pelo Estado. Para Magalhães a peculiaridade do carnaval estava no fato de a folia trazer às ruas a rotina da população, as ações estatais, a exemplo do que ele dizia ter acontecido com o problema social dos mocambos, que virou letra de música cantada pelas ruelas da cidade do Recife.<sup>280</sup> Na visão de Magalhães:

O carnaval do Recife é alguma coisa de extraordinário ou diferente dos outros. Tem aspectos populares que nos são característicos. Dança-se nas ruas, nos cubes, nas casas particulares, nos automóveis, nos bondes, em toda parte. O frevo é seu estilo. Confunde todas as classes. Contamina as elites. Alegria ou desejo de ser alegre empolga tudo. Dir-se-ia um outro mundo. Não há um conflito, um aborrecimento, uma agressão, uma tapa, um murro. A multidão salta, pula, quebra, faz um passo e canta num só ritmo. Ritmo diabólico das marchas Carnavalescas. [...]. Mas, o carnaval, por isso, é uma festa popular tem os seus motivos. Motivo de crítica, de julgamento, de alegorias, de aplausos e de protesto. O mocambo foi o motivo predominante no carnaval de 1940. Todos os clubes e blocos estigmatizaram o mocambo. Um deles, o Linguarudos, tradicional pela irreverência e mostarda da suas críticas, dividiu as damas de honra em duas alas – uma a das damas vestidas de seda, sapato de cetim e cobertas de jóias, trazendo na cabeça em forma de diadema a casinha popular da Liga Social Contra o Mocambo, e a outra, a das damas vestidas de chita, pés descalços, trazendo na cabeça o mocambo escuro. A marcha derruba mocambo foi a mais freqüente e aplaudida nas ruas como nos clubes. Cai, cai mocambo era o grito que se ouvia de quando em vez. O carnaval foi assim, todo ele adesão rumorosa e festiva a Cruzada Social contra O Mocambo.<sup>281</sup>

O revérbero das ações do Interventor parecia ter encontrado no brinquedo popular a cena para o fortalecimento de sua campanha contra os mocambos em favor de uma “cidade higienizada” e “limpa da perfídia” e “sujeira”. A marcha referida no artigo foi apontada pelo Interventor como prova incontestante do apoio popular às reformas urbanas propostas pelo Estado Novo em Pernambuco.

<sup>280</sup>Folha da Manhã. Recife, 08 de Fevereiro de 1940. “O mocambo no carnaval de 1940”

<sup>281</sup>Ibidem.

Todavia, não há como ter certeza se o carnaval daquele ano processou-se realmente desta forma, porque a população assim o quis, ou, porque o Estado o determinou. Acredito que muitos clubes da cidade reproduziram os valores ideológicos do Estado Novo, nos dias de carnaval, no sentido de ter voltado para si às atenções do poder estatal, como forma de receber mais notoriedade e verbas do Estado.

“Derruba Mocambo” foi para Agamenon o reconhecimento de sua autoridade e do Estado em vigência. A ideologia do Estado Novo estava no que as pessoas vestiam, em como elas se portavam, na forma de dançar e, agora, na boca do povo, mediada por canções fabricadas por artistas locais, conforme se lê abaixo:

Se a água do pote é cachaça  
E Ary sabe fazer graça  
E Milton Malta Maranhão  
Vai deixar a brincadeira  
**Se mocambo é arranha-céu**  
Urubu é gavião  
Folha de louro é parreira  
Cortina de lona é véu  
Carlos Brasil é doutor  
Zé Renato é locutor  
De Antônio Maria<sup>282</sup>

Ora, basta uma leitura atenta das crônicas de Agamenon Magalhães, para tentar entender de que forma ele se apropriou da letra da música de Antônio Maria para usá-la em seu favor. Na letra acima, vê-se que o compositor jogou com as palavras, tentando comparar pessoas e objetos incomparáveis, dando certo tom de ironia ao que está exposto. Água de pote não é cachaça, mas se fosse, Mocambo seria arranha-céu. Caso isso seja verdade, não haveria por que fazer uma campanha para derrubá-los. Todavia, como não o é, é preciso combater sua existência.

Desta forma, o carnaval dirigido dava retornos satisfatórios e esperados pelas ações políticas do Estado. Assim, os vínculos entre a FCP e o governo foram sendo estreitados, a cada ano, sobretudo, porque os trabalhos da FCP davam reforço aos projetos de identidade local, proposto pelo governo estadual, albergado nos parâmetros nacionais.

Paulatinamente, o carnaval foi sendo apropriado pelas elites políticas e forjando seu sucesso como resultado do apoio político local. O auxílio de ordem material e moral eram garantidos pelo governo à FCP, ainda que não passasse de promessas vazias, como forma de obter apoio das camadas populares brincantes. O carnaval tornou-se uma política pública, porque os políticos do Estado pareciam ter entendido as possibilidades que poderiam ser

---

<sup>282</sup>Folha da Manhã. Recife, 24 de Janeiro de 1940. “Motes carnavalescos.”

trabalhadas pelo Estado junto à população com o uso pedagógico da festa de Momo. Defender o carnaval dirigido representou, nos anos de guerra, a defesa do próprio Estado Nacional.

O carnaval, nos anos em que a Federação esteve à frente de sua organização, esteve, à primeira vista, subordinado ao controle do Estado, que incorporou ao evento o ideal de modernização objetivado por Agamenon. Nas ruas estava não somente o mocambo, como falado anteriormente, mas a abertura de avenidas e ruas, o destrato com grupos culturais africanos, sobretudo o maracatu. Tudo isso era resultado do projeto de modernização de Agamenon em que foram selecionados os responsáveis pelo entrave do progresso social:

- 1) as populações pobres, moradoras dos sobrados velhos e freqüentadores dos becos;
- 2) os trabalhadores da economia informal: mascates, vendedores de caranguejos, frutas e ervas medicinais, engraxates e carregadores de pianos;
- 3) os umbandistas, todos identificados como caso da medicina e de polícia;<sup>283</sup>

No caso específico do maracatu, este brinquedo foi uma das vítimas mais perseguidas pela ofensiva do Estado Novo. O projeto político do Estado Novo, executado por seus dirigentes, apropriou-se da prática cultural afro descendente desde o princípio das relações travadas com a FCP. Todavia, o movimento negro daquela vertente teve que passar por adaptações, a fim de poder ser enquadrado no projeto de higienização do Estado.

A lógica do Estado Novo não foi a eliminação do ritmo do maracatu, mas da religiosidade associada a ele. Quando os maracatus negociavam com o Estado, sua notoriedade social era realçada, apesar de ainda serem inferiores em face dos demais grupos carnavalescos. Mesmo assim, não se pode deixar de diferenciar o tratamento dado aos maracatus que negociavam com o Estado Novo, e àqueles que preferiam manter a rigidez de sua cultura e tradição.

Para os primeiros, o reconhecimento e incorporação dos mesmos ao plano de identidade cultural do Estado Novo. Aos demais, o esquecimento e a ausência de investimento público.

Sobre isso lembrou Campineiro, acerca da organização do carnaval pernambucano de 1940, realçando as diferenças de como a manifestação do maracatu ocorria, em anos anteriores, e como era necessária a intervenção do Estado, pela Federação, para compor um quadro favorável ao maracatu:

[...] as exibições dos maracatus estão sendo feitas, presentemente, diferentes dos de outrora. Hoje, as nações de maracatu têm uma exibição fraquíssima. O pessoal do batuque sai descalço, metido apenas em camisas de meia como fantasia. Outrora os

---

<sup>283</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: História Social – USP, 2001. P. 31.

orientais eram organizados a capricho, como maracatus de nações africanas bem organizadas com as representações, lanceiros, rei, rainha, enfim a história africana das próprias nações. A Federação deve intervir nas exibições desses blocos de batuques, a fim de que o carnaval pernambucano não seja diminuído e nem perca seu aspecto característico.<sup>284</sup>

Aparentemente, os grupos de maracatu a que se refere o líder do Prato Misterioso eram aqueles cujos valores não se adaptaram ao novo regime, os quais ficaram de fora da distribuição de verbas da FCP e não tomaram parte no projeto de sociedade higienizada objetivada pelo Estado Novo, de modo a se tornarem elementos excluídos e marginais à ordem.<sup>285</sup>

Isso, contudo, não pode ser afirmado taxativamente, porque em nenhum momento encontramos nos jornais referências ao nome dessas nações de maracatu acima referidas, o que impossibilitou a verificação do confronto entre a lista de grupos filiados à FCP e os excluídos da ordem.

Ao que tudo indica os que não se adaptaram à nova “ordem” passaram a circular pela ilegalidade, realçando o poder do Estado Novo e da FCP em legitimar e deslegitimar determinadas práticas culturais.<sup>286</sup> Contudo, apesar de parecer consolidada a estrutura política da instituição promotora do carnaval, os rumos incertos da política nacional e internacional, decorrentes da guerra, conduziu o Estado a prescindir de uma atuação policial voltada para o bom andamento do evento. O policiamento que, até então, tinha ficado margeado pelos bons resultados obtidos no controle da FCP dos grupos sociais, voltou a ter presença na coação dos abusos e excessos dos populares, durante a década de 40.

Qualquer movimento desrespeitoso à ordem acabava na delegacia. Importa salientar que, dificilmente, se noticiou o insucesso das atividades policiais no período em estudo, porque evidenciar uma fragilidade decorrente de alguma subversão, ainda que ocorresse, representava certa fragilidade da proposta controladora do carnaval pernambucano tentada

---

<sup>284</sup>Folha da Manhã. Recife, 01 de Fevereiro de 1940. “Foi a exposição quem mais contribuiu para o sucesso do carnaval de ruas”.

<sup>285</sup> Euclides Santos Campineiro era presidente do Conselho Administrativo do Clube Carnavalesco Prato Misterioso, que à época tinha sua sede localizada no Bairro de São Jose, na Rua Imperial.

<sup>286</sup>Nada parecia atrapalhar o sucesso do carnaval de 1940, até que em 07 de fevereiro de 1940, quando por volta de 21h30 o bloco Pavão Dourado apresentava-se diante do Pavilhão da Federação, um som estrondoso seguido de gritos e correria marcou com sangue a festa momesca daquele ano. O pavilhão da FCP desabou e, de acordo com o que foi apurado pelas autoridades, o acidente teria decorrido do excessivo número de pessoas sobre o pavilhão, que desabou. Mortos e feridos tiveram seu resgate realizado pelas autoridades locais e por populares que, como voluntários aderiram ao mutirão. No dia 08 de fevereiro daquele ano, o Sr. Raphael Alves, diretor tesoureiro da Federação, deu explicações sobre o ocorrido. De acordo com o que afirmou Alves, o acidente não podia ser visto por decorrência da superlotação do palanque, como alegaram algumas pessoas ligadas ao cenário público da época, mas pela imprudência dos populares que, quando da passagem do Prato Misterioso, acomodaram-se sob o palanque. O intuito de Alves era o de manter imaculada a qualidade dos serviços prestados pela FCP.

pelo Estado Novo. E, como os dias não estavam para fraquezas, foi mais prudente não noticiar as perturbações que possivelmente ocorreram.

Enquanto os esquemas de segurança eram articulados pelo Secretário de Segurança Pública, o Sr. Raphael Alves, tesoureiro da Federação e comerciante retalhista, solicitava a colaboração de seus amigos comerciantes, no intuito de contribuir com somas de dinheiro para a organização do carnaval, sobretudo pelo período de carestia pelo qual passava o Estado.

Eram anos de guerra, e em 1941, a crise econômica estava arraigada por diversos setores sociais. Naquela ocasião, o carnaval pernambucano foi tratado como “tradicionalíssimo” sendo importante a colaboração de todos para sua manutenção. A FCP contabilizou 85 grupos carnavalescos filiados, além dos 15 que estavam regularizando sua situação. Nas previsões mais otimistas de Alves, o carnaval vindouro seria um sucesso, entretanto:

A Federação, antes de tudo, deve angariar o principal: o numerário, a fim de que o carnaval pernambucano exceda em brilho e movimento aos anos anteriores. Há muita animação, muito boa vontade e creio num sucesso invulgar do carnaval pernambucano. Estamos aqui, a espera do Sr. Mário Mello, secretário perpétuo da entidade, para auxiliar na grande empreitada que consiste em buscar auxílio junto aos industriais e as figuras de projeção e possibilidade financeiras que podem auxiliar o nosso desideratum.<sup>287</sup>

As palavras de Alves eram menos informativas do que uma resposta ao pessimismo que circulava na cidade, acerca da possível não realização do carnaval, face à guerra e à crise que assolava o país. O carnaval estava ameaçado de não ir às ruas, mas a folia era apresentada como o espaço no qual tudo se resolveria. O otimismo era importante, e o carnaval era apresentado como o meio de se deixar de lado os problemas mais drásticos da rotina: “temos contra todas as expectativas um grande carnaval, dada a boa vontade do povo em se divertir para esquecer a crise e não se lembrar da guerra que avassala a Europa.”<sup>288</sup>

O argumento mais convincente para a necessidade da realização do folguedo, em 1941, foi a rentabilidade que uma festa como o carnaval trazia para cidade. A perspectiva da movimentação financeira, com o turismo e o aumento das atividades comerciais, produzia uma sensação de bem estar, de deslocamento da realidade, como se não houvesse crise, nem

---

<sup>287</sup> Folha da Manhã. Recife, 22 de Janeiro de 1941. “Perspectivas de um carnaval divertidíssimo”.

<sup>288</sup> Ibidem.

guerra. Guerra essa que, em todos os momentos posteriores a 1940, ameaçou a realização da festa de carnaval.

Os populares, os jornalistas, as pessoas que amavam o carnaval ficavam o ano na espreita da festa do Momo e, quando ela parecia aproximar-se, surgiam comentários sobre a não ocorrência do evento. As desculpas eram variadas e acompanhadas pela tristeza dos populares.

Em 1942, a festa de Carnaval foi cancelada no Rio de Janeiro. Tal fato não podia acontecer em Pernambuco, como alardeavam os defensores do carnaval local. A notícia do cancelamento do carnaval carioca trouxe desalento aos foliões pernambucanos, porque se pensava que, se não fosse haver carnaval na principal cidade do país, talvez, a festa pernambucana seguisse o mesmo destino sob efeito dominó.

Uns telegramas vindos do Rio, e publicados, naturalmente, na melhor das intenções, pelos jornais da terra, trouxeram a notícia de que, por lá, alguém surgiu com a idéia de não haver carnaval, este ano, em virtude disso e daquilo. Ora o pernambucano, depois que descobriu o passo e o frevo, e, principalmente, depois que essas duas características da alma popular do nosso povo se tornara até motivo de turismo e de interesse geral, não pode ouvir sem tristeza uma notícia assim, nas vésperas dos três grandiosos dias que se aproximam.<sup>289</sup>

Entretanto, a não realização do folgado, em Pernambuco, representava, igualmente, prejuízos aos cofres públicos, os quais estavam acostumados com a entrada de ativo decorrente da promoção do carnaval popular. Desta forma, era preferível realizar o carnaval, ainda que muitas fossem as restrições, em vez de deixá-lo passar sem comemoração. Essa conclusão fez com que o carnaval fosse fomentado em todas as esferas, como um meio de abstração da realidade, entretanto, no qual o passo era mero detalhe, diante da expectativa de salvaguardar a riqueza cultural e econômica do Estado. Em assim o sendo, o carnaval não deixou de ir às ruas.

Os ensaios de blocos e clubes, os bailes, os gritos de Momo, as festas todas que aconteceram pela cidade, em 42, eram o movimento preparatório para os grandes dias de Momo. O carnaval não esmoreceu, e isso era apresentado nos jornais como o resultado de um ano de esforços da Federação que trabalhou na arregimentação de recursos, na organização de seus associados, para consecução do sucesso da festa. A Federação dizia-se poder atender não somente às necessidades financeiras de seus associados, mas corresponder a todas as necessidades morais e sociais também. Era uma instituição de “aconselhamento”, de “descarrego das angústias rotineiras”.

---

<sup>289</sup> Folha da Manhã. Recife, 15 de Janeiro de 1942. “Haverá carnaval e animado”.

Mário Melo e seus companheiros faziam de um tudo para elevar a estima dos associados, a fim de criar condutas e práticas que pudessem convidar os comerciantes ao incentivo da festa. Nada podia macular a realização da festa, por isso, quando se aventou o medo da barbárie nos dias de carnaval, a FCP saiu em defesa dos populares, defendendo a ordem e a disciplina não como privilégios dos ricos, mas como algo alcançável por todos.

Desta forma, os menos favorecidos, que compunham a maior parte do contingente de populares das agremiações, não podiam ser considerados arruaceiros pelo simples fato de serem pobres, e a realização do carnaval representou efetividade de seu argumento.

Em torno do dia 20 de Janeiro de 1942, a cidade vivia o espírito da festa carnavalesca. O comércio estava agitado, com pessoas buscando fantasias, lança-perfume e outros artigos carnavalescos. Ao som das marchas pernambucanas, “fabricadas especialmente” para o passo, com algumas marchinhas cariocas de quebra, o carnaval foi se aproximando. A expectativa em torno da festa era grandiloqüente. O Jornal Folha da Manhã realçou que o espírito das pessoas estava pronto para receber o Momo.

Assim, o mesmo Jornal consagrou, em 1942, o sucesso da festa. Segundo as representações elaboradas, inúmeras pessoas, inclusive de outros estados, compareceram à cidade do Recife. Nas ruas, o coração de todos - como a Folha da Manhã salientou - parecia vibrar no mesmo ritmo, quando pelas ruas entoavam-se as principais canções Carnavalescas. O carnaval parecia deixar de ser de Pernambuco e ganhava o Brasil, segundo o que foi representado. O apelo nos últimos dias de carnaval era para que as autoridades tomassem as providências necessárias para garantir o desenvolvimento do empreendimento turístico que tinha em mãos, de forma a manter o sucesso da festa nos anos vindouros:

(...) a partir das primeiras horas da noite, o coração da cidade compreendido naquelas três ruas, enchia-se de gente, sendo grande o número de pessoas que vieram do interior e dos Estados vizinhos, emprestando ao carnaval pernambucano, já agora, uma feição de turismo e de concentração de forasteiros, como a indicar que os poderes competentes devem quanto antes, intensificar esse aspecto da nossa maior e mais popular festa. De um modo ou de outro, a festa tinha que continuar.<sup>290</sup>

Neste sentido, cabe uma reflexão sobre quais os jornais alardearam o sucesso do carnaval em Pernambuco em 1942. Como foi dito em outra oportunidade, os periódicos pesquisados, na maioria das vezes, tornaram-se reprodutores da ideologia e das notícias veiculadas pelo Folha da Manhã, jornal declaradamente favorável à Interventoria. Desta forma, o suposto sucesso que o carnaval de Pernambuco alcançou, durante os anos de guerra,

---

<sup>290</sup> Folha da Manhã. (Título e data da matéria estão ilegíveis no original, apesar de o ano ser, acertadamente, 1942).

acabou sendo divulgado por todos os jornais, uma vez que o dissenso podia ser visto como ameaça a ordem, levando o jornal dissidente a ser “empastelado”.

Com ou sem verba, com ou sem apoio do Estado, com ou sem guerra, o carnaval pernambucano era fortalecido. As restrições econômicas continuadas ameaçavam a organização oficial do evento, mas não o espírito brincante. Mais um ano de guerra era deixado para trás. Todavia, o medo de não haver carnaval retornou no ano seguinte. Se havia uma certeza naqueles de guerra dias era a incerteza de não saber como seria o amanhã.

Em 1943, a tristeza entoou a voz dos populares. Sem curso, sem escape livre, com racionamento de lança-perfume, viveu-se o carnaval do silêncio. Em todos os lugares do país, do Rio a Pernambuco, os repórteres andavam questionando a todos se haveria, ou não, o evento momesco. A festa era ameaçada pelos acontecimentos da guerra tanto que as principais iniciativas para organização do carnaval tardou em tomar as páginas dos principais jornais da cidade do Recife. Se em anos anteriores bastou a virada do ano, para que os principais folhetins da cidade dessem início à publicação de suas colunas carnavalescas, neste ano, a insegurança com relação à situação política do país era tamanha.

Em meados de janeiro, nem todos os clubes, blocos, troças e maracatus filiados à Federação confirmaram sua presença no carnaval de 1943, quando realizada a primeira reunião com a FCP. Para os populares a decisão de tomar parte no préstito não cabia somente à diretoria das agremiações, a qual se encontrava reunida com representantes de peso da Federação: o Srs. Raphael Alves, Mário Melo, João Lemos, Arnaldo Pinto e Alencar Cunha, presidente em exercício. Era preciso ouvir a todos que integravam os grupos de carnaval. A opinião de todos era relevante no intuito de constituir uma convicção sobre a ocorrência ou o cancelamento do evento.

Contudo, apesar de cada grupo realizar assembléias próprias a fim de definir a saída ou não às ruas, a decisão do Estado, dado o momento político vigente, seria definitiva quanto à ocorrência do evento. O carnaval parecia perto do fim, mas a constatação de que a não ocorrência do evento denotava a fragilidade do próprio regime ditatorial, visto ter sido o folguedo, e sua realização de “sucesso”, uma das marcas da ditadura em Pernambuco. Por isso, o cancelamento do carnaval era uma alternativa quase inviável de ocorrer.

Por esta razão, quando os secretários da FCP buscaram o resguardo do Estado para organização do carnaval, o retorno não foi outro, senão o apoio máximo do Estado por Magalhães:

O carnaval no Recife é festa popular. São três dias de folga, de esquecimento, de euforia e expansão. Que mal há nisso? Foi o meu raciocínio, quando o presidente da Federação Carnavalesca veio ao meu gabinete de trabalho saber se havia carnaval este ano. Respondi que havia e que o governo daria o apoio e a subvenção de costume. E a guerra? A guerra é um fato que exige adaptação. A guerra não suprimiu a vida. A vida continua com a guerra. [...]. O povo de Pernambuco não tem medo e tem revelado, em todas as crises da história um grande espírito de disciplina e ordem. O carnaval já é uma predisposição à ordem. Um bom humor predomina em todos os espíritos. Quem sai de casa é para se divertir ou ver os outros se divertirem. O divertimento é também uma forma de disciplina. O carnaval tem sua ordem, a sua música, o seu ritmo. Um povo que se diverte é um povo que tem energias, reservas de tolerância e saúde moral.<sup>291</sup>

Assim, tão logo a FCP tomou a dianteira da organização do carnaval que pretendia que fosse um dos mais felizes carnavais de todos os tempos, o apoio do Estado fez-se presente. O carnaval foi apresentado como a festa da recompensa, para os populares, que amarguravam a carestia vigente durante o ano inteiro em decorrência da guerra.

É a partir deste ano que começam a aparecer os primeiros indícios de um movimento contrário a ordem vigente. A entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, menos por razões ideológicas do que econômicas, e por pressão do povo, fez com que surgisse o questionamento sobre como se poderia apoiar internamente um regime de bases autoritárias e fascistas, se noutra diapasão lutava-se pela liberdade e democracia.<sup>292</sup>

Essa ambigüidade verificada no dissenso da política interna e externa do país fomentou questionamentos, que deram margem à elaboração de movimentos contrários ao Estado Novo e, conseqüentemente, a todos os elementos que reforçavam a sua representação. Assim, o modelo de carnaval do Estado Novo passou a ser contestado abertamente, ao passo que, também o foi a estrutura política do Estado brasileiro.<sup>293</sup>

Nos anos subseqüentes à entrada do Brasil na guerra, o regime ditatorial pareceu sustentado somente pelo argumento de que, diante da guerra, o país não podia ficar sem liderança política. Porém, já se falava sobre a realização de eleições para quando findasse o conflito beligerante. Getúlio já sabia ser a “democracia” um passo inevitável frente às pressões internas dos populares, intelectuais e políticos, e externas dos Estados Unidos da

---

<sup>291</sup> Folha da Manhã. Recife, 06 de Março de 1943. “Carnaval”.

<sup>292</sup> Existe uma pesquisa sendo realizada pela mestrandia Emanuelle Lins de Andrade sobre este assunto. O trabalho da mesma, apesar de não ter sido concluído apresenta resultados elucidativos para aqueles que quiserem dar o primeiro passo no estudo das relações Brasil e Estados Unidos.

<sup>293</sup> Aparentemente, o primeiro movimento político de contestação do Estado Novo em caráter nacional foi o Manifesto dos Mineiros, em 24 de Outubro de 1943. A data escolhida coincidiu com o décimo terceiro aniversário da Revolução 1930. O movimento era formado por advogados, escritores, professores, diretores de bancos e jornalistas, oriundos de famílias oligárquicas destituídas do poder com o Estado Novo e pressupunha a defesa da realização de reformas no setor jurídico, como o retorno do HC e outras garantias. Depois deste, outros grupos se insurgiram, como foi o caso da UNE – União Nacional dos Estudantes – criada em 1937.

América, que se investiu da condição de defensor da democracia para ocultar os reais interesses econômicos tidos por aquele país face ao Brasil.<sup>294</sup>

Diante dessa situação, o Interventor do Estado percebeu que a não realização do carnaval, em 1943, só aceleraria a representação do Estado Novo como modelo de organização política falido.

Mas, apesar do empenho do Estado e da Federação, a contestação política ao modelo de Estado varguista já estava nas ruas, e o carnaval foi só mais uma das brechas encontradas pelos populares para denotarem que a ordem não era tão absoluta quanto pensavam os idealizadores do carnaval dirigido.

Em espaços alternativos, novas propostas de carnaval foram pensadas e colocadas em prática pelos populares. A ida ao comércio dos grupos não filiados à FCP e o conhecimento da instituição acerca da existência desses grupos realçaram a debilidade do sistema de organização do carnaval na cidade, que já não mais podia controlar a tudo e a todos. Os populares recifenses tinham elaborado táticas para fugir do controle do Estado. Entre a legalidade e a ilegalidade começou o declínio da instituição promotora do carnaval pernambucano, acompanhando os últimos passos do Estado Novo.

Mas, se o declínio da Federação estava próximo, os seus dirigentes optaram por fazer carnavais mais vistosos, porque acreditavam no apoio popular ante uma possível perda de apoio político do governo. Para tanto, os filiados à instituição foram convocados para colaborar com o sucesso da festa. A corrida oficial ao comércio, diante da concorrência, foi divulgada com festividade pela organização promotora do carnaval pernambucano. O nome das empresas colaboradoras listadas nos jornais deu visibilidade aos parceiros do carnaval do Estado Novo, sendo um dos meios encontrados para incentivar novas doações para promoção do evento.

Longe de ser um carnaval de fartura, em 1943, as restrições econômicas e políticas do país foram a razão para fazer uma festa mais animada do que as outras. Pelo menos, esta foi a idéia que os jornais da cidade quiseram passar, a exemplo do Diário de Pernambuco e da Folha da Manhã.

---

<sup>294</sup> Para ganhar tempo no poder e tentar administrar o dissenso de sua própria equipe de governo, que não chegava a um consenso, Vargas ainda tomava medidas acautelatórias, demitindo elementos considerados de extrema direita de sua equipe governista, como Francisco Campos, Ministro da Justiça e autor da constituição de 1937, e Filinto Muller, chefe de polícia do DF. Tal fato não evitou que Vargas fosse compelido a estabelecer a data de 02 de dezembro de 1945, para eleição de um novo presidente e de uma Assembléia Constituinte. O dia 06 de maio de 1946 foi a data escolhida para realização de pleitos estaduais.

Sobre este momento, é bom observar que a ausência das atas das reuniões da FCP não nos permitiu identificar se o carnaval de rua apresentado nos periódicos pesquisados, como sendo a razão do sucesso do Tríduo Momesco em 1943, foi promovido pela própria instituição ou por grupos de carnaval independentes e descredenciados do órgão.

A vitória da alegria sobre a tristeza era apresentada como acertada pelos meios de comunicação pesquisados. O carnaval recifense aparentemente vencia a batalha, mais uma vez, levando consigo o Estado Novo. As armas eram as mesmas de todos os anos: a alegria popular e o controle declarado do Estado sobre o brinquedo, ainda que falho.

Em poucas palavras, o ano de 1943, que começou sob os auspícios da carestia, não desanimou os foliões, os quais gastaram suas economias o quanto puderam. Os lança-perfumes, cujos preços praticados foram exorbitantes, esgotaram-se; os ingressos dos carnavais internos, aqueles realizados nos clubes da cidade, tiveram sucesso esperado pelos dirigentes do Estado Novo. Era a vitória do carnaval sobre a guerra, da “ditadura sobre a democracia”. O sucesso deste carnaval foi apropriado pelo Estado e veiculado como o sucesso do próprio grupo político liderado por Vargas:

Excedeu a expectativa o brilhantismo com que decorreram os festejos carnavalescos na capital e no interior, tendo se verificado grande animação em todos os clubes, blocos, maracatus e caboclinhos que participaram do tríduo momesco. Todos os conjuntos apresentaram-se na melhor ordem, sendo alvo de grandes aplausos da população. Igualmente, o frevo nas ruas e praças onde os foliões se reuniam para fazer o passo não foi menor fazendo vibrar o entusiasmo do povo nos três dias de folia. Por seu turno, os bailes realizados nas inúmeras sociedades Carnavalescas e esportivas constituíram outro setor carnavalescos não menos interessante. Embora, este gênero de carnaval, isto é o chamado carnaval interno sempre tenha sido praticado entre nós, este ano, porém, o número de bailes levados a efeito elevou-se a centenas [...]. Os preços exorbitantes de 100 e 120 cruzeiros por quanto foram vendidos os lança-perfume não foram suficientes para diminuir o entusiasmo do povo pelo carnaval. Os cordões carnavalescos, por sua vez, exibiram-se, com sucesso, acompanhados por verdadeiras multidões de simpatizantes, recebendo grandes aplausos em seu trajeto pelas ruas da cidade e dos subúrbios.<sup>295</sup>

Todavia, persistiu, em mim, a dúvida acerca da natureza das agremiações Carnavalescas que participaram do evento naquele ano - questionamento já comentado acima - mas que foi se corroborando com outras leituras. Não pude precisar se os grupos de carnaval que foram às ruas eram grupos filiados à FCP, ou se eram associações descredenciadas daquela entidade, contestando o carnaval dirigido. Restou-me, neste caso, admitir a limitação das minhas fontes, e da minha atividade profissional, quando a dúvida é também indício de uma possível aproximação da realidade. No meu entender, o carnaval oficial não foi o sucesso

---

<sup>295</sup> Folha da Manhã. Recife, 10 de Março de 1943. “Decorreram com o máximo de brilhantismo as festas Carnavalescas deste ano”.

absoluto alardeado pelos jornais pesquisados – Diário de Pernambuco e Folha da Manhã. Deve ter havido a participação de grupos desfilados, que fizeram o carnaval, mais como protesto do que em apoio ao carnaval da FCP do que como forma de protesto.

Aliás, ao falar do sucesso da festa de carnaval, durante todos os anos do Estado Novo, precisa-se ter em mente que os jornais do período eram partidários do governo, apesar da existência de jornalistas dissidentes, como dissemos. Assim, é importante sempre questionarmos a que tipo de sucesso referia-se aos folhetins. Provavelmente, o indicativo de sucesso, representando nos jornais, não tinha o mesmo sentido para os populares, que iam às ruas. Afinal, os objetivos do Estado Novo ao promover o carnaval de rua eram diferentes do sentido que o evento tinha para os grupos populares. Provavelmente, o sucesso do carnaval de 1943, para o Estado Novo estava associado ao exercício do controle, e foi este sucesso que restou representado nos jornais pesquisados. Todavia, ainda assim, não acredito que o sucesso divulgado pelos periódicos, acima destacados, tenha sido absoluto para o Estado Novo, uma vez que os grupos dissidentes já estavam nas ruas.

Outra questão pertinente, que permite contestar o sucesso “absoluto” do carnaval higienizado de 1943, para o Estado Novo, esteve associada à verificação da insatisfação de alguns grupos populares sobre a proibição do corso, em virtude da carência de combustível, razão que foi aproveitada pela Federação para declarar a necessidade de dar o golpe de misericórdia ao mesmo, mas que provou reações dos populares, que, anteriormente, não apareciam nos jornais.

A vedação ao corso seguiu nos anos seguintes com maior fiscalização. A Federação usou a carestia como argumento em favor da sua ideologia de carnaval “puro”, a fim de eliminar a prática popular importada do carnaval carioca.

Assim, não sou partidário da opinião de que o carnaval de 1943 tenha sido um sucesso, sequer para o Estado. Acredito, depois das pesquisas realizadas, que muito do foi dito e representado nos periódicos do Recife, naquele ano, foi uma tentativa de criar práticas que sustentassem o modelo ideológico do Estado Novo.

Por outro lado, é inegável que, por mais um ano, foi o carnaval do Estado Novo o encenado oficialmente pelas ruas da cidade, restando contestá-lo nos cochilos do poder, enquanto não chegava um governo democrático e livre das “mazelas” da guerra.

### **3.3 Eu acho é pouco, eu quero é mais - os carnavais sem guerra**

Para o Jornal Folha da Manhã, as atividades de organização do carnaval eram distintas das atividades que antecediavam outras festividades do calendário cívico nacional, porque nesta havia uma aparente coordenação conjunta de todos, para que os dias de divertimento atingissem o sucesso esperado pelos líderes políticos do Estado Novo.

Do nada, ruas pacatas se transformavam: bandeiras, iluminações especiais, todos saíam de suas casas, fossem elas grandes ou pequenas, e contribuía com o que tinham para a animação do evento. Eram os dias anteriores à festa que animavam a população. A ansiedade pelos dias vindouros provocava sensações diversas.

Nos primeiros dias de 1945, a guerra parecia ser o menor dos problemas para a promoção do carnaval. Os boatos de que não haveria carnaval parecem ter sido amainados pela representação construída, pelos jornais, de que a Federação trabalhava com afinco para promoção do evento.

Aparentemente, a espera pelo fim da guerra e a conseqüente perda de espaço do Estado Novo na sociedade alicerçaram modificações, cujos desdobramentos puderam ser percebidos na instituição oficial do carnaval. Se antes a guerra era a razão do desânimo dos populares, o presságio do fim do conflito bélico incitou os foliões ao “brinquedo”. Grande parcela da população estava desejosa de que o carnaval fosse vivido dentro do clima proposto pelo possível fim da guerra, qual seja o clima de liberdade.

Desde o começo do ano de 1945, a FCP convocou clubes, blocos, troças e maracatus, a fim de comparecerem à sua sede social, para começarem a pensar no carnaval vindouro, “o carnaval da vitória e da paz”. Já nos primeiros dias de 45, a instituição deu como certa a participação no carnaval recifense de oito clubes, doze blocos, vinte e seis troças, dez maracatus, havendo mais 10 agremiações em processo de filiação. No total, havia setenta agremiações filiadas, o que representou, para alguns, o notório sucesso do modelo de carnaval dirigido, através do qual a festa, aparentemente controlada, resistiu a mais um ano de crises, sendo a FCP a responsável, conjuntamente com o Estado, por sua realização.

Assim, a Federação perfilhou-se à prática discursiva de que suas atividades eram imprescindíveis ao sucesso do carnaval recifense. Neste caso, os jornais pesquisados não faziam, nem podiam fazer, a distinção se o referido sucesso era o exercício do controle sobre os grupos populares, ou, a realização de uma festa animada.

O sucesso propugnado, pelos jornais, parecem querer dar a idéia de que, apesar das incertezas políticas internacionais, a Federação estava em atividade, ainda que o regime de

governo fosse modificado. E a mudança da organização política do Estado brasileiro não tardou de acontecer.

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto antes das eleições marcadas para Dezembro daquele ano, talvez porque os grupos conservadores temiam que Vargas estivesse somente tentando ganhar tempo para continuar no poder.

“Para Vargas a questão essencial seria a de conservar o poder para presidir o processo do restabelecimento democrático. Para UDN, [...] tratava-se de encurtar como fosse possível o caminho para a chegada ao poder (todo o poder ao judiciário, ou seja, a derrubada de Vargas).”<sup>296</sup>

A antecipada saída de Vargas do poder colocou o país sob a direção do Poder Judiciário na pessoa de José Linhares. Esse agente da justiça ficou incumbido de tomar as providências necessárias para que o pleito eleitoral fosse realizado dentro dos ditames da democracia.<sup>297</sup> Três candidatos fizeram campanha de mais notoriedade pelo cargo: pelo PSD<sup>298</sup>, com o apoio de Vargas, lançou-se candidato o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra com apoio do PTB; pelo PCB<sup>299</sup> saiu candidato Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis; e pela UDN, foi candidato ao cargo de Presidente da República o Brigadeiro Eduardo Gomes, para quem a crise que existia no Brasil era resultado de um regime em decomposição, que persistia em deter o processo do seu próprio fim.

Nas pesquisas de véspera da eleição, o Brigadeiro Eduardo Gomes tinha a maioria aparente dos votos, contudo o apoio de Vargas a Eurico Gaspar Dutra virou o jogo e fez com que Dutra vencesse a disputa com 55% dos votos contra 35% do adversário.<sup>300</sup>

O mote da campanha da UDN, “União Nacional sem Getúlio” perdeu para o slogan do PSD, “União Nacional com Getúlio”. A votação mostrou “claramente” como a máquina política montada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar a ditadura, podia também ser

---

<sup>296</sup>WEFFORT, F. **Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964**, trabalho mimeografado.

<sup>297</sup> Com a abertura do regime ditatorial foram criadas três estruturas partidárias, além do retorno à legalidade do PCB, para a disputa do pleito: UDN – União Democrática Nacional, reunindo os opositores ao Estado Novo, alguns comunistas, socialistas democráticos e parcela dos grupos oligárquicos; PSD – Partido Social Democrático – surgido no seio dos Interventores do Estado e do próprio trabalho de Vargas; PTB – Partido Trabalhista brasileiro.

<sup>298</sup> Agamenon Magalhães era ligado ao PSD.

<sup>299</sup> Um fato surpreendente deste período de transição para democracia foi o apoio comunista do PCB a Getúlio Vargas, isto sob orientação vinda de Moscou de que os comunistas deviam apoiar qualquer manifestação política que fosse contrária ao fascismo. Como Vargas entrou em guerra contra os países do Eixo, o PCB não viu outra opção senão apoiar o regime varguista no Brasil, sob a pessoa de Luis Carlos Prestes, anistiado em Abril de 1945, ano em que também voltou a legalidade o PCB.

<sup>300</sup> ANDRADE, Manuel Correia. **Pernambuco Imortal – Evolução histórica e social de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1997

muito eficiente para captar votos, sob o regime democrático. Esse fato foi indicativo de que, para uma considerável parcela do eleitorado, importavam mais as relações pessoais clientelistas do que a opção entre partidários do Estado Novo e liberais.<sup>301</sup>

Com o fim do Estado Novo, as propostas de democratização vieram de todos os lados. Em meio à contenda, uma certeza: quase todos queriam a democracia. Não uma democracia qualquer, não o retorno ao modelo democrático das oligarquias anteriores a 1930, mas um novo regime democrático, respaldado na legalidade de um texto constitucional.<sup>302</sup>

O Estado Novo chegou ao fim no âmbito nacional e levou consigo os Interventores do Estado, dentre eles Agamenon Magalhães que, como Vargas, ainda voltou ao poder anos mais tarde, conduzido pelas urnas.

Com a queda de Vargas, o primeiro Interventor foi José Neves, como presidente do Tribunal de Justiça do Estado, com grande prestígio e conhecido por sua honradez e bom senso; em seguida, após as eleições, ele foi substituído por José Domingues, homem experiente, e familiarizado com o manejo da coisa pública. Entre seus auxiliares diretos sobressaíram-se três nomes: Pelópidas Silveira, como prefeito do Recife, Ageu Magalhães, como secretário de saúde, e Maurício Coutinho, como secretário de viação e obras públicas. Os três desenvolveram uma atividade muito dinâmica, embora contrariando interesses constituídos, o que levou os meios conservadores a fazerem uma grande campanha contra os mesmos, conseguindo afastá-los dos cargos. A partir daí, Pelópidas Silveira, que iniciara a abertura da Avenida Conde da Boa Vista, tornou-se uma lenda política no Recife, elegeu-se prefeito duas vezes e vice-governador na chapa encabeçada por Cid Sampaio, em 1958. [...]. Foi curto o governo de José Domingues, substituído durante a fase de maior influência dos udenistas pelo general Demerval Peixoto [...].<sup>303</sup>

O General Demerval Peixoto assumiu a direção política de Pernambuco, como Interventor, por indicação do presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Sua inclinação ideológica era, a princípio, “pessedista”; mas, com o tempo, o General passou a ter certa simpatia pela visão política do grupo “udenista”. Tal modificação de postura do Interventor entrou em contradição com o que parecia poder ser esperado pela população acerca do projeto político daquele, quando de sua indicação ao cargo. O que antes, aos correligionários do PSD, pareceu ser uma escolha adequada ao continuísmo da política Nacional, mostrou, na prática, os contra-sensos da escolha de Gaspar Dutra.

---

<sup>301</sup>Cumpre destacar que a oposição dos Estados Unidos ao Estado Novo decorreu principalmente do medo que tinham os americanos de que a política nacionalista de Vargas viesse a entrar o desenvolvimento do capitalismo norte-americano em território brasileiro.

<sup>302</sup>Neste novo texto constitucional prevaleceu um sentido conservador, mas não se pode desmerecer algumas mudanças e importantes continuidades: manutenção do regime republicano, federativo, presidencial; voto secreto e universal para os maiores de 18 anos alfabetizados, e que não fossem soldados ou cabos; divisão dos poderes em três e direito de livre pensamento e opinião, sendo este o direito que maior repercussão teve para o desenvolvimento de uma opinião pública aparentemente livre.

<sup>303</sup>ANDRADE, Manuel Correia. **Pernambuco Imortal – Evolução histórica e social de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1997. PP. 371-372.

Neste contexto, Mário Melo viu-se surpreendido pela modificação da postura política do Interventor. Aquele intelectual que, a princípio, foi favorável à indicação do General ao governo, porque cria ser ele um continuísta da política Estadonovista, vislumbrou de perto a desarticulação das bases do regime do Estado Novo, o que foi um golpe para o desejo de manutenção do modelo de carnaval adotado pela FCP.

A decepção do Secretário da Federação com as ações políticas do Interventor foi abertamente divulgada nos jornais da época:

Lembro-me de que v. excia. ao assumir o cargo de Interventor federal em Pernambuco, dissera – com outras expressões – que se considerava um leigo em matéria de administração civil, demonstrando, ainda, não ter vaidade de querer tornar-se um mentor político no grande Estado do Norte. Com franqueza, fiquei neste momento admirando v. excia, pois, as suas palavras traduziam a maneira superior de como se conduziria no cargo que lhe era confiado pelo eminente e exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, ex-ministro de guerra do grande Dorneles Vargas. Entretanto, excelência, trabalho de catimbó, magia negra, praga no bater das 12 horas, oração da cabra cega ou olhado de senhora grávida – fez com que v. excia, da noite para o dia, mudasse de rumo, de pensamento e se constituísse um dos mais ardorosos defensores da UDN e do Calabrismo, chegando ao nível das maiores incoerências, negando pão e água ao pessoal do PSD – e presidindo reuniões de inimigos declarados do valoroso dirigente do país, isto é, do insigne general Eurico Gaspar Dutra [...].<sup>304</sup>

Neste cenário, o carnaval de Pernambuco e a FCP, que antes contava com todo o apoio do Estado, precisou reorganizar-se. A Federação estava ciente de que, com o fim do Estado Novo, a instituição precisava tornar-se autônoma na aprovação popular, tentando desvincular-se ao máximo da imagem do modelo político anterior. Para tanto, a Federação divulgou representações, que tentavam associar a instituição aos novos parâmetros de organização política, qual seja – o regime democrático.

Nos primeiros carnavais, depois de 1945, a festa foi divulgada como o momento de consagrar a alegria do povo em razão do fim da ditadura e da guerra, sendo o frevo o grande indicado, pelos jornais, para fazer vivo na população o sentimento de alegria:

A nossa música popular, a música característica do nosso Estado provoca o grande espetáculo dos três dias consagrados a Momo, tem grande responsabilidade este ano. Ao frevo, caberá a tarefa de animar o carnaval da vitória, o primeiro carnaval de paz a que vamos assistir depois de 1939. E, como se reconhecendo essa situação, os compositores apresentaram aos foliões do Recife, músicas que, por certo, corresponderam plenamente à expectativa do povo pernambucano.<sup>305</sup>

---

<sup>304</sup> Folha da Manhã. Recife, 14 de Janeiro de 1947. “Ao Sr. Interventor Federal”.

<sup>305</sup> Folha da Manhã. Recife, 15 de Fevereiro de 1946. “Azeite nas canelas, negra, que o carnaval de 1946 vai abafar”.

Ao passo que se festejou nas ruas o novo momento político do país, a FCP deu sinais de fragilidade, já que o novo Interventor assumiu uma postura em favor da abertura democrática, diferentemente do que se esperou dele, como vimos, passando a ser um crítico dos elementos associados ao Estado Novo. Assim, o governo do Estado começou uma campanha, inicialmente silenciosa, contra a promoção do carnaval oficial.

Por outro lado, a ausência de apoio do governo deu forças para que a FCP lutasse pela sua legitimidade na sociedade, defendendo a realização dos trabalhos pela cultura pernambucana em todos os momentos em que esteve em evidência: “Há os que dizem mal da Federação Carnavalesca. Os que dizem não a compreendem, porque os verdadeiros carnavalescos pressagiam que no dia em que ela desaparecer, com ela morrerá a fama do carnaval pernambucano. A Federação é uma espécie de traço de união entre o governo e o povo”.<sup>306</sup>

Nos jornais, nas revistas Carnavalescas e nas rádios, a manutenção da festa dirigida de carnaval foi defendida pelos correligionários da Federação. O argumento era o de que a Federação era a responsável pelo espírito democrático do carnaval.<sup>307</sup>

Todavia, não foi só o Estado que colaborou para o deslinde da crise que assolou a Federação anos mais tarde. Muitos foliões não estavam mais dispostos a ganhar as ruas sob o engessamento das propostas de carnaval dirigido da Federação. Assim, em 1946, o ressentimento de Melo divulgado nos folhetins da cidade, para com aqueles contrários ao carnaval dirigido, foi confrontado pelo anseio popular de querer brincar nas ruas sem as restrições feitas pelo governo durante os anos de carestia.

Entre os ditames cerceadores da Federação e a liberalização das proibições, o carnaval de 1946 restabeleceu antigas práticas. Desfile de corso, uso de máscaras pelas ruas, utilização de pós e líquidos nas brincadeiras de mela-mela, representaram a reintrodução, no carnaval pernambucano, dos aspectos “selvagens” contra os quais lutou a Federação nos anos em que esteve à frente do carnaval.

Não quero com isso ser correligionário das representações feitas pelos jornais pesquisados, e pela própria Federação, de que os elementos, supracitados, desapareceram das práticas de carnaval dos populares, nos anos do Estado Novo, uma vez que não acredito na sua supressão absoluta. Entretanto, o combate oficial a esses elementos não foi feito, pelo menos em 1946, com a mesma força legal que ocorreu nos anos do Estado Novo.

---

<sup>306</sup> Folha da Manhã. Recife, 20 de Fevereiro de 1946. “Ontem, Hoje e Amanhã.”

<sup>307</sup> Ibidem.

Naquele momento, brincar o carnaval com o que tinha sido proibido pela Federação foi uma das táticas dos grupos populares para contestar os limites das proibições anteriormente impostas pelas autoridades locais. Menos do que brincadeira, as práticas de carnaval, em 1946, assumiram uma conotação política e ideológica que deve ter feito do carnaval uma festa de consolidação da cidadania dos grupos populares que, durante anos, estiveram sujeitos a tentativas de controle do Estado Novo.

Não obstante a isso, não se pode afirmar que existiu a elaboração de um novo modelo de carnaval associado à “liberdade”, nem que esse, se tiver sido metodicamente elaborado, tenha sido organizado somente por grupos dissidentes à Federação.

O que pude identificar, pela leitura das fontes, é que o primeiro carnaval, após, a abertura do regime político, foi amparado pelo desejo de liberdade dos grupos populares. Não existem, nas fontes, muitos indicativos da atividade da FCP em organizá-lo. Acredito que a própria instituição, bem como os populares, não sabia ao certo como os carnavais poderiam ocorrer sem a regulação constante do Estado.

Dessa forma, a pertinente pergunta sobre quem organizou o “carnaval da liberdade” ficou difícil de ser respondida. Pelos indícios e apontamentos das notícias dos jornais, Diário de Pernambuco, Folha da Manhã e Jornal Pequeno, não me parecem que existiam grupos organizados para promoção de um carnaval alternativo ao modelo do dirigismo da FCP.

Todavia, nem o corso, nem o povo nas ruas, nem as máscaras foram fatores suficientes para o sucesso da festa. Diante disso, consternação! Foi esse o sentimento que dominou grande parte das representações feitas nos periódicos sobre os foliões que assaltaram as ruas nos dias de Momo. O carnaval da vitória deu espaço para a tristeza dos foliões.

Terminou o carnaval da vitória. E o fato é que os folguedos de Momo ansiosamente esperados pela população não atingiram o brilhantismo e a animação dos anos anteriores. Não esteve o nosso carnaval à altura das tradições pernambucanas que foram mantidas mesmo durante os anos apertados da guerra.<sup>308</sup>

De acordo com os adeptos do modelo de carnaval dirigido, o que se viu nas ruas foi o reflexo da burocratização do carnaval, da disputa por espaço político. Diversos fatores foram indicativos do insucesso da festa, a começar pelo exorbitante preço dos artigos carnavalescos, reclamados com habitualidade aos jornais pelos populares; outra razão foi o número escasso de alto-falantes associado à redução do número de orquestras, em virtude do preço cobrado pelos direitos autorais dos compositores, o que impossibilitou muitos músicos de tomarem as

---

<sup>308</sup> Folha da Manhã. Recife, 06 de Março de 1946. “Carnaval de Pernambuco”.

ruas para tocar o ritmo da alegria. Destarte, muitas foram as reclamações registradas sobre a carência de animação do carnaval de Pernambuco:

Se não estão mortos, os cordões carnavalescos estão moribundos. Clubes, blocos, troças, caboclinhos e maracatus se exibiram em numero reduzido e com fantasias chinfrins. A falta desses conjuntos é um golpe de morte no chamado carnaval de rua. Os poucos clubes que passavam pelas nossas principais artérias iam a tarol, por longo percurso, até atingirem o Palanque da Federação, na praça da independência. Ali, somente é que tocavam uma marcha e logo se desviavam, novamente, a tarol, para os subúrbios. Houve até a impressão de que os músicos é que manobravam a diretoria dos clubes determinando onde e quando deveriam executar o frevo.<sup>309</sup>

Era o fim do carnaval? Não! Era o fim da proposta do Estado Novo para o brinquedo, que ameaçada, deixou a população sem saber como brincar, de tão acostumada que estava com a coordenação suprema da FCP.

Em contrapartida ao insucesso do carnaval de rua, cuja participação dos grupos foi reduzida, o carnaval dos clubes foi um enorme sucesso.<sup>310</sup> Nos subúrbios e nos grandes clubes da cidade, ingressos foram “rapidamente” esgotados, tanto que se disse: “O carnaval animado e brilhante refugiou-se nos bailes promovidos pelos clubes elegantes ou pelas agremiações esportivo-diversionais”.<sup>311</sup> O sucesso do carnaval dos clubes ante o carnaval de rua denotou mais uma queda dos pilares do carnaval da FCP.

A falta da arregimentação institucional da FCP, em 1946, e a ausência de modelos alternativos de carnaval, fizeram alguns populares requererem que a instituição continuasse promovendo o carnaval. Aparentemente, deixou de importar se a democracia daquele período não estava coadunada com o caráter ideológico, que apoiou a instituição e seus membros no curso de sua história, porque o que importava era a continuidade do carnaval em Pernambuco.

Como outra proposta de brinquedo, adequada à nova realidade política ainda não se delineava com clareza, foi ressaltada a necessidade de a FCP voltar a intervir no carnaval com o mesmo ânimo de antes do fim do Estado Novo: “A Federação Carnavalesca está na obrigação de tomar providências para a realização dos concursos de marchas, de orquestras, de fantasias, de passo e outros que dêem nova vida ao carnaval pernambucano.”<sup>312</sup>

<sup>309</sup>Folha da Manhã. Recife, 06 de Março de 1946. “Moribundos os cordões carnavalescos.”

<sup>310</sup> Apenas desfilaram nos dias de carnaval neste ano: Clubes: Vassourinhas, Lenhadores, Toureiros, Ferreiros da Boa Vista, Pão da Tarde, Prato Misterioso, Aviadores do Peres, e Bola de Ouro; Blocos: Batutas de São José Bebés, Alegria de Santo Amaro, Universos em Folia, Lira da Noite, Lira do Horizonte, Inocentes do Rosarinho, Madeiras do Rosarinho, Banhistas do Pina, e Rebeldes Imperial; Troças: Batutas do Tacaruna, Come o que Achar em Folia, Sétima Hora, Abanadores do Arruda, Batutas de Água Fria, Lavadeiras em Folia, Gigante do Samba, A hora é essa, Rei dos Ursos, Cachorro do Homem Miúdo, Linha Azul em Folia e Quatro Foliões; maracatus: Porto Rico, Elefante, Caboclinhos, Canidés, Água de Ouro, Estrela brilhante, Leão Coroado, e Leão da Aldeia

<sup>311</sup> Folha da Manhã. Recife, 06 de Março de 1946. “Só Escaparam os Bailes”.

<sup>312</sup> Folha da Manhã. Recife, 06 de Março de 1946. “Moribundos os cordões carnavalescos.”

Ao clamor de muitos dos populares, a Federação se dispôs em responder com carnaval. Contudo, a pretensão da instituição, em 1947, de dar ao povo a recompensa pela parca alegria do carnaval pernambucano, encontrou entraves na própria crise da entidade.

Se a população, aparentemente, entendeu a necessidade da Federação, pelo insucesso do carnaval precedente, as autoridades e intelectuais defendiam o fim da mesma. O governo estava contra os foliões? Antes, uma entidade subvencionada pelo Estado, agora, questionada pelo poder instituído.

Em consequência do golpe de 29 de Outubro, o desembargador José Neves assumiu o governo nos primeiros dias de Novembro. O Brasil mudara de política. Os carnavalescos nos procuravam para saber se haveria ou não carnaval, se podiam ou não contar com o auxílio. Dissemo-lhes que aguardassem alguns dias, até que pudéssemos ouvir a palavra do novo governo. Sabem todos que o desembargador José Neves é – posso atestá-lo porque fomos colegas de faculdade – surumbático, retraído, digamos melhor, esquisitão. Logo no primeiro encontro, procurado pelos diretores da Federação, respondeu clara e positivamente que o povo tinha o direito de distrair-se e podíamos contar com o auxílio do governo. [...]. Ao contrário dele o atual Interventor (Demerval Peixoto – inclusão nossa) demorou três meses para decidir definitivamente e, quando decidiu, foi negando o auxílio (Diário Oficial de 7.11.1946 pág. 4582). [...]. Pela entrevista dada aos jornais e ontem posta em divulgação, o general pedirá demissão no dia 20 corrente. O carnaval será em Fevereiro. É pena que não esteja aqui para ver o resultado do seu ato, negando em tempo auxílio para o carnaval, auxílio que, aliás, seria pago por seu sucessor.<sup>313</sup>

A justificativa do Interventor Federal era a indisponibilidade dos recursos; contudo quando o Secretário da Fazenda foi procurado pelos integrantes de agremiações filiadas à instituição, a fim de que houvesse notícia da possível crise que assolou as finanças do Estado, o Secretário foi categórico em dizer não se passar de um boato. A situação dos cofres públicos estava ótima! O não financiamento do carnaval era menos decorrência de uma crise do que um boicote ao programa político de carnaval, que era mais partidária do que se diziam os promotores do carnaval dirigido.

Tal fato foi corroborado quando o major Umberto apresentou um relatório realizado pelo serviço de censura sobre a FCP, em que se noticiava que as últimas reuniões da instituição estavam revestidas de um grande caráter político-partidário, sendo em consequência disto abertas investigações. Era o que precisava o Interventor, para promover a cassação definitiva e oficial da FCP. Diante disso, o Interventor resolveu:

- a) abrir inquérito a fim de que fossem apuradas as denúncias;
- b) suspender até o término do inquérito as prerrogativas de utilidade pública de que gozava a federação, aliás, conferidas pela câmara dos deputados estaduais em 1934.
- c) organizar um carnavalzinho oficial, com a constituição de uma comissão organizadora dos festejos, composta de um representante do município de Olinda;

---

<sup>313</sup> Folha da Manhã. Recife, 11 de Janeiro de 1947. “Ontem, hoje e amanhã”.

um representante do município de Jaboatão; um membro policial do serviço de censura, pela secretaria de segurança; um membro da diretoria de documentação e cultura, pelo município do Recife e um membro de ligação entre comissão e governo.<sup>314</sup>

Sem a prerrogativa de “utilidade pública”, o carnaval da Federação foi afetado pela falta de investimento financeiro do Estado. O auxílio não foi totalmente cortado, mas os recursos prometidos à FCP, para ser distribuído entre os membros da instituição, era irrisório para as despesas apresentadas pela demanda dos grupos de carnaval, tendo como referência anos anteriores. O auxílio do novo governo caiu de 50 mil cruzeiros para 8 mil cruzeiros, os quais foram recolhidos das barracas de prendas, os que, considerando os 92 filiados, deu em média 87 cruzeiros para cada filiado. Esse valor era insuficiente e, isso era quase consenso entre os filiados da FCP:

Ora, um clube chega a gastar somente na fantasia de uma das figuras do seu cordão, por vezes, mais de cinco mil cruzeiros. Como iria enfrentar o batente este ano quando as coisas estão ainda mais caras do que no ano passado? A alegação de que o Estado não tem dinheiro não procede, desde que a todas as referências sobre a situação deficitária e de crise das nossas finanças, o Secretário da fazenda alega que tudo é boato, que a situação é ótima etc. e tal. Logo, o que houve, na realidade, foi um menosprezo do governo à tradicional diversão do povo pernambucano, ao carnaval do frevo, tão saboroso, tão conhecido no Brasil inteiro. E a atitude da Federação recusando a oferta do governo não implicou em hostilidade alguma.<sup>315</sup>

De acordo com a Folha da Manhã, a postura do poder público não gerou prejuízo só para os promotores do carnaval dirigido, mas para o próprio desenvolvimento econômico do Estado - que já contava com o fluxo turístico para o desenvolvimento do comércio local. “[...] Até mesmo os pequenos jornaleiros, que vendiam, todos os anos, artigos carnavalescos em barracas improvisadas, foram prejudicados com a resolução do governo de não subvencionar a FCP, que não pôde, assim, realizar o carnaval de rua.”<sup>316</sup>

A ausência de subvenção ao carnaval, pelo Estado, deixou os ânimos inquietos entre os amantes do carnaval. Quando Mário Melo e João Lemos, presidente da Federação em exercício, foram questionados sobre a cassação do título de utilidade pública e conseqüente redução de verbas públicas, Melo disse acreditar na impossibilidade de tal feito. Para Melo,

---

<sup>314</sup> Folha da Manhã. Recife, 08 de Janeiro de 1947. “Falam a Folha da Manhã os próceres, Srs. João Lemos e Mário Melo.”

<sup>315</sup> Folha da Manhã. Recife, 08 de Janeiro de 1947. “Está sendo desprestigiada à Federação Carnavalesca [...] O parco auxílio do Estado”.

<sup>316</sup> Folha da Manhã. Recife, 07 de Janeiro de 1947. “O governo contra os foliões”.

que buscava respaldar-se na legalidade de um texto constitucional, era um contra-senso do governo suprimir tal lei que editada durante um regime constitucional.<sup>317</sup>

Na mesma linha de Melo, João Lemos, presidente em exercício da FCP, ao comentar sobre a questão, disse que era impraticável, no regime constitucional, a deliberação tomada na reunião do secretariado de suspender uma lei redigida durante o período democrático dentro de toda legalidade. A FCP não somente deixou de ser a entidade a intermediar a relação entre a SSP e as agremiações, como perdeu o caráter de órgão consultivo do governo. Novamente, passou a ser o Estado, através da SSP, a organizar as entidades desejosas de brincar o carnaval.

A possibilidade do fim da instituição, ameaçada pela nova conjuntura política, revoltou, sobretudo, os que a tinham ajudado a fundar a FCP. Como forma de protesto frente ao Estado, a Federação recusou o “parco” auxílio dos poderes públicos em 1947. Essa atitude foi apoiada por parte das agremiações filiadas. À recusa da Federação do apoio do governo, seguiu-se a indignação dos grupos carnavalescos filiados à entidade. Era o começo do confronto direto entre duas propostas políticas divergentes, em que a FCP teve do seu lado a maioria das agremiações carnavalescas filiadas a ela, menos por imposição do que por reconhecimento do seu trabalho.<sup>318</sup>

A denegatória do recebimento dos recursos oficiais realçou o aspecto político, que estava envolvido na festa de carnaval:

Os clubes filiados à Federação Carnavalesca em número de 92, [...] não somente recusaram o auxílio, como ainda deliberaram em compromisso depois reiterado, que não sairiam este ano. Mesmo aqueles que estivessem em condição de fazê-lo ficariam solidários com os menos favorecidos. Neste sentido, ouvimos na última reunião da FCP a palavra autorizada de Antônio Português, diretor e delegado do segundo clube em antiguidade do Recife, o Pás-douradas, que salientou que só mesmo pessoas estranhas ao nosso meio-ambiente podem ignorar que a Federação seja constituída exclusivamente de pequenos clubes, com a única diferença de mais novos ou mais antigos. Declarou ainda que teve oportunidade de dizer ao próprio Interventor quando a ele se dirigiram os carnavalescos em comissão que o governo iria causar grande descontentamento entre o povo se faltasse o frevo de rua, negando o Estado o costumeiro auxílio dado pelos governos anteriores. Não houvera até agora nenhum governo que desse qualquer auxílio para o carnaval, fosse de quanto fosse, que não o fizesse por intermédio da Federação e se o atual governo pretendia fazê-lo diretamente a certos clubes, por intermédio da secretaria de segurança pública, estava patenteado que se tratava de uma perseguição à federação.<sup>319</sup>

---

<sup>317</sup> Folha da Manhã. Recife, 08 de Janeiro de 1948. “Falam a Folha da Manhã os próceres, Srs. João Lemos e Mário Melo.”

<sup>318</sup> Ou seria porque a FCP era ainda a única proposta do brinquedo que favorecia os populares. Ruim com ela pior sem ela?

<sup>319</sup> Folha da Manhã. Recife. 08 de Janeiro 1947. “Está sendo desprestigiada à Federação Carnavalesca [...] O parco auxílio do Estado”.

Iniciou-se, assim, a primeira greve de grupos carnavalescos da história de Pernambuco. Os carnavalescos, foliões e organizadores do carnaval oficial que tinham vencido as maiores dificuldades durante os anos de carestia, em decorrência da guerra, acumularam forças para se posicionar contra a ausência de apoio estatal para realização da festa de Momo.

Nesse sentido, foram convocados os participantes do carnaval dirigido para protestar em favor do carnaval da Federação sob argumento de que se os recursos suficientes para promoção do carnaval não fossem concedidos pelo Estado democrático, teria ocorrência a primeira greve das agremiações carnavalescas. E, justificavam: “Fomos nós que fundamos a Federação e devemos permanecer com ela em qualquer situação. Assim, não devemos realizar o carnaval externo”.<sup>320</sup>

Outro elemento popular, esse do grupo “Banhistas do Pina”, lembrou, na ocasião, que a Federação tinha sido considerada de utilidade pública pela Câmara dos Deputados em 1934, tornando-se órgão consultivo do governo, resultado de um projeto do deputado Artur Moura e, em assim o sendo, era contraditório o novo governo que se auto-representou democrático abolir um ato público de outro governo que, à época era, também, intitulado de democracia.

Assim, estava decidido: em 1947, não haveria carnaval da Federação. O culpado, nas palavras do presidente da FCP, era o Interventor. O que estava decidido, contudo, era que não haveria o carnaval promovido pela FCP; o Estado, porém, comprometeu-se com a realização da festa de Momo, delegando as atribuições a uma comissão nomeada pelo Interventor do Estado:

Sob a presidência do Sr. Newton Curupira reuniu-se ontem na diretoria de Documentação e Cultura, a comissão recentemente nomeada pelo Interventor federal, no sentido de facilitar a realização dos próximos festejos carnavalescos. A comissão será constituída pelos Srs. Newton Sucupira, Romildo Ferreira Gomes, Jaime Santiago e Regueira Costa. Foram acertadas várias providências, verificando-se a necessidade de divulgar a resolução do governo, dispensando todas as taxas correspondentes à exibição de clubes carnavalescos, inclusive os selos das respectivas petições. A questão de auto-falantes também foi discutida, resolvendo a comissão conceder as licenças habituais [...]. A diretoria de Documentação e Cultura foi dada a tarefa de apresentar sugestões capazes de trazer maior movimento ao próximo carnaval, promovendo pelos melhores meios a divulgação dos trabalhos da comissão, estabelecendo prêmios a serem conferidos.<sup>321</sup>

Em 31 de Janeiro do corrente ano, Mário Melo definiu como seria o carnaval oficial em poucas palavras. Para ele, haveria os bailes dos grandes clubes, destacado para os membros da alta sociedade; haveria o retorno do curso duplo, introduzido pelo Sr. Ramos

---

<sup>320</sup> *Ibidem.*

<sup>321</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 24 de Janeiro de 1947. “Reunião da comissão pró-carnaval.”

Freitas, quando era superintendente de polícia em 1928, a fim de fazer o carnaval à moda do carnaval carioca - e combatido duramente, a partir do ano de 1935, resultando na sua proibição. Haveria poucos grupos tomando parte dos préstimos de rua. Seria o carnaval do retorno do entrudo.<sup>322</sup>

Para Melo, o carnaval proposto pelo Estado seria uma festa para ricos e cariocas, porque o carnaval pernambucano, aquele “tradicional, do frevo, do povo e do calor”, este estava condenado pelas ações do governo. O pior de tudo, de acordo com alguns jornais da época, era que - a fim de dar conta dos recursos prometidos, os quais deveriam ser angariados nas barracas de prendas - o governo autorizou o funcionamento de barracas de jogos de azar. Tal fato foi considerado um verdadeiro desrespeito ao povo pernambucano, pelos aliados da Federação:

Parece inacreditável, mas em plena avenida Rio Branco está funcionando durante o dia, uma dessas roletas. Ao lado do café chileno, no bairro do Recife, em todos os bairros da cidade e nos subúrbios, o jogo está campeando impunemente diante de uma facilidade de nossa Secretaria de Segurança Pública que permitiu o seu livre funcionamento. Enquanto a constituição proíbe a prática do jogo [...], a polícia pernambucana está permitindo que se jogue em plena via pública [...]. Esta barraca de prenda tem como finalidade aumentar a verba para custeio de algumas troças e clubes recém-criados para fazer o carnaval oficial de 1947 que já nasceu morto. [...]. Para que fosse obtida maior renda, o governo perdeu a cerimônia e oficializou o jogo, o que constitui uma desmoralização em letra de forma, não ao povo, mas ao próprio governo.<sup>323</sup>

Não era bem isso, todavia, o que pretendiam os organizadores nomeados pelo Interventor, quando da organização do festejo momesco. Os Srs. Newton Sucupira, Romildo Ferreira Gomes, Jaime Santiago e Regueira Costas estavam dispostos a se empenhar o quanto podiam pela organização do evento, que contaria com as seguintes verbas: Cr\$ 55.000 – contribuição do Estado – arrecada pela secretaria de segurança; Cr\$ 10.000 de contribuição pela Cooperativa de usineiros; Cr\$ 10.000 de contribuição de Ibrahim Nejaim; Cr\$ 10.000 da Great Western; Cr\$ 5.000 da Cooperativa dos Banguzeiros; Cr\$ 5.000 da Pernambuco; Cr\$ 5.000 do Moinho do Recife. Nada se comentava no Diário de Pernambuco sobre a possibilidade de o governo ter autorizado o funcionamento de jogos de azar, a fim de fomentar o evento, pelo menos, não oficialmente. A razão: o apoio deste jornal ao Interventor em exercício.

Além dos recursos oficiais, os grupos carnavalescos, também, poderiam se dirigir ao comércio, como fazia antes da FCP, a fim de solicitarem recursos para sair no carnaval de

---

<sup>322</sup> Para maiores esclarecimentos, vide o Diário de Pernambuco. 15.2.1947, clubes e maracatus vão sair às ruas pelo carnaval.

<sup>323</sup> Folha da Manhã. Recife, 14 de Fevereiro de 1947. “Desenfreada.”

1947. Contudo muitos dos grupos carnavalescos, dissidentes à greve da Federação Carnavalesca, recebiam a negativa dos comerciantes, o que era justificado pelos populares como ação decorrente de campanha da FCP contra o carnaval do governo.

O Diário de Pernambuco mostrando-se indignado com a dita ação da FCP, conclamou a todos a não se submeter à tirania da instituição; que não lutar significaria dobrar-se aos “nazistas” da Federação; que os grupos carnavalescos deviam reaver sua liberdade a qualquer custo, até porque o fim da Federação estava próximo. Para o referido jornal, bastava a vitória de um candidato democrático nas próximas eleições, disputa que esteve imbricada ao carnaval de 1947, conforme veremos, para que se liquidasse a entidade, porque “tudo isso cheira a Estado Novo; e o Estado Novo morreu.”<sup>324</sup>

Chegado os dias do tríduo momesco, a comissão pró-carnaval divulgou a realização de um evento suntuoso e o Diário, em defesa da nova proposta do brinquedo, não perdeu a oportunidade de criticar o modelo do carnaval dirigido da FCP. De acordo com o que divulgaram alguns dos redatores do Diário de Pernambuco, o carnaval do ano corrente contou com a participação de 120 grupos carnavalescos, sem, contudo, listar o nome de todos eles, como era hábito da Federação fazê-lo.

Neste ínterim, abre-se a possibilidade de um leitor mais arguto questionar se foi realmente este o quantitativo que desfilou nas ruas, naqueles dias de greve dos grupos carnavalescos. Pode ser que sim, dada a constatação de grupos oportunistas, que foram criados com o fim específico de tomar parte no “novo carnaval”, ou, ainda, podemos conjecturar que alguns dos tradicionais grupos filiados à FCP tenham criado grupos carnavalescos com outro nome, a fim de tomarem as ruas nos dias de Momo, sem perder a credibilidade junto à Federação Carnavalesca. Quanto a isso não há uma resposta objetiva, o que se sabe é que o carnaval foi à rua e com ele a liberalização de tudo que antes era proibido, porque descaracterizava o carnaval pernambucano.

Segundo o Diário de Pernambuco, as escolas de samba - cujo ritmo foi veementemente combatido durante a gestão da FCP do carnaval - ao lado dos maracatus Estrela Brilhante, Almirante do Forte e Cambinda Velha, integraram o carro chefe dos festejos carnavalescos.<sup>325</sup> O novo carnaval do Estado estava inserido dentro de um movimento nacional. As novidades trazidas pelo carnaval “livre”, propugnadas no discurso do Estado, eram, também, ressoadas em outros Estados, onde o controle sobre a festa momesca também foi evidente durante o

---

<sup>324</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 12 de Fevereiro de 1947. “Os Clubes devem sair às ruas.”

<sup>325</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 15 de Fevereiro de 1947. “Clubes e maracatus vão sair às ruas pelo Carnaval.”

Estado Novo. O panorama político nacional estava sendo modificado, e cada Estado da Federação encontrou meios para se enquadrar nos novos tempos.

Rio, 11 – Afinal de contas a polícia resolveu abrir um crédito de confiança à população, suspendendo as restrições que a ditadura sempre amedrontada, impusera durante quinze anos, aos folguedos do carnaval. A grande festa ia acabando por um governo que via em cada máscara um possível regicida e em cada cordão carnavalesco um foco de conspiradores. O último carnaval livre fora o de 1930. Daí por diante, todas as prerrogativas dos povo, nos três dias em que costumava expandir o seu temperamento, foram sendo comprimida pelo terror policial. Tudo era proibido: as máscaras, o lança-perfume, as fantasias de sujo que são as que o pobre usa, os blocos, os cordões, os ranchos. Fecharam a avenida ao desfile tradicional dos grupos e pequenas sociedades. Voltaram ao bombos e zabumbas. Exigiram tantas licenças para as batalhas de confetti que essas reuniões, tão bem vindas para os habitantes dos bairros, desapareceram completamente, pelo menos com a graça e o esplendor de outrora. Este ano com o renascimento da democracia, renascer também os direitos do povo. Entre esses, o primeiro é o de divertir-se pacificamente e livremente nos dias de carnaval.<sup>326</sup>

Enquanto o governo do Estado preparou-se para sua ofensiva contra a Federação, O movimento grevista ganhou adeptos de “todas” as esferas. A rainha do maracatu Leão-Coroado, Martinha, quando interpelada se sua comunidade faria carnaval de rua, foi taxativa em dizer: “Eu assinei a resolução. Portanto, eu e minha corte vamos brincar no terreiro. E, como o senhor sabe, palavra de rei não volta atrás”.<sup>327</sup> Contudo, nem todos os carnavalescos aderiram ao movimento grevista. Houve dissenso diante da promessa do governo de auxiliar grupos independentes à Federação, que quisessem fazer carnaval.

A contraproposta do governo realçou a perda da autoridade da Federação, antes incontestável. Tudo que era expressamente proibido pela FCP, nos anos anteriores ao fim do Estado Novo, foi liberado a partir de 1946:

Das sugestões apresentadas pela Diretoria de Documentação e Cultura no sentido de dar maior movimento ao carnaval de Fevereiro foram aprovadas as seguintes: revogar qualquer determinação ligada a hora de saída dos clubes, exigindo apenas um período para exibição durante o qual o clube deverá passar diante do palanque das autoridades, à Praça da Independência; permitir qualquer itinerário a ser seguido pelo clube, fazendo questão, apenas da passagem em ruas centrais e defronte do pavilhão das autoridades, respeitando as conveniências do tráfego; estabelecer o curso, evitando as ruas afastadas, permitindo-se a fila dupla nas ruas principais, a fim de serem facilitados os jogos de confeti, serpentina e etc; abrir mão de todas as taxas cobradas para participação de caminhões e automóveis no curso; estabelecer prêmios para troças, maracatus e caboclinhos; sugerir a limitação do fornecimento de luz às ruas de pouco movimento em benefício das de maior interesse carnavalesco.<sup>328</sup>

<sup>326</sup> Diário de Pernambuco. Recife, (data ilegível no original, apesar de o ano ser, acertadamente, 1947). “Carnaval e liberdade”.

<sup>327</sup> Ibidem.

<sup>328</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 26 de Janeiro de 1947. “Maior movimentação do carnaval de Pernambuco.”

Novas propostas de brincar o carnaval e o dirigismo da Federação foram confrontadas e, na própria instituição, a Federação encontrou elementos que se posicionaram contra o movimento grevista. Esses grupos foram rechaçados e alvo de chacota dos demais grupos carnavalescos que se mantiveram filiados à entidade, como foi o caso de quatro troças: “Cachorro do Homem Miúdo, o Bagaço é Meu, Coqueirinhos e Transporte”.

Os quatro grupos acima citados não foram os únicos a aceitarem a subvenção direta do poder público. Devem ter existido outros, mas esses aderiram ao carnaval “do governo”, de última hora, para tentar passar despercebidos por seus correligionários. Todavia, o olhar vigilante das microestruturas de poder representadas pelas agremiações filiadas à Federação, levou ao conhecimento da Federação a lista de grupos que aderiram ao carnaval do Estado. Como sanção esses grupos dissidentes foram descredenciados pela FCP:

Representantes das troças Carnavalescas Cachorro do Homem Miúdo e Transporte estiveram ontem em nossa redação para informarem que a Federação Carnavalesca Pernambucana reuniu-se, especialmente, para decidir a não exibição de todos os clubes no próximo carnaval, sob pena de desfiliação. Declararam ainda que, não estando de acordo com tal atitude, apresentando seu ponto de vista em protesto contra a sabotagem que se pretende fazer da festa tradicional do povo foram desfiliação. As referidas troças, portanto, exibir-se-á nos próximos festejos carnavalescos.<sup>329</sup>

A atitude da FCP e a contrapartida do Estado, além de ter implicado a desfiliação de alguns grupos, por outro lado, satisfaz os ânimos de outros que enalteciam o processo de oficialização do carnaval pelos poderes públicos. A proposta do brinquedo deixou de ser da alçada de uma Pessoa Jurídica de Direito Privado e passou, paulatinamente, para o controle de uma Pessoa Jurídica de Direito Público, sendo o controle exercido inicialmente pelo Estado e município. O carnaval da liberdade era o mote propagandístico divulgado nos meios de comunicação e a adesão, pelo menos de parcela da sociedade, era incontestável.

[...] até que enfim teremos o carnaval do Recife – livre, espontâneo, sem norma prévia e cuidadosamente estabelecida para agradar e não propriamente ao povo. [...]. Ainda bem que nos livramos do carnaval dirigido – na verdade a última coisa que se poderia dirigir nesta velha cidade tão avessa às atitudes que possam parecer uma restrição a sua liberdade. O nosso carnaval é uma festa democrática; em verdade, uma festa do povo e para o povo e somente uma Federação poderia matá-lo e, no entanto, seria preciso muito tempo para isso.<sup>330</sup>

A nova proposta de carnaval feita de última hora foi pouco refletida. A única meta da comissão estatal parecia ser contestar a estrutura de carnaval dirigido da Federação. Não existiu uma proposta baseada em avaliação de experiência, mas em desejos políticos da

<sup>329</sup> Diário de Pernambuco. 05 de Janeiro de 1947. “Carnaval”.

<sup>330</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 09 de Janeiro de 1947. “Liberdade de carnaval”.

comissão de promoção do carnaval do Estado que pretendeu, em dando ampla liberdade aos grupos carnavalescos e populares, criar o ânimo para estimular a todos na luta contra os ideais da Federação e do antigo Estado.

Em resposta à reação punitiva da FCP aos grupos dissidentes, o poder público, que antes só tinha manifestado sua postura contrária a FCP em bases ideológicas e políticas, passou a enfrentar as diretrizes institucionais da Federação. Por isso, o governo do Estado tomou as seguintes providências que foram publicadas em periódico da época em comento:

Em face da atitude assumida por alguns usufrutuários de popularidade Carnavalesca no Recife, que bem revela os propósitos indisfarçáveis de fazerem política, pretendendo envolver as atividades Carnavalescas nos interesses das facções em luta partidária, o governo do Estado resolve tornar público as seguintes considerações:

- 1) o governo patrocinará por todos os meios possíveis, material e moralmente, as iniciativas particulares e os pequenos clubes que desejarem no corrente ano realizar o carnaval.
- 2) A prefeitura do Recife, de Olinda e de Jaboatão e as do interior entrarão em entendimento com o governo do Estado, a fim de serem proporcionadas todas as facilidades para que seja realizado o chamado Carnaval de rua independentemente de intermediários.
- 3) Empenhar-se-á o governo para que o carnaval, no corrente ano, se faça com o seu antigo caráter eminentemente popular, sem a interferência de interpostos ajustadores, sendo oficialmente organizada uma comissão encarregada de julgar e conferir prêmios aos clubes, blocos e carros alegóricos que melhor se apresentarem, bem como aos vencedores do chamado concurso do passo de frevo.

A comissão oficial será designada pelo governo, logo após as eleições e contará com a colaboração da Divisão de Cultura e Turismo do Estado, para os trabalhos concernentes à realização do carnaval popular oficializado pelo Estado.<sup>331</sup>

Enquanto o Estado organizou seu carnaval “independente”, a Federação e seus filiados cruzaram os braços. Todavia, pelas leituras realizadas na documentação consultada neste trabalho, importa salientar que a atitude do governo em sabotar o carnaval dirigido da FCP foi uma estratégia da Interventoria, para retirar da Federação o controle do carnaval, já que o Estado reconhecia a importância aglutinadora que o evento tinha na sociedade da época. Logo, sem recursos, o carnaval da Federação perdeu espaço, aos poucos, e a festa de carnaval foi assumindo outro formato ideológico:

[...] a atual medida constituía um desprestígio para a mentora e uma ofensa às tradições dos pernambucanos, no momento mesmo em que o povo iria escolher seus novos representantes. A Federação tinha em seu favor a realização de uma obra de restauração dos nossos tradicionais valores carnavalescos e os relatórios apresentados

---

<sup>331</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 08 de Janeiro de 1947. “Resistência à atitude política da Federação. Neste momento, o Diário de Pernambuco, que mantinha uma relação aproximada com o Interventor da situação, foi o articulador das idéias do Estado, da mesma forma que foi a Folha da Manhã durante a administração de Agamenon Magalhães. Começou-se a criar uma nova proposta de identidade baseada no carnaval, realçando a festa de carnaval como um espaço de disputa política.

todos os anos davam conta da arrecadação e distribuição perfeita do dinheiro entre os grêmios filiados.<sup>332</sup>

O novo formato ideológico proposto pelo Estado democrático foi acompanhado de perspectivas otimistas concernentes a eleições futuras para ambos os grupos políticos do Estado. Neste sentido, sabotar o carnaval, um dos baluartes do antigo Estado, era o mesmo que criticar os políticos que bebiam da mesma fonte de Vargas. Existia no Interventor o medo de os candidatos da oposição à situação, que naquele momento era aparentemente a UDN, ganharem as eleições executivas.

Naquele cenário dois candidatos de peso disputaram o pleito: Neto Campelo Júnior, candidato de uma coligação dissidente do PSD e da UDN - o qual teve o apoio de Carlos de Lima Cavalcanti - e Barbosa Lima Sobrinho, candidato do PSD, ligado às forças Getulistas, de cujo partido Agamenon Magalhães era secretário.<sup>333</sup>

A eleição foi disputada voto a voto, e a propaganda em torno de cada candidato trouxe às ruas o clima de carnaval e a aparente vingança do povo contra a arbitrária redução da verba para a realização do carnaval do ano corrente.

Quem ontem percorresse as ruas da cidade pensaria que estávamos às vésperas do carnaval. Dir-se-ia que o povo aproveitando-se do último dia da super propaganda eleitoral, vigava-se do Interventor que, negando auxílio ao carnaval, suprimiu, este ano, o tradicional divertimento dos pernambucanos. Aqui e ali, aglomeravam-se populares, rodeando barraquinhas para distribuição de chapas, ouvindo sambas, executados por batuques em caminhões, com os músicos fantasiados, ouvindo hinos e canções transmitidas pelos alto-falantes, de mistura com os slogans e apelos [...]. Em cada esquina, um alto-falante berrava-lhe um conselho diferente: aqui o locutor dizia que o homem era Pelópidas; adiante que era Barbosa e até o Netinho teve quem dissesse que era ele o homem. Um candidato (Pelópidas – observação nossa), num retrato otimista, declarava que, na câmara, saúde, educação e habitação seriam os pontos básicos do seu programa de ação; outro, metido numa casaca, dizia-se homem do povo e campeão da democracia (Neto Campelo – observação nossa); um terceiro (Barbosa Lima – observação nossa), mais corajoso, neste tempo em que só se fala de defender as reivindicações trabalhistas, que ser o candidato das classes conservadoras, sem temer que o chamem de reacionário, palavra que faz um medo danado a muita gente.<sup>334</sup>

O apoio da FCP era, incontestavelmente, irrestrito ao candidato do PSD, porque o grupo dirigente da instituição acreditava ser a oportunidade para que o carnaval da Federação se restabelecesse, ainda que, para o ano corrente, a greve da Federação já estivesse decidida. Eleições realizadas, e resultado favorável à eleição do governador Barbosa Lima Sobrinho, candidato que era apoiado pelos dirigentes da Federação Carnavalesca Pernambucana.

---

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Folha da Manhã. Recife, 10 de Fevereiro de 1947. “Agamenon para Secretaria Geral do PSD”.

<sup>334</sup> Folha da Manhã. Recife, 17 de Janeiro de 1947. Não sei o nome da matéria, porque não fotografei seu título.

Contudo, como a greve já estava acertada, nada se alterou no carnaval de 1947 promovido pela FCP, a qual manteve a decisão de greve.

A promessa de um carnaval democrático, livre do “fascismo” da Federação, não foi concretizada nas ruas, de acordo com a Folha da Manhã, que veiculou reiteradamente a nostalgia dos populares.

Este é o carnaval que nos oferecem. Um carnaval descaracterizado, um carnaval que não é pernambucano, um carnaval à Ramos de Freitas. [...] em uma das troças que se exibiram no carnaval idêntica a qualquer das outras que receberam subvenção do governo e vieram às ruas: não há o tradicional cordão dos sócios fantasiados, nem figuras da diretoria em suntuoso traje, como é o costume. Cinco músicos compõem a orquestra e o estandarte parece ter sido arranjado na última hora. O flagrante demonstra bem o arremedo de troça que se exibiu bem em frente ao palanque oficial. Imagine isso quando passou pelas ruas afastadas do centro.<sup>335</sup>

Já em se tratando da atitude da população diante do novo modelo do brinquedo, escreveram os jornalistas:

A decepção do povo foi muito grande com o carnaval. Ouvimos de muita gente o desejo de que nunca mais tenhamos o carnaval oficial. De outros que deveríamos descontar, animando o segundo carnaval, no sábado de aleluia e no domingo de páscoa. Outros ainda que não acreditavam com convicção: para o ano a coisa será diferente. Quem viver verá.<sup>336</sup>

Contudo, a impressão da festa, que foi veiculada pelo Diário de Pernambuco, é distinta daquela apresentada na Folha da Manhã. No mês de fevereiro, o folhetim ressaltou que nada menos que 120 grupos de carnaval tomaram a rua em assalto. Todos estavam sendo subvencionados pelo Estado, conforme afirmou o Diário de Pernambuco. A idéia era mostrar a Federação como um agente perturbador da ordem:

Os festejos carnavalescos, apesar da sabotagem organizada pela Federação, um dos elos da celebre maquina de compressão Estadonovista, decorreram na maior animação e, sobretudo na maior ordem. Não se registrou o menor incidente de rua. Não houve a menor alteração, tendo os folguedos atingido grande entusiasmo, sobretudo, no último dia, tanto nas ruas quanto nos clubes elegantes da cidade. O povo deu expansão à sua alegria, sem a selvagem compressão policial do tempo do Estado Novo [...].<sup>337</sup>

Os jornais pesquisados dão indícios da ocorrência de um complexo joguete político feito em torno do carnaval. A Federação deixou paulatinamente de ser representada como a entidade que salvaguardava a cultura pernambucana, passando a ser vista como inimigo número um do regime democrático.

<sup>335</sup> Folha da Manhã. Recife, 18 de Fevereiro de 1947. “O Carnaval oficial”.

<sup>336</sup> *Ibidem*.

<sup>337</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 20 de Fevereiro de 1947. “O Carnaval que passou”.

Mas, a questão não se tratou, e nem pode ser vista de forma maniqueísta como quiseram polarizar as representações da imprensa no período. O que houve foi uma modificação política na estrutura de controle do Estado Nacional, a qual afetou o entendimento de cultura e identidade do Brasil. Ante um novo governo, uma nova proposta identitária foi necessária, e essa não estava mais coadunada com a proposta da FCP e de seus dirigentes, que durante anos viram no carnaval a possibilidade de fortalecer a festa, as atividades comerciais e a ideologia do Estado Novo.

Tinha-se vivido muita repressão e vigilância durante o Estado Novo, e o que mais pareciam querer os novos líderes políticos era a libertação de todas as amarras institucionais do período precedente. Neste cenário, o carnaval encampou, novamente, o mecanismo de identificação do governo com o povo. Apoiar o governo seria o mesmo que apoiar a nova proposta de brinquedo, este que se fez plasmar a partir de uma orientação política, diversificando a sua abordagem conforme fosse o desejo dos políticos da hora.

### **3.4 Com vontade de chorar, o rio passa levando a barcaça – o último suspiro da Federação**

Em 1948, o reinado de Momo foi recepcionado com alegria pelos foliões pernambucanos. Alguns jornais divulgavam entusiasmados os fracassos dos festejos momescos do ano de 1947, ressaltando ter sido um evento policialesco de pequenas proporções. O carnaval “oficial” promovido pelo Interventor Demerval Peixoto tinha tentado de tudo para ter sucesso, mas fracassou segundo alguns Cronistas Carnavalescos da Folha da Manhã. A razão era respaldada no apoio incontestado dos grupos carnavalescos à entidade promotora do carnaval e à sua greve.

A teor das perspectivas apresentadas pelo jornal Folha da Manhã, o Estado tinha se utilizado de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações Carnavalescas a tomarem parte no carnaval do Estado, desde o suborno à ameaça, como divulgou Mário Melo no jornal referido acima. Essas ações, no entanto, não tinham implicado o resultado pretendido:

Como se sabe, no ano passado, depois de nossa recusa de receber dinheiro para o carnaval, o que motivou o retraimento dos principais clubes, o Interventor Demerval Peixoto quis emendar a mão e decretou o carnaval oficial. O xeletuismo exultou. Os jornais demervalianos, à frente o respeitabilíssimo órgão do truste com seu acólito pequeno ao lado, acenderam todas as gambiarras. Não foi desse mundo a propaganda. Empregaram todas as armas, desde o suborno à ameaça, para que os clubes tradicionais aderissem ao carnaval oficial. E tudo firme. No duro. Nem um dos grandes clubes, três dos quais já festejaram seu cinquentenário, aderiu. Ainda

outro dia, em plena assembléia, um negro velho contou a seus pares da Federação que foi chamado a Polícia para por na rua sua brincadeira. Davam-lhe tudo: licença gratuita, música, dinheiro. Resistiu. Ameaçaram-no de prisão. Usou de estratégias e acabou mantendo sua solidariedade ao companheiros. O clube não saiu. Quando por esses tempos, os xeletús diziam e escreviam que o carnaval oficial estava animado e seria brilhantíssimo, por mais de uma vez, perguntei se poderia haver carnaval sem o veterano Vassourinhas, sem o Pás, sem o Lenhadores, sem o Toureiros, sem o Bola de Ouro, e nenhum destes se exibiria. E nenhum de fato se exibiu, por onde se vê que o carnaval oficial de 1947, teria sido tudo menos o carnaval pernambucano. Veja o que ontem escreveu o Diário de Pernambuco, esquecido do que publicara no ano passado em favor do demervalismo<sup>338</sup>: “Quem poderá imaginar um carnaval de rua no Recife, sem a participação desse simpaticizado cordão que no dia 6 corrente completou 39 anos de existência? (Diário de Pernambuco, de 16-1-1948, segunda página, primeira coluna). Ora que ao menos numa coisa estamos de acordo. Sem o Vassourinhas na rua não há carnaval pernambucano. O general Demerval saiu de Pernambuco com a impressão de que fizera carnaval.<sup>339</sup>

Em 1948, os organizadores do carnaval da Federação prometiam trazer de volta o carnaval de rua, o carnaval popular da Federação, reafirmando a posição da instituição como entidade promotora do carnaval de rua. Parece-me que as assertivas feitas no jornal, Folha da Manhã, pretendiam menos exaltar a organização do carnaval do que a própria estrutura institucionalizada da Federação.

Não obstante a isso, a greve da Federação introduziu, no cenário das políticas culturais, novos agentes institucionais, que foram incorporados à organização pública do carnaval, trazendo outros valores, novas idéias e manifestações, cujas práticas eram, anteriormente, apontadas como inimigos em potencial do carnaval pernambucano.

As dificuldades enfrentadas pela Federação em 1948 foram menos de animação do que de recursos. Sem o apoio irrestrito do Estado, enfrentando sérias dificuldades, a FCP teve que se desdobrar, correndo atrás de patrocinadores.<sup>340</sup> Suas tentativas foram articuladas, mediante várias estratégias. Uma delas decorreu da promoção de concurso para clubes, blocos, troças e maracatus, em associação com a empresa “Moagens do Recife”.

O concurso foi realizado da seguinte forma: a aquisição de um produto das marcas de café Guanabara, Imperial, São Paulo, Minerva representava o direito a um voto na eleição da

---

<sup>338</sup> Para elucidar o argumento trazido por Melo, vide nota publicada pelo Diário no dia 16 de Fevereiro de 1947 sobre a não adesão do Vassourinhas ao carnaval pernambucano oficial: “Se o velho clube Vassourinhas e mais os Lenhadores e mais os Pás não vão sair às ruas tanto pior para eles, não só, porque não tomarão parte no carnaval mais democrático que o Recife já teve, depois que o tirano Vargas tomou conta dos destinos do Brasil, como indiretamente estão fazendo o jogo do fascismo”.

<sup>339</sup> Folha da Manhã. Recife, 16 de Janeiro de 1948. “Ontem, Hoje e Amanhã.”

<sup>340</sup> O mandato de Barbosa Lima durou três anos, até 1950, quando Agamenon voltou a assumir o poder, desta vez, conduzido pelas urnas. Barbosa tentou fugir da sua vinculação à figura do Interventor getulista em Pernambuco, mas quase não pôde escapar da influência de Agamenon Magalhães por ação do seu partido PSD. Seu governo foi marcado ora por um continuísmo, ora por certa abertura política, em decorrência de suas nomeações para assumir cargos de referência na condução política do Estado.

melhor agremiação filiada à FCP. A mais votada entre as agremiações citadas na eleição era declarada vitoriosa com toda pompa.<sup>341</sup>

Contudo, ainda assim, os recursos arrecadados não suportariam as despesas dos grupos de carnaval, caso o Estado não intervisse:

O que a Federação arrecada não atende a um quinto do que precisam todos os seus filiados. Necessária se faz a ajuda dos particulares, porque todos nós lucrarmos direta ou indiretamente com a exibição dos clubes pedestres. Somente o fato de assistirmos o desfile dessas sociedades, ostentando uma variedade impressionante de figurinos, os mais belos e os mais bizarros, vale muito.<sup>342</sup>

Os dias que antecederem o carnaval de 1948 muito se assemelharam aos primeiros carnavais da Federação, quando o grande problema era a ausência de apoio financeiro do Estado, mas que era compensado pelo ânimo popular. Assim, apesar das dificuldades, as semanas pré-carnavalescas foram marcadas por manifestações agitadas dos grupos populares que, desde o dia 02 de janeiro, começaram a enviar suas impressões sobre o carnaval aos jornais da cidade.

De acordo com a Folha da Manhã, os populares pretendiam recuperar o tempo perdido com o carnaval de 1947. A desforra prometia ser total e generalizada, a cargo da FCP, que não dizia como iria promover o carnaval recifense sem o apoio e verba do Estado, mas fazia questão de afirmar seu compromisso com a cultural local:

Esteve na iminência de desaparecer o trono de S. M. Rei Momo, o único, ante a conjuntura feita no carnaval passado pelos inimigos pernambucanos. Todo o trabalho foi improficuo. A Federação Carnavalesca resistiu bravamente a tentativa de suborno e não permitiu que os fiéis súditos de S. M viessem à rua nos três dias do seu reinado, deixando às tontas os emissários forasteiros. [...]. E, agora, Rei Momo, primeiro e único, está novamente nos seus domínios, o bastante para que tenhamos um carnaval à altura de nossas tradições, sobremodo animado, tal animação se evidencia porque vão se exhibir todos os grandes clubes [...]. Há, assim, muito boa perspectiva no que concerne ao sucesso dos festejos carnavalescos deste ano, seja na cidade ou nos subúrbios.<sup>343</sup>

Nesse cenário otimista divulgado aos leitores da Folha da Manhã, o embate das representações acerca da organização do carnaval entre aquele folhetim e o Diário de Pernambuco tornou-se constante. Para os jornalistas do Diário de Pernambuco, o carnaval do ano corrente estava fadado “[...] a ser a repetição daquele carnaval sem verba do ano passado,

---

<sup>341</sup>Sobre esse citado concurso não existe referência acerca do grupo vencedor da eleição popular em nenhum dos jornais pesquisados, quais sejam: Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno, Folha da Manhã.

<sup>342</sup>Folha da Manhã. Recife, 16 de Janeiro de 1948. “Auxiliemos os clubes”.

<sup>343</sup>Folha da Manhã. Recife, 02 de Janeiro de 1948. “Carnaval: Momo vencerá”.

o mais apático dentre os de que temos memória. Ainda não se fez nada com a verba para o deste ano. Ainda estamos sem música, sem clube, sem animação.”<sup>344</sup>

O descrédito à instituição era o descrédito ao próprio regime político anterior, quando o Diário de Pernambuco teve sua liberdade de imprensa cerceada inúmeras vezes pelo bastão da censura. Mas, não foi só o Diário a se confrontar com o carnaval prometido pela Federação. A abertura política e a greve dos grupos carnavalescos, em 1947, tinham dado notoriedade a outros grupos promotores do carnaval, grupos independentes organizados por uma comissão própria de cada rua, de cada bairro, da mesma forma que aconteceu nos anos iniciais da Federação. Desta forma, novos sujeitos sociais passaram a gerir os carnavais de rua com mais autonomia.

Aos poucos, os jornais do Estado, a exemplo do Jornal Pequeno e do próprio Diário de Pernambuco, evidenciaram outras entidades organizadoras da festa de carnaval, que trabalhavam com afinco para organização do tríduo momesco. Esses novos segmentos encontraram mais apoio nas ações do Estado do que a Federação, afinal aqueles segmentos estavam desvinculados da estrutura Estadonovista.

Esse movimento de contestação dos ordenamentos da Federação, na realidade, foi iniciado de modo incipiente desde 1945, com a saída de Vargas do poder, e o conseqüente fim do Estado Novo, enquanto elemento político. Porém, somente depois da ocorrência da greve e do boicote declarado de Demerval Peixoto ao carnaval da Federação, os grupos alternativos à Federação começaram a aparecer.

Essas novas entidades trouxeram novo ânimo aos cronistas do Diário e não foram vistas como ameaça direta à FCP, por seus dirigentes, a princípio. Um exemplo de um grupo alternativo à Federação foi a ACC – Associação dos Cronistas Carnavalescos, cujas propostas para o carnaval trouxeram para o Estado a expectativa de suprimir definitivamente a influência do Estado sobre o carnaval de rua, através de representações de que o carnaval era uma festa democrática.<sup>345</sup>

A ACC era formada por um grupo de representantes dos principais jornais de Recife e da Rádio Clube de Pernambuco, cujo intuito era promover uma festa de sucesso em parceria

---

<sup>344</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 06 de Janeiro 1948. “O Carnaval”.

<sup>345</sup>Em 22 de Janeiro de 1948, saiu nota no Diário de Pernambuco informando o nome dos dirigentes eleitos da instituição: “A Associação dos Cronistas Carnavalescos, entidade fundada pelos jornalistas recifenses para animar os tradicionais festejos de Momo, esteve reunida ontem, com a presença de numerosas pessoas. Durante os trabalhos dessa reunião, foi a eleita a diretoria da ACC, a qual ficou constituída dos seguintes jornalistas: Aristófanos Trindade, presidente; Ubirajara Mendes, vice-presidente; Carlos Luis de Andrade, secretario e Júlio Barbosa, tesoureiro. Para o conselho fiscal ficaram eleitos: Geraldo Seabra, presidente; (ilegível) e Paulo Viana.” – Diretoria da associação dos Cronistas Carnavalescos.

com todos os amantes do carnaval.<sup>346</sup> Suas idéias políticas eram pouco precisas e, por isso, seu destaque na promoção do evento, sobretudo depois do incidente de 1947.

O apelo da entidade era para que todos os grupos de carnaval se unissem em favor da festa e não da instituição, um discurso diferente do propugnado pela FCP. A ausência de um programa, de um modelo para o evento era “por si só a constatação do espírito libertário” que os Cronistas Carnavalescos pretendiam imprimir ao carnaval recifense. Por isso, porque estava dentro da lógica do novo momento histórico, o sucesso dessa instituição foi crescente. Já no ano de 1948, enquanto a Federação sucumbia, a Associação dos Cronistas Carnavalescos despontou como mediadora dos eventos da semana pré-Carnavalesca.

Assim, os trabalhos para promoção do carnaval dos Cronistas Carnavalescos geraram grandes expectativas na população. Concursos foram anunciados, e a liberdade era o grande mote da instituição. Já em 1948, a Associação teve sua sede incluída nos ensaios de alguns grupos carnavalescos, e no roteiro dos desfiles, como parada obrigatória. Não foi uma imposição sujeita à penalidade para os grupos de carnaval, mas decorrência do apoio dos populares às iniciativas da entidade, dentre elas, a organização da semana pré-carnavalesca, da qual tomaram parte diversos grupos de carnaval do Estado, sob incentivo do poder público:

Os preparativos da ACC para a concretização da idéia da semana pré-Carnavalesca estão marchando com sucesso. O local escolhido é o Pátio do Paraíso, onde a prefeitura armará um palanque e instalará alto-falantes. Para maior brilhantismo dos festejos os Cronistas Carnavalescos estão se pondo em contato com os clubes, blocos, troças e maracatus, estudando a possibilidade de contar com a colaboração dessas agremiações.<sup>347</sup>

Outra campanha puxada pela ACC que suscitou grandes discussões nos jornais foi a tentativa de a entidade derrubar a proibição do uso de máscaras no carnaval pernambucano, o que já se tinha tentado fazer no carnaval do ano precedente, mas que ainda não tinha se tornado oficial, porque a portaria proibitiva ainda não tinha sido suspensa.

Assim, em 1948 o uso de máscaras, nas ruas da cidade, foi uma prática oficiosa que a instituição passou a reclamar que se tornasse oficial. As tentativas eram dirigidas a todos os lados: Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, Secretário de Segurança Pública. A empreitada realizada pela Associação teve tanto sucesso quanto a proposta de semana pré-Carnavalesca promovida pela instituição no Pátio do Terço, quanto o sucesso tido pela grande noitada do desfile das Escolas de Samba - ritmo que ganhou espaço em 1947 com a greve da

---

<sup>346</sup> Não existem trabalhos publicados sobre a Associação dos Cronistas Carnavalescos, nem os jornais pesquisados foram elucidativos sobre como se processou o funcionamento interno da entidade, e de que forma aquela instituição relacionou-se com o Estado.

<sup>347</sup> Folha da Manhã. Recife, 10 de Janeiro de 1948. “Semana Pré-Carnavalesca”.

Federação, mas que se consagrou com a promoção do carnaval da Associação dos Cronistas Carnavalescos em Pernambuco.

O papel de mediador da Associação dos Cronistas rendeu bons resultados ao carnaval popular. Se o canal de negociação tinha sido fechado à Federação, aos Cronistas Carnavalescos ele esteve aberto. Aos poucos, as máscaras voltaram a ser usadas no carnaval. Primeiro veio o deferimento do Sr. Otávio Correia, no Palácio do Governo para, em seguida, a proibição ser questionada diretamente ao Secretário de Segurança Pública. Novas redes foram firmadas entre carnavalescos e o poder criando outros espaços de cidadania e resistência para os grupos populares.

Diante de investidas vitoriosas da instituição, “o carnaval oficial” pareceu ter encontrado uma nova entidade que o guiaria no carnaval dos novos tempos, tanto que a Folha da Manhã reconheceu sua atuação ao emitir sua opinião sobre a questão:

A restrição absoluta feita ao uso de máscaras é um abuso ao qual os bons foliões não podem, nem devem aderir, de modo algum, desde que a sua adoção implica em restrição ao direito de cada cidadão se divertir nos três dias do ano, que mais do que os outros, são seus.<sup>348</sup>

Vendo-se ameaçada, a Federação, em vez de partir para o ataque das entidades concorrentes, preferiu não se posicionar, apenas deixando transparecer nos jornais que não devia haver qualquer entrave a órgãos fundados com intuito de promover o sucesso do carnaval pernambucano, como era o caso da ACC.

O modelo de carnaval que foi apoiado pelo poder público a partir de 1948 foi o do carnaval livre dos formalismos excessivos. Não era o carnaval da descaracterização como representou a Federação, mas o carnaval da liberdade e, talvez - possa-se dizer - da liberalidade.<sup>349</sup> O novo projeto para o carnaval articulado pela ACC reuniu apenas um grupo de intelectuais em torno do desejo de fazer acontecer o carnaval. Uma ação pretensamente despreziosa, mas que realçou um caráter político também, sobretudo porque negou o modelo político anterior, afirmando-se com a nova ordem instaurada.

Ainda, ontem à tarde, estiveram com o prefeito Antônio Pereira, a quem expuseram seus planos. E, assinala-se que quase não foi preciso que os cronistas pedissem ao senhor Antônio Pereira a sua colaboração. O prefeito, depois de saber o que levava aquele grupo de jornalistas ao seu gabinete, passou da cordialidade ao entusiasmo e manifestou seu apoio ao que a Associação pretende realizar.<sup>350</sup>

---

<sup>348</sup> Folha da Manhã. Recife, 05 de Fevereiro de 1948. “Variações sobre o carnaval.”

<sup>349</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 17 de Janeiro de 1947. (Título ilegível no original).

<sup>350</sup> Folha da Manhã. Recife, 08 de Janeiro 1948. “A associação e o Prefeito.”

O novo carnaval estava nas ruas com o apoio do poder público, o qual permitiu à ACC promover a semana pré-Carnavalesca com armação de palanque no Pátio Paraíso, a fim de que fossem divulgados os melhores frevos do ano. O “novo” projeto de carnaval era inspirado na FCP, mas o intuito era outro, porque a ação política por detrás da proposta tinha outro viés.

As iniciativas do brinquedo pela ACC, também, denotaram outro aspecto que ficou relegado nos jornais durante os anos em que a FCP encabeçou a organização do evento. Se nos anos em que esteve à frente do carnaval, a Federação quase não fez referência ao carnaval de Olinda, em suas diretrizes oficiais, mas, constantemente, fez questão de apresentar-se como a promotora do carnaval do Estado, quando sua atuação restringia-se ao Recife, com os Cronistas Carnavalescos, a cidade de Olinda começou a ter seus focos de carnaval apresentados nos jornais.

Já em 1948, os Cronistas Carnavalescos propuseram a realização de um banho de fantasia na Praça do Carmo como forma de recepcionar o carnaval daquela região naquele ano. Participaram da iniciativa diversos grupos: “Guaiaumum na Vara, Vassourinhas da Praia, Vênus de Bronze, Viúvas divertidas, Professores de Quengada, Lero Lero de Menino grande”.

Pela listagem dos participantes nos principais eventos promovidos pela Associação dos Cronistas Carnavalescos, pude perceber que, apesar de a FCP declarar não haver empecilhos ou entraves na organização do carnaval por outros grupos institucionais, não houve parceria entre ambas em muitos momentos, reforçando a idéia de uma suposta concorrência entre as duas instituições que restou verificada pela existência de dois carnavais diferentes.

A Associação dos Cronistas e a FCP promoveram dois carnavais paralelos àquele tempo. Ainda que não existisse uma declarada divergência entre ambas, essa era evidente pelas representações feitas nos periódicos. Definiram-se claramente posições políticas naquele cenário, e o carnaval ficou à mercê das vontades dos agentes administrativos do poder público.

A Federação, à medida que se asseverou a democracia no Estado Brasileiro, deixou de ser a principal mentora do carnaval pernambucano. A adesão ao samba dos futuros organizadores do carnaval pernambucano, a luta pela liberação das máscaras, a perda de sua qualidade de instituição de utilidade pública, o fim da subvenção pelo Estado - e o mais grave de tudo - o reconhecimento dos populares de outras entidades promotoras do carnaval Pernambucano esfacelaram a instituição.

O golpe de misericórdia ao carnaval “tipicamente pernambucano da Federação”, sem dúvidas, foi dado com a chegada do samba no carnaval pernambucano, o que deve ter levado os idealizados do carnaval do Estado Novo a concluírem a derrota da batalha de promoção de um carnaval “genuinamente pernambucano”.

A idéia que se tentou passar, a partir de então, era que o novo precisava invadir a cidade e, com ele, novas idéias e projeções para promoção do carnaval. Idéias que não eram as da FCP, porque estavam associadas ao Estado Novo, mas inspirações “inovadoras”, como a que foi prometida pela ação da ACC, desde sua gênese. A Federação que tinha tido o aparente aval popular e do Estado para promover o evento carnavalesco, durante anos, deixou de ser mencionada nos jornais da cidade com mais freqüência.

O papel representativo que ACC teve foi distinto do da FCP, porque, enquanto a Federação Carnavalesca representou o próprio Estado em suas ações, atuando como mediadora, os Cronistas Carnavalescos organizaram o carnaval sob orientação do Estado, sem nenhuma autonomia, da qual foi dotada a FCP. Diante da nova realidade, o Estado começou a dispor de todos os meios e esforços, a fim de que o carnaval fosse mantido sob controle do poder público, como anteriormente o era, na década de 20, mas dentro das bases democráticas do novo regime.

Assim, a polícia voltou a ser utilizada na organização do evento, tendo a Delegacia de Vigilância Geral e Costumes papel preponderante nessa nova fase.

Ao passo que o carnaval tomou às ruas pela iniciativa da ACC, o sonho da Federação pereceu. O que parece é a que a FCP tornou-se, aos poucos, um mero instrumento de os grupos carnavalescos obterem recursos para os dias de carnaval, porque a importância política da instituição estava esfacelada.

#### 4. Adeus, adeus, minha gente...

Mais animado, mais arrojado e mais liberal, foi assim que foi representado o carnaval do ano de 1949 no Diário de Pernambuco. Sem dúvidas, a ausência de um Estado repressor, associado a instituições promotoras do carnaval, adaptadas aos anseios democráticos da população, transfigurou as representações sobre o carnaval e a forma como se curtiu a folia.

Por outro lado, o aumento considerável do número de ocorrências policiais fez com que muitos foliões sentissem nostalgia com relação aos carnavais dirigidos da Federação, em que o Estado e os populares colaboravam para promoção de um carnaval sem transtornos. Para alguns, a explicação para o incremento do número de ocorrências policiais era explicado pela falta de “tato” do Estado em contornar situações que eram tratadas facilmente pela Federação dada sua experiência e apoio das comunidades foliãs, sob amparo de um estado repressor.

O carnaval que se consolidou, a partir de 1949, foi o da “festa livre”, no qual todos podiam, aparentemente, brincar sem amarras, sem medo de repressão. Os novos carnavais foram marcados pelo retorno de tudo aquilo que era proibido: máscaras, corso, escape-livre, clubes alegóricos, livre itinerário, Escolas de Samba. Tudo se somatizou, de modo a consolidar a derrocada da FCP de forma inequívoca.

Com o fim político da Federação, a organização do carnaval oficial passou a ser responsabilidade do poder executivo municipal, tendo a Federação, antes soberana, um voto nas comissões de organização do carnaval. O carnaval da liberdade era de liberalidade - e isso revoltou alguns, ao passo que alegrou o coração de outros:

[...] o que mais me revolta é o cinismo com que os poderosos cortejam a massa; não para elevá-la, mas para prendê-la, sempre, e, cada vez mais aos grilhões da ignorância. Para eles, para os amigos, para os áulicos do poder- tudo! Para o povo, um ano de misérias, de humilhações, de violências policiais; e, depois um carnaval sem restrições. Agora, já que é quaresma, que a vida voltou as suas limitações, às suas tristezas, me responda amigo folião, mas responda sinceramente: adiantou alguma coisa o carnaval? E como vão as suas finanças?<sup>351</sup>

Por outro lado, no mesmo jornal, outros populares manifestaram-se de forma diversa, a saber:

O povo pernambucano, num ambiente de inteira liberdade, despreocupação e alegria, viveu este ano, o maior carnaval dos últimos tempos. Aliás, o movimento nas ruas da cidade, o extraordinário vai e vem nos estabelecimentos comerciais, e animação da noite pré-Carnavalescas promovidas pela Associação dos Cronistas,

---

<sup>351</sup> Folha da Manhã. Recife, 08 de Março de 1949. “Sobre carnaval”.

no Pátio do Paraíso, já fazia prever quinze dias antes, o que seria o reinado do Momo em Recife.<sup>352</sup>

Entre liberdade e excessos de liberdade, liberalidades e adequações, o carnaval foi se fazendo instrumento de política e de grandes empresas, de modo que, hoje, pode-se dizer que o carnaval constituiu, ao longo de sua história, identidades diversas, e foi mais do que em qualquer outro momento de sua história a fresta do Estado e o brinquedo para o povo.

Hoje, verificando as histórias contadas e representadas neste trabalho, é impossível não fazer associações com as práticas dos populares pernambucanos na atualidade, quando o carnaval é promovido pela Prefeitura da Cidade do Recife em parceria com o Governo do Estado e empresas privadas, forjando novas identidades para a população pernambucana, ao passo que se intercalam, no poder Estado, grupos políticos diferentes.

Reflexões como essa, que ampliam as perspectivas dos foliões e dos grupos populares que assaltam as ruas nos dias de carnaval, são, talvez, a minha maior contribuição para a historiografia e a sociedade, à medida que pelo conhecimento da organização do carnaval em outros momentos históricos, podemos refletir criticamente sobre a festa de carnaval.

Assim, hoje, acredito que, depois desta leitura, o curioso da temática possa imaginar as micro-estruturas montadas pelo modelo multicultural do atual carnaval da cidade do Recife, avaliando as implicações em brincar este carnaval e propugná-lo como parte da identidade cultural pernambucana, ainda apontada homogeneamente por intelectuais e meios de comunicação de massa.

Se a política cultural do atual governo é a de inclusão das diferenças, ou, a da exclusão daquilo que não se enquadra na ideologia do sistema político vigente, isso não posso responder agora - mas acredito que o questionamento deve ter sido suscitado ao longo da leitura deste trabalho.

O que eu sei de tudo que vi e li sobre o carnaval é que nunca mais brincarei a festa inconscientemente - o que não quererá dizer que eu vá ver em cada coisa feita, em cada passo, ou nova música produzida, o que tem se tornado cada vez mais raro no nosso carnaval: um elemento tendente a exercer controle sobre os foliões. Contudo, o valor que darei à festa, a partir de hoje, será menos de espectador do que de agente capaz de suscitar mudanças no contexto social vigente. Espero que essa mesma reflexão sirva aos demais. É chegada a quarta-feira ingrata e, portanto, é o tempo do adeus...

---

<sup>352</sup> Folha da Manhã. Recife, 02 de Março de 1949. "Um magnífico carnaval".

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA) – Fundação Joaquim Nabuco:

#### 1.1. Periódicos – Acervo em microfilme:

1.1.1. Diário de Pernambuco: 1937 a 1949 (Jan. a Março).

1.1.2. Jornal Pequeno: 1935 a 1945 (Jan a Março);

1.1.3. Jornal do Recife: 1920 a 1935 (Jan a Março).

#### 1.2. Documentos Textuais: Coleção Mário Melo.

#### 1.3. Fonoteca: Acervo Nelson Ferreira.

#### 1.4. Outros documentos: Anuário do carnaval Pernambucano 1938, RECIFE: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938. (documento digitalizado).

### 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano:

#### 1.1 Periódicos:

1.1.1 Folha da Manhã (edições matutina e vespertina): 1937 a 1949 (Jan. a Março).

### 3. Dissertações e Teses:

COUCEIRO, Costa Sylvania. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920.** Tese de Doutorado, Recife- UFPE, 2003.

GAMA, Marcília. **O DOPS e o Estado Novo: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945).** Recife, 1996.

GOMINHO, Zélia. **Veneza America x Mucambópolis.** O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife, Dissertação (Mestrado em História). UFPE, 1997.

REZENDE, Antônio Paulo. **(DES) encantos modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte.** São Paulo: USP, 1992. Tese de doutorado.

SOUZA, Neto José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano.** Recife: Tese de doutorado – UFPE, 2005.

### 4. Livros e Artigos Especializados:

ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana, 2001.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: História Social – USP, 2001.

AMARAL, Rita. **Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério"**. Disponível em publicação eletrônica na Internet via <http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html>.

ANDRADE, Manuel Correia. **Pernambuco Imortal – Evolução histórica e social de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1997

ANDRADE, Maristela Oliveira de Andrade. **Cultura e tradição nordestina: ensaios de história cultural e intelectual**. João Pessoa: Manufatura, 2000.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas públicas e carnavais - o negro e a cultura popular em Pernambuco**. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; CABRAL, Otávio e ARAÚJO, Zezito. (org.) **O negro e a construção no carnaval no nordeste**. Maceió: Edufal, 1996.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação da cultura da cidade do Recife, 1996.

ARAÚJO, Rita de Cássia de. DIP DOPS no frevo. Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco: 1930-45. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). **Tradições e Traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife, Ed. UFPE, 2008.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: História Social – USP, 2004.

ATAÍDE, Graça. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: Contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

BAROJA, Júlio Caro. **Le Carnaval. Paris**: Gallimard, 1979

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **Folguedos e Danças de Pernambuco**. 2. ed. Recife: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BEZERRA, A. A.; SILVA, L. V. **Evoluções: histórias de bloco e de saudade**. Recife: Bagaço, 2006.

- BOURDIER, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929 - 1989): a revolução francesa da Historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como representação. Estudos Avançados**. São Paulo. USP, vol. 05, nº 11, 1991.
- COUTINHO, Eduardo Granja. **Os cronistas de Momo: Imprensa e carnaval na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da Folia – Uma história social do carnaval**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1999.
- CUNHA, Maria Clementina (org.). **Carnavais e Outras Frestas**. São Paulo: Unicamp, 2002.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DARTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DE CERTEAU, M. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papyrus, 1995
- DE CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DELUCA, Tânia. **História dos, nos e por meio de periódicos** IN Fontes Históricas.

DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe**. In: **O BRASIL Republicano**. Org. por Boris Fausto. São Paulo, DIFEL, 1981. v. 3 p. 77-120.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. Tradução: L.F Raposo Fontenelle.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, Jorge Luiz e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Micro-física do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro. Vozes, 1996

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1999. Tradução: MUNIZ, Órizon Carneiro.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo: Cia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLASNER, Barry. **Cultura do Medo**. Francis: São Paulo, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores, a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco – História e Jornal de Quinze décadas**, Recife: Diário de Pernambuco S.A [s/d].

KOSELLECK, Reinhart. **Historia**. Barcelona: Trotta. 2004.

- LEVINE, Robert. **Pernambuco e a federação brasileira 1889-1937. In: O BRASIL Republicano.** São Paulo, DIFEL, 1977.
- LEVINE, Robert. **Pernambuco e a federação brasileira 1889-1937. In: O BRASIL republicano.** São Paulo, DIFEL, 1977. v. 1, p. 122-151.
- MACIEL, Ayrton. **Perfil Parlamentar do século XX – Carlos de Lima Cavalcanti.** Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.
- MAIOR, Mário Souto. **Nordeste: a inventiva popular.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais – 1922/1989.** Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MOTTA, Sá Rodrigo. **Em guerra contra o perigo vermelho.** Perspectiva: São Paulo, 2002.
- NASCIMENTO, Luiz do, 1895-.; Pernambuco. Arquivo Público Estadual. **Historia da imprensa de Pernambuco, (1821-1954).** Recife: Arquivo Público: UFPE, Ed. Universitária, 1962-1982.. I e II v. Arnaldo Jambo
- NOVAES, Adauto. **Ensaio sobre o medo.** São Paulo: editora SENAC, 2007.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira identidade nacional.** São Paulo. Brasiliense, 2001.
- ORTIZ, Renato. **Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e Indústria cultural.** São Paulo: brasiliense, 1988.
- PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PARAÍSO, Rostand. **Cadê Mário Melo?** Recife: Comunigraf, 1997. PCR, 1989
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou: Identidade e Tensões nos Clubes Recreativos (1912-1922) IN **Carnavais e Outras Frestas.** CUNHA, Maria Clementina (org.). São Paulo: Unicamp, 2002.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras.** Rio de Janeiro: secretaria municipal de cultura, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: Estudos históricos – Cultura e História Urbana.** Rio de Janeiro, n 16, 1995, p. 283.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Queiroz. **Carnaval Brasileiro: O vivido e o mito.** São Paulo: Brasiliense, 1992.
- REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife.** Recife: Massangana, 1990.
- REAL. K. **Eudes, o rei negro do maracatu.** Recife: Massangana, 2002.

- REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife, histórias de uma cidade**. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.
- RIBEIRO, José Adalberto. **Perfil Parlamentar do século XX – Agamenon Magalhães**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.
- RICOUER, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo**. São Paulo: Ática, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SILVA, **Leonardo Dantas**. **Carnaval do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Martins Fontes: São Paulo, 1983.
- SOIHET, Rachel. **Reflexos sobre o carnaval na historiografia – algumas abordagens**. IN **Revista Tempo**. Rio de Janeiro.
- SOIHET, Rachel. **Revista Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**. Rio de Janeiro: UERJ: 2007.
- SOIHET, Rachel. **Subversão pelo riso**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SOUTO MAIOR, Mario. SILVA, **Leonardo Dantas**. **Antologia do carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1991.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VAINFAS, RONALDO. **Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus: 2002.
- WEFFORT, F. **Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964**, trabalho mimeografado.